ALBERTO AGGIO

A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA AO SOCIALISMO E O GOVERNO ALLENDE - UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA ESQUERDA LATINO-AMERICANA

Dissertação de Mestrado
Departamento de História
Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciencias Humanas.
Universidade de São Paulo

ORIENTADORA: MARIA LÍGIA COELHO PRADO

SÃO PAULO

1990

Para Anna Carolina
Ligia, Juliana e
Sandra

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado de alguns anos de estudo e pesquisa. Ainda que a sua responsabilidade seja individual, a sua concretização está longe de ser obra de uma única pessoa. Para além da dimensão material, que imediata e inquestionavelmente valida o argumento, na dimensão propriamente intelectual devo sinceramente repartir a conclusão deste trabalho com algumas pessoas.

A primeira pessoa a quem devo declarar o meu mais profundo agradecimento é à orientadora deste trabalho, a Profa. Dra. Maria Ligia Coelho Prado. A Ligia agradeço o estímulo e o apoio, do início da pesquisa à conclusão do trabalho. A sua conduta neste processo possibilitou-me, acima de tudo, a descoberta do melhor sentido da idéia e da prática da orientação acadêmica e da liberdade e responsabilidade intelectuais.

Quero agradecer também à Profa. Raquel Glezer e ao Prof. Marco Aurélio Nogueira, membros da banca para o Exame do Relatório de Qualificação, que pacientemente leram uma versão bastante preliminar desse trabalho e fizeram a propósito dela justíssimas observações, todas de enorme valor e que, apesar dos meus limites, esforcei-me por seguí-las. Quero também expressar o meu sincero agradecimento aos amigos José Luis B. Beired e Fernando Kolleritz que muito fraternalmente dedicaram algumas horas do seu precioso tempo para ler e discutir comigo partes significativas deste trabalho. As suas observações foram sempre importantes e me ajudaram muito. Agradeço aqui especialmente aos

amigos Luiz Werneck Vianna, Milton Lahuerta e Gildo Marçal Brandão pelas conversas esparsas, mas sempre instigantes, sobre o tema deste trabalho e sobre questões de teoria e de filosofia politica, que me foram de extrema valia para formular ou confirmar algumas das abordagens presentes neste trabalho. Ao Gildo agradeço também pelo auxílio em relação à bibliografia nos momentos iniciais da pesquisa. Ainda nesta dimensão dos meus débitos no plano intelectual, não poderia deixar de mencionar minha gratidão a Eugenio Tironi pela breve mas bastante produtiva conversa que tivemos em Santiago do Chile e por suas indicações bibliográficas, que atualizaram em grau não despresível este trabalho.

Meus sinceros agradecimentos a Horácio Gutiérrez que me indicou vários contatos em Santiago para que a pesquisa pudesse ganhar em objetividade. A Claúdio Gutiérrez devo toda a gratidão por me acompanhar e auxiliar no levantamento bibliográfico nos diversos Centros de Documentação que visitamos em Santiago. A Maria Ines B. Farrand, bibliotecária da FLACSO-Chile, agradeço a gentileza e a presteza pelo envio de fotocópias de alguns trabalhos e livros. Agradeço também aos funcionários das bibliotecas do Cebrap e do Cedec, em São Paulo, e da Fundazione Internazionale Lelio Basso, em Roma, pelo carinho e atenção.

Por fim, agradeço sinceramente à Sandra Mara Aggio por suportar todo o peso dos problemas cotidianos na fase mais complicada de elaboração final do presente trabalho.

INDICE

APRESENTAÇAO..... 1

CAPITULO I - A EXPERIENCIA CHILENA..... 6

NOTAS..... 24

CAPITULO II - A EXPERIENCIA CHILENA: DA REVOLUÇAO A DEMOCRACIA..... 31

1. Sob o Signo da Revolução..... 32

1.1. A Leitura do Vencedor..... 34

1.2. A Visão dos Democratas-Cristãos..... 37

1.3. A Leitura da Esquerda..... 46

1.3.1. Em Favor da Via Chilena..... 50

1.3.2. Revolução versus Via Chilena..... 76

2. Com os Olhos na Democracia..... 83

NOTAS..... 105

CAPITULO III - A DEMOCRACIA CHILENA: HISTORIA E POLITICA... 115

1. Abre-se a Crise do Poder Oligárquico..... 116

2. A Estabilidade Política e a vitória da Frente Popular..... 120

3. Os Anos de Crise e de Restrições à Democracia..... 132

4. A Esquerda na Fase de "Democracia Restrita"..... 139

5. A "Redemocratização" e o Retorno
da Direita ao Governo..... 152
6. Abre-se a Fase das "Alternativas
Globais"..... 161
NOTAS..... 178

CAPITULO IV - A LUTA POLITICA NO GOVERNO DA
UNIDADE POPULAR..... 195

1. Da Vitória Eleitoral da UP à
Posse de Allende..... 198
2. Da Posse de Allende à Crise de
Outubro de 1972..... 204
2.1. Da Posse às Eleições Municipais
de 1971..... 206
2.2. Das Eleições Municipais ao
Assassinato de Edmundo Pérez..... 211
2.3. Do Assassinato de Pérez Zujovic
a Setembro de 1971..... 217
2.4. A Ofensiva Oposicionista e a Aprovação
do Projeto Sobre as Areas
da Economia..... 221
2.5. As Negociações UP-DC e os Sintomas
de Generalização da Crise Politica.... 228
2.6. Divergências na UP e avanço
da Radicalização..... 236
3. A Crise de Outubro de 1972..... 240

4. Da Crise de Outubro ao Golpe Militar..... 249

4.1. Da Superação da Crise às Eleições de Março de 1973..... 249

4.2. Das Eleições à Tentativa de Golpe Militar de 29 de Junho..... 253

4.3. Do Fracasso da Tentativa de Golpe de Junho à Derrubada do Governo..... 261

NOTAS..... 266

CAPITULO V - A UNIDADE POPULAR E A VIA CHILENA AO SOCIALISMO..... 275

NOTAS..... 301

BIBLIOGRAFIA..... 306

"Existe algum obstáculo intransponível para que os partidos de vanguarda social, próximos em suas concepções econômicas, coincidentes em seus princípios libertários, similares em seus métodos políticos, representativos, em seu conjunto da imensa maioria nacional, encontrem as bases positivas de uma ação solidária no Parlamento e no Governo?"

Eugenio Gonzaléz, 1953.

"Deles depende, fundamentalmente, que nossa democracia representativa - da qual tanto nos orgulhamos, apesar de suas graves tergiversações - siga seu curso regular, aperfeiçoando as instituições livres e abrindo caminho às transformações econômico-sociais, ou vá desembocar em conflitos que impossibilitem a continuidade do Estado de Direito"

Eugenio González, 1957.

"Tinhamos que vencer, por certo, como cantamos nas ruas de Santiago. Também deveríamos, com igual fervor, termos cantado: Convenceremos, convenceremos"

Ariel Dorfman, 1984.

"No Chile, até 1973, não conhecíamos o significado exato da palavra 'revolução'. Somente depois do golpe militar se impôs um 'partido único' que combinava a crença de que as suas idéias eram verdades absolutas (cuja realização significava uma ação de redenção ou salvação) com o manejo do poder total do Estado.Os 'partidos revolucionários'... aspiravam fazer a revolução mas viviam cotidianamente a realidade dos equilibrios, dos limites do poder.... Entre 1970 e 1973 só conhecíamos a retórica da revolução"

Tomás Moulian, 1985.

APRESENTAÇÃO

O período em que Salvador Allende governou o Chile configura-se como um dos momentos mais instigantes e dramáticos da história contemporânea da América Latina. A sua existência, vicissitudes e desfecho chamaram e continuam a chamar a atenção de numerosos especialistas de história e ciência política em diversas partes do mundo. Por isso, podemos mesmo dizer que, pela relevância que adquiriu tanto na época quanto nos dias que correm, a experiência chilena afirma-se cada vez mais como um tema de caráter cosmopolita, de obrigatória visita principalmente para que quer pensar as questões da democracia e do socialismo.

O que mais marcou esta experiência histórica foi a tentativa de construção do socialismo através de mecanismos legais e institucionais de um Estado representativo e democrático como o que existia no Chile ao iniciar-se a década de 1970. A ascensão da esquerda à presidência da República através de Salvador Allende representou, de fato, uma opção diferente de construção do socialismo. No entanto, o seu fracasso em 11 de setembro de 1973, deposto por um golpe militar, manteve acesa a discussão em torno da validade do projeto defendido por Allende de realizar a construção do socialismo no Chile através da democracia.

A problemática central desse trabalho reside precisamente na discussão das leituras da experiência chilena e

do projeto da **via chilena ao socialismo**. Experiência chilena e via chilena ao socialismo, em boa parte das análises do período, aparecem como objetos inteiramente identificados. Embora seja inegável a presença de uma estratégia democrática ao socialismo na condução política do governo Allende, o que a pesquisa atestou foi um comportamento discrepante em relação a esta estratégia por parte de importantes segmentos da esquerda chilena, no governo ou fora dele. Nossa preocupação fundamental nesse trabalho foi, portanto, procurar compreender e explicar os fundamentos e vicissitudes do projeto da **via chilena ao socialismo** no interior do processo que definimos como a **experiência chilena**.

O procedimento analítico que adotamos, como se verá, foi o de abordar ambos os objetos do ponto de vista histórico. Ele possibilitou compreender melhor o lugar do projeto da via chilena ao socialismo no seio da esquerda que se articulou politicamente na Unidade Popular. Possibilitou também abordar o período de 1970 a 1973 quer através da discussão historiográfica, quer através da compreensão dos processos históricos que, em suas particularidades, deram suporte àquela experiência. Nossas fontes, portanto, foram documentais - a produção discursiva, quer aquela diretamente política ou político-partidária, ou ainda acadêmica, que se produziu entre 1970 e 1973 - ,historiográficas ou mais amplamente derivadas de áreas afins no campo das Ciências Sociais.

O nosso primeiro capítulo tem como objetivo central estabelecer o recorte que indicamos acima. Importa-nos nesta primeira abordagem difinir os elementos que compõem o

projeto de via chilena ao socialismo e as circunstâncias históricas concretas em que Allende vai ao poder. Trabalhamos neste capítulo principalmente os elementos identificadores entre processo e projeto, para a partir deles, formularmos as razões da nossa hipótese de que ambos devem ser pensados distintamente. Como já indicamos acima, entendemos que somente pensando-os assim podemos compreender tanto as razões das dificuldades enfrentadas pela esquerda chilena ao se tornar um ator governante, quanto os limites do próprio projeto da via chilena ao socialismo.

O nosso segundo capítulo aprofunda a discussão das leituras da experiência chilena e do lugar que nelas ocupa o projeto da via chilena ao socialismo. Trata-se de um capítulo que trabalha a literatura produzida sobre o período, procurando abarcar os textos mais significativos de correntes intelectuais, ideológicas e políticas que versaram sobre o tema. O nosso enfoque procurou delinear as estruturais diferenças de abordagem entre os textos que se preocuparam em afirmar ou negar o projeto da via chilena ao socialismo, sejam eles de direita, centro ou esquerda, e os textos mais recentes que procuram olhar o ocorrido entre 1970 e 1973 com os olhos voltados mais para a temática da democracia do que para a temática da revolução. Neste capítulo procuramos, então, desmontar a visão dos protagonistas presente na literatura do período e abrir novas perspectivas para o entendimento da experiência chilena.

No terceiro capítulo a nossa discussão passa a ter a história política chilena como objeto central. Mais precisamente, o desenvolvimento político que possibilitou a

emergência da democracia chilena. Traçamos aqui um painel de 40 anos de história política visando fundamentar a nossa compreensão do contexto mais profundo que permitiu a esquerda disputar e alcançar o poder. Esse processo histórico demonstra também que, embora extremamente estável por longos anos, o sistema político da democracia chilena vivia antes da posse de Allende uma crise bastante profunda.

No quarto capítulo trabalhamos especificamente a luta política durante o governo da Unidade Popular. A descrição e análise que propomos do período centra-se na luta política na medida em que entendemos que está é a dimensão que define os conflitos e decide o curso do processo. Este capítulo é uma demonstração cabal de que a luta política entre projetos antagônicos se afirmou muito mais em virtude do entendimento que os seus próprios formuladores faziam deles do que, em verdade, das suas pautas concretas. Assim, Democracia-Cristã e Unidade Popular jogaram permanentemente no sentido da polarização político-ideológica, o que implicou o debilitamento maior do sistema político e a sua consequente deslegitimação e desinstitucionalização.

Por fim, o capítulo quinto, trabalha conclusivamente as leituras e práticas da Unidade Popular como ator político e as discrepâncias no seu interior frente ao projeto da via chilena ao socialismo defendido por Allende. Neste capítulo realizamos também uma leitura do projeto da via chilena ao socialismo para demonstrarmos os seus fundamentos teóricos e ideológicos, muitos dos quais, no fundo, problematizam a

integralidade da via chilena como uma via democrática ao socialismo. Mesmo assim, entendemos que o projeto defendido por Allende foi o que de mais avançado se produziu naquela experiência quanto à transição ao socialismo por uma via democrática. Os seus limites foram, em certo sentido, os limites da cultura política da esquerda naquele momento.

Capitulo I - A EXPERIENCIA CHILENA

Os três primeiros anos da década de 70 constituiram-se num dos momentos mais significativos na história do Chile contemporâneo. As atenções de boa parte do mundo voltaram-se para aquele país, que com a ascensão de Salvador Allende à presidência da República, passou a viver uma situação inédita. Pela primeira vez na História um presidente declaradamente marxista chegava ao poder através de eleições gerais e livres e propunha implantar o socialismo como resultado da aplicação de seu programa eleitoral.

Salvador Allende venceu as eleições presidenciais chilenas de setembro de 1970 como candidato da Unidade Popular (UP), uma coalizão política que tinha como eixo os partidos Comunista e Socialista, mas que abrigava radicais(PR), social-democratas (PSD), a Ação Popular Independente (API), e parte da esquerda católica(o Movimento de Ação Popular Unificado-MAPU)(1).

Dirigente histórico (2) e senador pelo Partido Socialista, Salvavor Allende já havia concorrido à presidência da República por três vezes antes de 1970. Na primeira, pela Frente do Povo(3), em 1952, quando obteve apenas 50 mil votos. Pela FRAP (Frente de Ação Popular),uma aliança comunista-socialista, em 1958, obteve 28% dos votos e perdeu para o candidato apoiado pelos liberais e conservadores, Jorge Alessandri, por pouco mais de 30 mil votos. Em 1964, numa eleição polarizada com o democrata-cristão Eduardo Frei, Allende,

outra vez candidato pela FRAP, obteve 39% dos votos diante dos 56% de Frei. Em 1970, com uma votação percentualmente menor - 36,3% - Allende, desta vez pela UP, consegue ultrapassar a votação do mesmo Jorge Alessandri pelo Partido Nacional e de Radomiro Tomic pela Democracia Cristã (DC).

Após a vitória eleitoral da UP, a direita chilena desencadeou uma tentativa de desestabilização política que culminou no assassinato do Comandante-Chefe do Exército Chileno, General René Schneider(4). Mas, foi no plano político-institucional que a conjuntura aberta com a vitória de Allende conseguiu ganhar estabilidade: através de um acordo firmado entre UP e DC ratificou-se a vitória de Allende no Congresso Nacional(5). Confirmado, então, como novo presidente, Allende assumiu o governo a 4 de novembro do mesmo ano.

Nascia aí a chamada experiência chilena, expressão cunhada a época por intelectuais e políticos de esquerda, não apenas do Chile, com o claro sentido de indicar a opção e o desafio que se abria diante da esquerda daquele país, cujo presidente eleito e empossado anunciava querer realizar a "transição ao socialismo em democracia".

Contrastando com os "modelos" anteriores de construção histórica do socialismo, o discurso que sustentava o projeto estratégico do governo encabeçado por Salvador Allende, sempre explicitado na fala do presidente e na formulação dos seus assessores mais diretos, jogava ênfase na idéia de que o desenvolvimento econômico, a estrutura institucional, a organização social e sobretudo as condições

politicas do Chile permitiam a adoção de "um segundo caminho para o socialismo", "dentro dos marcos do sufrágio, em democracia, pluralismo e liberdade"(6).

Tal formulação, ainda que não viesse apresentada em pressupostos teóricos integralmente novos, procurava se referendar e se afirmar na trajetória politica que o Chile havia experimentado nos 40 anos precedentes. De fato, o que chamava a atenção no Chile, em contraste com o conjunto da América Latina, era precisamente a sua histórica estabilidade politica, comparável apenas aos paises ocidentais mais consolidados do ponto de vista politico. A estabilidade politica do Chile, conseguida a partir de 1932, podia exibir um recorde de regularidade que poucos paises do mundo possuiam. Sob o ordenamento constitucional de 1925, que havia restabelecido o presidencialismo, encerrando a experiência parlamentarista de 1891 a 1924, sucederam-se, dentro da normalidade e pela consulta democrática, sete presidentes até Allende. Por outro lado, no que se refere a participação da sociedade chilena no processo politico, a proporção de cidadãos aptos a votar crescera significamente nestes anos, avançando dos 9,5% de 1932 para os 36,2% em 1970(7). No Chile, o voto feminino já era uma conquista desde 1949 e, em 1970, a idade minima para o exercício do direito do voto passou dos 21 para 18 anos, concedendo-se também o direito de voto aos analfabetos. No que diz respeito a mecânica eleitoral, depois de reformas na legislação feitas em 1957, podia-se dizer que as eleições no Chile passaram a ser extremamente livres. Este quadro de estabilidade e ampliação da

participação democrática da sociedade chilena alicerçava-se num sistema partidário estruturado e de fortes raízes históricas. Havia no Chile uma tradição política pluralista e de disputa aberta entre partidos que defendiam posições que iam da direita a esquerda, e que demonstravam ter capacidade de manter uma representação regularmente balanceada, ainda que se observe ao final do período uma tendência de declínio da direita(8).

A estabilidade democrática no Chile não esteve, portanto, assentada no predomínio de uma única força política. As reviravoltas, por exemplo, na história da presidência da República contrastam enormemente com outras realidades latino-americanas: o Chile foi o único país da região a eleger um governo de Frente Popular, ao final dos anos 30, resultado de uma aliança das esquerdas com o Partido Radical; viveu, entre 1952 e 1958, uma experiência de "populismo" com o general Ibañes e, com a vitória de Jorge Alessandri em 1958, o retorno da direita ao governo após 20 anos; foi também o primeiro país do continente a levar ao poder um presidente democrata-cristão com a eleição de Eduardo Frei em 1964; e, em 1970, conhece, também pioneiramente, a vitória da esquerda. Estabilidade e alternância política faziam da sociedade chilena uma sociedade que parecia ser capaz de viver mudanças políticas importantes na esfera governamental sem sofrer profundos abalos. O Chile mostrava, até então, a mais positiva história constitucional e de eleições livres da América Latina e também o sistema partidário melhor estruturado do continente.

Diante dessas condições políticas em que, aliás, a esquerda pôde ganhar identidade e representatividade nacional, a proposição de se chegar ao socialismo, concebendo a utilização da legalidade democrática existente, não aparecia como algo desprovido de sentido. Principalmente porque, somadas a elas, a esquerda chilena tinha diante de si uma sociedade significativamente integrada, com 75% de população urbana, um nível de escolaridade atingindo perto dos 80% (escola básica e média) e um índice de analfabetismo que regredira de 16,4% em 1960 para 11% em 1970(9).

No entanto, aquelas condições político-institucionais e sociais contrastavam , pelo menos em parte, com a relativa lentidão nas mudanças que se operavam na esfera econômica da sociedade chilena, caracterizada por alguns analistas da época, ligados a esquerda(10), como subdesenvolvida e dependente - traços comuns à maioria dos países pobres. Foi em torno desta "leitura" da realidade chilena, isto é, do descompasso ou da defasagem existente entre as dimensões político-institucionais e sociais e a dimensão econômica - descompasso este que a partir do final dos anos 50 passou a ser vivido e pensado pelos diversos atores político-sociais no Chile como a raiz da sua crise estrutural(11) - que a UP concebeu o socialismo como o único caminho para a superação dos obstáculos ao desenvolvimento nacional e social.

Como era linguagem corrente no Chile desde, pelo menos, os anos 60, a esquerda chilena procurou, então, responder ao processo de expansão da cidadania política das

classes subalternas, que vinha crescentemente acompanhado de demandas econômicas e sociais, com uma proposta de "profundas mudanças da sociedade chilena". Com a formação da UP esta proposta aparecerá, então, conectada a um projeto de governo que falava no início da construção do socialismo.

Diante dos limites impostos ao desenvolvimento chileno pelo imperialismo, que acentuava a dependência, pela estrutura latifundiária, que impedia o acesso a terra e a modernização do campo, e pela monopolização dos setores industrial e financeiro, que levavam a estagnação a economia chilena em seu conjunto, o projeto proposto pela UP ao país via no socialismo a única forma para se conquistar a emancipação do povo chileno.

A novidade, então, que a UP apresenta no seu programa de governo era a de explicitar que as transformações econômicas que dever-se-iam operar na base na sociedade chilena - transformações de caráter antiimperialista, anti-oligárquico e anti-monopolista - teriam o claro sentido de abrir caminho para a implantação do socialismo, sem que se necessitasse uma ruptura da institucionalidade democrática vigente no Chile. Ao contrário, aquelas transformações só seriam profundas e positivas se acompanhadas por um aprofundamento da democracia. A questão do socialismo, portanto, traduzia-se, na formulação da UP, como a proposta da esquerda para que a sociedade chilena pudesse superar o descompasso entre o mundo da política e o mundo da economia.

Esta estratégia global (12) tinha como propósito básico a transferência para o Estado dos meios de produção fundamentais, para que se constituisse a área de propriedade social (APS) da nova economia(13). O que se objetivava, de acordo com o programa da UP, era: a) resolver os problemas imediatos das grandes maiorias; b) garantir emprego a todos, com remuneração adequada; c) libertar o Chile da subordinação do capital estrangeiro; d) possibilitar um crescimento econômico rápido com o máximo desenvolvimento das forças produtivas; e) ampliar e diversificar as exportações e abrir novos mercados; f) promover a estabilidade monetária.

Desta forma, as condições de atraso do desenvolvimento econômico chileno - embora de um atraso qualificado por um contexto determinado de modernização - passam a ser assumidas pelas forças da esquerda chilena como uma "vantagem" do ponto de vista da "revolução" que elas colocariam em marcha a partir da vitória eleitoral de 1970. A superação do atraso constituiu-se, de fato, no **leitmotiv** da Unidade Popular. De outro lado, uma realidade que apresentava contornos bem mais complexos do que aquelas em que obtiveram sucesso os "modelos" anteriores de implantação histórica do socialismo, em que a estrutura institucional, a organização social e política possibilitavam que se vivesse formas mais modernas de reprodução política e social, enfim, a face avançada da sociedade chilena permitia e ao mesmo tempo exigia da sua esquerda a confecção de um caminho próprio, singular e adequado

para que, então, o socialismo fosse proposto como objetivo num programa de governo.

Ainda que no seu programa, a UP procurasse evitar a expressão "revolução", utilizando-se de expressões de sentido mais elástico como " transformações revolucionárias"(14), ou de indicar que o socialismo não seria implantado de imediato no Chile senão como resultado das transformações que iria por em prática o governo popular, o presidente Allende mostrou-se sempre preocupado em ser enfático quanto ao objetivo e a via escolhida pelo governo que presidia. Na sua primeira mensagem ao Congresso Nacional, Allende afirmava: "O Chile se encontra diante da necessidade de iniciar uma nova maneira de construir a sociedade socialista. As dificuldades que enfrentamos(...) residem realmente na extraordinária complexidade das tarefas que nos esperam: institucionalizar a via política para o socialismo, e conseguí-lo a partir da nossa realidade presente, de sociedade esmagada pelo atraso e pela pobreza próprias da dependência e do subdesenvolvimento; romper com os fatores causadores do atraso e, ao mesmo tempo, edificar uma nova estrutura socio-econômica capaz de conduzir a prosperidade coletiva (...) criando a primeira sociedade socialista edificada segundo um modêlo democrático, pluralista e libertário"(15).

Para além da admissão de que o Chile apresentava condições especiais e, mais do que isso, exigia a realização das chamadas "transformações estruturais", o grande desafio da opção feita era realizar aquilo que Allende chamava,

nesta sua primeira mensagem, "institucionalizar a via política para o socialismo". Esse texto, de 5 de maio de 1971, intitulado A via chilena ao socialismo, acabou por se tornar a referência maior, tanto do ponto de vista teórico como político, do processo que, como já dissemos, passou a ser conhecido como A experiência chilena.

Trabalhamos aqui, portanto, com o entendimento de que a chamada experiência chilena deve ser compreendida como a tentativa de se conquistar a institucionalização da via política ao socialismo, no percurso proposto pela estratégia global da Unidade Popular, a partir do momento em que ela foi alçada ao governo.

A esquerda chilena abrigada na Unidade Popular trabalhava com a idéia de que no Chile as condições ideológicas e institucionais deixavam margem para que se introduzissem modificações substanciais na propriedade dos meios de produção, acompanhadas necessariamente pela intensificação da participação dos trabalhadores no poder. Ela imaginava que, iniciadas as transformações, abrir-se-iam as possibilidades para uma mudança qualitativa nas relações de poder da sociedade, o que levaria a uma mudança do caráter do Estado: o governo popular deveria abrir caminho para se alterar, através da construção do "poder popular", a natureza de classe do Estado. A forma e o conteúdo deste processo apontavam, ainda que de forma muito pouco definida, principalmente no âmbito político, para um caminho distinto das vias que instituiram previamente a "ditadura do proletariado": pressupunha-se a institucionalidade

vigente - e por dentro dela a sua alteração -, a legalidade, as liberdades, a multiplicidade e o pluralismo de partidos, inclusive no governo. Ainda na sua primeira mensagem, Allende ao conclamar os dirigentes chilenos a "desenvolver a teoria e a prática de novas formas de organização social, política e econômica, tanto para a ruptura com o subdesenvolvimento como para a criação socialista" (16), evidenciava clareza e uma consciência precisa sobre o ineditismo contido na opção feita. E apontava para o que na sua visão era o problema político chave daquela criação, ou seja, a questão da legalidade democrática e a sua alteração, também democrática, que possibilitasse a construção socialista : "No regime de transição para o socialismo" - afirmava Allende - "as normas jurídicas corresponderão às necessidades de um povo que se esforça por edificar uma nova sociedade. Mas, legalidade haverá. (...) Do realismo do Congresso depende, em grande medida, que à legalidade capitalista se suceda a legalidade socialista... sem que uma fratura da ordem jurídica abra as portas a arbitrariedades e excessos que, responsavelmente, queremos evitar" (17).

A criação socialista no Chile supunha, assim, um "como fazer" teórico e político-institucional que decidiria a sua sorte. Ela, por conseguinte, envolvia e dependia do movimento político de todos os atores políticos da sociedade chilena, das suas opções a cada passo, especialmente e sobretudo da própria esquerda.

Em diversas oportunidades Allende fez uso também de outra expressão para qualificar melhor a opção que a esquerda deveria seguir no Chile. Ao invés da "via política" ou "político-institucional" - termo mais usado por alguns de seus assessores mais diretos, para enfatizar a sua distinção da "via inssurrecional"(18) - ;ou "via pacifica" - mais presente no debate dos partidos de esquerda em oposição à "via armada" - ,ou "via legal", "constitucional" ou "parlamentar" - de claro sentido pejorativo no imaginário da esquerda - ,Allende falava em "via democrática", que mais substantivamente enfatizava a forma da luta principal e o comportamento político no exercício do poder de Estado(19).

Na sua segunda mensagem ao Congresso Nacional, em maio de 1972, Allende enfatizava que o caminho da "revolução chilena" não estava na "quebra violenta do aparelho estatal", adicionando que naquele momento "o regime institucional continuava atuando regularmente porque as forças populares, dentro dele, o estavam sustentando". "Não se pode pretender destruir" - enfatizava Allende - "o que agora é um instrumento para atuar, mudar e criar em benefício do Chile e de suas massas trabalhadoras". Ao referir-se às instituições do Estado chileno, Allende, numa colocação que evidenciava muito mais do que intuição política, procurou demarcar que tudo dependia da maneira pela qual a esquerda se moveria em relação a elas. Para Allende, tais instituições não eram "uma abstração", mas respondiam "a força social que lhes da vida". Assim, pelas circunstâncias políticas colocadas e pelo lugar no regime

politico ocupado pela esquerda, o problema da transição ao socialismo no Chile apresentava-se, segundo Allende, nos seguintes termos: "A grande questão que coloca o processo revolucionário e que decidirá a sorte do Chile é se a institucionalidade atual pode abrir passagem à institucionalidade da transição ao socialismo. A resposta depende do grau em que aquela se mantenha aberta à mudança e das forças sociais que lhe dêem seu conteúdo . Somente se o aparelho de Estado for franqueado às forças sociais populares a institucionalidade terá suficiente flexibilidade para tolerar e impulsionar as transformações estruturais sem se desintegrar"(20). A vitória eleitoral e principalmente sua posse, entendia-se àquela altura, eram a demonstração de que isso era possível no Chile.

De toda forma, as referências de Allende à via democrática como a opção que a esquerda chilena deveria assumir integralmente, os conteúdos programáticos presentes na plataforma de governo, bem como o que supunha a sua visão acerca da estratégia global da Unidade Popular, acabaram por selar uma identificação: a experiência chilena - e a via chilena ao socialismo como seu corolário mais imediato - passa a ser vista como uma experiência prática de aplicação da via democrática ao socialismo.

Não resta dúvida que, de forma incisiva, esteve presente na experiência chilena a questão da conquista politica, mediante procedimentos e mecanismos democráticos, da maioria da sociedade para o socialismo. Podemos dizer, por isso,

que ela foi, em certa medida, a tentativa de realização prática da via chilena ao socialismo, entendida esta como a formulação elaborada no discurso do presidente Allende.

No entanto, o percurso proposto pela estratégia global adotada pela UP contemplava formulações da via chilena diferentes, em aspectos estratégicos e conjunturais, daquela elaborada por Allende. Havia pontos convergentes e divergentes na compreensão do que era ou deveria ser o caminho ou a via chilena ao socialismo. Estes pontos se expressavam na forma pelo qual os diversos segmentos da esquerda, e, por suposto, próprio presidente Allende, interpretavam o que se encontrava formulado no programa da UP e atuavam diante das circunstâncias políticas.

O problema político tanto imediato quanto fundamental para a esquerda chilena estava em saber como seria possível realizar a transição ao socialismo por aquela via, a partir do contexto político que levou Allende à presidência da República. De uma forma geral, uma parcela da esquerda chilena via a resolução deste enigma na condução compatibilizada das transformações econômicas com o andamento político do processo, e advogava um comportamento hábil e cauteloso do governo no sentido de sempre "acumular forças" para passos mais decisivos que estavam por vir. Outros dos seus segmentos acreditavam que uma ação independente e forte da esquerda e do governo, contestadora e antagônica ao "poder burguês", cunhada na expressão "**avanzar sin transar**", deveria levar a um aprofundamento das contradições, numa situação que julgavam

pré-revolucionária. Isso faria, nesta visão, emergir o ponto de ruptura com o estado burguês que o discurso da via chilena, de uma certa maneira, também admitia como seu objetivo.

O correr do processo acabou por revelar, no entanto, que ambas visões não encontraram numa política assentada exclusivamente na vontade transformadora e principalmente mobilizadora das massas a resolução do enigma colocado pelas circunstâncias existentes para uma transição ao socialismo em democracia. No processo, evidenciou-se também que uma política que dirigisse aquele tipo de transição não poderia ter se reduzido a uma operação de engenharia política ungida pela habilidade negociadora de figuras políticas singulares e decisivas no panorama político, incluindo aí o próprio presidente. A fortaleza dos atores sociais e políticos, o acirramento da luta social e o clima compulsivo que se viveu em virtude do socialismo ser colocado pela UP como o momento culminante e resolutivo da crise estrutural chilena, acabaram por polarizar as posições a um grau altíssimo, dificultando muito qualquer negociação política(21).

Os recursos operativos para a condução da dimensão propriamente política mostraram-se para a UP bastante estreitos e cada vez mais reduzidos a esfera do poder Executivo, já que a esquerda encontrava-se em posição minoritária no parlamento. Neste terreno, as transformações que ela propunha só obteriam aprovação mediante a virtual confecção de acordos com a Democracia Cristã(22). As dificuldades neste sentido acabaram por levar a uma crescente oposição entre o poder

Executivo e o poder Legislativo. Ainda que pudesse garantir a iniciativa política, o recurso à prática plebiscitária como um outro encaminhamento para a implementação do programa governamental da UP, acreditaram suas principais lideranças, comportava o risco da derrota e poderia acentuar mais ainda a crescente polarização. Restou, portanto, a UP combinar a ação administrativa, via Executivo(23), com o aproveitamento das eleições periodicas - em 1971, municipais, e em 1973, parlamentares, como forma de sustentação política para o governo.

Assim, acabou por prevalecer - porque era um pressuposto já assentado na esquerda chilena ou por razões de circunstância política - que a direção do processo devia estar circunscrita e condicionada à ação do Executivo. Este, por sua vez, para conquistar cada vez mais o apoio popular, tinha de levar a cabo um programa que, no fundo, perseguia grandes objetivos de natureza democratizante. Por virem no bojo da trajetória histórica da democracia chilena, tais objetivos, como já dissemos, não pressupunham uma ruptura com a ordem vigente. Na prática, o que o programa implementado pela UP objetivou não foi mais do que(a) intensificar a integração social mediante politicas sociais de corte cada vez mais popular, (b) aprofundar a democratização política com um aumento cada vez maior da participação dos trabalhadores no poder - e isto era visto como um dos fatores mais importantes para a própria estabilidade do governo, e (c) prosseguir a industrialização

através da substituição das importações, mediante o processo de nacionalizações e estatizações(24).

A ação do Executivo no período da Unidade Popular tornou-se, de fato, a condensação de uma intervenção radical do Estado no sentido de superar o atraso econômico, fato que não era inteiramente estranho à modalidade de desenvolvimento do capitalismo chileno, que sempre tivera na ação estatal um elemento central das políticas de modernização do país, mas que sob o governo da UP vinha acompanhado pela proposição, ainda que mais programática do que prática, de início da construção do socialismo. A acentuada ênfase nessa última proposição acabou mesmo por prevalecer, e por isso, turvar, o caráter concreto das transformações que a UP realizava.

No fundo, a experiência chilena viveu, por todo tempo, o desacerto entre um programa de transformações que, implementado pelo governo, a rigor, não configurava uma "revolução" e o "maximalismo" da sua esquerda, inclinada a ver o período como a ante-sala do socialismo, quando não o próprio socialismo. O discurso da via chilena ao socialismo, por não ter se tornado para os partidos da esquerda mais do que uma bandeira agitativa, jogou no sentido de manter e reproduzir esse desacerto, tornando difícil a manutenção de uma direção única por parte do governo encabeçado por Allende. Mesmo com todas as diferenças no seio da esquerda, imaginou-se, como já indicamos, que tudo pudesse ser resolvido por uma injeção de vontade política e, no plano econômico, pelo aquecimento do mercado (demanda efetiva), como o resultado a

ser colhido pela implementação do programa governamental(25), onde supunha-se que estatização e redistribuição reforçar-se-iam mutuamente.

De toda forma, o que queremos reter para a análise é que aquele "como fazer" a que nos referimos, que tornaria possível realizar a transição ao socialismo em democracia a partir das condições chilenas - não apenas as condições estruturais mas também as de caráter conjuntural ou situacional - exigia no Chile uma grande criação que aludia à questões de ordem propriamente político-práticas e à questões de natureza teórica. O novo da situação política após a vitória de Allende deveria aparecer como novíssimo na concepção de transição ao socialismo que se anunciava para o Chile(26). A via chilena ao socialismo, ao nosso ver, conseguiu apenas anunciar-se como uma via democrática, diante da situação politicamente nova que se abriu com a vitória de Allende em 1970.

O período de 1970 a 1973, no entanto, acabou por se notabilizar historiçamente mais pelo que se anunciava na proposição de transição ao socialismo em democracia do que pelas contradições vividas pela esquerda chilena ao conduzir o governo, ou seja, ele é visto mais como um exemplo de aplicação prática da via democrática ao socialismo, que, por fim, redundaria em fracasso, do que como o fracasso da experiência governamental da esquerda chilena. Emerge, nesta visão, como completa e integral a identificação entre projeto e processo, entre via democrática ao socialismo e a trajetória política vivida pela Unidade Popular no governo. Via chilena ao socialismo e governo

da Unidade Popular aparecem, assim, como objeto unívoco, desprovido de qualquer contradição(27). E bastante claro o suposto desta construção: ao fracassar a experiência chilena, fracassa definitivamente qualquer possibilidade de proposição de uma via democrática ao socialismo. Mais que isso, impossibilita-se o alargamento desta proposição rumo à perspectiva de se conceber, teorica e politicamente, que o caminho do socialismo é a democracia. Em termos sintéticos, que a democracia é a via do socialismo.

O fracasso da experiência chilena em 1973 foi, sobretudo, o fracasso de um governo de esquerda cujo projeto de transição ao socialismo não conseguiu se traduzir numa grande criação política capaz de conquistar pela democracia a maioria da sociedade para este projeto. A esquerda chilena fracassou na sua experiência governamental por ter ficado a meio caminho dele, quando não contra ele. A adesão integral de toda esquerda não era, obviamente, a garantia do seu sucesso. A sua concretização, contudo, abriria certamente a possibilidade de nascimento do novo como novíssimo. Mas o enigma permaneceu indecifrável.

NOTAS - Capítulo I

(1)A coalizão da Unidade Popular formou-se em 1969. O seu programa básico é de 17 de dezembro do mesmo ano. Mas a candidatura de Allende só seria proclamada oficialmente, depois de intensas negociações a 22 de janeiro de 1970. O Partido Comunista, de longa tradição política, originário do Partido Operário Socialista(1912), exite no Chile desde 1922; O Partido Socialista, partido de grande base popular existe no Chile a partir de 1933, vive a partir do final dos anos 40 muitas fraturas internas e se reunifica em 1957; o Partido Radical, bem mais antigo, tem sua origem na segunda metade do século XIX, tem bases de classe média e foi o partido nucleador dos governos de Frente Popular a partir de 1938; o PSD é representativamente bastante minoritário, o mesmo ocorrendo com o MAPU, uma dissidência de esquerda católica, do PDC. E importante lembrar que o ingresso do PR foi resultado de uma pressão política no interior da UP feita pelos comunistas sobre os socialistas que sempre o rejeitaram em coalizões anteriores encabeçadas por estes dois partidos e também por uma mudança política dos Radicais inclinando-se mais à esquerda, o que havia ocasionado uma cisão no radicalismo com a formação do Partido Radical Democrático em 1969. Em julho de 1971 o PR se divide novamente. Sua ala mais moderada forma o PIR (**Partido de Izquierda Radical**) que permanecerá no governo da UP até abril de 1972 para depois se retirar, fortalecendo a oposição. Também em julho de 1971, uma nova divisão no interior da Democracia Cristã fará nascer o Movimento de Esquerda Cristã (IC) que ao final daquele mesmo ano veio a ser incorporado à UP. Cf. Garcés, Joan E., **Allende y la experiência chilena**, Ariel, Barcelona, Espanha, 1976, especialmente pags. 202 a 209.

(2) Salvador Allende Gossens era médico formado pela Escola de Medicina da Universidade do Chile. Quando estudante foi eleito presidente do Centro de Estudantes de Medicina e depois vice-presidente da Federação de Estudantes de Chile, a FECH. Participa, entre 1929 e 1931, das lutas estudantis contra a ditadura de Carlos Ibañes . Em contato com a liderança socialista do início dos anos 30, participa da fundação do PS em 1933. Em 1937 é eleito deputado por Quillota e Valparaiso e no ano seguinte é designado Ministro da Saúde do governo Pedro Aguirre Cerda, o primeiro dos governos da Frente Popular. Em 1945 é eleito senador pelas provincias de Valdivia, Lanquihue, Chiloé, Aisén y Magalhães. Em 1953, por Taparacá e Antofogasta. Em 1961, por Valparaíso e Aconcagua. Em 1969, novamente por Chiloé, Aisén e Magalhães. Para uma biografia de Allende, Lavretski, J., **Salvador Allende**, Editorial Progresso, Moscou, tradução espanhola de 1978.

(3) A Frente do Povo foi constituída pelo Partido Socialista do Chile e pelo Partido Comunista, este último vivendo na

clandestinidade em virtude da Lei de Defesa da Democracia decretada em 1948 pelo então presidente J. Gonzales Videla, cf. Walker, Ignácio, **Del Populismo al leninismo y la "inevitabilidade del conflito" : El Partido Socialista de Chile (1933-1973)** , Ediciones CIEPLAN, Notas Técnicas 91o doc. de trabalho, Santiago, Chile, dezembro de 1986, pag. 34.

(4)Os sessenta dias entre a eleição e a posse de Allende aparecem como a primeira fase do seu governo. Naqueles dias o atentado ao General Schneider, seguido de sua morte em 25 de outubro de 1970, após três dias de agonia, foi o feito de maior expressão da direita, numa conspiração que envolveu militares chilenos e a CIA. Dentre os militares, o principal acusado foi o general Viaux Marambaio, que já havia se envolvido em tentativas anteriores de desestabilização política. Sobre isso ver Carlos, Newton e outros, **Chile com Allende: para onde vai ?**, Edições Gernasa, Rio de Janeiro, 1970 e também Garcés, J.E. **op. cit.**, pags. 97/98.

(5) O acordo entre DC e UP assumiu a forma de um Estatuto de Garantias Constitucionais, aprovado pelo Congresso em outubro de 1970. Pelo acordo garantiu-se a posse de Allende no Congresso. Allende obtem 153 votos contra 35 dados a Alessandri e 7 votos brancos. Era norma constitucional que o Congresso ratificasse um dos nomes dentre os mais votados, desde que não houvesse maioria absoluta no pleito. A tradição era a de se ratificar o primeiro mais votado, mas naquele caso tramava-se um golpe parlamentar contra a indicação de Allende. O golpe consistia em empossar Jorge Alessandri que, ato contínuo, renunciaria e em seguida seriam convocadas novas eleições, quando então poderia sair candidato novamente Eduardo Frei, numa coalizão DC-PN. Naquela conjuntura o acordo com a DC foi uma conquista para UP, pois garantiu a posse de Allende e evitou o "golpe branco" da direita.

(6) As expressões são retiradas do discurso comemorativo de posse feito por Allende a 05 de novembro de 1970, no Estádio Nacional de Santiago do Chile. Cf. Allende, Salvador, **Discursos**, Editorial de Ciências Sociales, La Habana, Cuba, 1975, pág. 44.

(7) Utilizamos aqui os dados apresentados por Baron, Atílio A., **Movilizacion política y crisis política en Chile, 1920-1970**, publicados in Flacso/Unesco, **Teoria, metodologia y política del desarrollo de America Latina**, Flacso Ediciones, B. Aires/ Santiago, 1972, pag. 382. Em pesquisa mais recente, estima-se que no período de 20 anos(1950-1970) a massa de cidadãos aptos a votar cresceu em 500% e sua proporção em relação à população total se elevou de 10 para 40%, cf. Matinez, Javier y Tinoni, Eugenio, **Las classes sociales en Chile; cambio y estratificación, 1970-1980**, SUR, Santiago, Chile, 1985, pag. 43.

(8) O quadro abaixo da um pró-médio da votação por partido em todo o pais:

PARTIDOS	PERIODO	
	1932-1957	1961-1969
P.Liberal P. Conservador	34,0	13,7
P.Nacional P. Radical	20,8	15,9
P. Democrata-Cristão	4,4	29,1
P. Socialista	13,3	25,0
P. Comunista		

Extraído de Pizarro, Crisostomo, **La Huelga Obrera en Chile (1890-1970)** Ediciones Sur, Santiago, Chile, 1986, pag. 201. A avaliação acerca do declínio eleitoral da direita também pode ser confirmada nos trabalhos citados na nota anterior.

(9) Ver Marinez J. y Tironi, E., **op. cit.**, cf. quadros 3 e 5, nas pags. 38 e 40 respectivamente.

(10) A tese da defasagem tem seu principal formulador em Anibal Pinto. Do autor se pode ler **Chile, un caso desesarrollo frustado**, Ed. Universitaria, Santiago, Chile, 1958 e também o artigo mais conciso **"Desarrollo economico y relaciones sociales"** in **Chile Hoy**, Siglo XXI, 1970. Mas tal tese acabou por ser esposada por diversos autores e diversas correntes do pensamento sociológico chileno, no período que estamos analisando aqui, bem

como posteriormente, tornando-se, para a sociedade chilena, matriz analítica adotada generalizadamente.

(11) Conforme nos sugere Norbert Lechner, pelo menos desde o final dos anos 50, falar-se em crise no Chile era linguagem corrente, costumeira. Falava-se em crise da "via de desenvolvimento capitalista" ou, como se expressava o economista J. Ahumada, ligado a DC,numa "crise integral". Lechner trabalha a noção de crise na sociedade chilena procurando distinguir três crises em desenvolvimento desde o período da Frente Popular: crise de legitimação, de penetração e de participação. O tema da crise era, de fato, o eixo pelo qual as propostas políticas iriam ganhar corpo, na direita, no centro e na esquerda. Ver N. Lechner, **La Democracia en Chile**, Ediciones Signos, Buenos Aires, 1970, pags. 94 e seguintes.

(12) A expressão aparece em Bitar, Sergio, **Transicao, Socialismo, Democracia : Chile com Allende**, Paz e Terra, Rio de Janeiro, Brasil, 1980.

(13) A nova economia estava estruturada pela área de propriedade social (empresas sob controle do Estado), área de propriedade mista (controle parcial e minoritário do Estado) e área de propriedade privada (controle particular). Esta configuração proposta pela UP não conseguiu institucionalizar-se devido à oposição feita a ela no Congresso pela DC e pela direita. Em julho de 1972 verificou-se a impossibilidade de um acordo entre DC e UP sobre a questão. No entanto, no decorrer do período a ação do Executivo se encarregou de levar à prática a proposta contida no programa: ao final de 1972, 48 empresas faziam parte da APS (o propósito do governo era atingir 91). No curso dessa implementação do programa o governo Allende utilizou-se de vários procedimentos. Para a nacionalizacao do cobre se conseguiu fazer uma reforma constitucional. No caso da reforma agrária simplesmente aplicou-se a lei editada pelo governo anterior(DC). Para o caso dos bancos empreendeu-se negociações para a compra de ações. Para os demais setores da economia, principalmente industria e comércio, as expropriações ocorreram de acordo com o decreto-lei 520 (sobre isso ver mais adiante, nota 22), cf. Martner, Gonzalo, **El gobierno del presidente Salvador Allende (1970-1973)**, Ediciones LAR, Concepción, Chile, 1988, pags. 130 e

(14) Cf. Arrate, Jorge, **La fuerza democratica de la idea socialista**, Ediciones del Ornitorrinco, Santiago, Chile y Ediciones Documentas, Barcelona, Espanha, 1985, pag. 63.

(15) Allende, Salvador, **Nuestro camino al socialismo - la via chilena**, Ediciones Papiro, Buenos Aires, 1971, pags. 28 e 29 (seleccion de Joan E. Garcés). Os grifos são nossos.

(16) Idem, pags. 32, o grifo e nosso.

(17) Idem, pag. 35.

(18) A "via político-institucional" ou simplesmente a "via política" é uma expressão presente de forma constante nos trabalhos publicados por Joan Garcés, assessor político de Allende. Ver Garcés, J.E. **Chile: el camino político hacia el socialismo**, Ariel, Barcelona, Espanha, 1972 e **El estado y los problemas tacticos en el gobierno de Allende**, Siglo XXI, Argentina, 1974.

(19) Cf. Arrate, Jorge, **op. cit.**, pag. 33.

(20) As citações foram extraidas de **Segundo Mensaje al Congresso Pleno 21 de mayo de 1972**, in Allende, S., **Discursos**, Editorial de Ciencias Sociales, La habana, Cuba, pags. 341, 342 e 343.

(21) Eugenio Tironi nos sugere que havia uma contradição entre as leituras que se faziam da crise chilena e os seus respectivos termos, e examina suas consequências para o período de 70-73, em seu **El Liberalismo Real**, Ediciones SUR, Santiago, Chile, 1986, especialmente pags. 38 a 56.

(22) O quadro abaixo da a composição do Parlamento chileno em outubro de 1970.

PARTIDOS	DEPUTADOS	SENADORES
Socialista	15	6
Comunista	21	5
Radical	20	7
Ação Popular Independente	.....	1
União Socialista Popular	.....	1
Social-Democrata	.....	1
MAPU	1	2
Total UP	57	23
Democrata-Cristão	55	20
Nacional	34	5
Radical Democrático	4	2
Total não UP	93	27

Extraído de Garcés, J.E., **Allende y la experiência chilena...**,pag. 73.

(23) Allende governou por todo o tempo com base em normas legais que atribuiam grandes poderes à presidência da república. Dentre

elas os decretos-lei, especialmente o de número 520 de agosto de 1932 que, embora tenha sofrido modificações posteriores, ainda estava em vigência. Sobre a utilizacao das normas legais para a implementação do programa econômico da UP ver especialmente Novoa, Eduardo, **Vias legales para avanzar hacia el socialismo** in Mensaje, número 208, abril de 1971, pags 84 a 90.

(24) Cf., Tironi, Eugenio, **op. cit.**, pag. 39.

(25) Idem, ibidem.

(26)A expressão novíssimo aqui está sendo utilizada procurando fazer referência ao que Gramsci chamava de **ex-novo, original**, num projeto ou numa ação política organizada e consciente. Novíssimo é uma expressão que aparece em Gramsci para indicar não apenas uma concepção ou elaboração teórica nova que, como Gramsci também anotou, pode se reduzir a um mero exercício "intelectualístico". O novíssimo de Gramsci alude sobretudo à situações históricas qualitativamente superiores criadas pelos homens, tomados como atores concretos providos de consciência sobre sua ação. O novíssimo é tanto a criação produto do agir consciente como a elaboração teórica que lhe dê substrato. Portanto, de uma situação nova poderá ou não nascer o historicamente novo. Caso essa situação histórica nova prevaleça e funde uma nova época histórica, como resultado da ação consciente, ou seja, como obra política, emergirá na cena histórica o novíssimo. Trabalhamos aqui com a hipótese de que a situação nova no Chile não conseguiu prevalecer e produzir o historicamente novo. A ausênsia de uma grande criação política no campo da esquerda para aquela situação fez com que o novo não pudesse se concretizar como novíssimo. As observações de Gramsci, contudo, permaneceram num plano mais abstrato e buscaram se referir especialmente às possibilidades de emergência da cidadania integral dos "de baixo" como fato e elemento condutor da sociedade moderna - através de uma nova "direção moral e intelectual" - a um novo bloco histórico, ambos processos novíssimos. Sobre isso, ver especialmente Gramsci, A. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1976, principalmente a parte I. Agradeço aqui a Luis Werneck Vianna pela referência e especialmente pela expressão **grande criação** como a exigência síntese do período.

(27)A distinção entre processo e projeto na análise do período de governo da Unidade Popular no Chile aparece em alguns analistas. Jorge Arrate, por exemplo, anota o que ele chama de "duas tensões primárias: 1) a tensão entre o projeto social e a forma ou via em que se desenvolve, com seu ator ou impulsionador, quer dizer, a contradição entre la 'via chilena ao socialismo' e a esquerda, o protagonista que deveria tomá-la e conduzí-la em cada uma e todas suas fases; 2) a tensão entre a natureza do protagonista com as tarefas que o exercício do poder político de governo impunha como condições necessárias, ainda que não suficientes, para obter o

êxito". Cf. Arrate, J., op. cit., pág. 59. Trataremos mais especificamente da relação processo e projeto no governo da Unidade Popular e das relações entre esta e a via chilena ao socialismo no último capítulo.

Capítulo II - A EXPERIÊNCIA CHILENA: DA REVOLUÇÃO À DEMOCRACIA

A experiência chilena concluiu-se, ao contrário do que imaginavam e desejavam seus partidários - e malgrado todos os seus esforços, muitas vezes desencontrados - num banho de sangue desencadeado pelo golpe militar de 11 de setembro de 1973. A queda do governo da Unidade Popular representou para o Chile também o final de um longo percurso de vida política democrática, emergindo a partir daí, entre Estado e sociedade, uma configuração profundamente distinda da anterior.

Como não poderia ser de outra forma, as avaliações sobre o período de 1970 a 1973, bem como a discussão em torno da via chilena ao socialismo, encontram-se fortemente marcadas pelo seu traumático desfecho, o que faz com que este passe a ocupar, como fator explicativo, um lugar central e decisivo em boa parte da literatura que se produziu sobre o período(1).

Analisaremos neste capítulo a literatura que se produziu sobre o período através de dois recortes que, ao nosso ver, conseguem apreender o movimento pelo qual as interpretações foram se alterando, sob o impacto das mudanças profundas realizadas pelas forças políticas e sociais que assumiram o poder a partir 1973. O primeiro recorte, abarcando diversas correntes ideológicas, centra-se na temática da revolução enquanto o segundo faz da questão da democracia o terreno no qual a experiência chilena é analisada.

1. SOB O SIGNO DA REVOLUÇÃO

Pelo caráter emblemático que assumiu por todo o período, o primeiro recorte que fazemos da literatura que se produziu sobre a experiência chilena, indica-nos que o tema prevalecente, é o tema da revolução. Definidor das balizas cronológicas da "revolução chilena", o governo da Unidade Popular é visto como um momento concentrado no tempo, como um momento decisivo de uma revolução em curso que, por fim, se viu frustrada. Como se verificou no correr daqueles anos, a formulação da via chilena ao socialismo, expressão identificada à "revolução chilena", é tomada como o referente central para abordagem do tema e para analisar o período em que a esquerda governou o Chile.

Recolhe-se esta abordagem a partir das avaliações que foram feitas por aqueles que estiveram diretamente envolvidos no processo. Através de depoimentos de personalidades, posicionamentos de correntes político-partidárias ou estudos mais sistemáticos de teoria social, o que, ex-post, se ouve é a fala dos atores.

Neste recorte, portanto, o que vai marcar as análises que foram feitas é a mesma polarização política e ideológica do período. Observa-se que, buscando avaliar o que havia ocorrido, o que se objetivou foi sempre construir uma interpretação **global** e **definitiva**, mantendo, todavia, como fio

condutor as estratégias, categorias, valores e linguagens fomulados pelos protagonistas daquela experiência histórica.

Pode-se, assim, delinear neste primeiro recorte a existência de três vertentes interpretativas(2). O que se visualiza nitidamente são interpretações à direita, inclinadas a justificar as ações politicas e extra-politicas contrárias à orientação adotada pela Unidade Popular e a legitimar o desfecho do processo. De um outro lado, fazem-se presentes interpretações que podemos caracterizar como sendo, de centro, provenientes de intelectuais ligados à Democracia Cristã. Elas procuram apontar o desacerto entre o que se postulava no projeto da via chilena ao socialismo - além de realizarem sua crítica interna - e a prática do governo da Unidade Popular. Tal desacerto, segundo esta interpretação, levou à adoção por parte da esquerda chilena de uma política que resultava na via insurrecional. Por fim, aparecem interpretações à esquerda, expressando as divergências entre aqueles que sustentavam politica e teoricamente a opção feita e continuaram a defendê-la como plausível e aqueles que se mantinham críticos e céticos a ela e, pelas mesmas razões, permaneceram com a mesma avaliação.

Nessas interpretações o fio condutor da análise e elemento desafiador continua a ser a proposição de uma via ao socialismo que se postulava como democrática. Avalia-se o processo histórico condicionando-o ao projeto proposto. Veremos que, independentemente da ótica do ator politico e posteriormente dos autores que expressam uma ou outra posição política e

ideológica, o fracasso do primeiro aparece condicionado aos equívocos ou aos limites do segundo.

1.1. A leitura do vencedor

Para os conservadores, que no período agrupavam-se politicamente em torno do Partido Nacional, a via chilena ao socialismo não continha nada de diferente ou inovador. Para eles não existia uma "via chilena" cuja natureza pudesse supor a indissociabilidade entre democracia e socialismo. No raciocínio da direita democracia e socialismo eram e continuariam a ser incompatíveis. O discurso e a proposta que ascendeu ao governo com Salvador Allende foram, para ela, apenas uma forma camuflada, permitida pelo sistema político chileno, de o movimento comunista internacional agir no sentido de levar o Partido Comunista ao poder, e com isso estabelecer a ditadura do proletariado.

O Chile vivia, segundo a direita, um insanável antagonismo. Os acontecimentos do período, para ela, nada mais revelavam que o socialismo para prevalecer só poderia fazê-lo destruindo a democracia. Ela via o governo de Allende como um governo que paulatinamente empurrava o país para uma desagregação total, o que iria possibilitar a implantação da ditadura do proletariado. Toda sua política esteve assentada nesta crença,e suas interpretações posteriores nada mais fazem do que legitimar a correção da sua política na época e justificar a necessidade de uma "ruptura radical" mediante a intervenção

das Forças Armadas no processo político. Para um analista da direita, a opção pelo golpe militar foi justa pois "colocava-se aos cidadãos a transcendente alternativa de mudar o poder político ou aceitar a submissão ao marxismo"(3).

Mesmo a obviedade não nos impede de afirmar que estamos diante do discurso do vencedor. No entanto, ao buscar atribuir à sua vitória um caráter de universalidade, os porta-vozes da direita desde cedo revelaram que compreendiam muito bem que o caminho proposto por Allende era diverso daqueles que a esquerda historicamente havia empregado. E o que, por exemplo, se explicita nas páginas do jornal **El Mercurio**, dias após o golpe: "... os fatos que aqui se sucederam têm ressonância universal, pois no Chile conseguiu-se fazer andar para trás o processo revolucionário marxista, que, regra geral é irreversível. O comunismo fracassou, ... foi derrotado na sua segunda estratégia, a via legal"(4).

Para a direita, obviamente o caminho dos processos não alterava a natureza dos resultados e ela procurou por todo tempo destruir o discurso legitimador do governo da Unidade Popular, identificando-o como um caminho inexorável para a ditadura do proletariado.

Após o golpe, as interpretações da direita legitimaram a intervenção militar, e consequentemente, a destruição da democracia chilena, como um fato necessário, buscando demonstrar, com os mesmos argumentos da época, que a incapacidade técnica e política da esquerda havia submergido o país no caos económico e na ilegitimidade política. As

interpretações da direita, portanto, procuram eximi-la integralmente da sua posição de ator político, também responsável pela situação que viveu o país.

O discurso de vencedor confunde-se, como é da sua natureza, com a leitura oficial dos fatos. Reproduzindo os argumentos da Junta Militar que assumiu o poder após o golpe, Gonzalo Santa Maria, professor de Filosofia do Direito da Universidade Católica do Chile, justifica, num discurso que se tornaria lugar comum nesta América Latina assolada por golpes militares, que as Forças Armadas e os Carabineiros decidiram "tomar o governo para restabelecer a ordem, a justica e a paz entre os chilenos" . O que mais impressiona, entretanto, é a sua espantosa frieza - ou até hipocrisia - ao dar a sua versão sobre o fecho da experiência chilena. Diz Santa Maria: "No 11 de setembro...Allende cai e se suicida sem pena nem glória, acompanhado por um número reduzidíssimo de fiéis que não o havia abandonado. O resto do país permanece em calma absoluta. Em Santiago, depois de alguns dias de limpeza de franco-atiradores, a vida retoma seu curso normal. E o epílogo pacífico de um tormentoso período da história chilena"(5).

Um outro representante da direita, não tão afeito a imagens literárias para o exercício da narrativa histórica, já que homem das armas e não das letras, mas nem por isso despreocupado com a simbologia que os fatos exercem sobre os homens, procurou atribuir ao bombardeio ao Palácio La Moneda, sede do governo, a razão para a resistência diminuta que o golpe militar enfrentou. Foi "necessário e conveniente" bombardear La

Moneda, afirmará 12 anos depois o Ministro da Defesa Patricio Carvajal, que no 11 de setembro esteve encarregado da preparação e coordenação das ações militares. "Foi um golpe tão forte" - dirá Carvajal - "tão fulminante, tão dramático, que convenceu o resto do povo, que podia fazer alguma coisa, que isto iria ser muito sério. Assim, creio que este golpe espetacular teve um efeito positivo: salvar muitas vidas"(6).

La Moneda, o símbolo máximo da institucionalidade chilena, em chamas, a dolorosa verdade de milhares de mortos, a desfiguração ultrajante que do ponto de vista moral a imprensa de direita consagrou à figura de um presidente respeitador da Constituição: este foi, segundo os conservadores chilenos, o preço que se devia pagar para "restabelecer a institucionalidade quebrada pela Unidade Popular" e sobretudo para restabelecer a "unidade nacional" dissolvida há várias décadas, na avaliação do "portentoso" historiador chileno, Gonzalo Vial(7).

1.2. A Visão dos Democratas-Cristãos

A vertente interpretativa de centro, como adiantamos, liga-se estreitamente aos intelectuais vinculados à Democracia Cristã e expressam muito diretamente o pensamento e as posturas desta agremiação política no período, tanto em relação ao projeto da via chilena ao socialismo quanto em relação aos acontecimentos que marcaram o governo encabecado por Salvador Allende.

O tema das reformas estruturais na economia e na sociedade também faziam parte do ideário político da DC chilena e haviam marcado a presença do democrata-cristão Eduardo Frei na presidência da República no período anterior a Allende. Do slogan "revolução em liberdade" que elegeu Frei em 1964, a DC, com Radomiro Tomic, apresentara para as eleições de 1970 a palavra de ordem "revolução comunitária" e seu programa continha elementos de muita proximidade com o programa da Unidade Popular. Quardo da posse de Allende, o presidente da DC havia declarado publicamente, ao buscar precisar uma posição equidistante em relação à esquerda marxista e à direita, que não existia "qualquer possibilidade de absorção ou aproximação" do PDC à direita tradicional. A posição política da DC estava projetada, segundo ele, "em termos firmes, numa atitude de esquerda cristã"(8).

No entanto, prevalecia na DC a visão de que no Chile não havia, fora dela mesma, outra alternativa democrática que pudesse conduzir as reformas estruturais, o que acabou por produzir no correr dos três anos de governo da Unidade Popular uma involução na posição inicial da DC: da confiança nas convicções democráticas do presidente Allende - celebrada no acordo político entre DC e UP que viabilizou sua posse - a DC passou, das críticas ao processo de transformações da economia realizado pelo governo da Unidade Popular à desestabilização política de Allende, ao endurecer as agendas nas negociações com o governo e ao recusar a participação de democratas cristãos, mesmo que individualmente, nos ministérios

chefiados por Allende, para, por fim, aceitar a idéia do golpe de Estado.

Como pano de fundo a nortear as desconfianças e a crítica dos democratas-cristãos em relação à proposição que vinha da esquerda de um Chile socialista, estava o temor de que uma estatização da economia levaria, ato contínuo, à supressão das liberdades, com um controle cada vez maior do Estado sobre a sociedade e, na linguagem da DC, o consequente estabelecimento de um sistema totalitário.

Para a DC, portanto, ou o projeto de reformas estruturais da UP seguia um percurso em que ela pudesse influenciar, dirigir e virtualmente controlar, ou não seria um caminho democrático. No jogo político, a situação de minoria no Parlamento vivida pela UP favorecia politicamente a DC e condicionava as suas posturas à necessária alteração do ordenamento constitucional para a consolidação das reformas que a UP colocava em prática. Por isso, a "via pacífica", na linguagem empregada à época pela DC, adotada pela Unidade Popular, para se manter como tal e dirigir integralmente as ações práticas levadas pelo governo deveria assumir o desenho conformado pela política da DC, caso contrário a esquerda encaminharia o processo para a "via insurrecional".

As interpretações dos democratas cristãos após o golpe militar de 1973 procuraram apontar a correção desta análise. Para Genaro Arriagada Herrera, um intelectual importante da Democracia Cristã chilena, a via chilena foi um "revisionismo que não nasceu" em virtude da "absoluta carência de

base politica do projeto presidencial"(9). A via chilena, concretizada segundo este mesmo autor na chamada "via politico-institucional", levou o governo conduzido por Allende a uma paralisia decisória na medida em que ele não se pautava nem por uma postura abertamente reformista e legalista, nem por uma postura declaradamente revolucionária que postulasse a insurreição(10). No primeiro caso, porque Allende não se inclinou ou cedeu à politica da DC, o que implicava obrigatoriamente uma ruptura com a esquerda, na medida em que a lógica desta era a "conquista total do poder". No segundo, porque Allende não aderiu abertamente à estratégia do "duplo poder" rumo ao estabelecimento da ditadura do proletariado, o que, como veremos, na leitura de Arriagada, não estava inteiramente descartado.

Não é difícil perceber que, prevalecendo qualquer uma das opções, já não se pode falar mais, quer do ponto de vista prático quer teórico, de uma via democrática ao socialismo. Nesse tipo de argumento, de resto, compreensível e justificado, vindo de um intelectual democrata-cristão, ou a construção do socialismo viria como resultado da tomada integral do poder, ou se deveria impor, através do governo, uma politica de capitalismo social, com as consequências já esperadas em ambos os casos. Entre duas versões do passado, Allende ousou buscar o novo, ainda que os limites do seu projeto e as dificuldades para implementá-lo tenham se revelado enormes e, por fim, intransponíveis.

Genaro Arriagada procura avaliar a experiência chilena fazendo uma crítica contundente ao projeto que deu sustentação ao presidente Allende. Ele observa - acertadamente - que a chamada "via político-institucional" foi formulada posteriormente à vitória eleitoral da esquerda. Tratava-se, segundo ele, de uma formulação política que continha cinco elementos básicos: uma política econômica, uma política de alianças sociais, o aproveitamento de alguns elementos da ideologia burguesa, uma política frente a legalidade e institucionalidades burguesas e uma política frente as Forças Armadas. O seu elemento central residia na avaliação de que no Chile, para se implantar o socialismo, era possível evitar a guerra civil, enquanto que outras concepções procuraram sempre afirmar a sua inevitabilidade(11).

Arriagada afirma - também acertadamente - que a "via político-instituicional" era entendida como uma tática distinta da "via insurrecional", esta concebida como a tática apropriada para o enfrentamento armado ou a guerra civil. Identificando via chilena à "via político-institucional", Arriagada entende que a via chilena nada mais era do que "um dos caminhos para alcançar a ditadura do proletariado". Na sua formulação:"todo o poder...pacificamente"(12).

Ele consegue captar muito agudamente uma ambiguidade presente nos textos de Joan Garcés, assessor político direto de Allende. Garcés, num dos seus textos mais significativos de definição da chamada "via político-institucional" afirma que o caminho político (como ele preferia

chamar)"...não exclui que surjam em algum momento os fatores que instaurem os supostos sobre os quais repousa o caminho insurrecional"(13). Para além da discussão mais geral em torno do papel da violência na História e nos processos políticos, o que Garcés procurava enfatizar é que os "fatores" que determinariam uma opção pela via insurrecional no caso chileno eram externos ao caminho político. Embora a ambiguidade quanto à definição de uma estratégia única que suplantasse os fatores situacionais apareça evidente, especialmente ao tratar a via chilena como uma tática, - e reside aí o limite mais sério das formulações de Joan Garcés, como veremos mais adiante -, não se pode afirmar, como faz Arriagada, que a via político-institucional levaria o Chile inexoravelmente à ditadura do proletariado. Esta conclusão é a que norteia Arriagada na análise dos acontecimentos da experiência chilena. Por isso, ele afirma - contra a evidência dos fatos - que a prática concreta do Governo e dos partidos que o sustentavam mais diretamente foi-se afastando progressivamente da "via político-institucional"(14). Não se pode atestar isso, a nosso ver, por exemplo, nem na política conduzida por Allende, nem na política levada pelo Partido Comunista, um sustentáculo político importante do Governo.

Arraigada entende que a "originalidade da experiência chilena" esteve na formulação da via político-institucional, mas, ao nosso ver, equivoca-se ao construir a sua interpretação sobre ela. A via político-institucional, diz ele, "era uma tentativa de compatibilizar a realidade econômica,

social e política do Chile com a ortodoxia marxista-leninista". Esta definia a estratégia (a conquista de todo poder), enquanto aquela dava suporte à tática (a via político-institucional). "A ortodoxia" - diz ele - "assegurou o objetivo estratégico e a realidade condicionou a tática"(15). As formulações teóricas de Joan Garcés, as intervenções políticas de Allende, principalmente nas suas duas mensagens como presidente ao Congresso Nacional, bem como o seu comportamento político por todo o período desautorizam, no nosso entendimento, qualquer interpretação quanto à perspectiva imediata e prática de uma conquista total do poder que rompesse com o ordenamento democrático chileno. Além do que, a própria caracterização que faz Arriagada da via político-institucional, citada acima, invalida que se possa dizer que ela estava assentada na ortodoxia marxista.

Por outro lado, Arriagada expressa, em relação à sua análise da questão da ortodoxia marxista como matriz teórica da via chilena, algumas contradições no corpo do trabalho. Em algumas passagens ele se refere à posição heterodoxa do presidente Allende, especialmente quanto à formulação da via chilena ao socialismo(16). Em outros momentos, tomando como exemplo ações político-práticas, procura equivaler a formulação de Allende à posição do Partido Comunista que, segundo Arriagada, "se orientou melhor (que o PS) a discutir a factibilidade de um transito "não-armado" para a ditadura do proletariado"(17). Se, de um ponto de vista prático, o fundamental era ter conquistado o governo pela "via

não-armada", então, diz Arriagada, "o acordo era total entre os comunistas e Allende". Mas, "se a via chilena era a forma de transição ao socialismo defendida por Allende na sua Primeira Mensagem Presidencial, vale dizer, aquela que não consistia na ditadura do proletariado e que aspirava um modelo novo de sociedade socialista, então, o Partido Comunista não só não compartilhava com o pensamento de Allende, como o repudiava"(18). Não se compreende, portanto, porque Arriagada procurou atribuir à ortodoxia marxista o fundamento que guiava a formulação do caminho político ao socialismo, assumido por Allende como a sua "via chilena". Estava claro que o Partido Comunista chileno se aproximava de Allende porque assumia como elementos táticos alguns elementos que Allende tomava como estratégicos(19). Isso era bastante visível e claro no que se refere à questão do Estado. A formulação de Allende na sua Segunda Mensagem Presidencial admitia um Estado que vivia um movimento de alteração da sua natureza de classe determinado pelo movimento da luta política dos trabalhadores num contexto de democratização política, o que apontava para a não necessidade da ditadura do proletariado na transição socialista(20). Esta visão estava presente também nos textos de Joan Garcés produzidos durante o período, e, segundo ele, a concretização de tal processo dependia do desenvolvimento político da chamada "via político-institucional"(21). A postura do PC era integralmente distinta em relação ao tema. E o próprio Luis Corvalán - secretário-geral do PC na época - que, mais tarde, afirmaria que as divergências com Allende se pautavam em torno

da idéia defendida pelo Presidente de que "a nossa via revolucionária conformaria um segundo modelo de realização do socialismo que excluiria ou faria desnecessária a ditadura do proletariado num período de transição determinado"(22).

Arriagada, a nosso ver, equivoca-se também no seu julgamento quanto ao andamento e comportamento dos partidários da via chilena no correr do processo. Ele atesta que "o esgotamento da via político-institucional abria passagem para a via insurrecional". No entanto, se isto é correto do ponto de vista do processo, o que fez vir à tona fatores que, sabia-se, embasavam a "via insurrecional", não se pode dizer que isso resultava do que estava formulado no projeto da via político-institucional. A partir de meados de 1972, afirma Arriagada, como decorrência do episódio da Assembléia do Povo de Concepción, "era o momento de encarar a institucionalidade burguesa e desafiá-la, enfrentando-a com um contra-poder, embrião de um novo Estado proletário"(23). A condução política do governo, contudo, não seguiu este curso e tanto Allende quanto o PC se opuseram drasticamente à Assembleia de Concepción, obrigando a uma autocrítica das outras forças políticas da esquerda chilena que a conceberam e a conduziram. Portanto, o andamento político que advogou o governo não foi o da passagem do caminho político para a insurreição, algo que se caracteriza como central no trabalho de Arriagada. Ele mesmo reconhece - e equivocadamente - que a tentativa da Unidade Popular de conquistar o Congresso nas eleições de março de 1973 "foi a última redefinição da "via político-institucional""(24). Ocorre que não se tratava de uma

redefinição e sim de um pressuposto daquela via e, de toda forma, a intenção e o fato contraditam a interpretação de que a partir de meados de 1972 se passava à via insurrecional.

A interpretação de centro, está claro, também buscou analisar o período condicionando-o ao projeto da via chilena ao socialismo e procurando marcar suas divergências e críticas quanto a ele. Tal interpretação, ainda que chame atenção para problemas reais, tanto do ponto de vista teórico quanto político, em relação àquilo que dava sustentação ao projeto defendido por Allende, não consegue deixar de concluir, junto com a direita, que "em **nenhum caso** (a via político-institucional) era um caminho para um modelo de transição ou para um ordenamento socialista distinto"(25).

1.3. A leitura da esquerda

A vertente interpretativa situada à esquerda pode ser dividida, grosso modo, em duas tendências. De um lado, como já indicamos, aparecem os trabalhos daqueles que, vendo no Chile de Allende um caminho de originalidade e criatividade política, ainda que apontando as suas limitações práticas, procuraram valorizar positivamente e legitimar o projeto da via chilena ao socialismo, e, de outro, trabalhos que, ao contrário, vendo na via chilena ao socialismo uma incompreensão teórica e política dos processos revolucionários, buscaram demonstrar as ilusões e os equívocos que se encontravam presentes naquele projeto, desde sua concepção até o seu desfecho.

O tema central dessas interpretações à esquerda é a relação entre o projeto da via chilena ao socialismo e a problemática da reforma e da revolução, reproduzindo a oposição reformismo **versus** revolução que demarcara as opções e ações políticas da esquerda nos anos 60 e 70, tanto no contexto latino-americano como no mundial.

O discurso do presidente Allende sempre foi bastante incisivo na sua definição pela revolução. Procurou, por todo tempo, enfatizar a sua diferença em relação ao "refomismo" da Democracia Cristã(26), tanto no que se referia ao seu programa imediato de transformações estruturais, quanto em relação aos objetivos de caráter socialista.

O projeto da via chilena ao socialismo defendido por Allende procurou garantir a unidade política da coalizão de esquerda na medida em que se fundamentava no desenho traçado pelo programa da Unidade Popular, ou seja, transformar a estrutura sócio-econômica do Chile para tornar possível a superação do sistema capitalista e o início da edificação do socialismo. Sempre esteve claro, portanto, o sentido da via chilena, e isso a legitimava perante toda a esquerda como um projeto revolucionário.

Projeto revolucionário, mas prática reformista. Era a contestação dos setores de esquerda que, dentro e fora do governo, se antepunham ao projeto defendido por Allende. Tais setores da esquerda chilena, durante o período, não chegaram ao limite de uma oposição antagônica ao governo e procuraram atuar no sentido de integralizar o processo

revolucionário buscando, impor a ele, através de suas ações práticas e de acordo com suas concepções, uma definição mais nítida. Isto significava, em outros termos, colocar o processo revolucionário chileno no eixo da revolução proletária de corte insurrecional, mediante a lógica do acirramento das contradições sociais.

Contrapondo-se a estes setores da esquerda chilena e trabalhando a partir da ótica da presidência da República, isto é, do Comitê Político da Unidade Popular diretamente ligado a Allende, alguns intelectuais, dentre eles, Joan Garcés, procuraram construir uma argumentação de cunho teórico, histórico e político que fundamentasse o projeto defendido pelo presidente.

O problema básico para estes intelectuais era fazer com que se compreendesse o que eles chamavam o traço "particular do caso chileno". Além do trabalho de assessoria política, os textos publicados por estes intelectuais em revistas específicas dedicadas ao processo chileno(27), procuravam marcar uma presença político-cultural objetivando o convencimento para suas teses, por um lado, e, por outro, buscavam uma intervenção de natureza propriamente política sobre a conjuntura.

Pode-se ler essas intenções, por exemplo, numa passagem de Joan Garcés, de dezembro de 1971: "Na situação chilena, um revolucionário que apoie o processo atual no que se refere à ordem pública, precisa compartilhar dois supostos: a) o Governo atual esta levando a cabo uma política de

orientação revolucionária;b)o aparelho institucional com que conta o Governo lhe permite avançar em sua ação revolucionária"(28). A incidência política destes textos foi muito relativa. Eles saíam assinados individualmente e não representavam um discurso oficial e tampouco partidário. Contudo, eles são indicadores do que havia de mais fundamentado a sustentar o projeto presidencial.

Novo poder revolucionário gestado através dos mecanismos tradicionais, nova institucionalidade conquistada progressivamente, sem ruptura violenta com a existente e mediante apoio majoritário da sociedade, expansão econômica ininterrompida e acelerada, melhorias imediatas e não só futuras, **welfare state** mais governo revolucionário, ordem pública e revolução social, simultaneidade entre legitimidade institucional e legitimidade revolucionária, estes eram os pontos centrais que balizavam a via político-institucional defendida por Joan Garcés(29).

Todos estes pontos, de forma geral, podem ser percebidos como norteadores da política levada pelo governo. Eles representavam traços gerais de uma política que,para muitos, parecia ser paradoxal. Como combinar ordem e revolução?

Para Joan Garcés, a revolução chilena exigia, além da defesa intransigente da legalidade, imperiosas "transformações institucionais" para se prosseguir pela via que vinha sendo traçada(30). Esta constatação, também do final de 1971, vinha embasada numa agenda definida e que, àquela altura, segundo Garcés, já não podia mais esperar: submeter a referendum

a proposta de uma nova Constituição para o país, uma constituição da transição socialista. Esta proposta foi defendida por Allende na sua Segunda Mensagem ao Congresso, em maio de 1972. No entanto, tal proposta, essencial segundo Garcés para o sucesso da via chilena, não conseguiu se transformar numa realidade concreta e permaneceu, pelo resto do período como um projeto, várias vezes redesenhado(31).

1.3.1. Em favor da via chilena

Derrotada a experiência chilena pelo golpe de 1973, o que se vai ler do testemunho daqueles que eram os partidários mais diretos do projeto defendido por Allende são, principalmente, as críticas em relação às incompreensões por parte do conjunto da esquerda chilena, no governo ou fora dele, em relação ao projeto da via chilena ao socialismo sustentado por Allende. Contudo, avançam-se nestes textos também críticas quanto à insuficiência do próprio projeto que, por ser inédito, também se deparou com problemas da mesma ordem. A abordagem do período é bastante semelhante: todos procuram traçar um percurso do processo e realçar o que de mais problemático impediu o sucesso daquela experiência. A ótica de cada um deriva, em geral, do lugar que ocupavam no governo e do que acreditavam ser decisivo, do ponto de vista político ou económico, para que o processo seguisse um curso favorável às forças sociais que apoiavam o governo da Unidade Popular.

Joan Garcés em **Allende y la experiência chilena**(32) procurou analisar o que ocorreu no Chile entre 1970 e 1973, realizando uma discussão, a um só tempo, histórica e teórica sobre os processos revolucionários circunscritos ao cenário de países que experimentaram, de uma alguma forma, "a revolução democrático-liberal, historicamente vinculada ao desenvolvimento do capitalismo industrial e aos conflitos sociais entre burguesia e classe operária"(33).

Ele abre o seu livro situando a experiência da via chilena ao socialismo de um ponto de vista cosmopolita valorizando-a como a experiência "mais moderna até hoje de revolução anti-capitalista", já que seus elementos continham "os germes de uma modalidade de transição ao socialismo nunca antes desenvolvido a um nível comparável", ou seja, "plena vigência da democracia como forma de vida no seio dos setores e organizações integrantes do bloco social popular, reconhecimento dos direitos políticos e civis à oposição, repeito ao estado de direito como norma de regulação da vida coletiva, rechaço à guerra civil como via de resolução das contradições sociais, livre exercício das liberdades de organização, consciência e expressão sem maiores restrições do que as contempladas em um regime legal fundamentado na vontade nacional manifestada através do sufrágio universal, livre, secreto e com pluralismo de partidos, etc.".(34).

Assim, para, Garcés, o que foi novo e desafiador na experiência da via chilena ao socialismo é que ela contraditava uma crença presente na tradição

revolucionária - existente mesmo antes do paradigma da Revolução de Outubro - de que o "verdadeiro" caminho da revolução era a ruptura com a legalidade. A luta do partido operário, nesta visão, teria que fatalmente desembocar na insurreição proletária, ou seja, o poder político da classe operária conseguido pela luta eleitoral culmiraria necessariamente na insurreição operária. A via chilena, no entendimento de Garcés, perseguiu a trajetória de uma "via político-institucional" que, ao contrário, concebia um **pacto com a legalidade** e supunha sua transformação pelos trâmites constitucionais. O suposto é que as condições chilenas avalizavam esta opção, e, de fato, por muitas vezes, Allende afirmara, quase que obsessivamente, que a força legitimadora do processo revolucionário no Chile repousava na sua legalidade.

O caminho chileno não foi para Garcés uma construção artificial. A crise chilena não implodia a legitimidade do seu sistema político. Por possuir uma classe operária de posições importantes na sociedade, um movimento operário com alto índice de unidade e organizações representativas, capaz de compor um arco de alianças sociais significativas e de possuir um sistema político de elevada democratização interna, com participação plural, legitimidade perante os cidadãos e garantido por um Estado de direito com sólidas instituições, o Chile se enquadrava no campo de possibilidades de uma via político-institucional. Era, portanto, possível aos trabalhadores "chegar ao poder" ali, na medida em que se conseguisse "reduzir as forças conservadoras a uma

situação de isolamento sócio-político e militar" que lhes impedisse recorrer à guerra civil(35). Voto e fuzil - sustenta teoricamente Garcés - não são contrapostos: "o que na realidade se contrapõe às formas de luta social pela via político-institucional não são os fuzis - mas os fusis abrindo fogo -, quer dizer, a guerra civil"(36).

Pelo argumento de Garcés, um processo revolucionário que segue uma das "vias táticas" - ou seja, a institucional ou a insurrecional - não pode "prosseguir pela outra se previamente não tenham desaparecido os fundamentos da primeira"(37). Assim, para Garcés, a via chilena era uma via democrática porque seguia o caminho político, o caminho institucional. Pode-se supor que os fundamentos da via político-institucional só se esgotam, portanto, com a abertura da guerra civil. E esta - em quaisquer das suas modalidades - só se torna possível pela "subversão" dos mecanismos de ordenação e regulação social - mecanismos de "coexistência e identificação coletiva" -, que abrirão passagem para o enfrentamento direto(38).

O caso chileno explicitou isso com uma clareza ímpar, mas na sua dimensão negativa, quando do desfecho do processo. Assim, quando sobrevem o golpe militar, a esquerda chilena não contava com um exército popular para se opor ao exército profissional do Estado. Mas, para Garcés, o problema não esteve aí. Ele é anterior e reside no problema da iniciativa política que, caso fosse permanente por parte do governo e da Unidade Popular poderia ter evitado aquele desfecho. Quanto ao problema do exército popular, contra-argumenta

Garcés: "afirmar depois: - deveriam tê-lo criado!", configura-se num recurso que não aborda o fundo do problema; "não o criaram" - conclui Garcés - "porque não era possível fazê-lo"(39).

O que, segundo o ex-assessor político de Allende, era possível e desejável que se fizesse no caso chileno era, em primeiro lugar, que as direções partidárias evitassem as confusões táticas entre via político-institucional e via insurrecional para que se pudesse ter garantida uma direção unificada entre os partidos da UP e o Executivo, e que o conjunto da esquerda o sustentasse integralmente. Em todo o período não foram poucos os episódios que evidenciaram uma dissintonia na ação política entre os partidos da esquerda e a presidência da República(40).

Em segundo lugar, importava impedir que a estrutura estatal fosse paralizada ou quebrada, quer pela emergência e avanço da crise econômica, quer pela inação política, o que implicava a máxima e permanente utilização dos recursos que oferecia o sistema político representativo, ou seja, acordos parlamentares, sufrágio universal mediante eleições e referendum, etc.. A questão da iniciativa política, sustenta Garcés, era decisiva para o sucesso do processo chileno. Era decisiva porque tratava-se de acumular os meios necessários para substituir o Estado vigente por um outro de caráter popular, na medida em que num "período de transição", onde o caráter de classe do Estado encontrava-se "em fase de mutação", era imperioso - uma vez que se havia conquistado o governo - "evitar a desintegração do aparelho de Estado"(41),

sustentando a sua forma liberal-democrática fundada na vontade geral.

A estratégia sustentada por Garcés junto à Presidência da República implicava a tomada de iniciativa política desde a posse do governo da Unidade Popular, pela via do referendum, objetivando assegurar ao governo meios instrumentais indispensáveis para evitar antecipadamente o desenvolvimento dos fatores que pudessem facilitar a insurreição cívico-militar das forças anti-socialistas(42).

Além das proposições programáticas da UP, que contavam com as medidas de nacionalização do cobre e dos setores estratégicos de produção e distribuição para formar a Area de Propriedade Social, bem como a instauração da participação direta dos trabalhadores em todas as dimensões do poder, na esfera pública e comunitária, o conjunto de proposições que, de acordo com Garcés, deveria ir a referendum a partir do dia da posse de Allende deveria contar também com uma proposição que visava suprir uma lacuna no programa da Unidade Popular. Tratava-se da proposta de dissolução do Parlamento e convocação de eleições, atributo específico da presidência da República, atribuição essa que só poderia ser utilizada uma vez durante seu período governamental.

A possibilidade prática do referendum passou a exitir institucionalmente no Chile no início do governo da UP e visava superar os eventuais conflitos entre Executivo e Legislativo. Isto porque não havia no ordenamento contitucional chileno nenhuma instância especial de arbitragem entre estes

poderes, mesmo que ocorresse uma forte crise. Nestas situações, argumenta Garcés, "ou o Executivo cedia, ou o fazia o Parlamento; mas, nem o primeiro, nem o segundo podiam apelar à mediação imediata do eleitorado"(43).

Assim, para Garcés, a crise do governo da Unidade Popular era, de toda forma, previsível e, ao início do governo, as forças predominantes da UP estavam inclinadas a evitá-la. Encontrando-se o governo em minoria no Parlamento, só havia duas maneiras, argumenta Garcés, de salvar o governo da crise: "ou acordo legislativo com um PDC dirigido por sua ala esquerda ou a apelação ao sufrágio universal para que ratificasse os projetos governamentais". "Do nosso ponto de vista", continua Garcés, "devia-se privilegiar a intervenção direta do eleitorado ao invés dos eventuais acordos com o PDC. Mas, enquanto ambas possibilidades apareciam como compatíveis ao final de 1970 e início de 1971, nossa análise nos indicava que depois seriam cada vez mais excludentes entre si. E o que havia que salvar a tempo era a paralisia das instituições em que se apoiava a força político-legal do governo"(44).

Este plano político inicial, assumido por Allende junto aos partidos da UP, foi rechaçado em novembro de 1970. Preferiu-se seguir a via administrativa para implementação do programa governamental e esperava-se que até fins de 1971 os centros nevrálgicos da economia estivessem incorporados a Área de Propriedade Social. O processo seguiu, mais ou menos, este curso, mas com saldos políticos bastante negativos. Nas eleições complementares(45) que se seguiram,

em julho de 71 o Partido Nacional apoiou um candidato da Democracia Cristã, pela primeira vez desde 1964; em janeiro de 72, a Democracia Cristã, pela primeira vez na sua história, apoiou um candidato do Partido Nacional. Dias após estes pleitos, informa-nos Garcés, o Comitê Político do governo colocou novamente a proposta de referendum aos partidos políticos da UP. Ainda aí, imaginava-se que existiam "os elementos mínimos para empreender uma vasta campanha de mobilização, onde os projetos de futuro do governo, formulados de modo coerente e concreto, seriam confrontados com os contraditórios entre si do PN e da DC"(46).

O não ao referendum por parte dos partidos políticos da UP foi, segundo Garcés, uma "decisão de enorme transcendência". "E neste período" - continua ele - "após quatorze meses de governo, que a UP perde definitivamente a iniciativa". A direita sentiu que o rechaço às urnas naquela oportunidade era uma demonstração de debilidade política da UP e, entre fevereiro e agosto de 1972, desencadeou uma campanha denunciando o carater eleitoralmente minoritário da esquerda. A negativa ao referendum significou, para Garcés, retardar para as eleições legislativas de março de 1973 a decisão política do que estava em jogo, isto é, qual o bloco social que iria dirigir completamente o poder do Estado (47).

Após o decisivo e duríssimo ano de 1972, as dificuldades para conduzir o processo político pela via institucional passaram a ser imensas. Em março de 1973 o Chile era um país literalmente dividido ao meio, com o Executivo

encurralado pelo Parlamento que fez aprovar, por iniciativa da Democracia Cristã, um projeto relativo às Areas de Propriedade da Economia que implicava desfazer tudo que se havia avançado em 1971. Em julho de 1973, o governo não aprova a reforma constitucional que implicava o projeto acima mencionado, nem recorre ao referendum objetivando legitimar o veto presidencial. A crise final, conclui Garcés, explodiria "violentamente dias mais tarde"(48).

Das críticas feitas por Garcés - muitas delas compartilhadas e assimiladas no plano da análise por diversos intelectuais partidários da via chilena - pode-se observar um avanço por parte destes em direção a uma postura autocrítica em relação ao projeto da via chilena, ainda que valorizando o estudo da experiência chilena como "um bom ponto de partida" no sentido de preencher vazios que poderão voltar a aparecer "em novas tentativas de transição ao socialismo em democracia"(49). E o que se lê no denso e cuidadoso estudo feito por Sergio Bitar, **Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende.**

Bitar aproxima-se de Garcés quanto à leitura do período, na medida em que também para ele "afirmar que o fracasso da experiência vivida no Chile já estava predeterminado em virtude da impossibilidade de (se) caminhar pela via institucional, tira todo o interesse da análise, além de ser inexato. Não explica, nem a vitória eleitoral nem três anos de governo"(50).

Como Garcés, Bitar não se questiona quanto à correção da estratégia proposta pela UP, ou seja, a realização de transformações estruturais no interior da institucionalidade vigente para que se atingisse uma situação "mais favorável para impulsionar a transição socialista". Aquela estratégia era viável no Chile para que se atingisse esta última, que Bitar define como situação objetivo.

A questão da viabilidade estava circunscrita, assim, ao entendimento de que o Governo da UP representava "uma etapa de um longo processo". E sutentava-se que esta etapa não deveria representar um confronto total e nem terminar "numa confrontação total", ou "numa crise revolucionária onde a situação de poder se esclarecesse"(51).

A situação objetivo, para Bitar, não era, portanto, a conquista do socialismo ou a resolução da questão do poder - por que vias fosse - no período governo de Allende. Era tão-somente a aplicação bem ajustada do que se propunha na estratégia global da UP para que mais favoravelmente as forças sociais que a apoiavam pudessem colocar na ordem do dia a questão da transição socialista.

Neste sentido sua análise diferencia-se da que fez Garcés. E o que se pode ler nas suas conclusões: "A experiência digigida por Allende era viável na medida em que existia uma alta probabilidade de conseguir progressos substantivos em direção a democratização da sociedade chilena e ao debilitamento e substituição dos grupos dominantes". Sua viabilidade "não se referia à transição socialista, nem mesmo à

construção da sociedade socialista". Seu alcance "consistia numa mudança radical na propriedade dos meios de produção estratégicos e no consequente fortalecimento do aparelho de Estado, num avanço à posições mais relevantes do proletariado e no consequente cerceamento, e depois destruição, dos grandes interesses nacionais e estrangeiros"(52).

No que se refere à análise do andamento político do processo, Bitar volta a aproximar-se de Garcés. O número de trajetórias possíveis para a implementação do programa da UP, era, para Bitar, limitado pelas condições impostas e sua viabilidade iria se processar condicionada à ação e reação de uma complexa rede de forças políticas. Bitar fala numa "zona de viabilidade delimitada pelas restrições de poder" que condicionava o que ele chama de o campo do possível. Ela estava ligada diretamente às "ações do governo, às reações da oposição e à própria inércia do sistema". No entanto, "as trajetórias contidas nessa zona eram viáveis"(53). Portanto, segundo Bitar, "uma coisa" era "o objetivo almejado e outra a trajetória eficaz para atingí-lo"(54).

"A situação inicial" - afirma Bitar - "caracterizava-se por certos determinantes histórico-estruturais e por uma realidade institucional, ideológica e cultural que permitia iniciar um processo de transformações e, por sua vez, impunha limites e restrições. O objetivo era uma situação nova com outras características estruturais e conjunturais. A questão fundamental - esquematicamente colocada - era como

percorrer o caminho entre essa situação inicial e a situação objetivo"(55).

O desenlace do processo chileno, nesta linha de argumentação, não era inevitável. Ao contrário, ao iniciar-se o processo, o programa proposto pela UP contava com um forte apoio. Assim, se as condições iniciais eram propicias e o golpe não era inevitável, que razões fizeram diminuir a viabilidade inicial e aumentar o cerco progressivo sobre o governo da UP?

Entre a situação inicial e a situação objetivo, a estratégia geral da UP esteve permanentemente em disputa no seio da esquerda em torno da opção por uma trajetória que lhe garantisse eficácia e viabilidade. A favor de Allende jogava a vitória eleitoral, sua posição à testa do governo e sua postura sempre muito coerente com o programa da UP. Contra ele, pesavam "a escassa elaboração teórica existente sobre a via política escolhida"(56) e concepções que a "confundiram e entravaram, desviando da via procurada"(57).

Como consequência, houve no curso do processo, de acordo com Bitar, uma crescente inadequação entre o que o programa da UP estabelecia, inclusive no que se refere aos seus limites, e o ritmo da sua implementação, que aliada aos erros cometidos, repercutiu diretamente no plano político conduzindo à derrota.

Num enfoque distinto ao de Garcés, enfatizando a primazia dos aspectos econômicos sobre os políticos- institucionais, Bitar ordena as insuficiências da experiência governamental da Unidade Popular, da seguinte forma:

"1) desarticulação do mercado, com suas enormes repercussões políticas; 2) desagregação da aliança social e de seu correlato numa aliança política; e 3) fraqueza do comando político para implementar uma única e clara estratégia"(58). Assim, caso os problemas relativos à direção e ao ritmo de implementação da política econômica da UP tivessem sido equacionados a tempo, impedindo as suas negativas consequências no plano político, o êxito da estratégia da UP, segundo Bitar, teria sido altamente provável.

Quanto ao andamento político do processo, como já afirmamos, as considerações que faz Bitar coincidem com a análise de Garcés. Da fase inicial, onde a UP enfrentou uma oposição dividida, evoluiu-se para um quadro no qual a direita foi capturando o centro político e, como consequência, da situação tripolar que possibilitou a vitória e a posse de Allende forjou-se uma progressiva polarização político-ideológica que, aos poucos, foi tirando a flexibilidade do sistema político chileno. Ao final de 1971, afirma Bitar, "o processo chegara a um ponto crítico, a partir do qual sua viabilidade diminuiria progressivamente"(59).

Bitar pontua, conclusivamente, uma série de inconsistências e críticas às formulações de natureza econômica e teórico-políticas que estiveram presentes na experiência da Unidade Popular. No que se refere à política econômica, Bitar observa que "enquanto a análise da oferta apoiou-se num marco eminentemente estrutural, as ações sobre a demanda inspiraram-se em conceitos keynesianos". Isto levou a

um desajuste que não conseguiu ser sanado entre políticas tendentes a modificar a composição e o nível de demanda, que repercutiram imediatamente, e as políticas atinentes à capacidade produtiva, isto é, supridoras da oferta, que demandariam prazos mais prolongados. Assim, conclui Bitar, "quanto mais espetaculares foram os primeiros êxitos mais graves resultaram os efeitos posteriores"(61).

A relação entre direção econômica e direção política, para Bitar, foi, em geral, de falta de sintonia. No plano do discurso político privilegiavam-se as mudanças estruturais, enquanto do ponto de vista prático buscava-se reponder às aspirações imediatas, agravadas mais ainda por uma "inclinação populista" dos partidos de esquerda que não conseguiram superar sua prática quando se encontravam fora do governo. De outro lado, os dirigentes políticos, no geral, por desconhecimento do funcionamento da economia, reagiam muito tardiamente em relação aos efeitos das medidas econômicas adotadas, quando as sua consequências já eram de difícil controle. Por vezes, exemplifica Bitar, seguiu-se orientações opostas: em meados de 72, uma parte da UP disputava a "batalha da produção", que implicava disciplina e esforço na administração daquilo que já era parte da APS, enquanto outra parte advogava o "poder popular", ou seja, que se investisse politicamente na socialização de novas empresas(61).

Embora mais preocupado com as questões de ordem econômica, Bitar aponta também como relevantes os problemas de direção política para o insucesso da experiência

chilena. A modalidade de relação entre o governo e os partidos que o apoiavam - na verdade, um governo presidencialista do ponto de vista constitucional acabou sendo um governo de partidos - jogou no sentido de uma fragmentação na implementação das políticas voltadas para diversos âmbitos da administração. Como os partidos procuravam manter a sua importância relativa em cada ministério ou empresa pública, nos altos e médios escalões, e seguiam suas políticas próprias, "o resultado foi uma compartimentação da máquina estatal, criando-se subsistemas de decisão por partido, que resultaram paralisantes quando havia divergências"(62). Atuando em novas circunstâncias, isto é, como partidos de governo, e sob o impacto de um processo constante e intenso de democratização política da sociedade onde afrouxavam-se cada vez mais os laços de lealdade entre partidos e massas mobilizadas, os partidos da Unidade Popular não conseguiram reduzir os riscos de extrapolação e de polarização. Segundo Bitar, os partidos da esquerda chilena revelaram que, na oposição, eram capazes de dar conscientização política para subir ao poder, mas, chegando ao governo, não demonstraram capacidade de canalizar a mobilização desencadeada, conduzindo-a politicamente, no sentido de uma regulação maior do processo. No discurso e na prática dos partidos da esquerda chilena "a ênfase nos esquemas finalísticos e nas utopias e o desprezo pela realidade e a conjuntura" constituíram-se, assim, em "fontes de deformações e frustrações"(63). A movimentação cada vez mais autônoma das organizações populares, uma característica da via chilena, "que assegurava o caráter democrático e

descentralizado do modelo social em formação"(64), acabou por diminuir a capacidade de direção dos partidos, fazendo com que eles oscilassem entre seu papel governante e sua função de expressar as aspirações das organizações populares(67).

Entretanto, todas essas distorções de uma prática política que deveria ser coerente e coesa, tinham razões mais profundas. O problema estava na aceitação da via chilena ao socialismo como uma via democrática a nortear a política dos partidos que formavam a da Unidade Popular. A esquerda chilena dividiu-se inteiramente quanto a esta questão essencial. Bitar constrói uma imagem interessante ao abordar este problema. Para ele, "a sombra da via armada sempre se projetou sobre a via institucional"(66). Pesou muito na prática política de alguns grupos da esquerda "um ideologismo", "um estilo verbalista" que alimentou "uma escalada de manifestações maximalistas", levando a que se encarasse a realidade de forma simplista e, no mais das vezes, a que se mimetizasse a linguagem elaborada em outras experiências revolucionárias. O uso abusivo, segundo Bitar, dos termos "massa", "inimigo principal", "poder total","revolução", fez com que se despertassem e se acentuassem "reações emocionais" na opinião pública, o que tendeu a ampliar os conflitos e tensões(67).

Recusando a ambiguidade em torno da opção pela via institucional, Bitar afirma incisivamente, que esta "era a única possível" no caso chileno e se fazia incompatível com a via insurrecional ou armada". Ele constrói o seu argumento, tanto do ponto de vista teórico, quanto histórico. Em

relação ao primeiro, Bitar defende a idéia de que "a escolha de uma via para a transformação de um sistema é um processo que vai sendo gestado durante um período longo e tem alcance para uma etapa histórica. Não é uma decisão tática e, assim, substituível em períodos curtos". Ela deve embasar um "projeto histórico" de hegemonia. Os elementos que sustentam este projeto "devem ir ganhando legitimidade entre amplos setores da população" e isto só se faz num longo processo que vá "cimentando uma aliança social e que, logicamente, antecede a tomada do poder e condiciona o exercício do governo"(68). Por outro lado, para Bitar, a via institucional respondia concretamente a uma lógica histórica evolutiva: "A UP e seu programa eram uma etapa de uma via institucional que se vinha desenvolvendo no Chile durante longos anos. O governo Allende não era a culminação dessa via e, portanto, não se resolvia ali o problema do poder, nem a construção socialista. Na medida em que era uma etapa, devia manter uma continuidade com a via institucional e não cabia pensar numa mudança repentina uma vez produzida a vitória eleitoral. Uma via armada não se decidia em meses, mas sim deveria ter sido a culminação de outro processo, de outra estratégia, inexistente no Chile"(69).

Como não houve uma direção política capaz de atuar incisivamente em torno de uma definição precisa que evitasse ambiguidades, confusões e mesmo indefinições, o processo derivou progressivamente para uma "dualidade" e teve como resultado, de acordo com Bitar, a absorção dos aspectos negativos de ambas as vias: "a ineficiência relativa de um

marco democrático amplo para conduzir o processo, e a perda de credibilidade entre os setores médios, ante a percepção de uma eventual confrontação violenta"(70). Na esquerda, pesou muito o "mito" da unidade a qualquer custo em torno apenas dela, dificultando as ações de sentido politico mais amplo que implicavam a confecção de acordos, já que a esquerda era realmente minoritária do ponto de vista parlamentar.

Bitar reconhece, por fim, que a UP teve empenho e um relativo sucesso, apoiada também pela ala esquerda da DC em conscientizar a sociedade chilena sobre a necessidade de transformações econômicas, mas lhe faltou atuar no sentido de conscientizá-la em relação às correlatas mudanças institucionais. A UP não conseguiu superar, segundo Bitar, um problema nuclear que enfrenta o pensamento marxista contemporâneo,ou seja, "o caráter democrático do processo socialista". Para que seu projeto fosse exitoso era essencial "esclarecer de que modo as mudanças de estrutura, de propriedade, de relações sociais de produção e o incremento da participação" ligavam-se ao aprofundamento da democracia. Enfim, era "imprescindível afirmar e demonstrar que a democracia é inerente ao socialismo"(71).

Ainda assim, ao término do seu livro, Bitar, dirige-se a liberais e socialistas marcando a sua posição de valorização da experiência que viveu o Chile sob Allende com a seguinte conclusão: "Aqueles que,a partir de uma perspectiva liberal, concluem que democracia e socialismo não são compatíveis e, em consequência, descartam o socialismo, não

compreendem a riqueza da experiência chilena e as possibilidades reais que abriu. Aqueles que, a partir de uma perspectiva das revoluções clássicas concebem a via insurreicional como único caminho, desconhecem a viabilidade de novas vias ao socialismo em sistemas sociais complexos"(72).

Garcés e Bitar, como procuramos descrever, realizam em seus trabalhos uma potente defesa da opção pelo caminho político-institucional feita no Chile sob Allende. Cada um a seu modo procurou argumentar em torno da sua validade e viabilidade diante circunstâncias políticas existentes. A análise que fazem, excetuando as diferenças interpretativas que existem entre elas, são fontes riquíssimas e foram utilizadas por outros estudiosos do tema, no Chile e fora dele, como veremos mais adiante. Elas foram utilizadas em virtude da imensa capacidade de apreensão que demonstram do andamento quer político quer econômico do processo e principalmente em vitude das apreciações críticas que fazem ao desempenho da esquerda chilena durante o período.

São trabalhos, evidentemente, legitimadores da via que se pretendia seguir no governo de Salvador Allende, são leituras da experiência chilena que visam justificar e sustentar um projeto que se desenhava no curso do processo. Não há nada que garanta que se as indicações agudamente críticas sugeridas por Garcés fossem seguidas pelos dirigentes políticos da Unidade Popular o processo chileno teria obtido sucesso. Muito ao contrário, não se configura nenhum despropósito supor que elas poderiam até mesmo ter antecipado o desfecho que veio a ocorrer

mais tarde. Há, sem dúvida, muitos aspectos da situação chilena que Garcés não consegue dar conta em virtude da sua razão política estar muito diretamente ligada à perspectiva da conquista do socialismo como algo a ser efetivado no governo Allende. E bastante sólido em Garcés o elemento **revolução** vinculado à noção de **vontade geral** e esta, por sua vez, encontrar-se situada na legalidade institucional. A construção de uma **outra** vontade geral, vinculada ao socialismo, dependia de fatores que a sua via político-institucional não abarcava. Quanto a Bitar, que procura, corretamente, ver o período como de uma etapa de transição distinta da transição socialista - embora isso apareça como contraditório até mesmo com os discursos de Allende - escapa-lhe distinções importantes como as que podemos anotar entre **condução política** e **direção política**. Os erros ou desvios da UP apontados por Bitar ligam-se muito mais à primeira do que à segunda. Uma inversão de quem ainda trabalha buscando sustentar o ponto de vista dos protagonistas evitando uma crítica mais profunda das suas ações. O tema da hegemonia, central no nexo democracia e socialismo, em Bitar, aparece como um elemento lateral e secundário, quando não, como um tema tratado a posteriori em virtude do fracasso da experiência chilena.

Percorrendo ainda a tendência de esquerda na literatura que procurou valorizar positivamente o projeto da via chilena, encontramos outros trabalhos de ex-auxiliares de Allende que procuraram um ângulo novo de abordagem para a sua interpretação.

Embora com análises menos estimulantes e menos críticas à Unidade Popular como as que foram feitas por Garcés e Bitar, Gonzalo Martner, ex-ministro no governo Allende, avança uma discussão interessante e elucidativa sobre a via chilena ao socialismo, no seu livro **El Gobierno del Presidente Salvador Allende (1970-1973): una evaluacion**, que merece também uma reflexão(73).

Diferentemente de Garcés e de Bitar, Martner prefere se referir à via chilena como uma "via pacífica ao socialismo". Os elementos dessa via pacífica, para Martner, estavam explicitados no programa da Unidade Popular, já que no programa expunham-se claramente as transformações de caráter econômico e social e supunham-se as transformações de natureza institucional que deveriam se processar.

Via pacífica, para Martner, identificava-se à via democrática porque esta havia sido a trajetória histórica na qual foi gestado, por vinte anos, o projeto que a Unidade Popular e Salvador Allende iriam defender e implementar para transformar o Chile. O projeto histórico de transformações que a Unidade Popular levou ao governo, de acordo com Martner, estava assentado na luta de classes e supunha a substituição das classes dominantes no poder por uma "nova hegemonia" sustentada por uma aliança de forças sociais que abarcava setores de pequena e média empresa, classes médias, classe operária e camponeses e demais setores de trabalhadores (74).

Sinteticamente, o projeto histórico da Unidade Popular, de acordo com Martner, fundamentava-se em "seis

idéias-força": nacionalização das principais riquezas minerais do Chile, reforma agrária , distribuição dos monopólios, redistribuição da renda nacional, desenvolvimento com estabilidade e superação da hegemonia internacional dos Estados Unidos. Era um projeto, portanto, de superação do que os economistas chilenos da época definiam como "capitalismo dependente". Superar a dependência da economia chilena, supunha, portanto, superar a forma pela qual o capitalismo estava organizado no Chile e instituir, uma "nova economia".

Dos ex-colaboradores de Allende, Martner talvez seja aquele que mais explicitamente conclua que o governo Allende "não foi socialista". Ele, na realidade, diz Martner, se propunha realizar transformações e "avançar para uma sociedade socialista e democrática"(75). O que se depreende, portanto, é que o governo Allende, segundo Martner, pode ser melhor caracterizado como um governo constitucional, mudancista, transformador, revolucionário, mas não como governo socialista, porque não o implantou no seu período e nem era a sua intenção fazê-lo no mandato de seis anos. Esta é uma avaliação que se aproxima daquela feita por Sergio Bitar. Martner concorda com Bitar quanto à etapa que caracterizava o governo de Allende, uma etàpa de configuração da "nova economia", enquanto para Garcés esta etapa, por sua própria natureza, era insustentável sem a transformação do caráter de classe do Estado, o que implicava um avanço decisivo e rápido para o socialismo. Na sua avaliação, Martner apenas atesta a necessidade de mudanças institucionais - respaldado no discurso de Allende - mas, não atribui

exclusivamente a elas, ao contrário de Garcés, os elementos decisivos para o sucesso do projeto da Unidade Popular.

A análise de Martner centra-se no plano estrutural, isto é, na avaliação da viabilidade do caminho proposto para o Chile em virtude da compreensão que tinham os economistas da esquerda chilena quanto à necessidade de superação do capitalismo dependente e da estreita relação entre Estado, economia e sociedade que o caracterizava. Esta análise era respaldada, de acordo com Martner, nas conclusões de Hilferding e Rosa Luxemburgo a cerca do papel do Estado na etapa monopolista do capitalismo. Nesta etapa do desenvolvimento capitalista o papel do Estado era essencial. Não se vislumbrava uma "quebra" do capitalismo como algo inevitável, mas sim como resultante da "ação de forças sociais e políticas, num movimento encabeçado pela classe trabalhadora e seus partidos políticos, conseguindo estabelecer um sistema econômico basicamente **racional**"(76).

A questão do caminho a ser adotado no Chile estava, portanto, circunscrita a uma lógica que concebia a implantação de uma **nova economia**, fundada numa **nova racionalidade**, e conduzida pelo Estado, como o lugar decisivo para transformação substantiva que se queria realizar na sociedade chilena. Esta avaliação coincide também com Bitar quanto à crítica que este faz em relação ao encaminhamento dado a formação da APS, onde se privilegiou mais o formal do que o real, distanciando-se da busca de uma nova racionalidade econômica.

O Estado chileno, segundo Martner, havia-se constituido de forma a possibilitar a introdução desta nova racionalidade na medida em que, a partir da década de 20, com substancial incremento nos anos 30, havia se transformado em Estado "intervencionista, regulador, benefactor e inversor"(77). Estava legitimada,assim, a estratégia de transformação pelo interior do Estado, sem uma ruptura violenta, implicando o seu uso adequado para que fosse possível a partir daí a transição ao socialismo.

A idéia de uma **nova racionalidade estatal** que dirigisse as mudanças econômicas e sociais,era, então, para Martner, o substrato do projeto da via chilena. Por esta razão ela não se pautava pelo que se denomina modelo leninista de revolução. De acordo com Martner, sua inspiração, ainda que não inteiramente explicitada, vinha mais do austromarxismo que do bolchevismo.

Os supostos teóricos e práticos do austromarxismo, desenvolvidos principalmente por Otto Bauer nas três primeiras décadas do século XX admitiam que, (a) a economia havia se centralizado através dos cartéis e o Estado havia se ampliado para criar uma certa racionalidade;(b) haviam surgido e se desenvolvido serviços de bem-estar social, controlados pelo Estado; e(c)operavam-se mudanças na estrutura social, com a emergência de uma ampla classe média. O projeto revolucionário dos austromarxistas supunha, portanto, uma aliança social entre tabalhadores e amplos setores das classes médias no sentido de configurar uma maioria social para o

socialismo. Era necessário, portanto, nestas novas circunstâncias históricas, um processo de ampla conscientização da maioria da população para que pudesse ser possível a via pacífica ao socialismo.

A abordagem de Martner da via chilena, tomando como referência o austromarxismo - para nós a contribuição mais decisiva do seu trabalho - abre a perspectiva para que se enfrente um problema frequentemente eludido nas análise da experiência chilena, qual seja, a anteposição entre reforma e revolução. O projeto da via chilena passa a ser, então, abordado pensando-se a simultaneidade de reforma e revolução no seu interior.

Os austromarxistas, segundo Martner, consideravam a necessidade desta simultaneidade não apenas em virtude das novas circunstâncias do capitalismo, mas também, e principalmente porque no seio do movimento operário existiam tendências reformistas e revolucionárias, havendo a necessidade de uma "certa combinação" destas duas tendências. Dessa combinação é que irá surgir, com Otto Bauer, o conceito de "revolução lenta", ou, como também se qualificou, "revolução através de reformas".

No caso chileno, afirma Martner, a construção da nova economia que "não seria nem capitalista nem socialista, mas o motor para avançar para o socialismo", bem como a construção de um Estado a serviço "das maiorias trabalhadoras", significando "uma mudança na estrutura da poder político", configurariam ações revolucionárias, enquanto a intervenção do

governo nos planos do emprego, da redistribuição de renda, educação, saúde, previdência, etc., conformariam ações reformistas.

A combinação destas ações e a velocidade das transformações implicavam no Chile a adoção de uma posição gradualista que, de acordo com Martner, era a posição defendida por Allende. Neste sentido, a reforma não conduzia a revolução e sim uma nova concepção de revolução passava a ser colocada em prática, uma concepção não-dogmática que apontava para a configuração no Chile de uma "sociedade socialista democrática", onde (a) o sistema econômico seria socialista, com empresas estatais e cooperativas, pequena e média propriedade,(b) o Estado regularia as questões relacionadas ao bem-estar social, e (c) a sociedade seria democrática, participativa e pluralista(78).

Martner, de toda forma, contribui de maneira decisiva para a uma compreensão mais aprimorada do projeto da via chilena ao socialismo. Em relação a Garcés e Bitar, como já dissemos, há um avanço na medida em que se tenta buscar um lugar e um sentido mais definido para o projeto da via chilena, embora um sentido concebido **a posteriori**. No entanto, a análise de Martner, ao contrário de Garcés e Bitar, não consegue enfrentar os problemas gravíssimos com os quais tal projeto se deparou. Ao buscar fixar sua abordagem da experiência chilena no interior da tradição teórica e política que problematiza a transição socialista, Martner não possibilita um alargamento de horizontes para a análise dos dilemas políticos e teóricos que a esquerda enfrentou no período. A experiência chilena mesma fica

mal analisada como um processo de agudas lutas sociais e políticas. E isso ocorre porque é sua explícita intenção pautar o seu trabalho no sentido do "restabelecimento de verdade" e isto, segundo Martner, deve ser feito a partir da ótica e da lógica de um único ator: o presidente Salvador Allende. A esquerda chilena, assim, aparece como um ator político não submetido à crítica e, por conseguinte, a relação entre processo e projeto fica sem ser analisada.

1.3.2. Revolução versus via chilena

Nas interpretações de esquerda sobre a experiência chilena, como indicamos, pode-se identificar uma outra abordagem radicalmente oposta àquelas que apresentamos acima. Nelas o projeto da via chilena é visto como o maior responsável pelo fracasso da revolução que se apresentava à esquerda chilena no período de 1970 a 1973.

Assim, para outros analistas que, vão formar uma segunda tendência interpretativa da esquerda sobre a experiência chilena, examinar o período da Unidade Popular valorizando a opção de chegar ao socialismo pela democracia, significava compactuar com uma política que, segundo essa visão, acabou levando ao desastre. Trabalhar ou discutir, por exemplo, os problemas levantados por Garcés, Bitar e Martner, passa a ser, para estes analistas, algo pouco relevante, ou mesmo irrelevante, diante do equívoco integral que marcava a opção feita pela esquerda que sustentou Allende no governo. Esta

segunda tendência interpretativa de esquerda marca, portanto, sua discordância tanto frente à proposição adotada de transição ao socialismo em democracia quanto ao encaminhamento político dado por aqueles que conduziram o governo ao longo de todo processo.

Boa parte dos trabalhos que formam esta segunda tendência expressam um alinhamento muito direto com os setores da esquerda chilena que, no governo da UP e principalmente fora dele, propunham um outro encaminhamento político. Estes setores eram formados basicamente pelo MIR(Movimento de Esquerda Revolucionário), pelo MAPU, pela Esquerda Cristã, e por parcelas do PS. Estes setores da esquerda, no período, conceberam, através de estratégias diversas daquelas seguidas pelo governo, a chamada alternativa do "polo revolucionário" que permaneceu no cenário político em atividade sem, no entanto, se contrapor aberta e frontalmente a ele.

E importante frisar que o MIR foi o único agrupamento político de maior relevância da esquerda chilena que permaneceu fora do apoio à candidatura de Salvador Allende na campanha eleitoral de 1970, levando, até poucos meses antes da eleição uma prática de ações armadas que visava a desestabilização do processo eleitoral. Com a vitória da UP, o MIR muda sua postura, mas não sua posição, constituindo-se durante todo o período na força oposicionista à esquerda mais ativa.

Para o MIR, a chegada da esquerda ao governo não resolvia o problema fundamental que coloca toda revolução, ou seja, o controle total do poder de Estado por parte dos

trabalhadores.O que ele se propunha fazer diante das novas circunstâncias políticas, e esperava que o governo da UP assumisse também essa tarefa, era trabalhar no sentido de criar, à base da mobilização de massas, uma alternativa de poder ao Estado burguês chileno. Tratava-se, assim, de preparar politicamente as massas para a inevitável confrontação armada. Para o MIR, portanto, não cabia falar de uma transição ao socialismo sem resolver previamente o problema do poder. E a estruturação de uma política alternativa - na linguagem da época utilizada pelo MIR - "independente do governo e antagônica ao poder burguês"(79), significava encaminhar a solução de um problema político decisivo que, segundo seus dirigentes, estava escamoteado na proposta da via chilena defendida por Allende.

A posição do MIR em relação à proposição de uma via chilena ao socialismo como distinta de outros modelos revolucionários era bastante dura. Miguel Enriquez, na época seu secretário geral, afirmava ser necessário "acabar com todas essas mentiras segundo as quais se trataria aqui(no Chile) de uma via chilena para o socialismo, de um segundo modelo de transição". E concluia: "Trata-se de determinar em que quadro se faz a revolução. E a partir do aparelho de Estado, atribuindo essencialmente às massas um papel de acompanhamento,de instrumento, mas nunca o papel fundamental, ou é a partir do próprio movimento de massas"(80).

Em termos gerais, o MAPU coincidia com a posição mirista, embora estivesse atuando nos quadros

governamentais e expressando apoio partidário ao governo da UP. Na resolução do seu II Congresso, de dezembro de 1972, defendendo a "ruptura revolucionária" pode-se ler um ataque direto à política de Allende: "...nós não fazemos do desejo de evitar a luta armada ou a guerra nenhum requisito estratégico de nossa política"(81).

Com matizes diversas esta era também a perspectiva de grande parcela da intelectualidade de esquerda da época, que não via com muito otimismo o caminho escolhido pela UP. No balanço final de um simpósio internacional realizado em Santiago, em outubro de 1971, Theotônio dos Santos indicava aquele que deveria ser, segundo ele e muitos dos participantes, o papel chave a ser desempenhado pelo governo da UP: "criar condições para a tomada do poder... através da constituição do poder alternativo e não da conquista gradual do poder do Estado existente"(82). Rossana Rossanda, a intelectual marxista italiana do grupo que elaborava o jornal **Il Manifesto**, foi mais incisiva no seu diagnóstico sobre o Chile ao escrever em novembro de 1971, que para a classe operária conquistar o poder era necessário que do reformismo de Allende se passasse à revolução, completando em seguida: "como todos os reformismos, a via chilena é atacada pela direita e pela esquerda; cedo ou tarde Allende será obrigado a mudar a via"(83).

Esta era não só a perspectiva política que orientava a análise e a prática política de parcelas significativas da esquerda chilena, dentro e fora do governo, como também a base em que se assentava a crítica marxista à

experiência chilena feita pela então chamada **gauche revolutionnaire** que brilhou na passagem dos anos 60 para os anos 70 a nível internacional.

Nas avaliações posteriores feitas por esses intelectuais ou por políticos que se pautavam por tais posturas e avaliações, o que aparece com muita força é a atribuição de responsabilidade aos ideólogos e estrategistas do governo pelo desfecho do processo. Este, assim, é concebido como resultado direto do equívoco que informava a concepção que dava substrato à estratégia adotada. Contrapõe-se diretamente a lógica do "polo revolucionário" à proposição do caminho político-institucional. Toda argumentação se desenvolve no sentido de desmontar e destruir a estratégia que foi seguida. A derrota é atribuida à recusa por parte do governo da UP em assumir um papel revolucionário, em estruturar sua política no plano das instituições existentes e não na vitalidade do movimento de massas. O que se defende é que não apenas havia a necessidade de uma mudança de via, como também a existência no Chile de viabilidade para que esta mudança fosse operada.

Ainda que apresentando enfoques e tratamentos investigativos relativamente diferentes, pode-se encontrar esta avaliação, por exemplo, nos ensaios produzidos por Carlos Altamirano, Eder Sader e Rui Mauro Marini(84). O trabalho de Sader demonstra muito explicitamente, o tratamento dado pelos autores desta segunda tendência de esquerda. Para ele, não se trata de analisar os fatos políticos, que certamente eram reais, mas sim suas causas, isto é, a própria

concepção global da UP. E ela, afirma Sader, que "teremos de julgar"(85).

Pelo enfoque, valores, concepções acerca dos processos revolucionários e principalmente por sua vinculação política às organizações da esquerda chilena que, no fundo, marcam indelevelmente os seus trabalhos, não é difícil supor o veredicto ao julgamento proposto por Sader. No entanto, também não é difícil perceber que, movidos por objetivos tão precisos, estes autores acabam por operar um reducionismo no plano da investigação que os impede de levantar e discutir questões bastante sérias que, quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista prático, isto é, ligadas a realidade histórica chilena, impediram o próprio desenvolvimento da estratégia que o governo da UP esposou. Não há neles uma análise mais acurada e detida sobre as instituições políticas chilenas no sentido de observar as suas possibilidades e os seus limites em relação ao projeto da via chilena. Tudo se resolve em colocações acerca da natureza do Estado burguês e do destino de todo e qualquer processo revolucionário. Os dilemas e impasses políticos concretos que surgiram a partir do momento em que a esquerda foi ao governo, as dificuldades em implementar o seu programa, respeitando as instituições vigentes, são contrapostos pela visão de outros atores políticos que padeciam, por sua vez, também de insuficiências já que também eles não levaram a estratégia que defendiam até o fim, isto é, até a ruptura com o reformismo - o que significava concretamente romper com o governo - e a instalação efetiva da dualidade de poderes. Por que não o

fizeram? Talvez a resposta possa coincidir com aquela que foi dada por Joan Garcés: não o fizeram porque não era possível fazê-lo! A ironia ao lançarmos mão da mesma pergunta e da mesma resposta dadas pelo maior opositor a estes setores da esquerda chilena, talvez seja a contestação mais forte a uma opção deliberada pela recusa em se observar o mundo das circusntâncias políticas reais, aquele que, bem lido, decide a **"fortuna"** de quem se quer vocacionado ao poder e à política. Mas, de toda forma, as respostas dadas por ambos, independentemente das suas intenções ou retórica política, no caso, torna literalmente iguais acusadores e acusados.

Não é casual, portanto, que uma certa dose de fatalismo apareça nas análises destes autores. Carlos Altamirano, por exemplo, utiliza-se de uma metáfora muito elucidativa ao concluir sobre o que ele chama "o destino do processo". Afirma Altamirano: "E como o estado de um canceroso... [que] se agrava com outras sérias complicações ligadas à doença principal. Estas últimas devem ser verificadas, pois, em conjunto ou separadamente, podem acelerar o fim. Entretanto, é o câncer que inevitavelmente, provocara a morte"(86).

De toda forma, neste primeiro recorte da literatura sobre o período de 1970 a 1973 o que quisemos reter é a prevalência da visão dos protagonistas na avaliação do que ocorreu. De uma forma geral, em todas as interpretações até aqui apresentadas lê-se o período tomando o projeto da via chilena como seu maior referencial. O que se objetiva é afirmar a

correção ou não daquele projeto dependendo do lugar de onde se fala. A literatura repõe os atores políticos no cenário para que, afirmando cada um as mesmas leituras e intenções, se reviva a cena histórica passo a passo sem que se ultrapasse a lógica dos protagonistas.

É evidente que, apesar disso, nessa literatura são levantados pontos e questões importantes à compreensão do que se processou, especialmente, a nosso ver, por aqueles que procuraram valorizar a opção feita no Chile. Ainda assim, o próprio período acaba ficando demarcado nestas análises pela inclinação muito forte de seus autores na defesa do projeto que se esposava. Mas, mais do que isso, é o próprio projeto que não é submetido a uma análise crítica em seus próprios termos. Não se submete à crítica a cultura política que informava tanto a prática que a esquerda levou no Chile quanto o que fundamentava o projeto da via chilena. Comprender melhor o período através de outros e novos enfoques, ultrapassando a ótica e a fala dos protagonistas, passa a ser decisivo para nossa discussão sobre a via chilena ao socialismo.

2. COM OS OLHOS NA DEMOCRACIA

O primeiro recorte que fizemos na literatura sobre a experiência chilena tomou como referencial o tema da revolução. Nele todos os trabalhos analisados, de uma forma geral, aparecem ancorados nesta problemática, cujo centro é o projeto da via chilena ao socialismo. Como também observamos,

há uma forte presença naqueles trabalhos da visão dos protagonistas do processo, fazendo com que as interpretações estejam pautadas pelas concepções ideológicas e políticas que informavam os atores sociais em luta.

Em nossa perspectiva é possível realizar um outro recorte da literatura sobre o período de 1970 a 1973, tomando trabalhos mais recentes que foram produzidos na segunda metade da década de 70 e especialmente na década de 80. A temática que prevalece nestes trabalhos passa a ter na democracia e prospectivamente nas virtualidades de uma transição do regime autoritário que se instalou no Chile a partir de 1973, bem como nas possibilidades da consolidação democrática, o seu referencial mais significativo.

Essa mudança de enfoque obedece também a um fenômeno mais vasto que envolve o conjunto de países latino-americanos que nas décadas de 60 a 80 passaram pela experiência dos regimes autoritários. Como observou Norbert Lechner, a respeito dos recentes processos políticos latino-americanos e da discussão político-intelectual que se reportou a eles, "se a revolução é o eixo articulador da discussão latino-americana na década de 60, nos anos 80 o tema central é a democracia(87).

Assim, a exigência posta sobre as formas de se discutir o presente influiu diretamente na maneira de se olhar o passado. No caso chileno, o lugar que o golpe militar de 1973 passou a ocupar na história alterou-se: tratava-se, então, de vê-lo antes como o colapso da democracia que o Chile viveu desde os anos 30. O golpe de Estado não significou, assim, apenas a

derrota política do socialismo, representou a destruição da democracia chilena e de tudo que ela significava do ponto de vista econômico, social e cultural, ou seja, da forma de integração social e nacional que o Chile havia conhecido. O período de 1970 a 1973, portanto, passa a ser visto tomando-se como referencial as profundas alterações sofridas pelo país em decorrência da implementação das políticas de corte neoliberais realizadas pelo regime conduzido pelo General Pinochet.

Desta forma, quer ainda mantendo-se como referencial de análise do período o projeto da via chilena ao socialismo, isto é, reivindicando uma perspectiva abertamente de esquerda com vistas à conquista de uma maioria que democraticamente possa postular o socialismo, quer tematizando os problemas da realidade chilena atual de forma mais ampla, procurando um outro e também novo sentido de "refundar a República", pela via da transição à democracia, esta literatura jogou uma nova luz sobre o período, levantando problemas até então não percebidos e trabalhados. De uma forma ou de outra, portanto, a experiência pinochetista acabou por obrigar a que se olhasse de forma distinta e através de categorias novas o período governamental da Unidade Popular.

Ainda que de maneira paradoxal, resgatar a identidade da esquerda no Chile após a fratura vivida em 73, impunha a admissão de um pressuposto, qual seja, a de que toda a crise ou frustração de um processo social é também a crise das categorias com que foi analisado(88). Por esta razão, a esquerda chilena sob Pinochet passa a estar diante de um desafio

inarredável: a sua continuidade implicava a sua reinvenção e isso só se apresentava como possível se ela submetesse à crítica mais profunda o processo que ela havia liderado e dirigido. Como observaram Manuel A. Garretón e Tomás Moulian, "esquerda chilena será sempre a esquerda que fez a Unidade Popular. Mas, ao mesmo tempo, não será nunca mais a esquerda da Unidade Popular. Sem reivindicar esse período da história não havera política de esquerda no Chile. Tampouco ela existirá se quiser repetí-lo"(89).

As lições que a esquerda chilena pode extrair deste período, segundo esses mesmos autores, exigem mudanças em vários planos. Não se pode mais supor que a construção de uma nova sociedade passe apenas e exclusivamente por transformações econômicas. E preciso admitir integralmente que segurança e ordem são de fato, aspirações legítimas da população. Que representação partidária e movimento popular devem viver uma nova relação que suponha diversidade e autonomia. Que, por fim, processos de transformação da sociedade não podem levá-la a graus tão elevados de polarização que a deixem sob o governo das paixões, tendentes à exacerbação(90).

Por outro lado, se o golpe de 73 significou o colapso da democracia que se havia construído no Chile, ele abriu, então, um **"novo cenário"** marcado por contradições também novas. Ultrapassa-se, assim, a imagem de "término da história nacional" e abre-se a problemática sobre o tipo de transição possível do Chile à democracia. A reinvenção da esquerda no Chile passa a ter diante de si um novo desafio e de muito

maior densidade do que o simples resgate das suas tradições históricas e da sua identidade ideológica. Ela passa a estar condicionada à sua capacidade de compreender e de intervir no processo político da transição do autoritarismo para a democracia. Conseguir pensar aquele novo cenário do país, de uma sociedade que passou a viver fortes sintomas de desagregação da sua própria identidade sob o impacto da política neoliberal implantada pelo regime autoritário, colocava obrigatoriamente à esquerda o problema de formular o **seu** projeto para uma **ordem democrática estável**, o que aludia diretamente ao tema do consenso social **latu sensu**, ou seja, à postulação de um consenso que, rompido em 1973, passados os anos do autoritarismo, o projeto neoliberal implementado no Chile não conseguira refundar sob a sua lógica(91).

A perspectiva de intervenção política na crise do regime autoritário e a temática de uma ordem democrática estável é que vai alimentar a reflexão em torno da natureza do consenso social que o Chile viveu até a ruptura de 1973. A visão prospectiva do futuro passou a iluminar a reflexão sobre a força e a fraqueza do consenso que possibilitou a longa estabilidade democrática do Chile. Se o consenso que a sustentava se quebrou em 1973, passa a ser necessário, além da análise da prática dos atores sociais e políticos daquele longo período, discutir e formular os elementos de flexibilidade recomendáveis para o funcionamento de uma nova ordem democrática que, por suposto, encontravam-se ausentes nos atores políticos que viveram sob o ordenamento democrático pré-73.

No que se refere mais diretamente ao nosso tema de discussão, o resultado dessa reflexão acabou levando ao questionamento acerca da natureza da crise de 1973. Embora apresentem diversos pontos de intersecção entre si, podemos observar que, entre os autores chilenos, aparecem, grosso modo, duas abordagens distintas. O que se observa é que a análise da crise de 73 é periodizada de forma muito mais ampla do que se fez anteriormente, quando as análises se reportavam simplesmente aos acontecimentos do governo Allende. Realizando e recorrendo à pesquisas exaustivas sobre diversos planos da história contemporânea do Chile, bem como sobre o período da Unidade Popular e também, no caso de alguns autores, a uma literatura que extrapolou o universo intelectual considerado de esquerda, conseguiu-se um resultado muito positivo quanto ao levantamento de novas questões para a compreensão da ruptura histórica de 73.

A primeira abordagem recolhe-se dos trabalhos de Manuel A. Garretón e Tomás Moulian(92). Para estes autores, a crise chilena do início dos anos 70 e que acabou levando ao golpe de 1973 pode ser definida como **conjuntural**. Foi uma crise que, aos poucos, foi se avolumando, como resultado de ações políticas concretas. A caracterização de conjuntural visa responder ao fato de que ela foi sendo produzida, não como algo mecânico, inevitável, desprovida de controle.

A hipótese de que partem Garretón e Mouliam é de que a luta política que se desenvolveu entre 1970 e 1973 iniciou-se numa situação de **crise parcial** que evoluiu para uma situação de **crise total**. A noção de crise parcial é tomada

como referencial na medida em que ao se iniciar o período não existia ainda uma crise do regime político democrático, fato esse que garantiu a posse de Allende. No correr do processo a polarização político-ideológica, e os conflitos sociais e políticos acabaram por produzir uma situação de desinstitucionalização, atingindo a legitimidade do regime político democrático. Para estes autores, portanto, analisar o período da Unidade Popular é buscar dar inteligibilidade às conjunturas que marcaram a passagem da crise parcial para a sua totalização.

A natureza da crise parcial derivava da existência, de um lado, de uma crise do tipo desenvolvimento capitalista dependente, existente no Chile, incapaz de assegurar um crescimento constante, auto-sustentado e de redistribuição de riquezas e, de outro, uma crise do Estado de compromisso que se formara desde os anos 30, incapaz de assegurar uma direção política estável para solucionar a crise de desenvolvimento. A crise era parcial, como já dissemos, porque não atingia a legitimidade do regime político.

Esta leitura da conjuntura chilena do final da década de 60 e início da década de 70 contradita a visão de amplos setores das forças políticas da época, não apenas marxistas, que viam no Chile o desenho de uma crise integral(93). Como já indicamos no primeiro capítulo a proposição do socialismo por parte da Unidade Popular respondia diretamente à leitura da crise como integral.

Na interpretação de Garretón e Moulian, no entanto, só se pode entender o projeto sócio-político da Unidade Popular através da noção de crise parcial. O projeto da UP, segundo eles, aparecia como uma alternativa real e possível à situação de crise parcial. Eram duas as alternativas que surgiam no Chile do final dos anos 60: (a) ou a reversão dos processos de democratização e um impulso à dinâmica de acumulação capitalista, eliminando as interferências dos elementos democráticos participacionistas e redistributivistas que tinham no Estado o seu locus, ou (b) a reversão do esquema de desenvolvimento capitalista, alterando os conteúdos de classe do sistema de dominação, mas mantendo e desenvolvendo o processo de democratização, no seu duplo aspecto de participação ampliada, ou seja, como demanda de igualdade dos "de baixo",de um lado, e como reestruturação da ordem política fundada no regime democrático vigente, de outro.

A primeira alternativa, acalentada pela direita, só pôde prevalecer com a totalização da crise e a imposição do regime militar a partir de 1973. A segunda alternativa era expressada pelo projeto sócio-político da Unidade Popular, um projeto, na definição de Garretón e Moulian de "democratização não-capitalista", mas que, em virtude da noção de crise integral, foi vivido e semantizado pelas forças da esquerda agrupadas na Unidade Popular como transição ao socialismo ou como "via chilena ao socialismo".

A caracterização do projeto da UP como de democratização não-capitalista visa indicar a relação, a um só

tempo, de continuidade e ruptura do seu projeto em relação a conjuntura chilena de crise parcial do final da década de 60 e início da década de 70. Continuidade, em relação ao processo de democratização em curso no país e ruptura, em relação ao modelo de desenvolvimento do capitalismo dependente. A sua viabilidade era real na medida em que não colocava em xeque a legitimidade do regime político democrático. Contudo, as suas postulações mais substantivas de transformações estruturais se revelavam incompatíveis com os interesses da burguesia monopolista chilena e do imperialismo, ameaçando definitivamente a sua sobrevivência.

Esta caracterização do projeto sócio-político da UP consegue, para Garretón e Moulian, dar conta da globalidade do período e do que foi a luta política que nele se desenvolveu, possibilitando a compreensão do comportamento dos diversos atores e classes sociais no seu percurso.

E em torno do projeto sócio-político da UP que travou-se, então, toda a luta política do período. Garretón e Moulian, dividem em três grandes etapas o período da Unidade Popular: a primeira, refere-se à conjuntura que percorre o intervalo entre a vitória eleitoral e a posse de Allende; nela a estratégia de destruição da legitimidade do regime político é derrotada por ser prematura; a segunda, abarca os dois primeiros anos de governo, onde predomina a neutralização da estratégia da direita; e, a terceira, marcada pela desenvoltura com que atuou e venceu a estratégia da direita de derrubada do governo da Unidade Popular. Estas etapas são

analisadas detalhadamente, em 11 conjunturas específicas: uma abarcando a primeira etapa, sete caracterizando a segunda e três definindo a última(94).

Abordando a problemática da esquerda no período, estes autores, irão constatar a presença de uma tensa relação entre o carater real do projeto de democratização não-capitalista e as formulações e práticas que nortearam a UP como ator político. Recorreu-se, argumentam eles, muito mais a um conjunto de categorias presas a esquemas abstratos de cunho ideológico, evidenciando um "vazio teórico-ideológico" por parte da esquerda chilena como um conjunto, que resultou evidente a ausência real de um projeto político nacional adequado ao processo que a própria esquerda desencadeava e dirigia. Não é por outra razão, concluem eles, que a própria via chilena ao socialismo foi tomada, pelos próprios partidos de esquerda, muito mais como um slogan do que como um objeto digno de reflexão, isto é, como indicador de um problema de muito maior significação, a saber: a via chilena ao socialismo apontava para a necessidade de construção de uma **nova política** que assumisse a valorização da democracia como uma questão do socialismo(95).

Este "vazio teórico-ideológico" levou a que, as forças da esquerda chilena,desqualificando discursiva e praticamente o político, privilegiassem na sua ação muito mais o elemento ruptura do projeto sócio-político da UP em detrimento do elemento continuidade. Consequentemente, cristalizou-se a visão de que o elemento ruptura, diretamente ligado às transformações econômicas de enfrentamento do capitalismo

dependente, equivaleria ao início do processo de transição ao socialismo. A esquerda chilena, assim, estruturou toda a sua política em função do socialismo, quer porque o via próximo, quer porque pensava o período como o início de uma transição ao ininterrupta rumo a ele, ou ainda porque se impunha a tarefa de preparar as condições para isso, condições estas bastante variáveis conforme o entendimento de cada um dos seus grupos(96).

Contrariando, então, as interpretações do período que vêm nele um fracasso da proposição de uma transição ao socialismo pela democracia, estes autores contrapõem uma outra visão: a experiência governamental da UP não representou a realização de uma linha de aprofundamento da democracia, mas a tentativa de ultrapassar esta linha e buscar transitar mais rapidamente para o socialismo. A chamada experiência chilena foi, assim, o resultado catastrófico da aplicação parcial e defeituosa daquela proposição e não uma conclusão inexorável e fatal, na medida em que, no interior do processo, manteve-se sempre a tendência de buscar compromissos impossíveis entre este tipo de estratégia e as estratégias de "duplo poder" ou de "polo revolucionário"(97).

Retornando à discussão acerca da natureza da crise, os trabalhos de Garretón e Moulian têm o grande mérito de retirar a imagem de tragédia que se forjou sobre a experiência chilena, isto é, a imagem de um fato já previamente consumado, inexorável. Segundo, então, estes autores, a totalização da crise foi uma construção, foi uma obra política, em um contexto particular, de atores políticos e sociais históricos e concretos.

Garretón e Moulian redesenham e conseguem captar a especifidade da crise chilena dimensionando a ação desses atores em blocos políticos, desvelando assim as suas óticas. A crise chilena não foi, segundo eles, um processo de degradação ou decadência, mas deriva diretamente de projetos que se postaram de forma antagônica. Por isso ela emergia como fenômeno **ambivalente:** vivida por parte da sociedade como exaltação, libertação - enfim, como a possibilidade real de construção de novas identidades históricas -, e vivida por outra parte da sociedade como um "fim de mundo". E esta percepção que dá à crise chilena simultaneamente o caráter de destrutiva e criadora.

Trabalhando com essas referências, Moulian, num belo ensaio, cria a imagem de um Chile, entre 1970 e 1973, como "um país atravessado pela paixão", onde "festa e drama ocorriam simultaneamente", como "duas caras de uma mesma moeda". A festa assumia "a forma de uma catarse vingativa, adotava o caráter de uma vingança por anos de sofrimento, silêncio e impotência". Ela, segundo Moulian, "não era alegre; tinha a gravidade dos ritos, onde o povo se assume como juiz"; "expressão de uma pulsão escatológica" em que se acreditava ter chegado o "momento do acerto de contas", que "o futuro pertencia ao povo", imagem condensada na idéia de "revolução triunfante". O drama, por outro lado, se materializou na "encarniçada batalha política";na emergência de uma "situação de crise catastrófica gerada e produzida (no seu sentido forte) pelas decisões adotadas, em diferentes conjunturas do processo, pelos atores em conflito"(98).

Entretanto, pode-se observar também na leitura destes autores que a noção de crise parcial, que lhes possibilita ler o projeto sócio-político da UP como de democratização não-capitalista e, alternativamente, a natureza das políticas implementadas pelo regime autoritário pós-73 como seu reverso, encontra-se ainda fortemente marcada pela tese da defasagem ou do desajuste entre desenvolvimento econômico e político. O problema de fundo daquela conjuntura que possibilitou a vitória da esquerda no Chile, segundo estes autores, era "que a compatibilidade entre o capitalismo atrasado e a democracia parecia chegar ao fim: o ritmo de crescimento econômico não seguia o ritmo das demandas e da mobilização"(99).

Assim, se Garretón e Moulian conseguem construir uma interpretação do período de 1970 a 1973 que supera a visão dos protagonistas do processo, desvelando o sentido mais fino das suas ações, o que lhes possibilitou ler as fases da luta política da quele período com bastante profundidade e compreender como a crise foi-se produzindo até desembocar no golpe militar como resultado direto das ações políticas, o problemático é responder porque tudo se jogou contra a democracia chilena e porque as forças democráticas da sociedade chilena, principalmente a esquerda não conseguiram com que isso fosse evitado. Em relação à esquerda a questão pode se colocar da seguinte forma: por que o seu projeto de democratização não conseguiu sustentar a ordem democrática vigente? A nossa hipótese é de que o projeto de democratização não-capitalista também estava pautado pela lógica de superação da ordem democrática

vigente no Chile, na medida em que atuava no interior da concepção da defasagem existente na sociedade chilena e opunha, em certa medida, democratização à ordem democrática, carregando uma perspectiva exaltada do tempo histórico, isto é, entendendo que a contradição derivada da defasagem apenas era passível de resolução num contexto de revolução contra a ordem.

E em torno da discussão da teoria da defasagem, como uma leitura da realidade chilena, leitura essa que havia se transformado num valor explicativo da crise chilena para o conjunto da esquerda, que uma outra abordagem da crise que levou ao colapso da democracia chilena buscou refletir, levantanoo outros elementos explicativos para a própria crise e para o seu desfecho.

Referimo-nos aqui especialmente aos trabalhos de Eugenio Tironi(100). Para Tironi, é questionável que a defasagem possa ser tomada como um elemento explicativo por três razões básicas: 1) não se trata de um fenômeno particular ao Chile; em todas as sociedades, regra geral, há contradições entre escassez de recursos e demandas sociais e, no caso chileno, era natural que, num "despertar de massas" a defasagem ou desajuste aparecesse como resultado de um retardo no crescimento econômico; 2) a expansão da economia chilena entre 1930 e 1970 evidenciava-se relativamente satisfatória em comparação com o restante da América Latina e com períodos anteriores da própria história chilena; de outro lado, o papel que jogava o Estado chileno favorecia "tendências inequívocas de inclusão social e de redução das desigualdades"; 3)o Chile,

objetivamente, não vivia uma situação de estancamento econômico e de desigualdades sociais extremas e crescentes(101).

Tironi, fundado em pesquisas e dados concretos sobre a realidade econômica e social do Chile, sustenta estas afirmações e avança a seguinte tese: "a constatação da defasagem entre base econômica e espectativas sociais, vigente um sistema democrático, não proporciona pois uma base explicativa satisfatória às convulsões que terminaram com a democracia no Chile"(102).

O problema a desvendar é, então, muito maior do que a própria natureza do projeto sócio-político da Unidade Popular. Trata-se de compreender, o que ruiu, de fato, no Chile em 1973, algo que abarcava e, possivelmente, explicava o próprio projeto da UP.

A tese da defasagem ou desajuste, Tironi opõe a tese da **ruptura dos consensos** que caracterizaram a vida social chilena desde os anos 30, como pano de fundo para que se possa estudar os fatores determinantes da crise e da ruptura de 73.

Tironi define o período que se inicia nos anos 30 e termina em 73 como um período em que predominou o que ele chama de "arreglo democrático", caracterizado por um ethos desenvolvimentista no plano económico, garantidor do processo de modernização da sociedade chilena que, via Estado, possibilitou o desenvolvimento industrial e consubstanciou as pautas integradoras vivenciadas no plano social, substituindo os vínculos de tipo tradicional, permanecendo aí vigente um regime

político de longa estabilidade democrática e em crescente ampliação participativa(103).

Esta espécie de **entendimento tácito** entre todas as forças sociais e políticas chilenas foi capaz de dar organicidade ao país por um longo período - 40 anos - e demonstrou uma solidez exepcional se comparado ao conjunto da América Latina. Neste período produziu-se um consenso entre o conjunto destas forças políticas de forma a preservar o equilibrio entre industrialização, participação e democracia. O golpe de Estado de 1973, no fundo, evidenciará o esgotamento deste consenso(104).

Portanto, a **crise de 73** obedeceu a uma lógica muito **particular** e não pode ser compreendida nem à luz das chamadas "leis universais" da revolução, nem fixando-se a análise no projeto que a esquerda chilena dizia assumir. Altera-se, portanto, a própria periodização da crise ampliando-a para períodos anteriores à chegada ao governo da Unidade Popular.

Para Tironi, se a crise caracteriza-se como uma crise de consenso é preciso exainar o plano social onde o consenso é produzido,preservado e administrado, ou seja, o plano das instituições políticas e da esfera cultural e simbólica da sociedade. Uma crise de consenso deve ser explicada, assim, por fatores principalmente políticos, em seu sentido amplo(105).

Lançando mão de uma literatura que buscou análises mais verticalizadas e específicas do desenvolvimento político chileno, Tironi, levanta um conjunto de aspectos que demonstram a validade da sua tese. Para ele vários fatores

atuaram na precipitação da crise chilena. Em primeiro lugar, uma falta de habilidade política das forças de centro que atuaram de forma a não impedir, muito ao contrário, o clima de polarização político-ideológica. A responsabilidade da Democracia Cristã neste sentido foi integral. Antes mesmo da vitória de Allende o panorama político chileno estava eivado pela polarização política, expressada até mesmo na fragmentação máxima da representação política.Na realidade, portanto, a polarização é anterior ao período de Allende(106).

Em segundo lugar, ao se analisar o processo de democratização chilena, processo que permitiu, especialmente a partir dos anos 50, a irrupção dos fenômenos políticos de massas, derivada da ruptura dos vínculos sociais tradicionais e do processo de modernização econômico-social, constata-se que , se, de um lado, a incorporação dos setores antes "marginalizados" ao sistema político se fez, em grande medida, através dos canais partidários, de um outro lado, acentuaram-se as dificuldades dos partidos em absorver tais contingentes e suas demandas e continuarem a operar as mesmas coalizões e alianças políticas. A partir dos anos 50, portanto, sobrevem e passa-se a se aprofundar uma contradição colocada nos seguintes termos: "o sistema de partidos sobrevive com êxito a sua abertura de massas, ampliando com isso às bases da representatividade democrática, mas ao custo de diminuir, ao mesmo tempo, sua capacidade de concertação e sua fluidez na construção de negociações, coalizões e alianças"(107). Assim, no caso chileno, a ampliação do sistema não resultou na consolidação da sua

estabilidade. E um caso particular, onde a democratização não resulta em elemento que consolida a democracia. Direita, centro e esquerda passam a jogar um jogo de soma-zero, enrijecendo o sistema político. Isso se reforçará pela acentuada ideologização do centro, pelos temores cada vez maiores da direita em virtude das pautas socias, como a reforma agrária, e pela influência ideológica da Revolução Cubana na esquerda chilena, a partir dos anos 60.

Em terceiro lugar, pode-se observar também uma contradição insolúvel que aparecia na conjuntura eleitoral de 1970 e que contraditava o desenvolvimento político chileno anterior. De um lado, aspirações pela conquista da maioria num sistema que rapidamente se enrijecia, dividido em três partes quase que "incomunicáveis" entre si; nesse caso a conquista de uma maioria, respeitando as regras do jogo, era praticamente impossível. De outro lado, a mesma aspiração pela maioria na perspectiva de avanços rápidos e disrruptivos, constrastando com a tendência de evolução mais lenta e gradualista do sistema chileno, o que acabou por acentuar uma visão purista da política, em aberta contradição com o estilo mais concertacionista do período anterior (anos 30 e 40)(108).

Em quarto lugar, o confronto entre legalidade e ilegalidade ou extralegalidade das ações políticas esteve sempre presente naquele contexto em virtude da contradição que emergia entre mudança social e sistema jurídico-normativo. Este, ao contrário do que se acreditava, não se encontrava adaptado às crescentes mudanças que se operavam no

social e demonstrou mais inflexibilidade do que possibilidade de abertura em questões mais graves e profundas, além da dificuldade de o sistema representativo estar marcado pela constante sobreposição de realidades políticas em virtude da obsolescência do seu sistema eleitoral(109).

Em quinto lugar, o sistema político garantia enormes poderes ao presidente da República, mas o obrigava a manter também apoio amplo no Parlamento. O desajuste cronológico entre as eleições para a Presidência e para o Parlamento prejudicava enormemente a negociação política entre qualquer força política que estivesse na Presidência e o Congresso, dificultando a possibilidade de sucesso de programas de mais longo prazo, o que acabava por deslegitimar o próprio sistema institucional. Evidentemente, esta observação adquire cada vez maior validade quanto mais o cenário político se enrijecia, na forma como foi enunciado acima(110).

Por fim, observava-se também uma crescente degradação da atividade parlamentar na medida em que amplos poderes estavam concentrados na mão do presidente da República. A representação parlamentar assumia uma postura defensiva - forte e incisiva quando se pautava pelo bloqueio do programa presidencial - ou atuava como caixa de ressonância de demandas setoriais(111).

Estes foram, para Tironi, alguns dos fatores que ajudaram a precipitar a crise que culminou com o golpe de Estado de 1973. Para ele, a sociedade chilena que chegou à década de 70 estava marcada pela "perversão dos processos em que

originalmente ela havia se apoiado". O arreglo democrático chileno vivia, assim, o seu esgotamento. A trajetória política chilena a partir dos anos 50, quando passam a dominar o cenário político e eleitoral do país as chamadas "planificações globais"(112), inclinava-se para o esgotamento dos consensos nos quais ela se assentava."Se até fins dos anos 60" - afirma Tironi - "se impôs uma imagem catastrófica da situação e da capacidade da estrutura econômica para satisfazer as demandas da sociedade, isso não fazia mais do que colocar a nu um fenômeno distinto: a deteriorização do consenso democrático-industrialista e, de forma carrelata, a incapacidade do sistema político para edificar concertações estáveis e estabilizadoras"(113).

Na realidade, pois, gestava-se naquele contexto uma crise no sistema político que para os olhos mais atentos passava desapercebido:"um sistema político onde concorrem unicamente opções de mudança total é obviamente incapaz de gerar consensos básicos; nem mesmo de manter aquelas 'regras do jogo' onde repousava a institucionalidade e a coesão social"(114).

A origem e a natureza da crise de 73 não está, portanto, para Tironi na defasagem entre super-desenvolvimento político e sub-desenvolvimento econômico, que, se supunha, era o cerne da crise estrutural chilena; nem mesmo na também suposta "impossibilidade" de convivência entre atraso capitalista e democracia política; nem mesmo na suposta "explosividade" do projeto de transformações estruturais da UP que, aliás, não era mais do que uma radicalização, na perspectiva da sua completitude, dos fundamentos do **arreglo**

democrático chileno. A natureza da crise de 73 está no desgaste político-institucional de um sistema que se revelou incapaz de dirigir e dosar pressões simultâneas advindas dos segmentos sociais recém integrados ao sistema e daqueles que já faziam parte dele. Ela é, assim, o desenho de uma **crise de direção política**, em seu sentido mais amplo. Crise que nasceu e se desenvolveu muito mais no mundo das concepções das elites políticas do que no mundo real. Para Tironi, "o **sentimento de crise** era muito mais agudo que a própria crise". Em outros termos - e, de acordo com Tironi - "com mais exatidão": ..."a crise passou do imaginário da classe política à ordem real-material e não o inverso". Por seu "tradicionalismo", a classe política chilena, "frente aos processos de modernização que sacudiam a sociedade,... não soube reproduzir mecanismos racionais de regulação política baseados na negociação, na concertação, no compromisso"(115).

Com as análises de Garretón e Moulian, de um lado, e as de Tironi, de outro, supera-se, do ponto de vista da análise, a visão mecânica que não distinguia processo e projeto na experiência chilena. Fica claro também que o projeto sócio-político da UP distinguia-se, por sua vez, do que vinhamos chamando até agora o projeto da via chilena ao socialismo. Esta não se confunde com aquele, embora por todo tempo tenha buscado ser a sua expressão mais avançada. Ambos, contudo, não podem deixar de serem vistos como partes integrantes do tenário histórico que culminou com o colapso da democracia chilena. A análise de Tironi, em especial, procura reforçar esse ponto na

medida em que a crise de 73 passa a ser vista e analisada a partir de uma compreensão dos fatores mais problemáticos da cultura política de todas as elites da sociedade chilena. A sua abordagem pode sugerir uma nova leitura e uma nova discussão em torno do projeto da via chilena ao socialismo. No entanto, por ela não ter tomado o projeto da via chilena ao socialismo como o seu objeto privilegiado de análise, não fica claro a relação entre os fundamentos históricos, teóricos e políticos da via chilena ao socialismo e o que Tironi define como **arreglo democrático**. Em outros termos: o que existia na via chilena ao socialismo que questionava a raiz daquele entendimento tácito e o que o afirmava. Por que o projeto da via chilena e a sua maior expressão - o presidente Allende -, que se formaram no interior da democracia chilena, não conseguiram ser a sua maior sustentação? Em suma, qual o lugar contratidório que ocupava o projeto da via chilena em relação ao esquema, também contraditório de **atividade** e **passividade** presente no **arreglo democrático** chileno. Para esta análise o projeto da via chilena ao socialismo deve, a nosso ver, ganhar uma **nova** autonomia para que possa, então, ser estudado com a profundidade que se exige.

Todas as observações em torno da natureza da crise de 1973 presentes na literatura apresentada na segunda parte deste capítulo impõe, nessa altura do nosso trabalho, uma leitura da história chilena a partir dos anos 30, para que possamos discutir com mais propriedade o projeto da via chilena ao socialismo e desvendar-lhe o seu sentido mais profundo, bem como as razões também profundas das suas insuficiências.

NOTAS - Capítulo II

(1) A literatura sobre a experiência chilena já é vastíssima, fazendo jus à sua importância histórica e política. Em diversos países produziram-se trabalhos acerca do período, em virtude quer do exílio de intelectuais e políticos chilenos após o golpe de Estado de 1973, quer do interesse mais geral suscitado por aquela experiência. Um levantamento desta literatura feito pela FLASCO-Chile, publicado sob o título **Bibliografia del processo chileno (1970-1973)**, de 1978, indica, entre artigos, ensaios, livros, etc., um total de 3.485 títulos, a maior parte, entretanto, produzidos ainda no período. Deste material apenas 165 títulos são de trabalhos posteriores a 1973. Do total geral, 1.890 títulos são livros, revistas, etc., e 1.595 títulos são documentos produzidos pelos atores políticos. Não conhecemos um outro levantamento geral feito depois desse, mas é de se supor um número muito mais elevado de publicações sobre o tema.

(2)Optamos por trabalhar com vertentes interpretativas da experiência chilena, tomando alguns trabalhos como referência para cada uma delas em virtude da natureza desta dissertação. Nesta abordagem da literatura deste período importou-nos destacar as visões acerca do processo e do projeto da via chilena ao socialismo, tomando, principalmente como referência autores chilenos ou então aqueles que por estarem diretamente envolvidos com o processo, antes ou depois do seu desfecho, nos pareceram relevantes e apropriados à abordagem que realizamos. Não se quis aqui, portanto, uma abordagem distânciada das questões políticas e teóricas que envolvem o atual debate político chileno, mas, ao contrário, optou-se por um "mergulho" neste mesmo debate, valorizando as relações muito diretas entre produção intelectual e intervenção política. Excetuaremos aqui as interpretações mais gerais sobre a experiência chilena, particularmente aquelas de cunho mais nitidamente político, e que foram produzidas imediatamente após o golpe de Estado e que tinham como referência contextos diversos do latino-americano. Dentre essas, como exemplo, citamos, em virtude da importância política que teve, as avaliações feitas por Enrico Berlinguer nos seus artigos publicados in Rinascita números 38-39-40 de 28 de setembro e 05 e 12 de outubro de 1973 que fundamentaram a sua estratégia do **compromesso storico** para a Itália; Cf. Berlinguer, E, e outros, **I Comunisti Italiani e il Cile**, Editori Riuniti, Roma, Itália, 1973, pp.03-44.

(3) Cf. Cáceres, Carlos Francisco, **La economia do Chile durante el período de gobierno de la Unidad Popular** in Estampas de Chile, vários autores, Ediciones Speiro, Madrid, S/D, pág.78.

(4)Citado em Castilho, Rene, **Primeira analise crítica**, in Dirigentes do PCC, **Os mil dias da Revolução Chilena**, Ed. Avante, Lisboa, Portugal, 1979, pág. 12.

(5)Santa Maria, G. I., **La política en Chile desde 1810 a la caida de Allende**, in **Estampas de Chile**, cit., pág. 58.

(6)Entrevista a R. Correa, in **El Mercurio**, 23/06/85, citado por Tironi, Eugenio, **El Liberalismo Real**, Ed. SUR, Santiago, Chile, 1986,nota 06, pág.45.

(7)Extraem-se esses argumentos de Tironi, Eugenio,**op.cit.**, pág. 45 e 46. Extrae-se também de Tironi a referência à **História do Chile**, Tomo I, Santilhana, Santiago, Chile, 1982, do historiador Gonzalo Vial. Lê-se nesse trabalho de Vial: "a geração que, numa manhã primaveril, viu elevar-se da Moneda uma coluna de fumaça e fogo, bem sabe, ah!, que efetivamente o Chile encontrava-se numa profunda decadência(...) Verdadeiramente, um país não pode subsistir, perdida sua unidade nacional.Deve, em todo caso, reconstruí-la sobre as antigas ou sobre novas bases, como requisito indispensável para voltar a encontrar seu rumo histórico. Este processo pode ser doloroso e injusto, sob vários pontos de vista", Cf. Vial, **op.cit.**, pag 34, citado in Tironi, E.,**La Torre de Babel- ensayos de crítica y renovación política**, Ediciones SUR, Santiago, Chile, 1984, nota 01, pág. 78. Para o historiador Gonzalo Vial a crise chilena arrasta-se desde o final do século passado como um fenômeno tipicamente religioso-cultural, não havendo segundo ele, desde essa época nenhum consenso que tenha sido capaz de assegurar unidade nacional ao Chile.Gonzalo Vial, ainda que seja um historiador de corte conservador ou precisamente por isso, tem sido um personagem intelectual muito assíduo nos debates sobre transição à democracia no Chile promovidos por centros de estudos e pesquisas, em geral, ligados aos democratas-cristãos e aos socialistas durante os últimos anos. Sobre isso ver as suas intervenções, sempre polêmicas, como **Algunas condiciones para una democracia estable en Chile**, in **Democracia en Chile**, vários autores, CIEPLAN, Santiago, Chile, 1886, pp. 93 a 116 e seus **Comentarios** aos textos de Ricardo Lagos e Eduardo Ortiz in **El futuro democrático de Chile**, vários autores, CED/Ed. Aconcagua, Santiago, Chile, 1985.

(8)Citado em Carlos,N., e outros, **Chile com Allende: para onde vai?**, Edições Gernasa, Rio de Janeiro, 1970, pág. 12.

(9)Cf.Arriagada H.,Genaro,**De la via chilena a la via insurreicional**, Editorial Pacífico, Santiago, Chile, 1974, especialmente capítulo III. Este trabalho expressa a avaliação mais acabada e sistematizada de um intelectual da DC chilena sobre o que ocorreu entre 1970 e 1973. Além disso, Arriagada, independentemente das posições que assumiu nesse seu trabalho, talvez seja no Chile o intelectual da democracia cristã com maior trânsito nos debates que se observam mais recentemente sobre a relação que se pode estabelecer entre esquerda e centro no Chile.

(10)Arriagada H.,Genaro, **op.cit.**, pág. 328.

(11)Idem, Ibidem, págs. 100 a 130

(12)Idem, Ibidem, pág. 98

(13)Idem,Ibidem, pág. 131. A citação de Joan Garcés, Arriagada a extrai de **Via insurrecional y via política, duas tácticas**, Revista de la Universdad Técnica del Estado, mayo-junio, 1973, números 13 e 14, Taller Grafico de la UTE, págs. 21 e 22.

(14)Idem, Ibidem, pág.102.

(15)Idem, Ibidem, pág.130

(16)Idem, Ibidem, págs. 67 e 82

(17)Idem, Ibidem, pág. 78

(18)Idem, Ibidem, pág.80

(19)Ver a respeito Arrate, Jorge, **La fuerza democrática de la idea socialista**,Ed. Documentas/Ed. del Ornitorrinco, Barcelona/Santiago, 1985, pág. 69.

(20)Como desenvolvemos no capítulo 1, pág. 12, nota 20. Ver também Garcés, Joan, **Chile: el caminho político hacia el socialismo**, Ariel, Barcelona, 1972, págs. 194 e 195.

(21)Cf.Garcés,Joan,**El estado y los problemas tácticos en el gobierno Allende**, Siglo XXI, B. Aires, Argentina, nov. 1973.

(22)Citado por Arrate,J.,**op.cit.**,pág.46. Ver também Walker, Ignacio, **Del populismo al leninismo y a la "inevitabilidad del conflito":el Partido Socialista de Chile (1933-1973)**, CIEPLAN, no 91, Santiago, Chile, diciembre, 1986, nota 139, pág. 130.

(23)Arriagada H., G., **op. cit.**, pág. 191.

(24)Idem, Ibidem, pág. 193.

(25)Idem, Ibidem, págs. 130 e 131.

(26)Cf.Allende,Salvador, **Discursos**, Editorial de Ciências Sociales, La Habana, Cuba, 1975, pp. 9-19

(27)Dentre as revistas mais importantes que circularam no Chile e que institucionalmente ou não estavam ligadas diretamente à discussão da via chilena pode-se destacar, por exemplo, **Via Chilena** (ODEPLAN), **Mensaje, Revista de la Universidad Técnica del Estado, Cuadernos de la Realidad Nacional.** Nessas revistas circulavam textos de autores vinculados ao projeto da via chilena, cada qual defendendo suas idéias e pontos de vista, sem ligações muito estreitas e diretas com pontos de vista partidários. Mesmo porque os partidos de esquerda mais importantes possuiam seus orgãos de imprensa, como jornais diários e revistas.

(28)Garcés,Joan, **Chile: el caminho político hacia el socialismo**, Ariel, Barcelona, 1972, págs. 189 e 190.

(29)Garcés, Joan, **op. cit.**, especialmente **Estado Burgues, Gobierno Popular**, pp. 171-210. Garcés publica em 1972 numa coletânia organizada e editada em Londres um texto do final de 1971 em que explicita a relação entre revolução e Estado de Bem-Estar social no Chile de Allende. Cf. Garcés, Joan, **Chile 1971: a revolutionary government within a Welfare State** in Medhurst, K.(ed.) **Allende's Chile**, Hart-Davis, MacGibbon Ltd, London, Great Britain, 1972, pp.27-50.

(30)Idem, Ibidem, pág. 210.

(31)Garcés,Joan, **El estado y los problemas tácticos en el gobierno de Allende**, Siglo XXI, B. Aires, Argentina, 1973, pp.194 a 200.

(32)Garcés,Joan, **Allende y la Experiencia Chilena**, Ariel, Barcelona, Espana, 1976.

(33)Garcés, Joan, **op. cit.**, pág.9.

(34)Idem, Ibidem, págs. 6 e 7.

(35)Idem, Ibidem, pág. 41.

(36)Idem, Ibidem, pág. 23. Qaunto à contraposição que faz Garcés entre voto e fuzil está claro que o elemento força militar nesta imagem se refere ao monopólio da violência detido pelo Estado. Assim, a estratégia eleitoral não é oposta a esse monopólio. O problema que Garcés observa é a abertura do confronto entre o Estado, através do uso da violência armada, e o movimento político e legal de luta das forças que querem a transformação do sistema.

(37)Idem, Ibidem, pág. 23.

(38)Idem, Ibidem, págs. 42 e 43.

(39)Idem,Ibidem, pág.64. Na sua reflexão sobre o problema militar na experiência chilena, Garcés admite, como Allende, a "violência defensiva". Garcés defende o seguinte ponto de vista quanto à sua possível utilização no Chile: "Se a 'preparação para a guerra' encontrou-se sempre condicionada à existência de Forças Armadas profissionais...a alternativa para o movimento popular deveria ter sido a 'preparação contra a insurreição', o que se podia fazer abertamente com a colaboração do governo e de um vasto setor das Forças Armadas. Mas, deveria ter sido colocada em prática quando os fundamentos da tática político-institucional eram robustos, quer dizer, em 1971, e para consolidá-los, não para demolí-los como pressupunha a lógica

insurreicional que animava o setor minoritário da esquerda"(pág 341).

(40) O mais grave e até espetacular foi o caso da Assembléia do Povo de Concepción, em meados de 1972. Entretanto, no período pontilham outros problema de ausência de sintonia como, por exemplo, a questão da adoção ou não do referendum em relação à implementação do programa de governo e a apresentação à sociedade e ao Parlamento de um projeto constitucional; a atitude de Allende frente às greves operárias (o próprio PC chegou a pedir uma atitude mais enérgica e até repressiva); os problemas em relação à formação do Partido da Unidade Popular ao final do período, etc.

(41)Idem, ibidem, pág. 123.

(42)Idem, ibidem, pág. 221.

(43)Idem, ibidem, pág. 219.

(44)Idem, ibidem, pág. 224.

(45)No Chile realizavam-se eleições complementares quando vagava uma cadeira no Parlamento. A eleição era feita na respectiva província daquele que a havia ocupado.

(46)Cf. Garcés, Joan, **op.cit.**, pág. 216.

(47)Idem, ibidem

(48)Idem, ibidem, pág.252.

(49)Bitar, Sergio, Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980, pág. 30.

(50)Idem, ibidem, pág. 26.

(51)Idem, ibidem, págs. 25 e 26.

(52)Idem, ibidem, pág. 355.

(53)Idem, ibidem, pág. 28.

(54)Idem, ibidem, pág. 25.

(55)Idem, ibidem, pág. 28.

(56)Idem, ibidem, pág. 69.

(57)Idem, ibidem, pág. 25.

(58)Idem, ibidem, pág. 22.

(59)Idem, ibidem, pág. 102.

(60)Idem, ibidem, pág. 335.

(61)Idem, ibidem, pág. 337 e 338.

(62)Idem, ibidem, pág. 339.

(63)Idem, ibidem, pág. 345.

(64)Idem, ibidem, pág. 346.

(65)Idem, ibidem, pág. 346.

(66)Idem, ibidem, pág. 348.

(67)Idem, ibidem, pág. 347.

(68)Idem, ibidem, pág. 349.

(69)Idem, ibidem, pág. 350.

(70)Idem, ibidem, pág. 350.

(71)Idem, ibidem, pág. 351.

(72)Idem, ibidem, pág. 355.

(73)Martner, Gonzalo, **El Gobierno del Presidente Salvador Allende (1970-1973): una evalucion**, PEDNA/LAR, Concepción, Chile, 1988. Este livro aparece no Chile já num momento de crise do regime militar e visa,além de dar o testemunho do seu autor, reestabelecer, segundo ele, a "verdade" sobre o governo de Allende. Por esta razão o livro e profícuo em citações de documentos das campanhas eleitorais à presidência da República que disputou Allende, desde 1952. Desta data até 1970, segundo Martner, gestou-se o projeto que levou Allende à presidência da República. Quanto ao período de 1970 a 1973, Martner mantém o mesmo estilo de "deixar os documentos falarem por si", o que, no entanto,como mencionamos, não compromete a contribuição do livro.

(74)Martner, Gonzalo, op. cit., pág. 491.

(75)Idem, ibidem, pág. 493.

(76)Idem, ibidem, págs. 393 e 495.

(77)Idem, ibidem, pág. 498.

(78)Idem, ibidem, pág. 505.

(79)Cf.Enriquez, Miguel, **Socialismo ou fascismo, alternativa para o Chile** in Socialismo no Chile?, coletânia de documentos, Edição do autor, Coimbra, Portugal, 1972, pp. 159 a 166. Ver

também Marini, Ruy Mauro, **El reformismo y la contrarrevolucion**, Era Popular, Mexico, D.F., 1976, página 28 e seguintes.

(80)Enriquez,Miguel, **Ocupar, Expropriar, Avancar**, entrevista a Politique Hebbo in O Dilema Chileno, edição do autor, Coimbra, Portugal, 1972, págs. 40 e 47.

(81)Citado por Garcés, Joan in **Allende y la experiencia chilena**, Ariel, Barcelona, Espana, 1976, pág. 236.

(82)Santos, Theotonio dos, **Problemas da Transição para o socialismo**, Iniciativas Editoriais, Lisboa, Portugal, 1976, págs. 115 e 116.

(83)Rossana, Rossanda, **Chili, an I** in **Les Temps Modernes**, Paris no 306, januarie, 1972, pp. 1075-1109. E bastante interessante observar como o pensamento de Rossanda modifica-se ao ler o que ela escreve depois sobre este mesmo seminário: "... a via chilena apoiava-se numa ambiguidade que surgiu, por exemplo, num seminário realizado em Santiago em 1971, sobre esses problemas: alí se tratou de ocultar que esse sistema (o regime politico chileno) mais que uma democracia exemplar, era, num certo sentido, um sistema autoritário que a esquerda da UP pensou utilizar como uma grande alavanca para lutar contra a força dos sistemas econômicos privados. Ficou claro - se se pode falar assim - que não era uma concepção burguesa da democracia mas da legalidade, que não são a mesma coisa. E, certamente, era uma posição muito frágil", Rossanda, Rossana, **La izquierda europea y la experiência chilena** in Magri,L. e outros, **Movimento Obrero y accion politica**, Era Popular, Mexico, D.F., págs. 60 e 61.

(84)O trabalho de Ruy Mauro Marini já aparece citado na nota 79. Quanto a Eder Sader, ver o seu ensaio Chile: Vida, Paixão e Morte **da Democracia** incluido em Sader, Eder, **Um rumor de botas**, Polis, São Paulo, 1982, pp. 73-129. Os ensaios de Altamirano estão reunidos in Altamirano,Carlos, **Dialética de uma derrota**, Brasiliense,São Paulo, 1979.

(85)Cf. Sader, Eder, op. cit., pág. 88.

(86)Cf. Altamirano, Carlos, **op. cit.**, 202 e 203.

(87)Cf. Lechner, N.,**De la revolución a la democracia** in **Opciones**, Santiago, Chile, maio-agosto, 1985.

(88)Cf. Garretón, Manuel A.,y Moulian, Tomás, **Procesos y bloques políticos en la crisis chilena(1970-1973)** in Revista Mexicana de **Sociologia**, Ano XLI/vol.XLI/no01, enero-marzo, 1979, pp. 159-204.

(89)Garretón, M.A.y Moulian, T., **La Unidad Popular y el conflito politico en Chile**, Ediciones Minga, Santiago, Chile, 1983, pág.17.

(90)Idem, Ibidem, págs. 17 e 18.

(91)A construção da noção de um **novo cenário** para o Chile pós-73, que aparece com frequência nos trabalhos de Eugenio Tironi, é resultado de um seminário realizado pelo SUR(Centro de Estudios Sociales y Educación) entre abril e julho de 1981 e que foi publicado na revista **Margem** - Revista de Filosofia y Letras, nº 03, em março de 1982. O que aparece nessa coletânea são textos apresentados naquele seminário, alguns deles publicados com anterioridade na revista **Proposiciones** e que abarcam temas econômicos, sociais, históricos, filosóficos, políticos(envolvendo a própria questão da crise, a questão do partido político,etc.). A noção de novo cenário visa indicar algo que até então não era assumido integralmente pela esquerda chilena, isto é, que o regime Pinochet havia promovido uma reestruturação profunda na sociedade chilena e que, por conseguinte, o golpe de 1973 não poderia ser compreendido como algo superficial e sim como uma mudança histórica, que superava a marca da intervenção militar e da violência que ele engendrou. Sobre a interpretação que trabalha a noção de desagregação social e de perda da identidade coletiva no Chile pós-73 ver Tironi, Eugenio, **Para una sociologia de la decadencia** in **Proposiciones**, SUR, Santiago, Chile, ano 06, vol. 12, out-dec, 1986, pp.12-17.

(92) Os trabalhos desses dois autores aparecem citados nas notas 88 e 89.

(93)A noção de crise integral esteve na base da ações da esquerda chilena durante o período e por essa razão ela compreendeu o governo Allende como um momento de revolução para a superação dessa crise integral. A noção, portanto, de crise parcial busca explicar assim o próprio comportamento da esquerda durante o período.

(94)Cf.Garretón, M.A.y Moulian, T., **La Unidad Popular...**, cit. especialmente a sua segunda parte.

(95)Cf.Garretón, M.A.,**Continuidad y ruptura y vacío teórico ideológico. Dos hipótesis sobre el proceso político chileno(1970-1973)** in **Revista Mexicana de Sociologia**, Vol.XXXIX, no04, out./dez., 1977, pp. 1289-1308.

(96)Idem, Ibidem, Ibidem.

(97)Cf.Moulian, T., **La crisis de la izquierda** in **Comunicação & Política**, vol.02, n.1-2, março-junho/1984, Paz e Terra/Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, pp.23-36.

(98)Moulian, T., **La Unidad Popular: fiesta, drama y derrota** in Gazmuri, Jaime(ed.), **Chile en el umbral de los noventa(15 años que condicionan el futuro)**, Planeta/Espejo de Chile, Santiago, Chile, 1988, pp. 27-41.

(99)Garretón, M. A.y Moulian, T., **Las fases del periodo** in **Bibliografia del processo chileno(1970-1973)**, vol.01, Seccion III, Santiago, Chile, 1978, pág. 07. No livro **La Unidad Popular...**, já citado, que reproduz a maior parte dos trabalhos conjuntos de Garretón e Moulian, inclusive esse, na sua segunda parte, essa passagem foi suprimida, sem que os autores explicitassem as razões para isso.

(100)Além dos trabalhos de Tinoni já citados(ver notas 06 e 07), também Tironi, E.y Martínez, J., **Las classes sociales en Chile(cambio y estratificación, 1970-1980)**, SUR, Santiago, Chile, 1985.

(101)Cf.Tironi, E., **La Torre de Babel - ensaios de críticca e renovación política**, SUR, Santiago,Chile,1984, especialmente **El Quiebre de 1973: ?Crisis de consenso o desfase?**, pp.73-84.

(102)Idem, Ibidem.

(103)A noção de **arreglo democrático** aparece nos trabalhos já citados de Tironi, como El liberalismo real e também no trabalho com Javier MArtínez, também já citado.

(104)Cf., Tironi, E., El liberalismo...especialmente capítulo 01.

(105)Cf., Tironi, E., **El Quiebre de 1973....**, **op.cit...**

(106)Cf., Tironi, E., idem, ibidem. Ver sobre isso também o ensaio de Wanderley Guilherme dos Santos Autoritarismo e Após: convergências e divergências entre Brasil e Chile in Dados-revista de Ciências Sociais do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro(IUPERJ), vol. 25, no02, 1982, pp.151-163. Neste ensaio Wanderley Guilherme doś Santos trabalha com dados extraidos de Valenzuela, Arturo, **Chile: The Breakdown of Democratic Regimes**, The Johns Hopkins University Press, Baltimore/London, 1978. A interpetação da crise como decorrente da inabilidade do centro político também é extraida de Arturo Valenzuela.

(107)Cf. Tironi, E., **El Quiebre de 73....cit...**

(108)Cf. Tironi, E., idem, ibidem. Ver também o trabalho de Jaime Gazmuri, **El sistema de partidos politicos en Chile en la decada del sesenta**, Programa de la Facultad Latinoamericana de Ciências Sociales (FLACSO), Santiago, Chile, d.t. número 53, junio 1988. Com mais solidez do ponto de vista da pesquisa, mas corroborando o argumento de Tironi e sugerindo também outras abordagens para a questão da crise chilena, como caracterizada por uma crise que abarcou todo o arco partidário, muito além da esquerda, nesse trabalho de Gazmuri, no entanto, questiona-se sobre a tese que afirma que a crise política chilena deve ser compreendida exclusivamente como decorrente da política levada pelo centro político. Para Gazmuri a crise derivou de condutas e concepções que envolveram todos os partidos políticos chilenos.

(109)Cf.,Tironi, E., **El Quiebra de 73...cit....**

(110) Idem, Ibidem

(111) Idem, Ibidem

(112)A noção de **planificações globais**, segundo Tironi, é introduzida pelo historiador chileno M. Góngora em seu **Ensayo Histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX**, Ed. La Ciudad, Santiago, Chile, 1981. De acordo con Góngora o período das planificações globais é aberto no Chile a partir de 1964 e obedece ao "espírito do tempo (que) tende no mundo todo a propor utopias(ou seja, grandes planificações) e a modelar o futuro de acordo com elas ... sem levar em conta a idiossincrasia dos povos nem as suas tradições nacionais"(pags.137/8). O enfoque é, assim, basicamente conservador e não consegue dar conta da **particularidade** do consenso que se esgotava no Chile; contudo, consegue apreender que a partir de um determinado momento o Chile passava a viver a proposição de mudanças estruturais e gerais propostas pelos principais atores socio-políticos e culturais.

(113)Tironi, E., **El liberalismo real**, cit., pág.54.

(114)Idem, ibidem, pág. 34.

(115)Idem, ibidem, págs. 55 e 56.

Capítulo III - A DEMOCRACIA CHILENA: HISTORIA E POLITICA

O que objetivamos neste capítulo é percorrer a história da democracia chilena de forma a construir o cenário histórico que possibilitou a emergência da alternativa política levada pela Unidade Popular a partir de 1970. A compreensão deste cenário histórico é, para nós, decisiva para realizarmos uma discussão mais aprofundada do projeto da via chilena ao socialismo. E através dele que levantaremos um conjunto de questões a serem trabalhadas no último capítulo.

Importa-nos aqui a descrição e a análise do processo histórico que forjou os principais atores político-sociais que contracenaram por quase 40 anos na vida política chilena, seus projetos e lutas, sua cultura política e significação para a história contemporânea chilena, suas reviravoltas internas e seus dilemas. Olhando o conjunto do período que analisamos neste capítulo é necessário que se chame atenção para o fato de que, embora a permanência da normalidade política tenha se demonstrado uma forte característica, os seus momentos iniciais e mesmo o seu percurso aparecem marcados também por sintomas de instabilidade, bem como de exclusão política, fazendo com que toda a trajetória da democracia chilena não possa ser compreendida como uma continuidade marcada pela evolução e pela linearidade.

1. Abre-se a crise do poder oligárquico

Como boa parte dos países latino-americanos, o Chile viveu nas décadas de 20 e 30 deste século o início do processo que desencadeou a ultrapassagem da forma política de dominação oligárquica. No Chile, aqueles foram anos agitados e instáveis que se desdobraram das duas décadas precedentes marcadas por uma luta de classes aberta entre o proletariado chileno e as classes dominantes(1). Nessas duas décadas o sistema político foi atingido por uma profunda crise, com a consequente quebra da legitimidade governativa dos partidos políticos tradicionais, o Conservador e o Liberal. Naqueles anos registrou-se também a forte presença na cena política de setores emergentes urbanos vinculados às classes médias e ao proletariado que, a partir desse momento, passava a se expressar, mais organizado politicamente, como classe nacional.

A crise da forma política oligárquica acontece num momento de crescente declínio da produção salitreira, depois do auge do final do século XIX. A economia chilena, centrada na exploração do salitre e mais tarde do cobre, revelava-se extremamente vulnerável às ocilações do mercado mundial. Os anos da Primeira Grande Guerra e a crise de 1929 afetariam profundamente a economia chilena, provocando uma intensa crise social. As oligarquias, na verdade, deixaram vegetar a crise nacional sem postular outras alternativas de desenvolvimento. O resultado foi a eclosão de fraturas internas

no bloco dominante e da emergência de novos atores politicos que passaram a postular a quebra da forma política de domínio oligárquico. Assim, naquelas duas décadas selou-se a impossibilidade de as forças politicas tradicionais continuarem a governar o país. As diversas alternativas politicas que este período apresenta exigiam, no fundo, uma reordenação dos pactos de poder.

Do ponto de vista da periodização, os anos de crise da forma política oligárquica no Chile podem ser demarcados em torno do primeiro e do segundo governo do presidente Arturo Alessandri, respectivamente, de 1920 a 1925 e de 1932 a 1938.

O primeiro governo de Alessandri foi marcadamente reformador, conseguindo instituir diversas alterações na legislação social e promulgar uma nova Constituição para o país (1925), restabelecendo o presidencialismo como forma de governo. Resultado do apoio de reduzidas frações liberais das elites chilenas, alçado ao governo, Alessandri procurou muito prematuramente buscar, através do seu estilo político, estabelecer-se como o "protagonista" da restauração do presidencialismo, apelando diretamente às massas populares e criticando agudamente a cultura ilustrada das elites oligárquicas, que, do ponto de vista político, estava referida à prática parlamentar. Isso lhe valeu uma oposição cada vez mais contundente dos Conservadores que passaram a se opor à sua conduta modernizadora. No fundo, Alessandri acenava com uma reordenação integral das relações do Estado com a economia, mas só sentia apoio das elites a elementos programáticos pontuais do

seu projeto(2). As suas posturas políticas, contudo, acabaram por acentuar as fraturas existentes no seio das classes dominantes, num momento em que uma alteração profunda na condução do desenvolvimento econômico chileno se fazia imperiosa em virtude da prolongada crise do modelo agrário-exportador. O resultado da conduta política alessandrista foi a perda de apoio entre Liberais e Conservadores e a abertura de um dos momentos mais traumáticos da história política chilena em virtude da anomia política que se seguiu.

Uma fase de aguda e intensa instabilidade política inicia-se já ao final do primeiro mandato de Alessandri, com os levantes militares de 1924 e de 1925. O período conhece também o governo ditatorial de Carlos Ibáñez(1927 a 1931) e um levante militar dirigido pela jovem oficialidade nacionalista e democrática (a "República Socialista" de 1932), que chegou a governar o país pelo breve período de 12 dias(3). Alessandri foi reconduzido ao poder através de eleições e o seu segundo período presidencial(1932 a 1938) foi marcadamente repressivo e regressivo.

A direita, formada por Conservadores e Liberais, viu naquele momento em Alessandri um fator político de restauração da ordem. Ela, nesta fase, já se constituia num ator político defensivo, isolada dos setores médios, sem programa de longo prazo e obcecada pela ameaça popular. Um ator político defensivo que, no entanto, conseguiu ainda se manter por muito tempo eleitoralmente majoritário, controlando o parlamento chileno. Após os governos de Alessandri a direita chilena passa a

recusar terminantemente o seu virtual papel de força dirigente na modernização do país, aferrando-se à sua posição defensiva e perdendo a capacidade de compor politicamente com as representações políticas dos novos segmentos sociais que emergiam com a urbanização e a industrialização(4).

Nesse período de instabilidade da vida política chilena, se as elites dominantes não conseguiram encontrar uma saída própria em virtude das suas fraturas internas e da desconfiança que depositaram no projeto modernizador alessandrista, também as alternativas políticas que emergiram mediante golpes de força, lançando mão da intervenção militar, independentemente das suas bases sociais, também não se constituiram em fontes de estabilidade política capazes de instituir um novo pacto de poder. O liberalismo das oligárquias, pautado na recusa da intervenção do Estado nas questões econômicas e sociais, não conseguira naquele contexto se renovar a ponto de se constituir em novo elemento aglutinador da política e da sociedade chilena. Evitando assumir integralmente a política reformadora alessandrista, afirmando-se em visões tecnocráticas e autoritárias, as elites não deixaram a Alessandri possibilidades de reprodução política no seu último governo, e, ao mesmo tempo, ficaram sem condições políticas para interpelar os emergentes setores da vida social chilena. Como força corporativa, sem apelos generalizantes e universais, a direita se finca nos seus domínios ideológicos - o catolicismo tradicional e o aparato cultural e político da Igreja - que, aliados aos mecanismos

eleitorais assentados na fraude, foram capazes de lhe assegurar reprodução política(5).

2. A estabilidade política e a vitória da Frente Popular

A segunda metade dos anos 30 conhece a superação do quadro de instabilidade política e registra a abertura de uma nova fase na vida política do país. A realização das eleições parlamentares de 1937, a final do segundo mandato de Alessandri, restabelecem a normalidade institucional e passam a configurar um novo cenário político. Essas eleições confirmaram a força da direita chilena, com 46,72% dos votos, registraram um desempenho eleitoral significativo da esquerda - comunistas e socialistas chegam a 15,32% - e mantiveram o Partido Radical na faixa dos 18% do eleitorado(6).

As eleições parlamentares de 1937 configuram, de fato, um novo cenário por basicamente duas razões. A primeira delas é a presença político-eleitoral da esquerda através de dois partidos políticos, o Partido Comunista e o Partido Socialista. Na verdade, é a partir deste momento que a esquerda chilena supera o seu isolamento tornando-se uma força de expressão nacional. Ambos os partidos a partir daí aparecem integrados ao sistema político e ocupam nele o lugar da esquerda. A segunda razão deriva diretamente da primeira. Antes das eleições parlamentares de 1937 o Partido Radical ocupava no espectro político o lugar da esquerda na medida em que o Partido Operário Socialista(POS) mantinha-se praticamente fora do sistema

político. Com a inclusão da esquerda no sistema e o afastamento dos Radicais em relação à direita, procurando assegurar sua autonomia política, o PR passa a ocupar assim o lugar do centro político.

A conjuntura política que se abriu a partir daí esteve, portanto, na dependência dos movimentos e das ações políticas da direita e da esquerda em relação ao centro político e, de outro lado, da racionalidade política dos Radicais que, embora não sendo o partido majoritário, passam a aspirar a presidência da República. Assim, direita e esquerda se movem, nesse novo quadro, tendo como principal interlocutor o centro radical. Este, por sua vez, como um partido nitidamente de tendências, vive internamente o mesmo processo que começa a qualificá-lo como um ator político sempre voltado para a negociação entre racionalidades e cálculos polares para, a cada conjuntura, definir as suas posições. E assim que o PR, ao final dos anos 30, participa ao mesmo tempo do governo Alessandri(7) e inclina-se para a Frente Popular, uma proposta defendida pelos comunistas, de nítida inspiração na conjuntura internacional de combate ao ascenso do fascismo(8).

Todo o período de instabilidade política vivido pelo Chile desde 1924 e todas as alterações que a partir daí se processaram no sistema político, principalmente em virtude da emergência em seu interior de uma esquerda relativamente forte, conheceram na conjuntura que se abriu para a realização das eleições presidenciais de 1937 o seu momento de resolução.

Nestas eleições as forças da direita apostaram na "restauração oligárquica" com a candidatura de Gustavo Ross, um conservador que havia sido ministro da Fazenda do governo Alessandri. Os Radicais e a esquerda apostaram no sucesso da estratégia da Frente Popular, lançando para candidato o Radical Pedro Aguirre Cerda(9).

Inédito como um resultado para o contexto latino-americano da época, Pedro Aguirre Cerda vence as eleições presidenciais chilenas de 25 de outubro de 1937 por uma margem reduzidíssima de votos(4.111), somando 50,35%, contra 49,40% de Gustavo Ross(10).

A vitória do candidato da Frente Popular, contudo, deveu-se mais a um realinhamento de forças políticas do que propriamente a uma "rebelião eleitoral" de massas, ainda que se deva registrar que houve, de certa forma, uma radicalização política dos setores sociais já incorporados ao sistema da cidadania, o que significa dizer uma radicalização das camadas médias(11).

A vitória de Aguirre Cerda constituiu-se, de fato, para as classes dominantes como algo inesperado e evidenciou o equívoco que fundava o seu cálculo político naquela conjuntura. As elites chilenas não compreenderam a força mobilizadora do radicalismo em relação às classes médias, o sentido forte do seu apelo às reformas e à intervenção estatal como resolução da longa crise vivida pelo país, nem a força do seu laicismo como contuda ética. Derrotadas politicamente, as elites perceberam também a distância que as separava dos

militares para que pudessem lançar mão de alternativas golpistas visando impedir a posse do canditato da Frente Popular. Ambos encontravam-se naquele momento bastante distanciados, com os militares profundamente desgastados para empreenderem novamente um golpe de força depois de sucessivos pronunciamentos que marcaram o período abrerto em 1924.

Com a vitória da Frente Popular e a posse de Aguirre Cerda no início de 1938 selava-se o processo de crise do bloco oligárquico. As forças políticas mais tradicionais eram desalojadas do poder executivo e iniciava-se uma nova fase do desenvolvimento político chileno. A partir daí o desenho da democracia chilena vai sendo configurado. Ininterrupta, a democracia chilena, embora marcada por um processo descontínuo, mas cada vez mais intenso de democratização política e social, só será bloqueada com a emergência do golpe militar de 1973.

Convém, no entanto, fazer aqui duas observações. Como nos demais países latino-americanos que vivenciaram processos estruturalmente similares nos anos 20 e 30 de ultrapassagem da forma política de dominação oligárquica, a vitória da Frente Popular não significou a ascensão ao poder de um novo ser social que, a partir dele, irá alterar radicalmente os fundamentos da ordem econômico-social. De outro lado, mesmo desalojadas do poder governamental, as forças da direita chilena continuaram mantendo um poder social e político muito grande, principalmente em virtude do controle que tinham da mecânica eleitoral, o que assegurava a sua capacidade de representação

parlamentar - a direita manteve-se eleitoralmente expressiva e uma força atuante no parlamento por todo o período.

A Frente Popular, entendida como coalizão de centro-esquerda, manteve-se na presidência da República por quase uma década, governando o Chile de 1938 a 1947, quando os comuistas deixaram o governo de Gonzáles Videla. Durante todo esse período a presidência da República ficou nas mãos do Partido Radical, com socialistas e comunistas, embora nem sempre coesos, participando de sucessivos gabinetes ministeriais(12).

Olhando o período como um conjunto podemos dizer que a Frente Popular revelou-se como uma fórmula capaz de superar o quadro de instabilidade política dos anos anteriores. Do ponto de vista do desempenho das principais forças políticas nas eleições parlamentares que se seguiram, o que podemos notar é que os Conservadores e Liberais mantiveram a sua representatividade nos mesmos níveis, com um acentuado decréscimo na primeira eleição para depois voltarem aos seus níveis anteriores. Os Radicais, por sua vez, mantiveram sua representatividade em torno de 20% do eleitorado. Os comunistas foram aqueles que mais cresceram, saltando de 4 para 10%, transformando-se, isoladamente, na principal força política da esquerda. Os socialistas, de outro lado, foram aqueles que mais perderam eleitoralmente em virtude das suas divisões internas(13). Quanto às eleições presidenciais o que se nota é um decrescimo da votação do candidato da Frente Popular no último pleito, 1946, comparado às vitórias alcançadas em 1937 e 1942(14).

Ainda que não tenha, então, representado uma revolução política e social, a Frente Popular significou uma viragem profunda na história contemporânea do Chile. A partir daí o Estado entra definitivamente em cena como um fator de desenvolvimento econômico e de justiça social, respondendo aos anseios mais diversos da sociedade e desferindo um golpe profundo no liberalismo que pautava a conduta das oligarquias chilenas(15).

De fato, a Frente Popular constituiu-se e afirmou-se a partir de dois grandes objetivos estratégicos: industrialização promovida pelo Estado e democratização. É importante notar aqui que esta era uma pauta inovadora para o contexto latino-americano na medida em que os processos de modernização nesses países utilizaram-se, em geral, de um padrão autoritário de intervenção estatal, limitando ou cerceando a expressão organizada das classes subalternas. No caso chileno a incorporação dessas classes sociais à cidadania se fez como obra política pelo processo de "institucionalização do conflito". Não houve, assim, uma fratura excessivamente acentuada entre cidadania política e cidadania social no processo histórico chileno, fazendo com que ele se distinguisse da maioria dos casos latino-americanos. Houve, a partir da Frente Popular, uma gradual intensificação da democratização política e social, com apreciáveis avanços no terreno das liberdades políticas e nos direitos sociais relativos à saúde pública e à previdência. Os resultados, como veremos, não foram integrais quanto à incorporação de todos os segmentos das classes subalternas nas

diversas dimensões da cidadania, mas o fato é que se instaurou uma dinâmica social e política muito difícil de ser revertida ou anulada.

Quanto à intervenção estatal na direção dos processos econômicos, o que ocorreu no Chile foi que, como já dissemos, as elites dominantes perderam a oportunidade histórica de elas se constituirem na classe dirigente da modernização. Essa oportunidade histórica foi perdida, do ponto de vista econômico porque não se aproveitou o auge exportador salitreiro do final do século XIX e, do ponto de vista político, em virtude do comportamento dos dirigentes políticos da direita na crise aberta nos anos 20. Esse papel coube, então, às forças políticas coligadas na Frente Popular.

A natureza política da coalizão da Frente Popular implicava transformar o Estado em fator de desenvolvimento e justiça social, conectando-o às demandas de reforma e democratização. Desta forma, podemos dizer que de 1938 a 1947 o desenvolvimento capitalista chileno sofreu um processo de **aggiornamento**: reconversão, ainda que parcial, do antigo empresariado em relação às suas atividades econômicas e emergência de um novo, reorientação de investimentos para o setor industrial, criação de infraestrutura, integração da classe operária via institucionalização do conflito, num contexto de democracia política estabilizada, com o Estado arbitrando os conflitos trabalhistas e preocupado em promover o acesso dos setores sociais mais carentes à previdência, educação e saúde.

Com a Frente Popular inicia-se também o processo de superação da crise do modelo primário-exportador mediante a iniciativa daqueles governos no sentido de modernizar as estruturas econômicas do país estimulando a industrialização substitutiva. A criação da CORFO (Corporación de Fomento) em 1939 indica emblematicamente as mudanças que se processaram. A partir da CORFO, o Estado passa a ter funções explicitamente empresariais e financeiras, intervindo e investindo diretamente em diversas atividades econômicas, além do tradicional setor de obras públicas. Este foi o fato qualitativamente novo de maior relavância da Frente Popular no âmbito econômico. Isso implicou diretamente a criação de inúmeras empresas estatais, fato que causou as maiores divisões quanto ao apoio dado pelos empresários industriais chilenos ao projeto da CORFO. No entanto, na medida em que tais medidas foram objeto de dura negociação com os setores organizados da sociedade chilena, dos setores empresariais à CTCH (Confederação dos Trabalhadores Chilenos), criada em 1936, o apoio às medidas governamentais foi geral. A aprovação integral do projeto governamental de intervenção do Estado na economia evidenciou muito bem o equilíbrio em que estava pautado o governo da Frente Popular: o poder agrário era central para os latifundiários representado pelos Conservadores e Liberais e, portanto, a Frente Popular arrefeceu a luta pela sindicalização camponesa e, de outro lado, a industrialização e o papel do Estado eram vitais para as forças da Frente Popular(15).

Reformistas no plano social, democráticos no político e industrializantes no econômico, de toda forma, os

governos da Frente Popular conseguiram realizar transformações sem precedentes na história do Chile. Ainda que não tenham conseguido quebrar inteiramente a resistência à modernização e o poder político dos latifundiários chilenos, representados nos Conservadores e Liberais, pode-se dizer que os maiores beneficiários de todas as transformações operadas pela Frente Popular foram os setores empresariais da emergente burguesia industrial e as camadas médias urbanas.

Assim, sem uma revolução burguesa de tipo "clássico", de resto estranha às realidades históricas do continente, a emergência de um capitalismo de feição industrial veio à luz também no Chile pelas mãos do Estado. No entanto, o processo como isso se deu foi marcado por uma trajetória política muito particular devido ao conjunto de forças políticas que ascende ao poder quando da vitória da Frente Popular. Com a Frente Popular, o Estado não é tomado apenas como fator de desenvolvimento econômico mas é também um fator de democratização política e justiça social. E preciso ressaltar que isso se operou em função não apenas da coligação de centro-esquerda, mas devido às pautas que passaram a caracterizar o Partido Radical. Isso se tornou decisivo a partir do momento em que esta força política passou a ocupar a presidência da República. No Chile, como atestamos acima, a força promotora da industrialização é o centro reformista. O seu êxito só poderia ser garantido caso maximizasse a postura que conectava desenvolvimento e justiça social em contexto de democracia política e até o final do período ele conseguiu de certa forma realizar essa política, estruturando,

assim, um determinado padrão de conduta política e de identidade que vai marcar a história política subsequente. Para além das limitações que revelou, o centro reformista, via Estado, conseguiu levar adiante simultaneamente a industrialização e a democratização político-social, criando um terreno propício para o entendimento entre burguesia, classe operária sindical e politicamente organizada e os setores das camadas médias ligadas à industrialização, ao desenvolvimento do aparato de Estado e à urbanização.

Assim, tendo o Partido Radical como centro político referente, a formula estável da Frente Popular cristalizou uma visão da democracia onde o elemento de cálculo dos atores sociais era decisivo frente às funções que o sistema político possibilitava. Em primeiro lugar, o sistema político organizava a participação dos grupos que podiam ascender à luta política, limitando-os ou excluindo-os em alguns momentos, mas, no geral, permitindo-lhes uma cota de poder de pressão. Em segundo lugar, o sistema, como já dissemos, permitia institucionalizar o conflito social, submetendo-o a uma ordem universalista - a democracia no plano formal - e/ou politizava os conflitos numa dimensão aceitável tornando-os assim objeto do jogo aparentemente global de negociações. Em terceiro lugar, o sistema político estava desenhado para fazer indispensável a negociação mediante a distribuição balanceada de atribuições nas diversas instâncias do Estado ou através do sistema proporcional, gerando interesses em dele participar pela cota de representação que se podia obter e pelo virtual atendimento dos mesmos; pelo

sistema proporcional era muito difícil uma maioria clara, gerando pressões para o compromisso político. Por fim, o sistema impunha o gradualismo nos projetos de transformação da sociedade em virtude da complexidade do campo de forças. O funcionamento desse sistema requeria obviamente o equilíbrio cêntrico que o Partido Radical se especializou em desempenhar(16).

Moderação política e enfase no desenvolvimento capitalista foram os elementos chaves que permitiram com que o centro político se tornasse o eixo pelo qual se superaria a forma de poder oligárquica no Chile. De um lado, ele foi gradadivamente demonstrando que o seu estatismo não veio para ocupar, com uma burocracia estatal ou com uma novíssima classe empresarial, as antigas elites. O que lhe importava era injetar dinamismo na economia e o Estado cumpriria o papel de proteger estes setores dinâmicos. Com o passar do tempo demonstrava-se que controle estatal da vida econômica e social e a tendência para um Estado de bem-estar criavam um espaço de interesses comuns gerando um clima de tolerância entre as classes dominantes. De outro lado, depois do fracasso da República Socialista dos 12 dias e da viragem operada no interior dos comunistas, a esquerda reorienta a sua política, deixa de ser uma força extra-sistema e passa a adotar uma racionalidade estratégica interessada na sua participação no sistema e na defesa ativa da democracia política, terreno em que ela podia expressar as demandas específicas da sua base e as aspirações globais por mudanças mais profundas. Independentemente de todas as discórdias no interior da esquerda chilena, tanto comunistas

quanto socialistas - embora estes não tenham sido a força motriz da esquerda na Frente Popular, mas a sua participação teve um caráter desisivo - passaram a defender a "revolução democrática" como etapa prévia à construção do socialismo e a coalizão com os Radicais passou a representar a fórmula chilena de realização dessa revolução(17).

Mas, a natureza moderada do centro político, fortemente negociadora em todas as políticas que implementava, estimulava a política defensiva à direita, pois lhe possibilitava resultados efetivos, e obrigava a esquerda a permanecer numa estratégia de compromisso, o que acabava levando a que se neutralizassem os programas de modernização e democratização. Isso significava que o programa de reformas chaves pretendido pela esquerda não poderia ser aplicado em sua totalidade. Pode-se apontar três aspectos básicos em que isso se deu. O primeiro em relação à modernização da estrutura fundiária, móvel básico da política defensiva da direita. A reforma agrária não foi colocada na pauta de implementação da Frente Popular, bem como a sindicalização camponesa que permaneceu obstaculizada pelos entraves legais. Em segundo lugar, a questão das nacionalizações das riquezas básicas da economia nacional. Nesse aspecto a conjuntura internacional de luta contra o nazismo e o fascismo que se prolonga com a Segunda Grande Guerra não favoreceu a que isso fosse apresentado como um elemento forte da política da Frente Popular. Esses dois aspectos demonstram muito bem as limitações quanto à uma modernização radical da economia chilena, mesmo nos marcos de um regime capitalista de produção. Em

terceiro lugar, o programa de reformas na legislação eleitoral que implicava efetivamente uma maior participação política também se viu frustrado na medida em que não era interesse do Partido Radical que ele ocorresse porque também os Radicais usufruiam das deformações do sistema eleitoral para manter a sua representação política(18).

3. Os anos de crise e de restrições à democracia

O final do período dos governos de Frente Popular, num cenário internacional inteiramente diverso, marcado pela início da "guerra fria", é caracterizado pela exclusão dos comunistas da cena política, com a decretação da Lei de Defesa Permanente da Democracia (1948), apresenta os socialistas inteiramente divididos, uma direita politicamente fortalecida, com os Radicais tomando-a como o seu principal interlocutor.

Rompe-se no final dos anos 40 a coalizão de centro-esquerda, ainda que não se tenha afirmado no governo de Gonzáles Videla(1947-1952) uma coalizão de centro-direita. O final da Frente Popular não se configurou, portanto, no que se poderia chamar de uma "restauração". Representou, na verdade, a abertura de uma fase de "democracia restrita" que só pôde prevalecer num contexto de crise geral do sistema partidário chileno.

Ainda assim a direita não conseguiu se impor como força política autônoma na presidência da República nas eleições de 1952. Num primeiro momento ela teve que manter uma

postura de negociação com o centro (1948 a 1952) e num segundo momento, se viu forçada a atuar no terreno movediço do governo conduzido por Carlos Ibáñez(1952 a 1958).

O início da fase de restrição às liberdades políticas no Chile, com a decretação da exclusão dos comunistas e a promulgação de diversas leis restritivas à atividade sindical, evidencia com clareza que não se pode ver o desenvolvimento da democracia chilena de maneira linear e contínua. Na fase seguinte, quando então se restabelecem todas as liberdades, após esse período de restrições que durou de 1947 a 1957, o sistema político voltou a se reorganizar, com o fortalecimento dos partidos e dos movimentos sociais.

No entanto, em 1952, depois de concorrer diversas vezes à presidência, Carlos Ibáñez consegue se eleger como um out sider num sistema político exposto a uma profunda crise. A eleição de Ibáñez em 1952 é considerada um "terremoto" no sistema político chileno.

A direita chilena, que ao final do período de Gonzáles Videla passa a pactuar com o centro indo então ao governo não aposta novamente na candidatura Ibáñez em 1952 e procura um caminho próprio nitidamente tecnocrático e empresarial. A sua tentativa de estabelecer um programa próprio no governo de Videla não consegue enfeixar uma aliança sólida com o centro porque as suas exigências eram sempre de curto prazo no sentido de atender às demandas corporativas de suas bases sociais. A aposta num caminho próprio levou a direita a lançar

como candidato Arturo Matte, representante típico do mundo dos negócios vinculado à política.

A impossibilidade de um acordo duradouro com a direita e a fratura com a esquerda levou o Partido Radical a apresentar candidato próprio em 1952, dependendo assim das suas próprias forças, que giravam em torno de 20%. A esquerda, por sua vez, com o Partido Comunista na ilegalidade e os socialistas inteiramente divididos, com uma parte deles, o Partido Socialista Popular(PSP) apoiando a candidatura Ibáñez, se apresenta com Salvador Allende às eleições de forma bastante debilitada. O resultado dá a vitória a Ibáñez com 46,8% dos votos(19).

Inorgânico em relação às classes fundamentais, avesso às representações partidárias e ao esquema de negociação político-social da fase anterior, Ibáñez apresenta-se politicamente como uma liderança de corte populista levando na sua campanha um discurso favorável a medidas antiimperialistas e outras de caráter justicialista. O seu estilo político era o da interpelação direta, sem mediações entre Estado e sociedade. Ibáñez buscou ser o crítico simultaneamente das estruturas econômicas, das oligarquias e do jogo político que caracterizara o período anterior conduzido pelos Radicais. Por essa razão ele conseguiu atrair tanto aqueles que, à esquerda, postulavam uma "democratização substantiva", quanto aqueles que se pautavam por uma crítica autoritária e elitista da democracia chilena. No entanto, a sua estratégia, marcadamente intervencionista, não possibilitava um acordo seguro para a direita. Ele não poderia

ser, portanto, o candidato da "contra-reforma" das elites chilenas(20).

Assim, sucessivamente no governo Ibáñez foram aplicadas políticas estatistas e liberais, de esquerda, de centro e de direita sem que se pudesse anotar uma lógica interna que o consubstanciasse. Ao lado de medidas de corte social que aumentaram a intervenção do Estado, sobrevieram desequilíbrios macro-econômicos de monta, explicitando o esgotamento da chamada etapa "fácil" das substituições de importações(21)

De fato, a opção de política econômica feita por Ibáñez, a partir de 1956, visando superar a crise econômica motivada pela já acentuada paralisia do crescimento e pelo incremento da inflação alimentada pelos desequilíbrios externos(queda do preço do cobre no mercado mundial devido ao final da Guerra da Corea em 1952), jogou o seu governo num ambicioso plano de estabilização econômica que, não contando com dirigentes políticos que fizessem mediações com o conjunto do empresariado, redundou num tremendo fracasso.

O programa de estabilização econômica, conhecido como programa da Missão Klein-Saks, foi elaborado por um grupo de economistas norte-americanos que, no Chile, assessoraram os membros da equipe governamental. O programa de estabilização, seguindo à risca o receituário do FMI(Fundo Monetário Internacional) propunha reformas no sentido da liberação crescente da economia, com a contenção dos gastos públicos e dos salários, supressão dos subsídios governamentais,

liberação das importações e drásticas reduções do crédito bancário, além de medidas de caráter tributário.

A adoção dessa política econômica jogou por terra todas as promessas do programa e mesmo ações governamentais de cunho social feitas por Ibáñez que lhe deram esmagadora vitória, primeiro nas eleições presidenciais, e depois nas primeiras eleições parlamentares do seu governo, conhecidas como o "vendaval de 1953".

O movimento operário chileno que no início do período Ibáñez já se mobilizara contra a criação de uma central sindical oficialista, um dos projetos de Ibáñez depois do esgotamento da CTCH, e na conjuntura anterior ao programa de estabilização já buscava ações unitárias (as greves de 1954 e 1955) contra o desemprego e por salários melhores, declara sua oposição ao programa desencadeando mais uma greve geral em 1956. Esse último movimento, não tão exitoso quanto os anteriores, levou o governo a reagir com uma onda de repressão muito forte frente ao movimento sindical, o que rompeu definitivamente qualquer vínculo seu com a massa de trabalhadores. A esse contexto de ressurgimento das lutas do movimento operário a esquerda chilena empreendeu uma nova tentativa de unidade criando a Frente de Ação Popular(FRAP) em 1956, logo fortalecida pela unificação dos socialistas em 1957.

Os setores empresariais chilenos, por sua vez, depois de um fervoroso apoio inicial ao programa de estabilização tornaram-se ardorosamente críticos à sua continuidade a partir do momento em que algumas medidas do

programa passaram a afetar os níveis de demanda e a política monetária passou a restringir a oferta de créditos no mercado. Na verdade, o programa se inspirava numa visão global de desenvolvimento do capitalismo e não nas reivindicações diretas de muitos dos setores do empresariado. Assim, reagindo corporativamente, recusando-se a sacrificar o curto pelo longo prazo, os empresários se organizaram numa "fronda política" que imediatamente repercutiu nos partidos liberal e conservador que, no Parlamento, passaram das críticas ao programa ao abandono da ortodoxia estabilizadora(22). Evidentemente a lógica dos partidos da direita nessa conjuntura respondia também ao problema das eleições presidenciais que se aproximavam, o que exigia um afastamento da política de Ibáñez.

O que se nota, porém, dessa fase de restrições às liberdades políticas no Chile que, grosso modo, abarcou basicamente o período Ibáñez, é que a direita tencionava aumentar o grau de coerção política, com a exclusão de um dos partidos anti-sistema, e estruturar um bloco político com o centro. No entanto, ao final do período isso se demonstrou impossível para ela por duas razões básicas. Em primeiro lugar, a exclusão dos comunistas - que "ameaçadoramente" nas eleições municipais de 1947 haviam obtido 17% dos votos - não representou o cancelamento do sistema representativo e, portanto, permanecia a sua lógica de legitimação. Isso significava que as forças políticas ainda teriam que se submeter à competição para poder impor as suas estratégias. Um projeto de modernização de largo prazo era decisivo para a direita, ainda que fosse um projeto de

"contra-reforma" de caráter burguês. Contudo, aquela direita era mais anti-reformista que modernizante o que não lhe dava grandes ganhos do ponto de vista eleitoral num contexto de crítica contundente à restauração oligárquica que o governo Ibáñez também comportou. Em segundo lugar, o final do período demonstrou que um pacto duradouro com o centro também não se efetivara. A alternativa a Ibáñez que poderia ter sido exitosa era uma aliança de centro-direita, o que quase que certamente implicaria o apoio a um candidato radical nas próximas eleições presidenciais. A direita rejeitou essa saída e preferiu o caminho próprio, perdendo a eleição de 1952, num dos momentos que lhe era mais favorável(23).

Mesmo assim, para a direita, a experiência da Missão Klein-Saks evidenciou todas as potencialidades de um governo próprio e, desde que dirigido por um representante do setor empresarial, era possível pensar num programa de largo prazo de redirecionamento da economia e da ação estatal. Produto dessa visão e ainda que um tanto fragilizada do ponto de vista da representação, medindo-se os seus desempenhos anteriores ao governo Ibáñez(24), a direita jogou todas as suas energias na candidatura de Jorge Alessandri para as eleições presidenciais de 1958. Mas, como veremos, a situação política sofreria grandes alterações a partir daquele mesmo ano.

4. A esquerda na fase de "democracia restrita"

No campo da esquerda a fase de "democracia restrita" provocou algumas alterações significativas importantes de serem examinadas para voltarmos ao quadro político e eleitoral de 1958. Com o término dos governos de Frente Popular e com a desarticulação que isso significou para a esquerda, o movimento operário e popular somente volta a atuar com desenvoltura a partir de meados da década de 50, com a decretação de greves gerais e de movimentos de massa. Nesse contexto interno e sob o impacto dos desdobramentos da "guerra fria" e mais tarde do XX Congresso do PCUS de 1956 processam-se reorientações na política da esquerda chilena que iriam repercutir nas suas ações e projetos, do final dos anos 50 até a vitória de Allende em 1970.

A experiência governativa que a esquerda vivenciou com a Frente Popular, as lições que dela extraiu, especialmente das frustrações do último período, a ilegalidade experimentada a partir de ,1947, fizeram com que os comunistas chilenos passassem a elaborar uma estratégia mais definida para as transformações que queriam para o país. E a partir desse momento que, através dos comunistas, se passa a falar de uma via chilena ao socialismo, embora esse discurso e essa linha política só se afirmassem em definitivo nos anos 60.

O marco cronológico na história dos comunistas chilenos que define essa nova estratégia é o seu X Congresso, realizado em abril de 1956, logo após a realização do XX Congresso do PCUS que validou a estratégia das "vias

nacionais". No entanto, o projeto dos comunistas chilenos obedeceu um percurso próprio de elaboração que percorre os anos 50, especificamente a partir da IX Conferência Nacional de setembro de 1952, quando se ratifica o projeto de "libertação nacional". Desta forma, em relação à política dos comunistas chilenos voltada para a realidade interna do país, não se deve anotar um seguidismo automático do PC chileno em relação ao PCUS, embora quanto à política externa e à afirmação do PC chileno no interior do MCI(Movimento Comunista Internacional), bem como em relação à ortodoxia marxista-leninista, o PC chileno tenha sido um dos partidos mais conservadores.

A partir de 1950, então, afirma-se no interior do PC chileno a estratégia da revolução de libertação nacional. A política a ser implementada e o programa a ser aplicado, de acordo com os comunistas, para a concretização dessa estratégia passava por uma reavaliação crítica e auto-crítica do período da Frente Popular. Como elementos desse programa mantem-se, no entanto, da fase anterior a intenção estratégica de aliança com a burguesia nacional e afirma-se a concepção de que no Chile o caminho poderia ser pacífico. E a partir daí que, para os comunistas, a via chilena ao socialismo poderia ser construida por meios legais e não-armados. Embora latente, o tema da luta armada permaneceu como um discurso que se reportava às dimensões da teoria e era tomado como uma alternativa de último recurso.

O que vai se alterar na política dos comunistas chilenos a partir dos anos 50 é a concepção da aliança com a burguesia nacional. Para eles, a partir do último governo

radical, no contexto de emergência da "guerra fria", havia terminado a etapa história de direção da Frente de Libertação Nacional por parte da burguesia chilena. A aliança com a burguesia só seria segura optando-se pelos setores que se apresentassem como antagônicos ao imperialismo, aos monopólios e ao latifúndio. Para que isso se efetivasse a esquerda deveria então constituir uma sólida aliança comunista-socialista que pudesse atrair, pelo programa apresentado, esses setores da burguesia nacional. O que se deveria objetivar, então, era a hegemonia do proletariado na Frente de Libertação Nacional. A proposta de alianças politicas no contexto chileno altera-se, propondo-se como núcleo para as alianças o eixo comunista-socialista. Era requisito indispensável, de acordo com os comunistas, que a "classe operária e suas vanguardas" fossem o polo dirigente da revolução de libertação nacional.

Concebiam assim, os comunistas chilenos, um movimento "dialético" no seu projeto: era essencial uma política de alianças pluriclassistas para a revolução de libertação nacional, mas no bojo de um processo político que acentuasse a participação de massas, levando-se em conta as suas lutas de classe mais diretas. Para que ambos se efetivassem, os comunistas chilenos, defendem reformas substanciais nas estruturas políticas do país de forma a que se retaurassem todas as liberdades políticas, com vistas a uma aprofundamento do processo de democratização.

Sob o influxo do XX Congresso do PCUS que admite a "transição pacífica" rumo ao socialismo, o PC chileno

passa a ver legitimado teoricamente todo o seu percurso realizado nos anos 50 e a defender de forma mais segura a não-excludência entre os projetos de libertação nacional, democracia e socialismo. O seu X Congresso ratificou plenamente a luta no interior do sistema político propondo avanços graduais rumo ao socialismo(24).

E importante notar que em virtude da adoção do caminho pacífico para o socialismo, mediado pela estratégia da revolução de libertação nacional, os comunistas chilenos passam a ser a força de esquerda que mais se empenha em defender propostas de reformas políticas e institucionais de cunho democratizante visando aperfeiçoar o sistema institucional. Na linguagem do então secretário-geral do PC chileno, Galo Gonzáles, isso era decisivo para que o sistema institucional, "nas mãos do povo" pudesse ser "instrumento das transformações de fundo". Além das reformas da legislação eleitoral objetivando o aperfeiçoamento da representação e a ampliação da democracia, isto é, para que "os órgãos executivos, legislativos e judiciários sejam verdadeiramente a expressão democrática da imensa maioria", Galo Gonzáles defende também a implantação do parlamentarismo já que o presidencialismo "faz com que o Presidente da República converta-se num ditador que concentra em suas mãos quase a totalidade do poder de Estado"(25). Como veremos, estas reformas serão implementadas na fase seguinte da democracia chilena, ainda que o parlamentarismo tenha sido descartado pelo conjunto da esquerda e os comunistas arrefecessem na luta pela sua implantação.

O PC chileno, assim, demonstrou na fase de "democracia restrita" uma imensa capacidade de elaborar e de implementar praticamente uma política popular de redemocratização do Estado, bem como de apontar para a importância de se preservar e se solidificar o regime democrático, dentro da sua estratégia de libertação nacional.

É importante ressaltar aqui que nos parece equivocado identificar a posição adotada pelos comunistas chilenos quanto à questão da democracia nessa fase e subsequentemente com aquela assumida pelos comunistas italianos na mesma época, consubstanciada na expressão "democracia progressiva" cunhada por Palmiro Togliatti(26). Não apenas a realidade histórica e política da Itália era diversa e percebida por Togliatti como inteiramente nova após a derrota do fascismo, como também a elaboração togliattiana quanto à origem dessa nova política(a Constituição Republicana de 1948) e às suas finalidades diretas eram basicamente distintas daquelas propostas pelos comunistas chilenos. Embora o discurso togliattiano também padecesse das mesmas marcas doutrinárias que marcavam os comunistas chilenos, a afirmação dos valores da democracia como instituidores de uma "tendência", isto é, "de uma democracia aberta a todo novo desenvolvimento possível" é uma formulação bastante distinta daquela que pretende conduzir uma "revolução de libertação nacional". Togliatti falava de uma "programação democrática" de "reformas estruturais", conduzidas pelo "método democrático", com vistas à superação do capitalismo. A finalidade da democracia não era, portanto, a conclusão de uma etapa de

libertação nacional rumo ao socialismo. Tratava-se da "renovação de toda a vida nacional" e dos consequentes resultados disso para a vida econômica e social das classes subalternas. Togliatti sintetizou em 1964 o seu projeto da seguinte forma: "A caracteristica original dessa construção política reside na unidade entre um programa de renovação econômica e social e na afirmação dos princípios da democracia como base inquebrantável do Estado republicano e como norma que deve se observar em **todos seus desenvolvimentos sucessivos**"(27).

Ainda que os comunistas apareçam na esquerda chilena como a força que mais organizada e sistematicamente defendeu a democracia, o nexo entre democracia e socialismo na estratégia do PC chileno é pensado tendo como mediação e limite indelével a temática da libertação nacional. Mas pelas posturas democráticas que assumiram na fase de restrição às liberdades públicas, os comunistas constituíram-se numa das forças políticas mais importantes que impulsionaram o retôrno do Chile a uma situação democrática sem restrições e exclusões e inclinada ao aprofundamento.

Na fase de "democracia restrita", o Partido Socialista chileno viveu também um momento de importante inflexão histórica. Nascido da experiência histórica da "República Socialista" de 1932, o PS se caracterizava por ser, junto com os comunistas, a outra força de esquerda do país. E importante frisar que o Partido Socialista surge no Chile depois do Partido Comunista, emergindo em 1933 depois de um **putch** militar e abrigando em seu seio diversas correntes ideológicas, desde

tendências trotskistas, passando por tendências anti-oligárquicas, populistas, latino-americanistas a personalidades intelectuais advindas do anarquismo e do chamado "socialismo humanista". A origem, portanto, do socialismo chileno não foi o movimento operário - esta é a herança dos comunistas chilenos - , nem mesmo o jogo político parlamentar. A sua marca de origem é basicamente "nacional-popular", mesclada por um forte sentimento latino-americanista e revolucionário fundado no marxismo.

Assim, os seus temas identificadores passam pela problemática da luta de classes, da destruição do Estado burguês e da implantação de um "Estado de trabalhadores" mas privilegiando sempre a realidade específica do Chile que, para os socialistas chilenos, era o mesmo que pensar a construção de um socialismo para a América Latina. Por essa razão os socialistas chilenos sempre foram críticos da experiência soviética de construção do socialismo sob o stalinismo e, consequentemente, críticos da adesão dos comunistas chilenos à política exterior da URSS, e, rejeitando qualquer seguidismo, acolheram como experiências positivas para a construção do socialismo as tentativas de iuguslavos, chineses e mais tarde cubanos. O Partido Socialista quis definir a sua identidade desde suas origens - como aparece explícito na sua declaração de princípios - como um partido "revolucionário e de classe"(28).

O Partido Socialista foi também uma força política que, em virtude do seu próprio aparecimento e das opções que fez na conjuntura do final dos anos 30, ingressando na Frente Popular, mais decisivamente contribuiu para que a esquerda

chilena adentrasse ao sistema político e vivenciasse a experiência governativa. Esta foi também a razão mais profunda de todas as suas crises e frequentes fissuras internas. O problema se apresentava sempre quanto ao comportamento das suas lideranças em relação à política geral do partido. A questão que sempre esteve presente foi a de conectar o processo de reformas dos governos de Frente Popular e a perspectiva de construção do socialismo. As críticas ao "seguidismo" em relação à política centrista(PR) estiveram sempre presentes nas crises e dissensões internas. Ultrapassada a fase da Frente Popular, os socialistas continuam a viver, como veremos, dissensões internas tendo como pano de fundo a questão da sua identidade "revolucionária e de classe"(29).

A ruptura mais séria e mais profunda no interior dos socialistas chilenos ocorre em 1948, após a decretação da Lei de Defesa Permanente da Democracia pelo governo Gonzáles Videla. Era inconsebível que socialistas apoiassem essa e outra leis que foram promulgadas contra o movimento sindical. Um grupo de socialistas, no entanto, permaneceu no governo, mantendo consigo a sigla partidária, ou seja, Partido Socialista do Chile (PSCH). Esse grupo continuou agregando as principais lideranças sindicais da extinta CTCH, como Bernardo Ibáñes, dirigente sindical simpático ao sindicalismo norte-americano. A outra parte do socialismo chileno funda o Partido Socialista Popular (PSP), em oposição ao governo, e passa a qualificar o PSCH de "colaboracionista".

As divisões internas no socialismo chileno dos anos 40 provocaram um acentuado declínio da sua representação eleitoral e estimularam nas correntes socialistas que se mantiveram na oposição ao último governo do período da Frente Popular um duplo movimento com vistas ao resgate da identidade socialista. Fortaleceu-se, de um lado, uma tendência já presente no socialismo chileno de procurar um caminho que criasse o "partido de todo o povo", exacerbando um seu viés de origem, isto é, a sua inclinação nacional-popular. Isto fez com que uma parte dos socialistas chilenos se aproximasse do populismo ibañista. O anti-colaboracionismo acabaria por empurrar os socialistas populares para o populismo. O PSP, como já adiantamos, vai apoiar a candidatura de Ibáñez à presidência da República em 1952. Ao lado da afirmação do nacional-popular, explicita-se também nessa atitude dos socialistas populares toda a ambiguidade referente ao tema da democracia. Importava mais a temática do social, o nacionalismo e o antiimperialismo como afirmação da identidade do socialismo chileno.

De outro lado, é nesse momento que se pode anotar o surgimento de uma outra perspectiva de identidade para o socialismo chileno. Embora, diversa quanto à compreensão das tarefas fundamentais e quanto aos horizontes da política socialista, ela manteve-se fiel à clássica postura classista dos socialistas e à temática da revolução. Trata-se da formulação elaborada por Eugenio González que aparece expressa no Programa de 1947. Contrariando a formulação original do socialismo chileno que tratava a democracia como apenas um "instrumento temporário

útil" e toda a ambiguidade daí gerada, na medida em que os socialistas falavam em luta armada mas haviam participado dos governos democráticos a partir da Frente Popular, González foi um dos poucos dirigentes socialistas a expressar uma visão não instrumental da democracia, conectando-a à sua visão da revolução socialista no Chile. Afirmándo uma concepção ética fundada no "humanismo socialista", Gonzaléz assinalava que a revolução socialista não se antepunha à revolução burguesa mas a aprofundava em suas dimensões positivas. Assim, não havia, segundo González, uma oposição entre liberalismo político e socialismo democrático. O socialismo era "revolucionário", para Gonzáles, por seus objetivos, por ser anti-capitalista e anti-totalitário. Os meios deveriam ser, portanto, adequados aos fins perseguidos. Dessa forma, diz González, "não nos parece possível separar o socialismo da democracia;...só utilizando os meios da democracia pode o socialismo alcançar seus fins sem que eles sejam desnaturalizados".

O pensamento de Eugenio Gonzáles afirma, sem dúvida, os pressupostos de uma política do socialismo chileno que estará presente na ação de Salvador Allende quando este expressou o seu entendimento sobre a sua **via chilena ao socialismo.** A política dos socialistas chilenos não deveria, segundo Gonzáles, distanciar-se em nenhum momento da questão democrática. Sob este aspecto definidor é extremamente significativa essa passagem de Gonzáles: "Eis aqui o primeiro dever do socialismo na América Latina: esforçar-se para a vigência do regime democrático, por implantá-lo onde nunca existiu, por restabelecê-lo quando for

derrubado, por aperfeiçoá-lo se tende à ancilosar-se obstruindo o progresso social. Ainda que bastante defeituosa, a democracia atual guarda em si os fatores do seu aperfeiçoamento ulterior"(30).

Dessas duas tendência a que prevaleceu entre os socialistas na conjuntura do início dos anos 50 foi a primeira. A segunda ficaria amortecida durante duas décadas, ressurgindo por alguns momentos, para emergir no contexto do governo da Unidade Popular, através da política expressa pelo presidente Salvador Allende. De toda forma, o apoio emprestado a Ibáñez na primeira metade dos anos 50 representou a última tentativa de conciliação entre marxismo e populismo no socialismo chileno. Esta aventura dos socialistas populares redundou, contudo, num imenso fracásso. O seu desempenho eleitoral foi muito pequeno nas eleições parlamentares de 1953(31) e logo os socialistas populares perceberam que Ibáñez se afastava das propostas que os tinham levado a firmar a aliança de 52.

Entre 1953 e 1957, os socialistas viveram um momento de redefinição que culminou com a reunificação do partido. Uma nova linha política marcou esse momento de inflexão na história do socialismo chileno. Trata-se da linha de Frente dos Trabalhadores, adotada no XVI Congresso do PSP e que em 1957 passou a ser a linha política da reunificação.

Os fundamentos da linha de Frente dos Trabalhadores encontram-se já no Programa de 1947, onde se afirmava, como um imperativo das circunstâncias latino-americanas, que "as grandes transformações econômicas da

revolução democrático-burguesa - reforma agrária, industrialização, libertação nacional - se realizarão, em nossos países latino-americanos, através da revolução socialista". Como a burguesia nacional não demonstrava capacidade de realizar a sua própria revolução, a revolução socialista teria como tarefa os seus objetivos próprios(socialização dos meios de produção) e aqueles de uma revolução democrático-burguesa caracterizadas pelas transformações econômico-sociais e políticas alinhadas acima.

Com tal definição da revolução chilena, enfeixavam os socialistas, um duplo ataque: primeiro à política dos Radicais, e depois à política de alianças defendida pelos comunistas. Em relação aos primeiros, os socialistas retiram-lhes qualquer qualificação como parte do campo progressista e passam a vê-los como representantes do latifúndio e do capital financeiro, dois obstáculos à emancipação nacional e social. Quanto aos comunistas, a crítica à sua política de alianças refletia também uma crítica à sua estratégia, isto é, à estratégia da revolução de libertação nacional. Os socialistas identificavam essa estratégia como etapista frente ao objetivo do socialismo e, por isso, obstaculizadora ao avanço do socialismo porque pressupunha uma aliança com as forças políticas da burguesia nacional, subordinando as forças do socialismo ao centro. Mas, como vimos, tratava-se, pelo menos em parte, de um equívoco dos socialistas uma vez que, quanto à política concreta a ser colocada em prática, os comunistas propunham uma outra abordagem das alianças políticas, centrada no eixo comunista-socialista, ainda que

guardassem a mesma posição quanto à estratégia geral da revolução chilena.

De toda forma, o que acabou prevalecendo entre os socialistas foi a adoção de uma consigna intermediária: entre revolução socialista e revolução democrático-burguesa, os socialistas afirmaram a idéia de uma "revolução democrática de trabalhadores", com vistas à constituição de uma "República Democrática de Trabalhadores"(32). A concepção original da Frente de Trabalhadores nasce guardando a idéia de que no Chile a revolução deveria ser democrática e classista, porque dirigida pelos trabalhadores. Sem ser socialista, essa revolução promoveria a nacionalização das riquezas básicas do país e dos bancos, a reforma agrária e a sindicalização dos camponeses, a estatização dos monopólios e a real democratização do Estado, criando as condições para o socialismo. Anti-feudal, antiimperialista, anti-monopolista, o programa da revolução dos socialistas não se distinguia muito do programa dos comunistas. A questão da ênfase classista dada pelos socialistas era trabalhada na estratégia da Frente de Libertação Nacional dos comunistas nos termos da hegemonia da classe operária na revolução de libertação nacional.

Similitudes diversas, o distintivo, no entanto, entre comunistas e socialistas era que para a revolução de libertação nacional, os comunistas esperavam contar com forças da burguesia nacional de corte progressista e postulavam essa estratégia pela via pacífica, enquanto os socialistas enfatizavam a prevalência do elemento de classe como motor de uma revolução

que, em suas tarefas, prepararia a construção do socialismo, rejeitando a etapa democrático-burguesa, ainda que sob hegemonia do proletariado.

Mesmo assim, nos anos 50, pela auto-crítica dos caminhos percorridos nas décadas anteriores, pela proximidade programática e em virtude das pautas políticas que se colocaram diante da esquerda chilena - reunificação do movimento sindical(CUT-1953), lutas de massas (greves gerais de 54, 55 e 56) e a necessidade da redemocratização política do país - comunistas e socialistas passaram a buscar uma composição política e eleitoral, visando também as eleições presidenciais de 1958.

5. A "redemocratização" e o retorno da direita ao governo

No final da década de 50, em decorrência dos sucessivos govenos que restringiram as liberdades públicas e das explosivas contradições que daí brotavam em virtude das dificuldades econômicas pelas quais passava o país derivadas do fracasso da política econômica de Ibáñez, gerou-se um clima profundamente favorável a que se realizassem mudanças políticas. Os anos de 1957 e 1958 registraram, então, o final da fase de "democracia restrita" e o início de um novo impulso de democratização que marcou a década de 60 e o início dos anos 70.

Assim, no final do período Ibáñez, comunistas e socialistas agrupados na FRAP(33), aliados às forças políticas de centro no Parlamento, impulsionaram uma ampla campanha por

reformas políticas formando o **Bloco de Saneamento Democrático.** O propósito dessa aliança política era o de promover reformas democratizantes que aperfeiçoassem a representação política da sociedade. Seus pontos básicos eram a supressão da Lei de Defesa Permanente da Democracia e uma profunda reforma eleitoral, instituindo, por exemplo a cédula única de votação, com vistas a eliminar a corrupção e a fraude e diminuir o poderio político dos "caciques" rurais, o que perpetuava a sobrerepresentação das zonas rurais no sistema político. Retomava-se, em novos termos e numa nova conjuntura, o tema da reforma eleitoral frustrado nos tempos da Frente Popular.

Aquelas reformas patrocinadas pela esquerda, a direita chilena ofereceu uma tenaz resistência no Parlamento vocalizando um discurso anti-comunista à moda da "guerra fria". Tal postura reacionária, como já dissemos, se possibilitava à direita um princípio de ordem tanto geral quanto específico com o qual pensava promover na sociedade a sua concepção restrita de democracia, revelava também a sua incapacidade em postular e afirmar sua hegemonia num esquema de democracia pluralista. A direita apostava na manutenção do quadro político restritivo e na sua vitória nas eleições presidenciais de 1958.

Como o elemento unificador e consensual do Bloco de Saneamento Democrático eram as reformas políticas e eleitorais e como pesava ainda na cena política o discurso anti-comunista da direita, o governo Ibáñez no decorrer dos debates congressuais manteve sempre como ameaçador o seu veto a uma liberalização mais extensiva, temendo o fortalecimento político e

eleitoral da esquerda. Essa postura governamental fazia acentuar as vacilações das forças políticas de centro que ainda mantinham vínculos com o governo, como o Partido Radical e o pequeno Partido Agrário-Laborista. Diferentemente delas, no entanto, outras correntes políticas de centro, que nesse contexto já emergiam com alguma força, como a Falange Nacional(34), firmaram-se numa postura de princípios democráticos contra a exclusão do PC e cumpriram um papel de mediação importante.

Após uma longa e aguda discussão no Parlamento, cercada por manobras do governo e da direita, a supressão da legalidade dos comunistas foi derrocada em 1958, bem como aprovadas as reformas eleitorais que minimizavam em muito a coerção, a corrupção e a fraude nas eleições chilenas.

A direita termina essa fase de "democracia restrita", como já dissemos, perdendo uma oportunidade histórica magnífica para se constituir na vanguarda da modernização do país. Fracassou na aliança com o centro radical, recusou ir até o fim na aventura econômica ibañista e, por fim, não conseguiu sustentar o esquema restritivo à democracia pluralista.

O período que se abre com as reformas políticas e eleitorais de 1957/8 encontra novamente unido o movimento sindical (CUT), bem como a esquerda(FRAP), e a emergência forte de um novo e moderno reformismo(DC) que ganharia rapidamente o seu lugar no centro político, para se transformar mais à frente num grande partido e almejar a presidência da República(35).

Vitoriosa politicamente no plano parlamentar com a aprovação das reformas político-eleitorais e relativamente ajustada em suas divergências internas no plano político-social com a CUT e a FRAP, a esquerda emergirá no novo cenário como uma força autônoma considerável na conjuntura que marcou as eleições presidenciais de 1958.

No entanto, a direita chilena, após permanecer 20 anos afastada do posto maior da República, vence as eleições de 1958, otendo 389 mil votos, o equivalente a 31% do eleitorado. Isto ocorre num momento em que a sua tendência eleitoral era de queda, comparada aos resultados dos anos 30 e 40(36).

O que explica a vitória da direita em 1958 é que o quadro eleitoral apresentou-se bastante fragmentado, dividido em quatro candidaturas que demonstraram potencial de vitória. O sistema político chileno recuperava-se, assim, da forte crise que o abatera depois da experiência da Frente Popular e do "terremoto ibañista" que marcou o início dos anos 50. A direita venceu a eleição presidencial de 1958 porque a propensão às coalizões foi inexistente (excetuando-se a esquerda), o que gerou uma dispersão bastante equilibrada de votos(37).

As duas grandes surpresas desta eleição foram o desempenho da esquerda que ficou a menos de 3% do primeiro colocado e a aparição da Democracia Cristã como uma alternativa de poder, suplantando a votação dos Radicais. Isto fez com que, a partir daí, emergisse um **duplo centro** no sistema do pluralismo

polarizado chileno, configurando-se então um novo quadro político e partidário(38).

No campo da esquerda, a surpresa de todos em relação ao seu desempenho - Allende em 1952 tivera um desempenho muito fraco - favoreceu a estratégia comunista do "caminho pacífico" na medida em que aquelas eleições demonstravam que era possível no Chile a conquista de um "governo popular" para a implementação das reformas estruturais anti-oligárquicas e anti-imperialistas. A palavra de ordem dos comunistas a partir do seu XII Congresso(1962) passou a ser **"hacia un gobierno popular"**.

Embora a coalizão da FRAP representasse politicamente muito mais a estratégia socialista de Frente de Trabalhadores já que não contava com nenhuma força além da esquerda, o seu programa não indicava como terefa imediata a construção do socialismo(39). Muito ao contrário, afirmava-se neste momento no interior da esquerda a necessidade de uma etapa histórica de mediação quanto àquela construção. Para os comunistas essa etapa era clara: a libertação nacional; e por isso, o eixo comunista-socialista deveria atrair para si outras forças democráticas e progressistas. Os socialistas, por sua vez, continuaram recusando esse caminho e, sob o impacto da revolução cubana, radicalizaram mais ainda na defesa da sua tese maior: uma revolução democrática, dirigida pelos trabalhadores, que abrisse caminho para o socialismo.

A vitória da direita em 1958, através de Jorge Alessandri, veio, contudo, reproduzir novamente o mesmo espírito de suspeita e rechaço à política partidária que Ibáñez

havia expressado. Ela representou àquela altura uma opção da direita por um "governo próprio", embora no contexto político em que ela se produziu, com o país democratizado e o sistema político rearticulado, a direita, apoiada apenas em um terço do eleitorado, obrigatoriamente deveria configurar alianças para além do seu campo para que pudesse governar. No entanto, a direita não seguiu esse caminho procurando afirmar a sua opção.

Com Alessandri a política de direita altera-se em busca de uma nova racionalidade. A lógica modernizante de Alessandri passava pela afirmação da técnica e pela rejeição da política, até mesmo a política voltada para o atendimento dos interesses corporativos do empresariado. A sua abordagem da modernização do país era, contudo, bastante diversa daquela implementada pelos Radicais - intervenção do Estado e defesa do mercado interno - seguida nos governos da Frente Popular. Alessandri assume um projeto de modernização, guiado "pelo alto", em consonância com a lógica transnacional do capitalismo(40).

A estratégia econômica do governo Alessandri esteve assentada na idéia de atrair investimentos estrangeiros para o país, estimulando as importações de bens de capital e de matérias primas que permitissem um aumento de produtividade e uma modernização do setor industrial, com vistas a um incremento da exportação desse setor. Para isso ele adotou uma política cambial que fixava o preço do dolar no mercado interno e drásticas medidas contra a inflação, reduzindo-a de 33,3% em 1959 para 9,7% em 1961. Alessandri procurou jogar ao empresariado chileno o desafio de aumentar a sua produtividade e se modernizar. A

dinamização do setor industrial era a forma pela qual Alessandri pensava que o setor poderia resistir à abertura do mercado nacional aos produtos estrangeiros, ou seja, modernizando os processos produtivos com auxílio de tecnologia e insumos industriais estrangeiros de forma a torná-los competitivos no mercado nacional e também internacional. Havia, então, nessa política uma perspectiva geral para o desenvolvimento do capitalismo chileno que, olhadas bem as coisas, era bastante lúcida para uma política de direita já que num país como o Chile o movimento operário revelava possuir uma força de pressão e negociação muito grandes e seria difícil conseguir dar esse "salto" no capitalismo chileno mediante uma substancial intensificação do trabalho(41).

No entanto, os resultados da política adotada por Alessandri revelaram-se desastrosos. Deficits na balança comercial impulsionaram as crises da balança de pagamentos e a política do câmbio fixo caiu por terra, com a decretação de sucessivas desvalorizações da moeda. Na prática, os setores industriais utilizaram-se do câmbio fixo e das franquias creditícias mais como recurso especulativo do que como de dinamização da produção. A inflação, por sua vez, retorna e passa a pesar agudamente sobre os trabalhadores. No Chile isso era particularmente grave em virtude da incapacidade da agricultura em abastecer o mercado interno. O Chile era um país importador de alimentos; sua população crescia à base de 2,5% enquanto a produção agrícola aumentava apenas 1,8% ao ano. Ao final de 1961 todo o esquema alessandrista estava abalado e era impossível

sustentá-lo sem apoio parlamentar. Alessandri buscou, então, confeccionar uma aliança com os Radicais e em 1962 se configurou a Frente Democrática. No entanto, naquele contexto essa aliança não lhe trouxe grandes perspectivas de futuro já que, como dissemos, o centro político já havia sofrido uma alteração significativa com a emergência da Democracia Cristã.

O fracasso da política alessandrista, contudo, evidenciou mais do que um desacerto de política econômica. Ele foi o resultado de uma suposição inexistente em relação ao empresariado. Alessandri supos que o empresariado chileno era dotado de vitalidade inovadora, capacidade de gestão e estratégia de longo prazo(42). Assim, como já apontamos, o fracasso da política alessandrista revelava um problema muito mais profundo.

Como em outras realidades latino-americanas, a ausência de uma "ruptura burguesa" engendrou no interior das classes dominantes o que podemos chamar, recorrendo à terminologia gramsciana, de "transformismo"(43). No Chile, as "novas" classes empresariais provinientes da industrialização fizeram-se em conjunção com as antigas, aproveitando-se do poder político e social pré-existente. Assim, mesmo depois da industrialização, o setor industrial dominava o econômico e os setores do latifúndio continuaram a prevalecer política e ideologicamente entre as classes dominantes. A emergência de um capitalismo de corte industrial não gerou, portanto, um empresariado de feição nova, independente dos setores tradicionais e do Estado, que pudesse impor como visão de

sociedade e como norma a competência e o mérito na construção de um novo bloco dominante. A natureza do bloco dominante no Chile se fez, então, tributária, cultural e politicamente, da arquitetura tradicional que estruturava as classes dominantes.

Não é por outra razão que predominava no interior dessas classes uma visão aristocrática, hierarquizada, corporativa e particularista da vida social, implicando a ausência de uma vocação hegemônica. Por isso elas eram muito mais afeitas à representações partidárias tradicionais. As elites chilenas sempre se sentiram muito mais confortáveis no interior de partidos como o Liberal e o Conservador do que em partidos de feição mais moderna.

Carentes de vocação hegemônica, as elites chilenas, aberta a fase da modernização do país, revelaram uma imensa incapacidade em confeccionar, implementar ou mesmo aderir a um projeto geral de desenvolvimento para o capitalismo que subordinasse os interesses corporativos aos ligados à lógica global da reprodução capitalista. As classes dominates chilenas sempre viram o Estado mais como fator de ordem do que como fator de regulação social e de "plano" econômico. Quando estes últimos elementos se impuseram (1938) ela permaneceu numa postura inteiramente defensiva. Como vimos, em todas as oportunidades que apareceram onde se exigiu uma postura ofensiva na qual deveriam primar os interesses gerais e não os corporativos elas fracassaram. O caso da política alessandrista ilustra mais ainda esse fato. O "governo próprio" da direita mergulhou em desequilíbrios econômicos que, seguramente com o apoio do

empresariado, poderiam ter sido suplantados. A "fuga para frente" tencionada por Alessandri, isto é, superar a presença estatal como determinante do ser burguês, ainda que submetido aos ditâmes do mundo da política - essa a particularidade chilena como um país latino-americano - idealizou um projeto de modernização que não contou com seus agentes reais. O que Alessandri não compreendeu é que a proteção estatal, como processo já instaurado e não integralmente dirigido pelas classes dominantes, estava mais enraizado na mente e nas ações do empresariado industrial chileno do que o seu discurso tecnocrático supunha. A modernização, via intensificação da produção, que instaurasse a hegemonia do capital pelo ímpeto e desempenho na produção de bens, não era, pois, um interesse de classe imediato para o setor de ponta do bloco dominante(44).

Fracassado o seu "governo próprio", a direita, incapaz de se reproduzir politicamente e submetida outra vez a um quadro de democracia pluralista, volta à posição defensiva vivenciada na fase anterior. Após Alessandri, a direita não conseguia mais se colocar como uma alternativa política autônoma de carater nacional, abrindo campo para experiências de aprofundamento da democratização.

6. Abre-se a fase das "alternativas globais"

Como um desdobramento de todo o processo político-social que caracterizou o fim do ciclo dos governos de Frente Popular e da fase de "democracia restrita", o Chile vai

conhecer na década de sessenta uma ampliação imensa da representatividade política, um aprofundamento do realinhamento político-partidário operado na década anterior que afetará a estrutura do seu sitema político e a abertura da fase das "alternativas globais"(45).

No âmbito da esquerda, o início da década de 60 esteve marcado pela polêmica entre comunistas e socialistas quanto às vias de acesso ao poder. No interior do PC, como vimos, prevalecia a idéia de um caminho pacífico e a necessidade de alianças políticas e sociais para o cumprimento das tarefas dessa fase que, no fundamental, representava a etapa de libertação nacional. O desempenho do candidato da FRAP em 1958 havia confirmado a perspectiva da conquista de um governo popular pelo voto e fortalecido muito a estratégia comunista. Com o fracasso do governo da direita imaginava-se como certa a vitória, em 1964, de um candidato apoiado pela FRAP.

Já entre os socialistas prevalecia um discurso marcadamente influenciado pela revolução cubana que enfatizava a inevitabilidade da confrontação de classes e a proximidade da insurreição. Os socialistas rejeitavam qualquer perspectiva de alianças para fora do campo da esquerda e pautavam o seu discurso pela crítica ao gradualismo, à ilusão com relação à "democracia burguesa" e à legalidade institucional. A sua inserção no sistema político era vista como uma possibilidade de dar caráter nacional aos conflitos sociais que emergiam no país(46).

No entanto, o discurso de enfase no caráter insurrecional da revolução chilena feito pelos socialistas, que animou uma famosa polêmica pública entre os secretários-gerais e lideranças políticas importantes do PC e do PS em 1962(47), vai arrefecendo-se e perdendo seu ímpeto em virtude das eleições sucessivas que se aproximavam (1963,municipais; 1964, presidenciais; 1965, parlamentares).

Contrariando toda a tendência anterior existente entre os socialistas, o seu XX Congresso de fevereiro de 1964 descartou a via insurrecional e manifestou confiança nos resultados da eleição presidencial que estava por vir. A presença de Salvador Allende nesse contexto foi decisiva para a inversão que se operou. O informe do Comitê Central do PS após esse congresso, surpreendentemente afirmava: "Enfrentemos as eleições, pois, existem condições favoráveis para ganhá-las, e porque, ganhando-as, elas devem abrir uma nova etapa no desenvolvimento da revolução chilena. Mais do que isso, porque objetivamente não existe outra opção"(48).

No entanto, o fenômeno mais disruptivo do ponto de vista político no Chile dos anos 60 não vinha nem da esquerda nem da direita e sim do centro do espectro político, como o crescimento político e social da proposta da Democracia Cristã. Como já dissemos, a partir da eleição presidencial de 1958, a Democracia Cristã passa a dividir o centro político com o Partido Radical. Este em declínio e aquele em franca ascensão.

Nascido principalemnte a partir da Falange Nacional, o surgimento do PDC (1957) é parte da rearticulação do

sistema partidário chileno do final dos anos 50. Os democratas-cristãos carregavam, assim, uma importante herança. Em primeiro lugar, não nasciam estranhos às elites políticas já que os falangistas marcaram presença em diversos governos, malgrado a sua representatividade diminuta. Em segundo lugar, vindos de uma ruptura geracional no interior do catolicismo chileno - o PDC representava uma força jovem, mas já integrada ao mundo da política - e espelhados na renovada postura da Igreja Católica do pós-guerra que objetivava a evangelização do mundo moderno, em especial das massas proletárias, a democracia-cristã aparecia como renovadora da concepção católica do mundo e da política(49).

Esta face renovadora cada vez mais impunha sua marca, ultrapassando até mesmo o âmbito da cultura católica na medida em que os democratas-cristãos demonstravam possuir sensibilidade política para intervir como força progressista e democrática nas diversas dimensões da vida política chilena. Já indicamos o papel relevante que os falangistas tiveram quando das lutas pelas reformas políticas de 1957/8. Mas, foi em torno dos chamados dilemas estruturais da sociedade chilena, após os fracassos de Ibáñez e Alessandri, que a Democracia-Cristã passou a se constituir numa alternativa nacional, ao assumir, tanto a analítica quanto programaticamente, a perspectiva desenvolvimentista elaborada pelos economistas cepalinos. Foi aí que a Democracia Cristã buscou os elementos para a construção de uma visão global e totalizadora dos desequilíbrios económicos e sociais que marcavam a sociedade chilena. A temática e abordagem cepalina formaram, com a já citada nova postura católica, a

imagem da Democracia Cristã como uma força política de mudança e modernizadora. Essa sensibilidade aliada à capacidade de formular e expressar em linguagem simples e clara projetos factíveis para questões consideradas essenciais como o atraso e o subdesenvolvimento econômico chileno foram elementos decisivos para o seu crescimento político e eleitoral.

Emergindo, contudo, numa conjuntura política em que a racionalidade cooperativa do período da Frente Popular era rejeitada e, portanto, numa conjuntura de crise de consenso, tendente à busca de alternativas globais, e imersa numa cultura política marcada também por elementos utópicos e fundamentalistas, do qual o ideário dos democratas cristãos não fugia, a Democracia Cristã pôde combinar um recrutamento social heterogênio e policlassista e, ao mesmo tempo, afirmar uma ideologia muito bem definida. Assim, a unidade partidária da DC foi se confeccionando "por cima" dos interesses dos variados grupos sociais que passaram a aderir ao partido, fixando-se na sua dimensão ideológica(50).

Crítico ao capitalismo e reformista, anti-pragmático e alternativista na política, "populista" no social e ideológico no sistema político, a Democracia Cristã funda uma nova política de centro no Chile. Atuando como alternativo aos extremos no espectro político e assumindo a perspectiva de construção de uma nova sociedade, diversa tanto do capitalismo como do socialismo, a Democracia Cristã configurou-se, de fato, num centro diferente porque, a um só tempo, afirmava-se cêntrico e excêntrico(51).

A Democracia Cristã aparece, assim, no cenário político dos anos 60, e decisivamente nas eleições presidenciais de 1964, como uma força política renovadora e em certo sentido moderna, com um programa original, fundado em proposições concretas de tranformações profundas da sociedade. Na linguagem da Democracia-Cristã estas transformações configurariam uma "revolução em liberdade", uma alternativa global ao estado de coisas que imperava no país.

A possibilidade dessa nova força política ir ao governo aparece, então, nas eleições presidenciais de 1964, menos em função dela mesma e mais em razão da forma pela qual se postaram os atores políticos naquela conjuntura. No entanto, após a vitória de 1964 a Democracia Cristã se transformou no maior partido político do Chile.

Em meados da década de 60, a direita, terminando o seu governo bastante desgastada, temia que a ameaça de 1958, em que a esquerda esteve muito próxima da vitória, se concretizasse em 1964. Issq muito provavelmente aconteceria caso a eleição presidencial se realizasse sob um quadro tripartido de forças, ou seja, dividindo o eleitorado em direita, centro e esquerda. Na verdade, como dissemos, o sistema político se apresentava recortado por quatro forças principais, com a emergência do duplo centro(PR e DC). A suposição de que com o quadro tripartido de forças haveria a possibilidade da vitória da esquerda se confirmou numa eleição complementar para deputado na província de Curicó, ao sul do Chile(52).

Aterrorizada com essa possibilidade e percebendo o equívoco do seu movimento de aproximação em relação ao centro - o governo Alessandri havia procurado uma aliança com os Radicais, mas quem crescia no centro era a Democracia-Cristã - ,a direita renuncia à candidatura própria, numa atitude declaradamente defensiva,mesmo sabendo da impossibilidade em negociar condições para influir no programa e no virtual governo da DC.

A opção defensiva da direita alterou essencialmente o quadro político para as eleições presidenciais de 1964. A Democracia Cristã aparecia, então, como a única alternativa para evitar o triunfo da esquerda que, agrupada na FRAP, lançava novamente Salvador Allende como seu candidato. A eleição presidencial de 1964 apresentou-se, assim, basicamente polarizada em dois campos, fazendo com que Eduardo Frei da DC, superasse Allende, obtendo a maioria absoluta dos votos(53).

A Democracia Cristã chega ao poder, como dissemos, postulando uma alternativa global para a crise da sociedade chilena. O seu programa de governo voltava-se para a realização de um conjunto de reformas estruturais, tais como a reforma agrária, bancária e urbana, a "chilenização" do cobre, o estímulo à industrialização, a redistribuição da renda e a integração social através da organização dos setores populares. Meses após a sua posse, isto é, em março de 1965, nas eleições parlamentares, a Democracia Cristã dá um salto de quase 30% na sua representatividade eleitoral, tranformando-se no maior partido chileno(53). Em maio de 1965, na sua Primeira Mensagem ao

Congresso, o novo presidente da República, Eduardo Frei, afirmava que a possibilidade de êxito da democracia de inspiração cristã residia na consciência de que o continente sul-americano vivia uma "revolução revolucionária" porque, segundo o presidente, a ordem atual configurava-se numa organização social, econômica e política de opressão a 75% da população. E depois de afirmar que a democracia, salvo excessões, somente representava o grupo dirigente, dizia ser necessário enfatizar a palavra "revolução", porque nas condições atuais do continente já não havia mais tempo para recorrer à "evolução". E, em seguida, concluia: "O processo revolucionário não vai começar. Ele já começou"(55).

Na verdade, contudo, não era uma revolução que se começava, mas todo um ciclo de reformas anti-oligárquicas, desenvolvimentistas e modernizantes aberto com a Frente Popular em 1938 que se queria fechar. A Democracia Cristã, de fato, enfrentou corajosamente o principal tema pendente de todo esse largo processo: a questão da reforma agrária e da sindicalização camponesa. De acordo com o enfoque democrata-cristão, a questão fundamental era resolver uma situação clara de injustiça social, de exclusão política e criar condições para que o capitalismo pudesse se desenvolver no campo, conectado-o com o aprofundamento do processo de industrialização. Afetava-se, assim, profundamente o predomínio político do latifúndio no interior do bloco das classes dominantes, o que vai implicar tanto um afastamento imediato da direita em relação ao governo democrata-cristão, quanto uma sua rearticulação partidária já no início do governo Frei(56).

Se a política democrata-cristã afetava profundamente a situação das elites, ela também vai atacar as posições e projetos da esquerda. Depois da Frente Popular e do fracasso ibañista, era a esquerda que aparecia mais identificada com as posturas de mudanças radicais e de transformação. A Democracia Cristã altera profundamente essa situação porque se apresenta incisivamente como um ator político-social progressista, vinculado ao temas da modernização.

O "reformismo rupturista"(57) da DC não era uma opção circunstancial ou pragmática. Ele estava circunscrito numa teorização do desenvolvimento social que rechaçava a luta de classes como princípio explicativo da história e como fundamento de teoria social e política. Contra a leitura do marxismo, a DC apresentava como seu referencial a "teoria da marginalização" e centrava a sua política na temática da integração social. Partindo desse enfoque, os democratas-cristãos chamavam atenção para o que, segundo eles, era um desequilíbrio de fundo nas relações entre os partidos e os movimentos sociais populares. Nessa visão, embora fosse o Chile um país que contasse com partidos políticos e organizações sindicais capazes de canalizar a participação de importantes setores da população, isso se processava a partir da ótica classista, excluindo uma grande massa de indivíduos não suscetíveis de serem organizados e de ascenderem à participação social, econômica ou política em decorrência dos esquemas ideológicos e organizativos vigentes. Essa massa de indivíduos excluídos era composta fundamentalmente pelos camponeses e pelos pobres que habitavam as periferias das

grandes cidades. A Democracia Cristã via nesses setores populares a sua principal base social de apoio para a renovação da vida chilena, uma base em disponibilidade já que não representada no sistema de partidos. A Democracia Cristã, identificando essa massa com a maioria, concebia, assim, um projeto global de desenvolvimento que superasse a marginalização social e política, baseado numa aliança social que, politicamente se expressaria no seu partido, tornando desnecessária qualquer aliança política com outros partidos(58).

Essa visão antialiancista da política alimentou entre os dirigentes democratas-cristãos uma obsessão por um "caminho próprio" que superasse o taticismo e o oportunismo que, segundo eles, até então havia caracterizado a política chilena. Ela evidenciava também o deslocamento do sistema político para uma racionalidade excludente, o que fazia deteriorar o padrão cooperativo e de tolerância pelo qual o sistema político vinha se estruturando.

O horizonte da política da Democracia Cristã indicava, pois, para uma concepção ideal de sociedade, definida como uma "terceira via" entre capitalismo e socialismo. Assim, da mesma forma que os partidos de inspiração socialista, a Democracia Cristã pautava-se por também por uma teleologia. Ela era um partido que ocupava o centro político e simultaneamente expressava uma visão finalista da política.

No entanto, a "sociedade do futuro" imaginada pelos democratas-cristãos nunca conseguiu ser consensualmente definida no interior do seu partido, emergindo assim uma divisão

interna que se aprofundaria gradativamente entre aqueles que à definiam como "comunitarismo" - um projeto original sem qualquer precedente histórico ou semelhança com qualquer outro - e aqueles que, postulando mais diretamente a superação da propriedade privada dos meios de produção, propunham, no entanto, um projeto diverso dos socialismos históricos cuja denominação mais apropriada era a de um "socialismo comunitário". Respectivamente, este é o recorte que a partir do governo Frei gradativamente vai conformar a direita e a esquerda da Democracia Cristã chilena.

Olhando o conjunto do período que marcou a presença da Democracia Cristã à testa do executivo o que se pode observar é que se implementou um programa ousado de reformas estruturais que, pela primeira vez, combinava reforma agrária, ampliação e integração do mercado interno e também regional, impulso à industrialização de bens duráveis e de consumo, sem que se deixasse de lado o estímulo às exportações.

A sua ênfase no social, contudo, que ganharia resolução com as reformas estruturais, não se fez de forma a radicalizar as posições direitistas na sua base social, na medida em que a Democracia Cristã levou concretamente mais uma política de crescimento econômico bastante clássica e keynesiana do que um aprofundamento das pautas de reforma. Ela se mostrou, por exemplo, bastante tímida em relação à adoção de novas formas de gestão e de propriedade(59).

Nota-se claramente, portanto, um eco dos governos de Frente Popular na política implementada pela Democracia Cristã, embora atualizada em diversas dimensões

teóricas e práticas. Desenvolvimentismo, modernização, justiça social em contexto de democracia política, o governo democrata-cristão foi, neste sentido, um continuador dos governos da Frente Popular, implementando soluções aos problemas pendentes do reformismo anti-oligárquico chileno.

No entanto, a natureza político-ideológica da Democracia Cristã atuava como rupturista em relação ao padrão histórico de convivência política que havia sido imposto pela política do radicalismo nos anos 40. A sua racionalidade política, como vimos, era inteiramente diversa. Como um centro excêntrico, a Democracia Cristã não conseguiu, assim, impor-se como uma fórmula politicamente estável(60). Em relação à direita, foi impossivel aos democratas-cristãos sustentar os desdobramentos políticos em relação à reforma agrária já que este era um tema que afetava o núcleo político histórico da classe dominante - embora pelas condições do campo chileno a reforma agrária obtivesse uma legitimidade social muito significativa; e, diga-se também que, em comparação a outros países onde ela ocorreu, a reforma agrária chilena foi uma das mais incruentas da América Latina.

Tão logo a direita se reorganiza politicamente no Partido Nacional, os setores empresariais somados a uma classe média receosa do "caos" que uma suposta revolução em curso poderia provocar, abandonam a política de compromissos com a DC, bem como a sua posição defensiva. O antigo tema de uma "contra-reforma" burguesa, agora pensada de maneira bastante radical, implicando a reforma total na Constituição e no

"espírito e conduta" dos partidos políticos, a valorização do nacionalismo e de um "governo forte" e no econômico uma liberação drástica da economia, vai novamente animar os círculos direitistas, com a criação do Partido Nacional(61).

O centro político democrata-cristão não podendo assim compor com a direita anfatiza mais ainda o seu discurso rupturista ou "revolucionário" como forma de preservar a sua identidade, o que contraditava, como vimos, a sua timidez prática em relação ao aprofundamento das reformas estruturais. O que se poderia supor como lógico nesse contexto era uma aproximação com a esquerda, mas o que o alternativismo democrata-cristão buscava era precisamente substituí-la no campo popular, ainda que rejeitasse a idéia de se constituir num partido de classe. A esquerda, por sua vez, só via a possibilidade de continuar afirmando sua identidade afirmando-se em oposição à Democracia-Cristã e rejeitando o seu reformismo, o que a empurrava mais para posturas "maximalistas" que, sob o impacto da Revolução Cubana, fez reaparecer a temática da iminência do socialismo.

O resultado político do governo democrata-cristão foi a maior fragmentação partidária que o Chile conheceu. Uma fragmentação de corte triplamente polarizado já que o centro também se conformou como um polo. Num clima de exacerbação de todos os conflitos e de enfase na idéia de ruptura e revolução as tensões sociais foram se agudizando no campo e na cidade, fazendo emergir sintomas de desestabilização política. As lutas no campo, principalmente, e a repressão a elas, fizeram com que alguns

laços de lealdade política começassem a ser rompidos mesmo dentro da DC. O episódio do "Tacnazo" em 1969 evidencia também o retorno dos militares à cena política. Assim, embora a DC se configurasse como um partido crítico ao capitalismo mas não anti-capitalista, a sua política contribuiu para uma deslegitimação do capitalismo.

Ainda que tenha conseguido se manter com um terço do eleitorado, a DC registrou uma queda significativa nas eleições parlamentares de 1969(62). A perda do seu dinamismo hegemônico foi resultado também de fraturas internas decorrentes da ausência de consenso em torno do seu projeto ideal de sociedade que com o passar do tempo acabaram se acirrando. Dentre os defensores do chamado "socialismo comunitário" aferram-se as críticas ao governo Frei, como um governo reformista que não abria horizontes de ruptura. Desse setor do partido, um grupo denomidado "rebelde", se afasta da DC para formar em 1969 o Movimento de Ação Popular (MAPU), buscando superar o divórcio entre cristianismo e socialismo marxista e postulando desde o início um projeto socialista(63).

O período de governo democrata-cristão também foi um momento onde operaram-se algumas inflexões na visão da esquerda marxista. Como a vitória da FRAP não se deu em 1964, diminuiu muito, principalmente entre os socialistas, a crença em que se podia conquistar o poder pelo caminho eleitoral. Entre os socialistas afirmou-se uma tendência iniquívoca quanto à necessidade do confronto de classes e da insurreição popular como a única possibilidade de construção do socialismo no Chile. Essa

tendência se afirma nos Congressos de Linares, em 1965, e de Chillán em 1967(64).

Para os socialistas, as eleições de março de 1969, viriam apenas confirmar as escassas possibilidades de chegar ao poder pelo caminho eleitoral. Num pleno socialista de junho de 1969, quando a temática prevalecente era a eleição presidencial de setembro de 1970, os socialistas chamam as forças antiimperialistas e anti-capitalistas para formarem uma "Frente Revolucionária". A unidade dessas forças dependeria, então, de acordo com os socialistas, da "conduta rupturista frente a institucionalidade burguesa e do compromisso com as lutas revolucionárias do povo chileno"(65). Era uma clara alusão aos comunistas quanto ao caráter da aliança que deveria sustentar a candidatura a ser apresentada pela esquerda em 1970 e ao seu programa. No entanto, os mesmos socialistas que assim definiam as suas perspectivas imediatas, indicaram novamente Salvador Allende como seu candidato à presidência da República em 1970(66).

Os comunistas chilenos que, como vimos, defendiam a estratégia da conquista pacífica de um governo popular, avaliaram a derrota de 1964, de uma forma bastante distinta dos socialistas(67). Mantiveram-se fieis a sua linha política e procuram extrair as lições da derrota sofrida. Nessa perspectiva, os comunistas passaram a aprofundar a estratégia da conquista de um "governo popular" e a afirmar que era necessário cada vez mais atrair as bases políticas do centro democrata-cristão e das demais forças progressistas para que se pudesse implementar tal estratégia. No fundo, a auto-crítica dos

comunistas depois da derrota de 64 residia no caráter da aliança expressada na FRAP. O eixo comunista-socialista era entendido como básico para a aliança, mas esta não podia permanecer restrita a esses dois partidos. Consideravam, ao contrário dos socialistas, que o grande inimigo eram as forças imperialistas e oligárquicas e não a DC, e tão pouco as outras forças de centro. A temática dos comunistas foi, a partir das lições tiradas da derrota de 64, a de constituir uma aliança ampla para as eleições presidenciais de 1970(68).

Embora mais fortes eleitoralmente que os socialistas, os comunistas não conseguiram impor integralmente a sua estratégia para a candidatura de esquerda em 1970. Eles eram favoráveis ao candidato do Partido Radical, Alberto Baltra, para encabeçar a nova coalizão, denominada de Unidade Popular(69). Em contra partida, os socialistas, em virtude do candidato que encaminhavam e da viragem à esquerda dos Radicais, não conseguiram, por seu turno, impedir o alargamento da coalizão. No entanto, em virtude da grande influência do seu discurso maximalista no contexto final dos anos 60, da febre de otimismo quanto à necessidade e a inevitabilidade de se "ir mais além" que o clima geral propiciava, os socialistas conseguem impor a noção de que o futuro governo da Unidade Popular deveria ter como tarefa e horizonte "o início da construção do socialismo".

O quadro que emergiu nas eleições presidenciais de 1970 apresentou-se, então, dividido entre três forças políticas, ou então, três blocos políticos, em situação de polarização irredutível, isto é, apresentando-se, os três, como

alternativas globais. Foi essa tripartição equilibrada de forças, mais do que o crescimento da esquerda, o fator decisivo para o triunfo eleitoral do candidato da Unidade Popular. Salvador Allende obteve 36,2% dos votos, contra 34,9% de Jorge Alessandri do Partido Nacional e 27,8% de Radomiro Tomic da Democracia Cristã.

Não se pode ver, assim, o triunfo da esquerda no Chile como uma radicalização do eleitorado, nem mesmo como o resultado inevitável de uma situação de crise que, entendia-se, "estrutural" e que somente a esquerda, também supunha-se, era capaz de dar resolução. Antes de tudo, ele foi o resultado de decisões racionalmente tomadas pelos principais atores políticos, quer aquelas de natureza estratégica quer aquelas relativas a cálculos mais imediatos sobre as suas possibilidades diante da conjuntura política. Ele não foi, portanto, nem um fato inexorável, nem tão pouco "necessário"(70). Por isso, ao contrário de 1958, quando surpreendentemente só não venceu devido à fraude, e de 1964, quando frustrou-se porque depositava imensas esperanças na vitória, a esquerda chilena não sonhou com a vitória em 1970. Ela venceu quando menos acreditara e, possivelmente, quando menos se preparara para o seu triunfo.

Notas - Capitulo III

(1)Sobre o proletariado chileno nesse período da sua história, uma excelente síntese do ponto de vista descritivo tanto da sua situação econômico-social quanto das suas lutas mais diretas por melhorias pode ser encontrada em Bergquist, Charles, **Los trabajadores en la historia latinoamericana - Estudios Comparativos de Chile, Argentina, Venezuela y Colombia**, SigloXXI, Bogotá, Colombia,1988. Toda a primeira parte do livro de Bergquist versa sobre o movimento operário chileno. Especificamente sobre as greves dos operários chilenos nestes período ver Pizarro, Crisostomo, **La Huelga Obrera en Chile - 1890-1970**, SUR, Santiago, Chile, 1986.

(2)Para uma leitura sobre aś relações entre Arturo Alessandri e a direita chilena ver Moulian, T. y Dujisin, Isabel T., **Discusiones entre honorables - las candidaturas presidenciales de la derecha(1938-1946)**, Flacso, Santiago, Chile, s/f., especialmente capítulo primeiro.

(3)O primeiro governo de Arturo Alessandri termina praticamente com o golpe militar de 08 de setembro de 1924 conhecido como "ruído de sabres". A partir deste momento o Chile vive uma fase basicamente anômica do ponto de vista político e institucional. A ausência total de acordo entre os atores políticos faz com que não haja mais nenhum respeito às normas legais que sustentavam as instituições políticas e estatais. Para uma descrição sintética da sucessão dos acontecimentos que marcaram o período podemos nos reportar à cronologia elaborada por Crisostomo Pizarro: 1) 08 de setembro de 1924, golpe militar dirigido por militares de direita que depõe Alessandri; 2) 23 de janeiro de 1925, golpe militar conduzido por oficiais ligados à maçonaria e pelo liberalismo de esquerda para recolocar Alessandri no poder, após o exílio; 3) 20 de março de 1925, Alessandri reassume e Carlos Ibánez é seu ministro da Guerra; 4) 10 de outubro de 1925, Ibánez não aceita a sua demissão como ministro da Guerra e Alessandri renuncia; assume o vice-presidente, Luiz Barros Borgono; 5) 23 de dezembro de 1925, Emiliano Figueroa assume como novo presidente; Ibánez permanece no ministério; 6) 04 de maio de 1927, Figueroa se demite; 7) 22 de maio de 1927, um simulácro de eleições leva Ibánez à presidência(Ibánez havia deportado E. Lafferte, candidato opositor); 8) 26 de julho de 1931, Ibánez cai devido a um golpe conduzido pelo general Bartolomé Blanche(pressão estudantil); J.E. Monteiro, ministro do interior, fica como vice-presidente; 9) 04 de outubro de 1931, apoiado pelos radicais e grupos conservadores, Monteiro assume a presidência; 10) 04 de junho de 1932, golpe militar conduzido por Marmaduque Grove instaura a "República Socialista"; 11) 13 de junho de 1932, novo golpe militar leva R. Merino, politicamente mais moderado, ao governo; 12) 16 de junho de 1932, uma Junta Civil passa a conduzir o governo; 13) 08 de julho, C. Dávila assume como presidente provisório; repressão à esquerda; 14) 13 de setembro de 1932, golpe de direita conduzido pelo general Blanche com o

objetivo de retornar ao "caminho democrático"; 15) 02 de outubro de 1932, Blanche é pressionado por grupos militares e entrega o poder à Corte Suprema; 16) 30 de outubro de 1932, eleições presidenciais com a vitória de Arturo Alessandri, apoiado pelos radicais, liberais e frações conservadoras. Cf. Pizarro, C., op.cit., pág.98. Pizarro elabora esta cronologia a partir de Joxe, Alain, **Las Fuerzas Armadas en el sistema politico chileno**, Ed. Universitaria, Santiago, Chile, 1970. Sobre o tema dos militares na vida política chilena, ver também Garcia, Pio(org.), **Las Fuerzas Armadas y el golpe de estado en Chile**, Siglo XXI, México, 1974, especialmente o seu prólogo.

(4)Para Tomás Moulian e Isabel T. Dujisin, as forças políticas da direita chilena "não captaram o carater social da crise política que se desencadeou em 1924. No terreno ideológico essa crise demonstrava o fracasso do liberalismo abstencionista e a necessidade de reformular as relações entre o Estado e a economia, tarefa para a qual os partidos da direita demonstraram não estar preparados. Não estando em condições de constituirem-se nas forças dirigentes de uma experiência de modernização de carater desenvolvimentista, que implicava industrialização, provocava urbanização crescente e requeria a ampliação do sistema de negociações e transações entre grupos dominantes e subalternos". Em outra passagem, esses mesmos autores afirmam que, " a direita da década de trinta não tinha um projeto de 'desenvolvimento' e sim um projeto de 'ordem', estava obsecada por evitar a volta às situações de caos: a instabilidade política de 1924-1932, a desordem provocada pela crise econômica, os governos débeis ou complacentes frente aos grevistas ou aos 'instigadores da agitação'"; foi assim que viram em Alessandri um restaurador da "paz civil" e um saneador econômico, Cf. Moulian, T. y Dujilsin, I.T.,**op. cit.**, pág.38 e 62, respectivamente.

(5)Cf. Moulian, T. y Dujilsin, I.T., **op. cit.**

(6)As eleições parlamentares de 1937 alteraram o quadro político e os seus resultados passam a ser referência de cálculo político dos principais atores que conformavam o novo quadro político-partidário.

ELEIÇOES PARLAMENTARES DE 1932 E 1937 (%)

Partidos	1932	1937
Liberal	18,04	21,28
Conservadores	16,93	20,72
Agrário	2,04	2,30
A.Republicana	--	2,50
Radicais	18,20	18,64
Socialistas	7,30	11,16
Comunistas	--	4,16

Extraido de Moulian,T.y Dujisin, I.T., **op. cit.**, pág. 46.

(7)Após as eleições de 1937 o PR, que tinha alguns ministros no governo Alessandri, declara seu rompimento com o governo seguindo uma linha de inclinação mais à esquerda, derivada das suas convenções de 1931 e 1933. O PR passava de uma proposição basicamante liberal para a pespectiva de um "socialismo de Estado". No entanto, por intervenção direta de Alessandri e sem consulta ao Partido, três membros do PR, retornam ao governo. Imediatamente os setores mais à esquerda do partido,numa Convenção extraordinária, exigem a renuncia desses ministros e a adesão integral à Frente Popular. Poucos dias mais tarde, alegando "razões de Estado", o PR inclina-se novamente para um pacto com o governo, o que garantiu o seu retorno aos ministérios de Alessandri. Entretanto, no governo, a direita exige o afastamento do PR da Frente Popular para que o acordo com Alessandri se efetivasse. Como essa exigência implicava uma subalternização dos radicais à direita e como o PR teria muito mais ganhos aliando-se à esquerda, os radicais permaneceram na oposição. Cf. Moulian, T. y Dujisin, I.T., **op.cit.**.

(8)Superando progressivamente a estratégia de "classe contra classe" que caracterizou o chamado terceiro período da III Internacional à qual era filiado o Partido Comunista Chileno, a sua Conferência Nacional de 1933 expressa pela primeira vez que o carater da revolução no Chile era **democrático-burguês, agrário e antiimperialista.** Nessa conjuntura estava colocado aos comunistas chilenos o desafio de transformarem-se, então, num partido de massas e participante de um processo nacional de lutas não imediatamente socialista, o que significava não supor o estabelecimento da ditadura do proletariado. Essa "antecipação" dos comunistas chilenos de uma política mais ampla é confirmada em 1935, quando nos meses de julho e agosto realizou-se em Moscou o VII Congresso do **Komintern**, onde se adotou a linha das **Frentes Populares.** Os comunistas chilenos então passam a buscar alianças com o PS e o PR para formar a Frente Popular, cuja perspectiva era a de realizar a libertação nacional, o desenvolvimento econômico do país e a democracia. Sobre esse período da história do PC chileno ver Gómez, Maria Soledad, **Factores Nacionales Internacionales de la politica interna del Partido Comunista de Chile(1922-1952)** in Varas, Augusto(comp.) **El Partido Comunista en Chile**, Cesoc-Flacso, Santiago, Chile, 1988, pp.66-140.

(9)Até poucos dias antes da eleição Carlos Ibánez manteve a sua candidatura a presidente. Numa articulação política bastante heterogênia que chegou a abrigar desde socialistas até nazistas, Ibánez também buscou se apresentar como um inimigo das oligarquias chilenas. Em relação à definição do nome de Pedro Aguirre Cerda como candidato da Frente Popular é preciso ressaltar aqui alguns aspectos. Em primeiro lugar, foi um processo bastante difícil e cheio de zigue-zagues. Todos os partidos da Aliança afirmavam-se em cálculos políticos próprios. Para o PR, a aliança com a esquerda lhe assegurava a indicação do candidato na medida em que era o partido mais estruturado e majoritário na coligação, o que não ocorreria caso ele tivesse optado por se aliar à direita. Em relação à esquerda o PR contava

com o apoio explícito do PC para essa sua pretenção e a aliança, no cálculo comunista, só lhe traria benefícios políticos e eleitorais. Um obstáculo que se colocou diante dos radicais foi a indicação de Marmaduque Grove pelo PS. A manutenção dessa canditadura socialista, em todo caso, abriria facilmente o acordo com os comunistas. No entanto, o PS também calculou que perderia se ficasse fora da Frente, abrindo espaço para o crescimento dos comunistas. De outro lado, os socialistas também se dividiram e alguns deles passaram a apoiar a candidatura de Ibánez, o que diminuia as suas chances eleitorais. As operações políticas de Alessandri foram todas no sentido de enfraquecer a alternativa da Frente Popular, buscando dividir o PR e atraí-lo para uma coalizão de centro-direita. Isso implicava, para Alessandri, a retirada da candidatura conservadora de Ross e por isso a direita se opos aos seus intentos. No interior do radicalismo, permaneceram atuando as posições pró e contra a Frente. Na Convenção Extraordinária de abril de 1937, Juan Antonio Rios partidário do frentismo derrota Aguirre Cerda. Mas no plebicito radical para a indicação do candidato do PR, Aguirre Cerda derrota Rios por 7.979 votos contra 6.836. No entanto, Aguirre Cerda assume a estratégia frentista que até então não havia defendido e se transforma no candidato radical em seguida aclamado como o candidato da Frente Popular. Cf. Moulian,T. y Dujisin, I.T., **op.cit.**.

(10)A vitória eleitoral bastante apertada do candidato da Frente Popular é explicada pelo grau de polarização que ocorreu naquela eleição. A direita estava absolutamente certa da vitória em virtude da avaliação que fazia dos resultados das eleições parlamentares de 1937(ver nota 06). De outro lado, pouco antes das eleições, Ibánez retira a sua canditadura, embora não declare apoio explícito a Aguirre Cerda. No entanto, parte de suas bases, com certeza, votaram no canditado da Frente Popular. Mas, o acontecimento pré-eleitoral mais decisivo foi a tentativa de **putsch** nazista empreendida, pelos comandados de Gonzalez Von Marées a 05 de setembro. A repressão ao movimento foi sangrenta por parte de Alessandri, o que fez com que partidários de Von Marées descarregassem seus votos na Frente Popular que mais fortemente se opunha a Alessandri. Pela margem tão pequena de votos que deu a vitória a Aguirre Cerda é de se supor que, por "ironia do destino", os nazistas podem ter eleito um candidato de Frente Popular no Chile. Ver sobre isso, Moulian T. y Dujisin, I.T., **op. cit.**; Urzua, German V., **La democracia practica - los gobiernos radicales**, CIEDES, Santiago, Chile, 1987.

(11)Não se pode afirmar que a vitória da Frente Popular ocorreu porque houve um aumento expressivo do eleitorado. O sistema eleitoral chileno ainda estava marcado por toda sorte de mecanismos que deformavam a representação real da sociedade, inclusive pelos seus elementos de exclusão(mulheres, analfabetos). O voto era voluntário, o que estimulava o recrutamento coercitivo do eleitorado rural. Do ponto de vista quantitativo pode-se anotar que a taxa de participação eleitoral (inscritos/população) de 1876 a 1915 se fixava entre 4.6 e 6.9% e

de 1918 a 1953 passou a ser entre 7.2 e 11.6%. Em 1937 o percentual de inscritos pela população adulta era o mesmo de 1921, isto é, 20.8%. Até 1952 não se pode falar de uma universalização do sufrágio no Chile. Os dados indicam que entre 1920 e 1938 o percentual de inscritos pela população saltou de 9,9 para 10,3% e de 1938 a 1952 de 10,3 para 17,6%.Cf. Moulian, Tomás, **Evolución histórica de los sistemas de partidos en Chile** in Aldunate, A., Flisfisch, A y Moulian, T., **Estudios sobre el sistema de partidos en Chile**, FLACSO, Santiago, Chile, 1985, págs.38 e 40.

(12)Os socialistas participaram de todos os governos da Frente Popular, malgrado as suas divisões internas. Salvador Allende foi ministro da Saúde do governo Aguirre Cerda. Os comunistas decidiram pela participação direta no governo quando constituíram com os radicais a Aliança Democrática para as eleições de 1946. Assim, a decisão dos comunistas de participarem diretamente do governo veio apenas no final do período, isto é, precisamente no governo de Gonzáles Videla que, mais tarde, os colocaria na ilegalidade com a decretação da Lei de Defesa Permanente da Democracia de 1947.

(13)O quadro das eleições parlamentares ocorridas no período da Frente Popular expressa bem as mudanças que se processaram:

ELEIÇOES PARLAMENTARES (%)

PARTIDOS	1937	1941	1945
Conservador	20,72	17,2	23,6
Liberal	21,28	14,0	17,9
Radical	18,64	21,9	19,9
Socialista	11,16	16,8	7,2
Comunista	4,16	11,8	10,3

Obs.O Partido Socialista Autentico obteve 5,6% em 1945, totalizando, portanto em 12,8% a votação socialista. Dados extraidos de Moulian, T. y Dujusin, I.T., **op.cit.**.

(14)Nas eleições presidenciais de 1942, o candidato Juan Antonio Rios obteve 55,96% frente a Carlos Ibánez, candidato apoiado pela direita, que chegou a 44,04%. Nas eleições de 1946, Gonzáles Videla da coalizão radical-comunista obteve 40,23% enquanto Eduardo Cruz-Coke alcançou 29,81%, Fernando Alessandri 27,42%, ambos candidatos apoiados pela direita, e o socialista Bernardo Ibánes obteve apenas 2,54%. Assim, a votação de Gonzales Videla em 1946 é inferior àquela que elegeu Aguirre Cerda(50,47%) e bastante inferior à de Rios em 1942. Se somadas as votações de Cruz-Coke e Alessandri(57,23%), a direita certamente venceria as eleições presidenciais. Verificando-se os dados eleitorais de todo o período da democracia chilena, este teria sido o seu percentual mais elevado, superando a marca histórica da direita

que é de Gustavo Ross, em 1938, com 49,40%. Cf. Moulian, T. y Dujusin, I.T., **op. cit.**.

(15)No discurso de defesa da criação da CORFO(Corporación del Fomento), no Primeiro de maio de 1939, Aguirre Cerda desfecha um ataque à direita: "O governo popular não acredita na 'mão invisível' de que fala Adam Smith e confia na ação direta, preventiva, coordenadora e executora do Estado. O Estado passa a desempenhar o papel dinâmico e empreendedor que, em outros países, teve o empresário privado na promoção do crescimento econômico e que, no nosso país, não soube ou não pode assumir". No mesmo discurso, Cerda também ponderava: "Nossa coalizão de governo...não é...destrutiva, mas essencialmente construtiva e o comportamento dos partidos que a formam convencerá os capitalistas que sua finalidade é a do interesse da pátria acima de toda outra consideração". Citado por Urzua V.,German, **op. cit.**, pág.148.

(15)Sobre as injunções políticas a propósito da criação da CORFO ver a excelente síntese do processo de industralização no Chile que se encontra em Gomá, Oscar M.,**Chile y su industrialización: pasado, crisis y opciones**, CIEPLAN (Corporación de Investigaciones Económicas para Latinoamérica), Santiago, Chile, 1988, especialmente cap. IV.

(16)Sobre o sistema político chileno ver Garretón, M.A., **El proceso político chileno**, FLACSO, Santiago, Chile, 1983, especialmente capítulo I. Ver também, Garretón, M.A. y Moulian, T., **Procesos y bloques políticos en la crisis chilena - 1970/1973**, in Revista Mexicana de Sociologia, ano XLI/vol.XLI, no 01, enero-marzo, 1979.

(17)Extrai-se esses argumentos de Moulian, Tomás, **Evolución histórica de los sistemas de partidos en Chile** in **op. cit.**.

(18) Idem, ibidem.

(19)Nas eleições de 1952, a direita, com Arturo Matte, obteve 27,8%, Pedro Alfonso pelos Radicais 20% e Salvador Allende pela esquerda 5,5%. Cf. Baron, Atílio A., **Mobilización Política y crisis politica em Chile - 1920/1970** in Flacso/Unesco, **Teoria**, metodologia y política del desarrollo de America Latina, Flacso, B,Aires/Santiago, 1972.

(20)Ver sobre isso Moulian T. y Dujusin, I.T.,**op. cit.**,págs. 321 e 322.

(21)Ver Moulian, T., **Tensiones y crisis politica: analisis de la** década del sesenta in Aldunate, A., Flisfisch, A., Moulian, T., **op. cit.**

(22)Cf. Moulian, Tomás, **Democracia y socialismo en Chile**, Flacso, Santiago, Chile, 1983, pág.115.

(23)"Nesse momento apresentou-se à direita a possibilidade de tentar, aproveitando o "fechamento político", a debilidade da esquerda no sistema de partidos e a divisão do movimento sindical, a constituição de uma aliança de governo com objetivos estratégicos: eliminar os entraves que a legislação social e, em geral, os processos de democratização social haviam colocado ao desenvolvimento capitalista 'ideal'. Mas nessa mameira de conceber as tarefas residia o problema de fundo: a direita tinha capacidade de pensar unicamente em 'contra-reformas' e não em programas de modernização. Isto significava que era muito difícil a sua sintonia com a ideologia desenvolvimentista do centro, para o qual o estancamento econômico era consequência de injustiças sociais estruturais e de arcáicas formas de produção".Cf. Moulian, T. y Dujusin, I.T., op. cit., pág. 321.

(24)Os resultados eleitorais da direita antes e depois de Ibánez foram os seguintes:

1937.....42,0%
1941.....30,7%
1945.....41,5%
1949.....39,7%
1953.....15,0%
1957.....31,5%
1961.....30,7%
1965.....12,5%

Quadro extraido de Moulian, T. **op.cit.**.

(24)Sobre esse período da história do PC chileno ver Furci, Carmelo, **The Chilean Communist Party and the road to socialism**, Zed Books, London, BU, 1984, especialmente cap. 3. Também Daire T.,Alonso, **La politica del Partido Comunista desde la post-guerra a la Unidad Popular** in Varas, A.(comp.), op. cit.. E relevante a síntese que faz Daire da programa comunista da Frente de Libertação Nacional que, segundo esse autor, não difere muito dos programas anteriores, isto é, Frente Popular(1938), Programa de Emergência e Frente do Povo(1952). Os pontos programáticos são: "1) organização de todo povo trabalhador do campo e da cidade para levar a cabo a unidade nacional do movimento operário; 2) solução do problema agrário, expropriando o latifúndio e distribuindo a terra aos camponeses, que pagariam por ela; 3) luta pela nacionalização da industrias que estiverem nas mãos de companhias estrangeiras e o fim do imperialismo no Chile; 4) democratização do Estado e do sistema político; 5) luta organizada pela linha de independência nacional; 6) e a realizacão de todo esse programa por meios pacíficos; 7) unidade PC-PS, fim das leis repressivas, reforma da lei eleitoral, etc.". O programa, afirma Daire, é o mesmo, mas as forças que o impulsionam são outras e há uma nova concepção de alianças de classes na qual prevalece a noção de hegemonia da classe operária unificada e o papel de vanguarda também é cumprido pela classe operária e pelo seu partido. Cf. Daire T., A., **op. cit.** in Varas, A.(comp.), op. cit., pág. 159-160.

(25)As citações feitas são extraidas de textos de Galo Gonzáles publicados in Principios, números 35 e 37 de julho-agosto e de outubro de 1956, respectivamente. Citado por Daire T.,A., **op. cit.**.

(26)Inúmeros autores fazem esse tipo de comparação em virtude da adoção da "via pacífica" ou da "via democrática" em ambos partidos. Os elementos comparativos são retirados das práticas políticas de ambos partidos do final da Segunda Grande Guerra até a queda de Allende. Faz-se essa comparação utilizando-se então das noções de governo de alianças, reformas estruturais, "via chilena" e "via italiana", etc.. Alguns desses autores atribuem ao PC chileno, **avant la letrre**, a mesma postura que mais tarde marcará a política do PCI sob o comando de E.Berlinguer postulada nos termos do compromesso stórico. Apenas para citar alguns, ver Daire T. Alonso, op. cit.; Smirnow, Gabriel, La revolución desarmada (Chile 1970-1973), Era, Série Popular, México, DF, 1977. Mesmo autores que versaram sobre sistemas políticos comparados como Giovanne Sartori cometem esse mesmo equívoco. Como um contraponto a essas posições ver Furci, C.,**op. cit.**, embora as suas conclusões sobre a estratégia adotada pelo PC chileno estejam bastante marcadas pelas posições desse partido no período da resistência à ditadura pinochetista.

(27)Embora utilizemos aqui fragmentos do pensamento togliattiano produzidos entre 1956 e 1964, acreditamos que as mudanças de ênfase política que ocorreram durante esse período, quer derivadas da situação italiana quer da situação internacional, não alteraram substancialmente o seu pensamento. As citações são extraídas de Togliatti, Palmiro, **Escritos políticos**, Ediciones Era, México, DF, 1971, especialmente Parte III; os grifos são nossos. Sobre o pensamento de Togliatti ver também Spriano, Paolo, Marxismo e historicismo em Togliatti e Márek, Franz, **Teorias da revolução** e fases de transição in Hobsbawm, Eric J.(org.) História do Marxismo, Paz e Terra, RJ/SP, vol. X e XI, 1987 e 1989, respectivamente.

(28)Para uma história do Partido Socialista ver Jobet, Julio César, **História del Partido Socialista de Chile**, Ediciones Documentas, Santiago, Chile, 2a ed., abril de 1987. Jobet lista as difinições programáticas do socialismo chileno separando as de negação e as de afirmação. Segundo esse autor, o socialismo chileno é anti-oligárquico e anti-aristocrático, anti-clerical, anti-imperialista, anti-fascista, anti-militarista, anti-individualista, anti-estatista, critica tanto o socialismo reformista da II Internacional quanto o comunismo soviético da III Internacional e, de outro lado, é democrático, laico, nacionalista, americanista, revolucionário, defensor das liberdades públicas, pacifista e solidarista, coletivista e defensor do respeito à pessoa humana, a favor de um novo Estado planificador que apoie o desenvolvimento social e técnico(Cf.págs.114-117). Ver também Walker, Ignacio, **Del populismo al leninismo y "la inevitabilidad del conflito": el**

Partido Socialista de Chile (1933-1973), CIEPLAN, Santiago, Chile, 1986. Walker traça o percurso do socialismo chileno dividindo-o em três etapas: a primeira, marcada pelo impulso populista(1933-1946); a segunda, o que ele chama de período intermediário(1946-1955); é nesse período, segundo Walker, que através de Eugenio Gonzáles aparece uma vocação do socialismo chileno ao socialismo democrático que irá marcar as posturas allendistas mais tarde; e, a terceira, o processo de leninização(1955-1973).

(29)Tomás Moulian apresenta um quadro cronológico das divisões no interior do socialismo chileno:
1940 - Saída dos "inconformistas" que organizam o Partido Socialista dos Trabalhadores. Em 1941 esse grupo aprova no seu II Congresso a linha de Frente dos Trabalhadores. Em 1944 incorporam-se ao PC;
1943 - Saída do grupo de M.Grove que rejeitara a retirada dos socialistas do governo Ríos. Pouco depois se reunificam sob uma direção colegiada;
1944 - A corrente grovista cria o Partido Socialista Autêntico;
1948 - Os colaboracionistas são derrotados no XII Congresso e se retiram do partido para fundar o Partido Socialista do Chile. O grupo majoritário se organiza para fundar o Partido Socialista Popular. O primeiro arrasta Bernardo Ibánes e os dirigente sindicais da CTCH;
1950 - Em desacordo com o apoio eleitoral à Ibánez um grupo emcabeçado por Salvador Allende sai do PSP e, com setores do PSCH, forma o PS. Nessa altura o PSCH se unira aos radicais formando a "Esquerda Democrática". O PS aproxima-se do PC e formam a Frente do Povo que lança Allende candidato à presidência. Mais tarde, em 1957, os socialistas se reunificam;
1963 - Um grupo de dirigentes estudantis(Muiguel enríquez, Bautista von Schowen) sai do PS para em 1965 formar o MIR;
1967 - O grupo de Raúl Ampuero deixa o PS para formas a União Socialista Popular (USP).
Cf. Moulian, T., **op. cit.**, pág.103, nota 19.

(30)Eugenio González foi uma das figuras mais marcantes do socialismo chileno. Participou, como ministro da Educação da República Socialista de 1932 e da fundação do partido em 1933. Foi membro do Comitê Central do Partido em 1946 e seu secretário geral em 1948. Elegeu-se senador em 1949 e permaneceu na vida política como tal até 1957 para depois se retirar dela e se dedicar à vida acadêmica, chegando a ser o Reitor da Universidade do Chile. O seu pensamento é muito pouco estudado mesmo no Chile e as suas contribuições ao socialismo chileno foram muito pouco seguidas. Pode-se notar uma relação com as intuições allendistas mais tarde, mas no interior do Partido Socialista ele foi esquecido. No entanto, as suas formulações sobre a revolução chilena como uma revolução democrática passaram a ser interpretadas como o caráter da revolução socialista no Chile, embora as suas vinculações entre democracia e socialismo tivessem sido deixadas de lado. Polêmico em seu pensamento é o seu conceito de "democracia orgânica", proposta que faz ao criticar a

"pseudo-democracia atual" e ao defender uma democracia "real" ou "verdadeira" em que "os homens, cidadãos e produtores, realizarão a integração do individual e do coletivo, da liberdade e da necessidade". Pode-se observar também um eco mariateguista no seu pensamento quanto à definição de socialismo dada em 1957 no seu discurso de despedida no Senado. Alí Gonzáles fala do socialismo não mais como uma necessidade histórica mas como um "imperativo inevitável(**insoslayable**) da consciência moral", "uma esperança de superação humana", "uma força ética". Todas essas citações e as do texto são extraídas de Walker, I., **op. cit.**, págs.34-41.

(31)Nas eleições parlamentares de 1953 os socialistas populares atingiram 10% dos votos, elegendo 4 senadores e 18 deputados e o PS 1,5% dos votos, elegendo 1 senador(Salvador Allende) e 5 deputados. Um desempenho bastante baixo para um partido de governo, além do que muito abaixo do índice em que o PS era governo no período da Frente Popular(ver nota 13). Cf. Walker, I. **op. cit.**,pág.34.

(32)Cf.Walker, I., **op. cit.**.

(33)A Frente de Ação Popular(FRAP) se forma em março de 1956 congregando PC, PS, P.Democrático, P. do Trabalho, P. do Povo, P. Radical Doutrinário, Aliança Nacional de Trabalhadores e IRA. Cf. Daire T., A., **op. cit.** in Varas, A.(comp.), op.cit., pág. 168.

(34)A Falange Nacional, como um partido político, se forma no Chile nos anos 30, como uma fratura dos conservadores chilenos, movida por sua juventude. Esses componentes da juventude católica conservadora recusam-se a apoiar a candidatura de Gustavo Ross à presidência da República em 1938. A partir da sua formação como partido, a Falange Nacional não consegue superar a marca de 4% nas eleiçoes parlamentares(3,5% em 1941, 2,6% em 1945, 3,9% em 1949 e 2,9% em 1953). Apesar de tão pequena representação, a Falange participa de diversos gabinetes ministeriais entre 1942 e 1952. Em 1957, a Falange Nacional, o Partido Conservador Social-Cristão e remanescentes do ibanismo, movidos principalmente pela filosofia política de Jacques Maritan, formam o Partido da Democracia Cristã Chilena(PDC). Sobre a Falange Nacional e a trajetória política que levou à formação da DC ver Lechener, Norbert, **La democracia en Chile**, Ediciones Signos, Buenos Aires, 1970, especialmente pp.86-94; ver também Yocelevzky R., Ricardo A.,**La Democracia Cristiana chilena: trayetoria de un proyecto** in **Revista Mexicana de Sociologia**, ano XLVIII/no 2, abril-junio de 1985, pp.287-316. Sobre a participação dos falangistas no debate a respeito da legalidade dos comunistas é interessante a intevenção do deputado Radomiro Tomic(mais tarde o candidato da DC nas eleições presidenciais de 1970) e demais intervenções públicas daquela época e posteriores sobre os temas do comunismo e do anticomunismo que constam de Arriagada H., Genaro(org.),**Democracia Cristiana y Partido Comunista**, Editorial Aconcagua, Santiago, Chile, 1986.

(35)Cf. Moulian, Tomás, **op. cit.** especialmente pág. 122.

(36)De fato, a votação de direita depois da queda acentuada de 1953 se estabilizará em 30%(31,5% em 57 e 30,7% em 61), para voltar a cair acentuadamente mais a diante, quando desce a 12,5% em 1965 e obtem em torno de 20% em 1969. Para a comparação com o período anterior ver notas 13 e 24.

(37)Cf. Moulian, T. y Dujusin, I.T., **op. cit.**. Os resultados da eleição presidencial de 1958 foram os seguintes:

CANDIDATOS	PARTIDOS	TOTAL	%
Jorge Alessandri	Conservador/Liberal	389 mil	31,6
Salvador Allende	FRAP	356 mil	28,9
Eduardo Frei	PDC/Agrário-LAborista	255 mil	20,7
Luis Bossay	Partido Radical	192 mil	15,6
A.Zamorano	Independentes	41 mil	3,2

Quadro extraído de Furci, C., **op. cit.**, pág. 79.

(38)As análises mais recentes do sistema partidário chileno, ainda guardando a noção de "pluralismo poparizado" para o caso do Chile, trabalhada por Giovanni Sartori, passam a enfatizar a existencia de um **duplo centro** - PR e DC - na década de 60, superando a visão desse autor sobre os sistema partidário chileno para aquela década. Ver Sartori, Giovanni, **Partidos e sistemas partidários**, Zahar/UNB, Rio de Janeiro, 1982, especialmente pp. 186-189. Sobre isso ver, Gazmuri, Jaime, **El sistema de partidos políticos en Chile en la década del sesenta**, FLACSO, d.t., no 53, Santiago, Chile, junio 1988; também Moulian, Tomas, **Tensiones y Crisis Política: analisis de la decada del sesenta,...op. cit.**, 1985.

(39)A FRAP apresentava como programa os seguintes pontos: 1) Unidade do movimento operário-camponês. 2) Reforma agrária e expropriação do latifúndio. 3) Nacionalização dos bens do imperialismo. 4) Democratização do país. 5) Política externa independente e solidariedade com os países que lutam por sua independência. Cf. Daire T., A., **op. cit.** in Varas, A.(comp.), **op. cit.**. Sobre as alianças da esquerda no Chile e o seu discurso nas campanhas eleitorais, particularmente na de 1958, é interessante ver também Faletto, Enzo, **Clases, crisis política y el problema del socialismo en Chile** in Zenteno, Raúl B.(coord.), **Clases sociales y crisis política en América Latina**(Seminário de Oaxaca), Siglo XXI, México, D.F., 1977, pp.284-312.

(40)Cf. Moulian, T.y Dujusin I.T., **op. cit.**.

(41)Cf. Moulian, Tomás, **Democracia y Socialismo...op. cit.**.

(42)Cf. Moulian, T. y Dujusin, I.T., **op. cit.**.

(43)Cf. Gramsci, A.,Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, especialmente "Industriais e agricultores".

(44)Para o aprofundamento dessa análise ver especialmente os trabalhos já citados de Tomás Moulian. Ver também Tironi, Eugenio, **El liberalismo real**, SUR, Santiago, Chile, 1986, primeira parte.

(45)A ampliação do eleitorado chileno entre 1950 e 1970 foi extremamente significativa. Em 1949 a massa potencial de votantes era de cerca de 20% da população total e em 1970 passou a cerca de 50%. Em termos de eleitores efetivamente inscritos houve um incremento de 500% em relação à população total do país(de 10% para 40%). Cf. Martínez, Javier, e Tironi, Eugenio, **Las clases sociales en Chile: cambio e estratificación, 1970-1980**, SUR, Santiago, Chile, 1985, pág.43. Nesse período, além do voto feminino(1949) e da cédula única(1958), em 1962 instituiu-se o voto obrigatório e em 1970 extendeu-se o direito de voto aos maiores de 18 anos. Cf. Aldunate, Adolfo, **Antecedentes socioeconomicos y resultados eleitorales** in Aldunate, A., Flisfisch, A. y Moulian ,T., **op. cit.**. Quanto ao sistema partidário e a emergência de um duplo centro ver nota 38. Ainda que o sistema político chileno permanecesse marcado por uma divisão relativamente equilibrada, a partir da década de 60 o país viveu um processo de polarização político-ideológica que, como tendência, levou ao afastamento entre o centro que prevalecia(DC) e os dois polos(direita e esquerda). Portanto, cada parte significativa do sistema político propunha uma alternativa global para o país e imaginava impó-lo se sem o concurso de qualquer aliança. Para uma visão melhor do desempenho das principais forças políticas chilenas na década de 60 ver o quadro abaixo com os indicadores dos principais percentuais:

Ano/tipo de eleição	Direita	Democracia Cristã	P.Radical	Esquerda
1960(munic)	30,83	14,59	20,93	19,72
1961(parlam)	31,38	15,19	22,14	22,87
1963(munic)	24,57	22,78	21,56	24,27
1965(parlam)	12,87	43,60	13,71	23,31
1967(munic)	14,50	36,47	16,45	29,35
1969(parlam)	20,82	31,05	13,59	29,36

Quadro extraído de Gazmuri, Jaime, **op. cit.**, pág.22.

(46)Enzo Faletto refere-se ao PS, nesta fase, como um partido que "soma conflitos". Para ele, os socialistas entendem que "a resolução do conflito está teoricamente dada na alternativa da insurreição". Assim, a estratégia socialista era mais uma estratégia de mobilização conectata à participação no sistema político para transformar o conflito social dos grupos sociais específicos em um conflito de caráter nacional. Cf. Faletto, Enzo, **Algunas caracteristicas de la base social del partido**

socialista e del partido comunista. 1958-1973, FLACSO, Santiago, Chile, D.T. no 97, setembro de 1980, págs. 30 e 31.

(47)Essa famosa polêmica ocorreu a partir de março de 1962 com trocas recíprocas de cartas de partido a partido, transcorrendo o debate de forma dura porém leal entre os dois partidos que eram aliados na FRAP. Os pontos principais do debate foram: 1) a questão internacional, onde o PS procura rechaçar a noção de divisão do mundo em dois campos, o capitalista e o socialista, comandado pela URSS, argumentando a universalidade da luta de classes, o que implicava estar atento às diversas experiências de luta antiimperialista no mundo; 2) a questão do centro único irradiador da revolução mundial definido nos termos comunistas em torno do Movimento Comunista Internacional(MCI), que tinha no PCUS a sua vanguarda; para o PS, a obediência às determinações desse centro único gerava o perigo da subordinação do PC chileno e impedia a formulação de caminhos novos e originais para a revolução no Chile; e 3) a questão do caminho pacífico defendido pelo PC; o PS atacava frontalmente essa estratégia postulando exatamente um "caminho original"; participar de eleições para o PS era uma coisa, mas conduzir as massas à crença na "normalidade" da democracia burguesa era encarar de forma dogmática a formulação de via pacífica; no entanto, o chamado "caminho original" do PS não chegou a ser definido, no dedate e tão pouco posteriormente. Cf. Daire T., A, **op. cit.** in Varas, A.(comp), **op. cit.**.

(48)Cf. Walker, I.,**op. cit.**, pág.56. Sobre o papel de Allende naquele contexto, Walker registra que, em polêmica com a direita chilena que desencadeava uma campanha de "terror" contra a esquerda em virtude da revolução cubana, Allende, num artigo publicado na revista **Cuadernos** de janeiro de 1964, fazia uma defesa forte da democracia representativa e da intenção da esquerda em fortalecê-la.
As decisões desse congresso configuraram também o motivo porque um grupo de jovens socialistas (JSC) de Concepción abandonaram o partido, para mais tarde, em 1965, formarem o **Movimiento de Izquierda** Revolucionária (MIR). Também em 1965 forma-se, a partir do PS um tendência militarista que, com treinamento militar em Cuba e alguns deles chegando mesmo a combater com Che-Guevara na Bolívia, incorpora-se definitivamente ao Partido Socialista em 1971. Essa tendência denominava-se "ELENOS" (Exército de Libertação Nacional). Apenas como um detalhe e uma observação à margem, Beatriz("Tati") Allende, filha de Salvador Allende, é uma das integrantes dos ELENOS. Cf. Walker, I., **op. cit.**, pág.76.

(49) Na caracterização que faz Tomás Moulian da Democracia Cristã chilena aparece esse elemento de renovação da concepção do mundo e da política. Moulian o define como uma "vocação popular" daquele partido que deriva da "afirmação do catolicismo como 'religião dos pobres'". Dai se deduz "uma ética da convivência humana baseada em princípios de justiça social, com o qual se constroi um corpo ideológico de natureza bastante 'teocéntrica'". Sociologicamente, então, segundo Moulian, a Democracia Cristã é

"um 'partido de cristãos',tanto por sua ideologia como pelo significado atribuido à política". Na linguagem de Moulian, sem ser 'integrista', nem postular uma unidade entre Igreja e Estado, os cristãos vinculariam-se à política pela ética, estabelecendo-se uma "vinculação estreita entre conduta pública e salvação pessoal". Cf. Moulian, T., **Tensiones y crisis...**, in **op. cit.**, págs. 89 e 90, FLACSO, Chile, 1985

(50)Cf. Moulian, T., **Tensiones y crisis...** in **op. cit.**, FLACSO, Chile, 1985.

(51)Cf. Moulian, T., **Democracia e socialismo no Chile**, FLACSO, Santiago, 1983, pág. 141.

(52)Esta eleição complementar revelou que, ainda que o sistema permanecesse com um duplo centro durante a década de 60, quando o quadro eleitoral se apresentava tripartido a esquerda sempre levaria vantagem. Contudo, após eleições marcadas por esse quadro, o que se produz é uma aproximação entre direita e o centro democrata-cristão; o sistema se transforma em bipolar, com um aumento da polarização política. Para uma visão do quadro eleitoral com a divisão em quatro forças ver nota 45. Na eleição complementar de Curicó a direita somou 32,6%, o centro 27,2% e a esquerda 39,3%. Na verdade, foi nessa eleição que pela primeira vez o quadro político-eleitoral se apresentou dividido em três terços. A vitória da esquerda nessa eleição ficou conhecida como o "naranjazo" em virtude de Oscar Naranjo ser tanto o nome do deputado socialista falecido em 1963 como do candidato que era seu filho. Cf. Aylwin, Mariana e outros, **Chile en el siglo XX**, Editorial Emision, Santiago, Chile, 1986, pág.256. Ver também Gazmuri, J., **op. cit.**, pág. 24.

(53)O quadro da eleição presidencial de 1964 foi o seguinte:

Eduardo Frei(DC).....55,4%
Salvador Allende(FRAP).....39,0%
Julio Duran(PR)..... 5,0%

Quadro extraído de Gazmuri, J., **op. cit.**.

(54)Ver nota 43.

(55)Cf. Lechner, N., **La democracia en Chile**, Ediciones Signos, Buenos Aires, 1970, pág. 125.

(56)Em 1966, conservadores e liberais se unem para criar o Partido Nacional. E importante frisar que um pequeno partido - o Partido de Ação Nacional - também fará parte dessa nova conformação política. Mais do que isso, em virtude do declínio da antiga política de liberais e conservadores, será ele que mais vai influir no novo discurso da direita. A formação do Partido Nacional representou também uma renovação da elite política de direita no Chile e uma reestruturação do seu aparelho partidário: da velha estrutura típica dos partidos de notáveis da direita

tradicional, passou-se para um partido de militantes, com organização forte e com capacidade mobilizadora. Cf. Gazmuri, J., op. cit., págs. 86 a 88.

(57)Essa expressão aparece em Moulian, T., **Democracia e Socialismo ...op. cit.**, FLACSO, 1983.

(58)Cf. Yocelevzky, Ricardo A., **op. cit.**.

(59)Cf. Moulian, T., **Tenciones y crisis...op. cit.**

(60)Idem, ibidem.

(61)A proposta da "Nova República" defendida por Jorge Alessandri era marcada por esses pontos, o que evidenciava o projeto de "alternativa global" da direita para o país. Cf. Aylwin, Mariana e outros, Chile en el siglo XX, Ed. Emisión Ltda. Santiago, Chile, 1986, págs.279 e 280.

(62)Ver nota 43.

(63)Cf. Moulian, T., **Democracia y socialismo...op.cit.**, FLACSO, Santiago, 1983.

(64)A avaliação do Congresso de Linares foi, basicamente, de crítica à via pacífica e aos limites apresentados pela formas de luta legais como uma prática que paralizava a ação revolucionária em virtude das ilusões que criavam. Assim, o documento congressual afirmava que as "condições objetivas" para a revolução chilena já estavam dadas e o problema residia nas "condições subjetivas". Para isso era necessário superar as ilusões quanto à via da revolução e preparar o partido para a inevitabilidade do confronto. Em Chillán, o PS define-se como um partido "marxista-leninista" e adota o modelo do centralismo democrático como organização interna, ainda que possa se observar que tal modelo não conseguiu impor-se integralmente entre os socialistas. O Congresso de Chillán volta a apresentar de forma significativa a vocação latinoamericanista dos socialistas chilenos que, influenciados pela Revolução Cubana e pela OLAS, passam a enfatizar novamente o caráter continental da revolução. Em relação ao Chile, o documento congressual sintetizava: "...estão se desgastando com extraordinária rapidez as bases do regime democrático burguês, até agora relativamente estável em nosso país". Uma observação interessante deve ser feita aqui: Salvador Allende, neste período, não ocupa nenhum cargo expressivo na direção partidária, bem como o Congresso de Chillán lhe nega a inclusão no Comitê Central do partido. Após o Congresso de Chillán, o PS vive também a dissidência de Raúl Ampuero - que no mesmo ano formou a União Socialista Popular(USP) - acusando o partido de ter se transformado numa "ditadura burocrática" e dividido entre o eleitoralismo e o personalismo de Allende e os vacilantes que relutam em adotar a luta armada. Cf. Walker, I., **op. cit.**.

(65)Cf. Idem, Ibidem, pág. 69.

(66)Salvador Allende, como vimos, era um socialista que notória e explicitamente se colocara contrário as teses do seu partido que afirmavam uma relação instrumental com a democracia e valorizavam a ruptura com as instituições da democracia chilena. A sua indicação como candidato socialista em 1970 ocorre de forma a evidenciar a sua posição minoritária dentro da maquina partidária, uma tendência que se ampliará nos anos seguintes. Disputavam a indicação socialista Allende e o secretário-geral Aniceto Rodríguez. Uma consulta às bases partidárias em meados de agosto de 1969 deu a vitória a Allende de forma aplastante; 31 dos 34 regionais do partido votaram por Allende; Rodríguez retira, então, sua postulação. A indicação deveria ser feita, então, pelo Comitê Central do partido em torno da candidatura única de Allende. No Comitê Central(31 membros) a candidatura de Allende foi aprovada com 12 votos e 13 abstenções. Cf. Arriagada H., Genaro, **De la via chilena a la via insurreccional**, Editorial Pacífico, Santiago, Chile, 1974, pág. 70; ver também, Walker, I., op. cit., pág. 129, nota 133.

(67)A derrota de 1964 é avaliada pelo PC como resultante de uma mudança na correlação de forças nacional e internacional. Para o PC era importante seguir com a linha política de conquista do governo popular sem necessidade de revisões mais profundas. Em relação ao governo da DC, os comunistas enfatizavam que tratava-se de um governo reformista e que seria contraditório em razão do seu pluriclassismo e que por isso seria cada vez mais importante manter a autonomia e independência política do proletariado. Enfatizava que a oposição à DC deveria ser forte mas não cega e tão pouco sectária e dever-se-ia pautar pelos interesses mediatos e imediatos das massas. Cf, Daire T.,A., **op. cit.**.

(68)Alonso Daire afirma que durante os anos 60, o PC chileno demonstrou independência política em relação ao PCUS na medida em que a candidatura da FRAP em 1964, embora expressasse a sua estratégia da Frente de Libertação Nacional, encontrava-se em contradição com a visão do PCUS em relação à América Latina. Desde novembro de 1960, o PCUS entendia que a transição ao socialismo na América Latina passava pela conquista e consolidação de uma **Estado Nacional Democrático** e que a conquista deste não dependia do papel de vanguarda do PCs no processo e sim das "forças progressistas da nação". Apoiando uma aliança estreita como a FRAP em 1964 o PC chileno distanciava-se desse entendimento. No entanto, depois da derrota de 64, o PC vai se aproximar desse tipo de enfoque, advogando a ampliação da aliança político-social expressa na FRAP. É também nesse contexto dos anos 60 que o PCUS passa a falar de uma "via não capitalista" para o Terceiro Mundo fundada na necessidade de formar "frentes amplas" e na adoção da via pacífica para o socialismo. Assim, a revolução nesses países implicava uma etapa histórica que combinasse caracteristicas da revolução democrático-burguesa e da revolução socialista. Há aí, portanto, uma nova indicação sobre o papel dos partidos comunistas nessa estratégia revolucionária.

Caberia a eles não mais o papel de vanguarda, o que relativiza então o tema da hegemonia operária anteriormente colocado pelos comunistas chilenos, mas o papel de articulador e participante da frente ampla popular e membro do bloco socio-político defensor das transformaçoes antiimperialistas e anti-oligárquicas. O PC chileno incorpora a partir desse momento, segundo Daire, uma visão atualmente mais conhecida e mais compreendida, ou seja, a noção de **bloque por los cambios en Chile**. Cf. Daire T., A., **op. cit.**, pág. 205.

(69)No Chile era um procedimento comum todos os partidos lançarem seu pré-candidatos para depois formar o consenso em torno de um nome, no interior de uma coligação. Em 1970, o Partido Comunista havia lançado o poeta Pablo Neruda, o Partido Socialista lançou Salvador Allende, o Partido Radical, Alberto Baltra, o MAPU, Jacques Chonchol e a API e o Partido Social Democrata, Rafael Tarud. Cf. Aylwin, Mariana, e outros, op. cit., pág. 279.

(70)Cf. Moulian, T., **Tensiones y crisis...in op. cit.**, FLACSO, Santiago, Chile, 1985, pág. 98.

Capitulo IV - A LUTA POLITICA NO GOVERNO DA UNIDADE POPULAR

Analisar o período de governo da Unidade Popular não tem sido uma tarefa das mais fáceis. Como demonstramos no segundo capítulo, a leitura da experiência chilena alterou-se conforme o passar do tempo e principalmente em virtude dos eixos problemáticos novos que surgiram, centrados mais na questão democrática do que na questão da revolução. Procuramos demonstrar também que buscar uma análise neutra ou imparcial desse processo, qualquer que seja o ângulo de abordagem e a postura ideológica, configura-se não apenas um procedimento incorreto como inteiramente ocioso.

A análise que fizemos da literatura sobre a experiência chilena no segundo capítulo objetivou detectar, como enfatizamos, a presença da visão dos protagonistas na avaliação do período, de um lado, e, de outro, o aparecimento de novas abordagens que buscaram a superação de tal postura, procurando compreender mais amplamente a profunda crise que levou ao colapso da democracia chilena.

Partindo, então, das contribuições presentes nesta nova abordagem da experiência chilena, o que objetivamos neste capítulo é compreender o desenrolar da luta política no governo da Unidade Popular. Ao contrário do que afirmam as visões fatalistas sobre a derrota do governo da UP, o que procuraremos demonstrar aqui é que o traumático desfecho da experiência chilena se processou em decorrência tanto da continuidade da

crise que envolvia profundamente o sistema político antes da posse de Allende, a despeito da legitimidade que ainda gozavam os seus procedimentos democráticos, quanto das opções políticas que foram adotadas no seu governo quer pela esquerda, quer pelo centro democrata-cristão, no mais das vezes, desconsiderando os fatores de polarização cada vez mais acentuados, o que só agravou o quadro de desagregação da convivência política, contribuindo para o colapso da democracia.

A seleção e ordenamento dos fatos que serão expostos aqui, bem como a sua exposição, conformam, assim, uma opção analítica que obedece a uma escolha frente ao que julgamos essencial para a explicação daquele processo. O que pretendemos neste capítulo, portanto, é percorrer o período de 1970 a 1973, a partir da vitória da Unidade Popular até o golpe militar de 11 de setembro, procurando conferir-lhe um sentido e uma lógica através do exame da luta política que se processou no período.

Nossa opção analítica, portanto, se concentra na dimensão política do processo. Mais especificamente na dimensão da luta institucional e social entre os principais atores políticos internos, cuja centralidade residia de forma efetiva nos partidos políticos. A efetivação histórica da experiência chilena esteve, do início ao final, condicionada aos procedimentos e táticas adotados pelos principais partidos políticos do país. A cada conjuntura eles atuaram, influindo diretamente nas deliberações do governo ou na dinâmica social, implementando seus projetos, acumulando forças para viabilizar as suas estratégias e táticas, procurando a cada passo definir o

curso da luta política. As ações das direções e militância partidárias, em conjunturas específicas, como veremos, fizeram com que instituições importantes da vida social e estatal, como a Igreja e as Forças Armadas, entrassem em cena, definindo de formas variadas no período a correlação de forças. A dinâmica socio-política pesou certamente sobre o comportamento dos partidos acentuando, de um lado, posturas dirigistas e, de outro, gerando fenômenos sociais que passaram a se postar fora do controle dos partidos. Quando isto ocorreu, como veremos, as instâncias principais do sistema político já se encontravam inteiramente deslegitimadas.

Outros atores históricos marcaram a sua presença no processo chileno. E de se destacar a ação externa comandada pelos EUA com o intuito, primeiro de impedir a posse e depois de depor o governo do presidente Salvador Allende. As ações norte-americanas foram, evidentemente, um fator importante no fracasso da experiência chilena. No entanto, a nosso ver, o processo político como um todo não pode ter na intervenção externa a sua única determinação. Não conseguindo impedir a posse do presidente eleito, foi preciso uma conjunção bastante específica de fatores políticos e econômicos para que a estratégia norte-americana de deposição do governo pudesse ter sucesso.

Por fim, cabe ressaltar que a análise que procederemos aqui das lutas políticas do governo da Unidade Popular não tem, de um lado, a intenção de esgotar a abordagem de todos os acontecimentos do período, e, de outro, não estará

voltada para indicar possíveis alternativas políticas que, caso adotadas, poderiam garantir o sucesso da experiência chilena.

A análise de luta política no governo da Unidade Popular será feita aqui seguindo bastante de perto o trabalho de Manuel A. Garretón e Tomás Moulian(1) que, à nosso ver, consegue garantir uma forte sistematicidade às sucessivas conjunturas que marcaram o período.

Dividimos, assim, a luta política que se processou no governo da Unidade Popular em quatro partes: a primeira, abarca a conjuntura política entre a vitória e a posse de Salvador Allende; a segunda, de novembro de 1970 a outubro de 1972, se divide em várias conjunturas específicas; a terceira, retrata especificamente a crise de outubro de 1972; e a última, abarca o processo teminal do governo, partindo dos desdobramentos da crise de outubro de 1972 até o golpe militar de setembro de 1973.

1. DA VITORIA ELEITORAL DA UP À POSSE DE ALLENDE

A luta política que marcou o governo da Unidade Popular iniciou-se com a vitória de Allende em setembro de 1970. Ela iniciou-se, portanto, antes da posse formal do presidente e, precisamente por isso, guarda um profundo significado. A conjuntura política que abriu o período apresenta, assim, uma lógica muito definida e gira em torno da posse de Salvador Allende como presidente eleito, uma vez que a vitória da Unidade Popular(UP) não havia se processado pela conquista da

maioria absoluta e se requeria constitucionalmente a ratificação da primeira maioria pelo Congresso Pleno.

Assim, após a vitória eleitoral da UP, a questão da posse de um presidente confessadamente marxista foi o que dividiu as principais forças politicas. O acontecimentó, além da relevância internacional que apresentava, envolveu internamente não apenas os partidos políticos como também instituições importantes da vida nacional, como as Forças Armadas e a Igreja. Era, sem dúvida, um teste sem precendentes para a democracia chilena.

A esquerda, imediatamente após o conhecimento dos resultados eleitorais, desencadeou uma ampla mobilização popular para garantir a posse de Allende diante das imediatas ameaças que a situação passou a apresentar. Logo após os resultados tornou-se pública a intenção nos círculos dominantes, inclusive sob aberta influência estrangeira, de impedir a posse, o que gerou um profundo clima de intranquilidade frente a uma possível saída extra-legal.

Em virtude da conquista de apenas um terço do eleitorado, a Unidade Popular se via também obrigada a negociar com a Democracia Cristã(DC) uma saída política para que se processasse a posse de Allende. O Partido Nacional(PN), expressão política da direita, desde a confirmação da vitória da esquerda, evitou assumir desde o início uma posição sediciosa e extra-legal para impedir a posse de Allende, preferindo agir no interior dos canais institucionais.

Nesta estratégia inicial, a direita procurou atrair os democratas-cristãos afirmando a oposição inconciliável entre marxismo e democracia. O seu intuito era claro: influir no sentido de barrar as negociações entre UP e DC. Esta iniciativa da direita, mais ideológica do que política, não se demonstrou eficaz para atrair os democratas-cristãos. A DC, além do distanciamento com relação à direita observado no governo Frei, havia concorrido às eleições de 1970 com um candidato da sua ala esquerda (Radomiro Tomic) que, logo após a divulgação dos resultados da eleição reconheceu publicamente a vitória de Allende. Assim, a direita altera rapidamente a sua estratégia, propondo abertamente uma operação política que favorecia, a curto prazo, a DC. A operação era engenhosa: o Congresso Pleno ratificaria a segunda maioria obtida pelo candidato do PN, Jorge Alessandri; este renunciaria à presidência e a direita se comprometia, num novo pleito, apoiar uma candidatura da DC.

A postura da DC neste momento demonstrou o lugar que os democratas-cristãos queriam ocupar no terreno da correlação de forças políticas e definiu as suas intenções futuras. Uma fratura naquele momento da tradição chilena que ratificara em outras oportunidades a primeira maioria não só poderia gerar uma convulsão social e política, com seguras fissuras internas para a DC, como também subordinaria o futuro governo à direita. Ao invés da arriscada alternativa que a direita lhe propunha, a DC preferiu um caminho de negociação com a esquerda, procurando afirmar-se como uma força política

autônoma. Esta foi a razão do fracasso da estratégia legal de impedimento acalentada pela direita nesta fase.

A postura da DC, inclinada a negociar com a esquerda a posse de Allende, provocou uma radicalização imediata nos setores mais conservadores e reacionários. Alguns setores extremistas de direita tentam uma estratégia mais direta e incisiva de desestabilização realizando um atentado contra o comandante do Exército, General René Schneider, que resultou na sua morte. E neste momento que a extrema direita se organiza em torno do grupo Pátria e Liberdade, um agrupamento abertamente golpista que permaneceu ativo por todo o período(2).

As negociações entre UP e DC seguiram um caminho bastante difícil. As lideranças da esquerda, em particular Allende, se esforçaram publicamente em descaracterizar a UP como exclusivamente marxista e afirmar o carater pluralista da coalizão vitoriosa e do futuro governo, em virtude da presença de outras forças políticas, principalmente o Partido Radical(PR). A Democracia-Cristã, por sua vez, procurou pautar-se nas negociações em torno do tema da garantia e preservação das liberdades. Ela elaborou um documento cuja aceitação condicionava o seu apoio no Congresso Pleno ao candidato da esquerda(3). Neste documento a DC procurou enfatizar o seu carater revolucionário e marcar a sua posição como autenticamente pública e nacional. Em termos ideológicos a DC, procurou, atacando a direita, afirmar que a polarização que se colocava no Chile era entre progressistas e conservadores e não entre marxismo e democracia. No correr das negociações, a resposta de Allende ao documento da

DC foi considerada pelas suas lideranças como insatisfatória e incompleta, exigindo que se ratificassem constitucionalmente as suas exigências de princípio expressas no documento. Em outubro de 1970, uma comissão mista entre UP e DC no Senado confeccionou o texto do Estatudo de Garantias Constitucionais contendo os pontos exigidos pela DC que, imediatamente aprovado, garantiu a posse de Allende.

Nessa conjuntura é importante relevar alguns aspectos importantes. Em primeiro lugar, apesar da crise que atravessava o sistema político desde a emergência da chamadas "estratégias globais", a legitimidade dos procedimentos democráticos perante a sociedade como um todo e a solidez dos atores políticos demonstraram ser ainda fatores decisivos de poder. O regime democrático permanecia como uma referência legitimadora da convivência política entre os principais atores políticos e, ao mesmo tempo, - principalmente entre a UP e a DC - como aquele que garantia e possibilitava que se realizassem mudanças profundas na sociedade. As operações políticas voltadas para a efetivação das alternativas apresentadas por todos os atores ainda continuavam a ter no regime democrático o seu principal seletor, isto é, o fator que aferia a sua viabilidade. Assim, nesta conjuntura, até mesmo no interior da direita prevaleceu o caminho institucional como artifício operativo para impedir o acesso da esquerda ao governo. Quando isso se mostrou inviável a direita recuou e abandonou sua candidatura no Congresso Pleno(4). De outro lado, a estratégia de impedimento

extra-legal revelou-se prematura e foi seguida por uma parcela bastante reduzida da direita.

Em segundo lugar, é importante observar a postura dos militares. Eles demonstraram nesta conjuntura um posicionamento basicamente legalista, pautando-se por um radical apoliticismo. Na verdade, esta postura revelava naquele momento a ausência de consenso interno nas Forças Armadas quanto a um projeto alternativo para o país. Os militares chilenos mantiveram-se por longo tempo afastados das contendas políticas o que dificultava uma intervenção direta naquele contexto. A crise política aberta com a vitória da esquerda encerra-se no interior das elites políticas, não se agudizando no âmbito social e nem mesmo no interior da corporação militar. O assassinato do General Schneider jogou mais ainda no sentido de afirmar a postura constitucionalista dos militares.

Por fim, é importante observar mais detidamente o comportamento da DC. Embora atraente, pois que lhe conferia ganhos imediatos, a DC rejeitou, como dissemos, a proposta apresentada pela direita. Estava claro que no âmbito institucional a força política predominante era a DC e não a direita. Qualquer saída legal deveria fortalecê-la numa perspectiva de longo prazo e não apenas imediata. Foi precisamente por isso que ela rejeitou a estratégia da direita. De um lado, o risco para a sua identidade era sério caso adotasse a estratégia proposta pela direita e, de outro, um virtual governo da DC "eleito" nessas condições dificilmente poderia se sustentar sem repressão política colocando também em

risco a sua unidade orgânica. Mas, para além desta racionalidade instrumental, o sucesso, nesta oportunidade, das negociações entre DC e UP evidenciou que, ao contrário da direita, a DC não via um governo conduzido pela esquerda como uma ameaça tão forte para o país. O acordo entre DC e UP, ao contrário da visão dos setores mais alternativistas da DC e dos setores maximalistas da esquerda, representou na prática um inesperado e também surpreendente pacto entre o centro e a esquerda. Como em oportunidades anteriores(5), o seu sentido foi o de assegurar e aperfeiçoar o regime democrático. Mas, tanto no centro democrata-cristão como na esquerda predominou uma avaliação mais pragmática e instrumental do que estratégica, que via apenas a necessidade de garantir a posse de Allende ou a preservação corporativa de identidades políticas, o que não permitiu que se observassem os sinais mais profundos que esta aliança indicava.

2. DA POSSE DE ALLENDE À CRISE DE OUTUBRO DE 1972

A segunda etapa da luta política do período abarca, como dissemos, a primeira fase do governo da Unidade Popular, isto é, da posse de Allende em novembro de 1970 à profunda crise que emergiu em outubro de 1972. Ela demarca, portanto, quase os dois anos de governo da Unidade Popular. Nesta fase a UP, ao mesmo tempo, que passa a colocar em prática o seu programa e realizar profundas transformações econômico-sociais, enfrenta permanentemente conflitos políticos de várias naturezas. Em primeiro lugar, conflitos políticos que resultam diretamente

da implementação das reformas estruturais devido à reação dos setores sociais afetados pelas reformas. Ao mesmo tempo, e motivado pelas mesmas razões, registram-se conflitos políticos que atingem diretamente o plano institucional devido às posições assumidas pela Democracia Cristã e pelo Partido Nacional no Parlamento.

Ambas as esferas onde emergem os conflitos políticos no governo da UP geraram, então, um jogo político de anteposição de blocos, situando governo e UP, de um lado, e oposição, de outro. A trajetória política, contudo, evidenciou que num primeiro momento a UP manteve a iniciativa política e a oposição se mostrou bastante dividida. Este quadro vai se alterando à medida em que os conflitos políticos vão ganhando maior densidade e influindo nas decisões dos atores políticos principais. Ainda que não se possa observar nenhuma linearidade no processo de lutas políticas desta fase, o fato é que a tendência foi a de a UP perder a ofensiva política e a de a oposição ganhar mais organicidade de atuação contra o governo. As discrepâncias de orientação quanto à linha oposicionista a seguir permaneceram entre DC e PN, mas com a emergência da crise de outubro as dificuldades em se manter identidades políticas autônomas no interior da oposição foram se tornando cada vez mais difíceis. Após quase dois anos de governo não foi mais possível manter o quadro político que havia garantido a posse de Allende.

2.1. DA POSSE ÀS ELEIÇOES MUNICIPAIS DE 1971

A conjuntura politica que abre esta fase reflete a intenção dos principais atores politicos em definir suas posições de forma a demontrar o padrão de ação governativa bem como o padrão de ação oposicionista. O que estava em jogo era tanto assegurar as posições conquistadas na primeira fase frente às respectivas bases sociais quanto explicitar as relações com a institucionalidade, quer para a implementação do programa, no caso do governo, quer para a afirmação da força e do padrão de oposição que se queria impor.

Esta conjuntura politica esteve parofundamente marcada pelo cálculo eleitoral dos atores politicos com vistas às eleições municipais de abril de 1971, pela abertura dos conflitos no plano politico-institucional entre oposição e governo e pela emergência, à esta altura, mais artificial do que real, de conflitos no plano social que começariam a produzir um clima de polarização politica e ideológica.

No plano político-institucional os conflitos emergiram opondo principalmente a DC à UP quando do início do processo de implantação da Area de Propriedade Social(APS). Eles ocorreram em virtude da compra das ações dos bancos por parte do governo e em relação ao projeto de nacionalização do cobre, que acabou ganhando no Parlamento um terreno de consenso(6). No plano politico-intitucional ocorrem também alguns confrontos discursivos entre governo e Poder Judiciário, principalmente em

torno da proposta dos **Tribunais Vecinales**, tribunais de pequenas causas eleitos pela população. Em virtude da oposição do Poder Judiciário, a UP retira o projeto do Parlamento. Os conflitos desta conjuntura no plano social, por sua vez, emergem devido às ocupações de terra no campo, o que fez com que muito rapidamente fosse colocado como central o tema do aprofundamento da reforma agrária iniciada no governo anterior.

O que confirma que por trás das ações dos diversos atores nessa conjuntura estava o cálculo político marcado pelas eleições municipais de abril de 1971, é o fato de UP e DC, que do ponto de vista programático não tinham divergências significativas quanto às reformas, vistas em seus aspectos gerais, se apresentarem como atores políticos pautados por um acirrado antagonismo, evitando qualquer acordo entre si. Para a UP importava a ampliação da sua base de sustentação, o que implicava, segundo suas lideranças, adotar uma política agressiva de cumprimento do seu programa assegurando-lhe uma posição autônoma no jogo de forças. Para isso era fundamental utilizar ao máximo as atribuições do poder executivo e depender o menos possível da negociação parlamentar. O que a UP queria era evitar desde o início cair num jogo parlamentar que forçasse a negociação do seu programa, impingindo-lhe um caminho gradual para sua implementação. Por isso ela adotou o caminho extra-parlamentar de implantação programática, buscando aproveitar as expectativas de mudança no seio da sociedade, evitando desde o início um compromisso explícito com a DC. A Democracia-Cristã, por sua vez, atuou procurando se afirmar como a maior força de

oposição não só ao governo, como a maior força de oposição do país. O seu objetivo desde o início foi amarrar o máximo possível o governo e impedir a sua ampliação política frente às massas populares. O cálculo de alguns setores democrata-cristãos, que viam uma proximidade de projetos entre UP e DC, era o de, pelo Parlamento, forçar e impor um governo de coalizão. Para isso era fundamental combater a posição da esquerda de implementar o programa da UP exclusivamente pelo executivo, afirmando como uma tradição chilena, o princípio do equilíbrio dos poderes. De toda forma, independentemente dos suas divisões internas, essa foi a política que predominou na DC nessa conjuntura.

O início da implantação da Área de Propriedade Social e o aprofundamento da reforma agrária foram, no plano social, as questões mais candentes desta conjuntura. Ambas implicavam um ataque ao princípio da propriedade privada e uma forte postura intervencionista do Estado. No entanto, neste primeiro momento, o comportamento das organizações patronais do campo, afetadas diretamente pela reforma agrária, foi de certa forma surpreendente. Elas revelaram uma postura mais anti-DC do que anti-UP. Em relação à DC, enfatizavam o caráter "demagógico" e "politiqueiro" da sua reforma agrária. No início do governo da Unidade Popular, chegaram mesmo a defender uma reforma agrária planificada, apelando para uma postura técnica em relação ao tema, advogando a eficácia do setor agrícola. A sua intenção nesse momento era evitar uma radicalização da reforma agrária por parte do governo.

A DC manteve em relação à reforma agrária uma posição legalista como forma de pressionar o governo e atuar em favor da massa camponesa, objetivando assegurar as suas bases politicas no campo. O primeiro tema era sumamente importante para a sua politica geral uma vez que a sucessão de ocupações de terra que começa a acontecer logo após a posse de Allende colacava ao governo o problema da manutenção da ordem. De fato, não se configurava como estratégia da UP a realização da reforma agrária através das ocupações. O mais problemático não eram os conflitos que emergiam devido a estas ocupações mas os seus desdobramentos politicos.

Em virtude da sua representação popular e da leitura que fazia das ocupações ilegais como derivadas de um principio de justiça e mesmo como expressões revolucionárias porque partiam do povo, ainda que problemáticas na conjuntura politica, a Unidade Popular se viu forçada a construir então uma legitimidade para aquelas ações, argumentando sobre a continuada violência e a injustiça dos patrões e apelando para a persuasão quanto à continuidade do processo de reforma agrária. A Unidade Popular, de toda forma, aproveitou-se das ocupações para acelerar a reforma agrária, massificando-a nas regiões convulsionadas e estabelecendo regras onde os empresários rurais privados demonstravam alguma força.

O início de implantação da APS mediante a aplicação dos decretos-lei 520 de 1932, considerados pela DC como uma "legalidade ultrapassada", também evidenciou um comportamento surpreendente do empresariado urbano. As primeiras expropriações

foram de fábricas abandonadas pelos seus proprietários. A posição das organizações empresariais foi no sentido da defesa geral da propriedade privada e não de defesa de proprietários individuais, argumentando a função social da produção e do empresariado. Nesta conjuntura, ambos os procedimentos táticos do empresariado, isto é, no campo e na cidade, desarmaram a direita, de um lado, e demonstraram a fratura existente entre eles e a DC, de outro.

De uma forma geral esta conjuntura apresentou, do ponto de vista da correlação de forças políticas, uma disputa acirrada entre UP e DC e uma relativa apatia da direita. Mesmo assim, o clima político manteve como subterrânea as hipóteses paranóicas(7) quanto à iminência da implantação da ditadura do proletariado. Isso se manteve, entre outras coisas, muito em função dos temores da DC que faziam com que a relação entre governo e oposição se reportassem permanentemente ao tema da legalidade. Para a DC, a proposta, por exemplo, dos **Tribunales Vecinales** indicava uma ruptura da legalidade. Ela sequer chegou a estabelecer uma conexão deste projeto da UP com a questão da marginalização social que sempre fora uma das suas temáticas fortes. De outro lado, a ação direta das massas e o início de ações de terrorismo e de violência da extrema direita a partir do assassinato do General Schneider fizeram com que a ameaça de desinstitucionalização fosse vista como uma possibilidade cada vez mais próxima. Ainda assim, o processo de agudização dos conflitos nesta conjuntura não se demonstrou uma espiral lenta e progressiva e esteve condicionado à avaliação da correlação de forças entre os principais atores políticos.

2.2. DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS AO ASSASSINATO DE EDMUNDO PEREZ

Esta conjuntura marcou um momento onde se processaram algumas reavaliações parciais das políticas dos principais atores sob o impacto dos resultados eleitorais de abril de 1971. Embora tais reavaliações não se comfirmaram posteriormente em novas posturas e num novo quadro de forças, configuram-se como importantes na medida em que demonstravam a situação de complexidade do campo de forças, aberto a alternativas variadas.

Nas eleições municipais de abril de 1971, a Unidade Popular atingiu 49,8% dos votos(8), o que significava uma ampliação da sua base política frente aos resultados da eleição presidencial(9). No interior da UP, são os socialistas que obtem o maior crescimento, o que indica que eles captaram em maior grau o fenômeno eleitoral da UP. Ainda no interior de UP o que se pode observar é que o eleitorado comunista se mantém estabilizado, não demonstrando um crescimento significativo. A maior queda registra-se entre os Radicais(10). As eleições de abril de 1971 revelaram também uma queda no eleitorado da DC, embora esta se mantivesse como o maior partido político do país. O mesmo se observa em relação ao Partido Nacional que, embora numa conjuntura inteiramente desfavorável, não registrou uma queda tão acentuada quanto a DC(11).

A avaliação dos resultados eleitorais de abril de 1971 possibilitou, de um lado, a afirmação das

estratégias da UP, e, de outro, o estreitamento do campo de ação para a DC. Para a UP as eleições haviam demonstrado de forma plebiscitária o apoio majoritário da população ao seu programa e ao seu projeto de transformações radicais das estruturas do país. Uma leitura dos resultados eleitorais assentada na tripartição de forças confirmaria a análise da Unidade Popular que lhe atribuia uma vitória sem precedentes, uma vez que, entre as três principais forças, ela havia conquistado a maioria simples diante do colégio eleitoral. Por essa razão, a DC se vê obrigada a admitir a lógica dos blocos, afirmando que os resultados eleitorais indicavam um empate entre oposição e governo. A partir daí afirma-se no cenário político a divisão entre dois blocos, dificultando cada vez mais a manutenção do caráter centrista da DC.

Os resultados eleitorais e a afirmação dos blocos políticos geraram uma crise interna nos Radicais. Marcado historicamente pela postura de centro, o tema básico desta crise é a sua identidade autônoma. As discussões que se processam entre os Radicais estão, portanto, centradas nas críticas de alguns dos seus setores em relação à subalternidade do PR frente aos partidos de esquerda. As repercussões mais diretas da crise leva à demissão de alguns membros do Partido Radical de cargos de confiança no Executivo. No entanto, nessa conjuntura, a crise dos Radicais não se aprofunda ao ponto da ruptura, mantendo-se o partido na coalizão governista.

Os resultados eleitorais também repercutem diretamente no interior da DC. A juventude democrata-cristã

manifesta-se publicamente por uma aproximação do partido em relação ao governo da UP. Para ela os resultados eleitorais evidenciavam a vitória dos progressistas contra os conservadores chilenos. Para os jovens da DC era, então, fundamental criar um bloco partidário das mudanças contra o bloco partidário do imobilismo e da defesa dos privilégios sociais. Este entendimento não foi diferente da manifestação da Direção Nacional da DC sobre os resultados eleitorais.

E nesse contexto que os discursos de Allende, no Primeiro de Maio e diante do Congresso Pleno(21/05) tentam criar um clima de consenso entre os partidários das transformações estruturais, isto é, entre UP e DC. O discurso da via chilena ao socialismo enfatizava o caráter democrático e pluralista da construção do socialismo no Chile e procurava atingir os partidários das mudanças sociais para além da esquerda.

A repercusão das eleições e dos discursos do presidente atingiram em cheio a DC. A partir daí a DC reconhece publicamente legitimidade ao programa do governo eleito, enfatizando as profundas coincidências com a proposta democrata-cristã. No entanto, embora a DC passasse, neste contexto, até a vocalizar em seus pronunciamentos a idéia do "socialismo comunitário" - objeto de intensas polêmicas internas quando ela era governo - ,a postura política da DC não se alterou profundamente. O que, de fato, ela buscou fazer foi marcar uma posição própria não cedendo nem ao governo nem à direita, isto é, arrefecia a oposição violenta da fase anterior, mas não assumia

uma postura de compromisso que, no limite, poderia levá-la ao governo. Continua a prevalecer, assim, na DC a idéia de fazer com que a UP governasse no interior do esquema de compromissos políticos definido pela institucionalidade. No fundo, ela continuará combatendo a postura extra-parlamentar que a UP levava para implementar o seu programa de governo. O que a DC altera nessa conjuntura é o eixo do seu ataque. Ao invés de centrar fogo no tema da legalidade, passa a travar uma batalha ideológica de fôlego mais largo sobre o tema da liberdade de impressa, objetivando sedimentar o terreno para lutas posteriores.

Um declínio nas ocupações de terra, neste momento, atestava que a espiral de conflitos diminuia, mas observava-se, de outro lado, a emergência de sintomas de violência mais graves, com ações localizadas de guerrilha rural, imediatamente combatidas pelo governo, o que gerou uma acentuada polêmica com o MIR.

Os desdobramentos derivados da implantação da APS fazem com que, por ação politica deliberada dos partidos de esquerda e com o beneplácito do governo, o movimento operário passe a atuar diretamente nas expropriações das empresas do setor textil, o primeiro setor privado a sofrer expropriações. É importante notar que ainda nessa altura as mobilizações do operariado obedeciam a um plano traçado pelo governo quanto as expropriações. Mais adiante as ocupações serão espontâneas passando a criar situações de difícil controle por parte do governo. A UP, nesta fase inicial de governo, póde sustentar o início da implementação do seu programa pela estratégia extra-

parlamentar e estimular as ações espontâneas dos trabalhadores quanto às expropriações em virtude da flexibilidade do sistema legal e em decorrência da desarticulação da oposição. Mais tarde passou a ser de dificil operação a relação entre plano de governo e movimentos espontâneos.

Neste momento tanto as ações diretas do movimento operário, aumentando o rol de requisições para expropriação de empresas, a agitação no campo e a política extra-parlamentar da UP foram enfrentadas com tolerância pela DC. Como vimos, havia um movimento interno na DC de aproximação em relação à UP e por isso as manifestações dos dirigentes democrata-cristãos eram no sentido de que o presidente Allende deveria continuar agindo dentro da legalidade e evitar os excessos.

De fato, neste momento, atuando frente a uma oposição desintegrada a UP pôde se manter como polo atrativo para as bases da DC que viam nela uma nova experiência de mudanças, sem conciliações e profundamente revolucionária. Assim, neste momento a UP consegue um espaço propício para implementar suas políticas redistributivas, de igualitarismo social e anti-capitalistas, como a nacionalização dos bancos e de alguns monopólios, símbolos da exploração entre as classes populares(12).

Esta conjuntura também revelou que a esperança da DC em se constituir na maior força de oposição ao governo se viu frustrada em virtude dos resultados eleitorais. A expectativa da DC era de que a direita fracassasse profundamente no pleito de abril de 1971. No entanto, como vimos, não foi isso

que ocorreu. A direita não apenas sobreviveu ao teste eleitoral como buscou passar à ofensiva na luta contra a UP enquanto a DC vacilava entre o compromisso e o antagonismo.

Para a direita interessava superar o quadro tripartido de forças que havia assegurado a vitória e a posse de Allende para buscar um realinhamento de forças que se inclinasse cada vez mais para a polarização. Esta situação começa a se desenhar nas eleições para Reitor da Universidade do Chile quando a oposição unificada vence as eleições(13). Mas veio do campo o apoio mais forte para que a direita pudesse afirmar a sua estratégia e o clima de polarização política viesse gradativamente se impor. Superando a política defensiva que adotaram no início do governo, as organizações patronais do campo deflagram um movimento contra a reforma agrária, tranformando os incidentes que emergiam nos conflitos com camponeses ou com agentes governamentais, ou mesmo incidentes fortuitos, em símbolos de uma luta mais geral contrária ao programa do governo instituido.

E nesse momento que ocorre o assassinato de Edmundo Pérez Z., um ex-ministro de Eduardo Frei, responsabilizado por ações repressivas às classes populares urbanas no governo anterior. Sem reivindicar intuito político algum um grupo de extrema-esquerda, a VOP(Vanguarda Organizada do Povo), executa o ex-ministro de Frei num ato puro de terrorismo. Esse fato isolado faz emergir novamente o tema da legalidade e da ordem pública, questionando o papel do governo. Procurando explicar o crime como resultado de ações daqueles que queriam a

desestabilização do governo, este fato coloca a Unidade Popular pela primeira vez em posição defensiva frente aos outros atores políticos.

2.3. Do assassinato de Pérez Zujovic a setembro de 1971

Com o assassinato de Pérez Zujovic esfriam as relações de aproximação entre UP e DC. O impacto do ato terrorista faz com que se acentue o clima de acusações recíprocas entre o governo, que enfatiza o tema da sedição, e a oposição democrata-cristã, que retoma uma linguagem antagonista. O tema central do discurso democrata-cristão é a passividade do governo Allende frente aos "grupos armados" de esquerda. Opera-se, então, um retorno da DC à prática de políticas pendulares e a retomanda dos seus contatos com a direita.

Do ponto de vista político, o fato mais expressivo desta conjuntura é a eleição complementar que se processa na província de Valparaiso. Trabalhando com a idéia de que a formação do bloco opositor era um fato consumado e desconcertado diante dos acontecimentos que levaram ao assassinato do ex-ministro de Frei, o governo não percebe o significado da reaproximação entre a DC e o PN. Além do mais a esquerda imaginava que a sua vitória em abril de 1971 poderia se reproduzir nesta eleição. Olhando o quadro geral dos resultados de abril de 1971 isto até poderia ser plausível, mas a realidade política da província de Valparaiso era específica e não dava vantagem à esquerda, bem como a conjuntura a havia colocado na

defensiva. De outro lado, a DC, que na fase anterior havia arrefecido os seus ânimos oposicionistas frente ao governo, agora retoma-os sob o impacto do assassinato de Edmundo Pérez.

O resultado da eleição de Valparaiso dá a vitória ao candidato oposicionista, um político da ala direita da DC. No entanto, após a vitória, os democratas-cristãos fazem questão de, publicamente, afirmar que não estava configurado um pacto entre eles e a direita e, de outro lado, não exigiam do presidente Allende uma revisão programática, mas sim um posicionamento claro em favor dos setores democráticos da coligação governista frente aos setores que buscavam o caminho da violência política.

Ainda que o assassinato de Pérez Zujovic tenha feito com que a DC radicalizasse o seu discurso contra a UP e o governo, estava claro que a DC procuraria manter a sua política pendular respondendo tanto aos seus objetivos gerais, instituidos desde o princípio, quanto à forte pressão interna dos seus setores mais à esquerda que haviam ocupado um espaço maior na conjuntura anterior. Independente, então, do resultado, a eleição de Valparaiso não conseguiu com que se superasse a crise no interior da DC na medida que a sua ala esquerda exigia uma política de afastamento incondicional em relação à direita. No entanto, a maioria do partido optou por uma política de colaboração pontual tanto com o governo como com a direita. A impossibilidade de convivência destas duas políticas no interior da DC acabou por gerar mais uma fissura interna: a dissidência do chamado grupo "tercerista" que se retira do partido.

Uma parcela dos "terceristas" já havia rompido com o partido em 1969 para, como um outro setor do partido(o chamdo grupo "rebelde"), formarem o MAPU. A dissidência dos remanecentes "terceristas" nesta conjuntura coincide com um racha no interior do MAPU. A questão de fundo dessas dissidências e rearranjos no interior da esquerda católica estava na definição do seu papel e do seu lugar no espectro político. O MAPU, desde o início, se apresentou como uma alternativa aos partidos de esquerda e disputava com eles o terreno popular, enquanto que os "terceristas" propunham uma organização de esquerda católica como uma alternativa política à DC. Estas diferenças políticas e também ideológicas, na medida em que a temáticas da busca de um socialismo marxista ou um socialismo comunitário também os divide, é que deu origem, em 1971, a um novo agrupamento político de esquerda católica no Chile: a Izquierda Cristiana(IC). Passado o seu momento de estruturação a IC se incorpora à UP.

Como desdobramento da conjuntura anterior, o Partido Radical vive também nesta conjuntura, um processo de crise e fratura interna, de onde emerge mais uma nova organização política: o Partido de Izquierda Radical(PIR). Do ponto de vista ideológico, o problema entre os radicais reside na redefinição da sua identidade. A sua presença no interior da UP empurrava alguns dos seus setores a uma postura nitidamente marxista. Outros setores viam a necessidade de uma identidade mais definida de corte social-democrata, evitando a diluição ideológica do partido no interior da UP. Aqueles que formaram o PIR entendiam que o papel dos Radicais era o de realizar a função de moderador no

interior da coalizão, servindo de interlocução entre governo e oposição. Aqueles que se mantiveram com a sigla do PR acreditavam que esta postura debilitava a influência dos Radicais na UP.

Independente do aspecto quantitativo e eleitoral, esse processo de rearranjo de forças políticas que a conjuntura apresentava, se, de um lado, ampliava as bases políticas da UP com o racha na interior da DC, de outro, complicava o campo de forças em virtude da fratura ocorrida entre os Radicais. Mais tarde isso se evidenciou com a aproximação entre PIR e DC. Ambos os processos, contudo, indicavam que, caso o centro político continuasse a se debilitar, a polarização ideológica e política podia se impor e agravar a crise do sistema político, diluindo totalmente o esquema de tripartição de forças(14).

Este foi um momento, portanto, em que os principais atores políticos procuraram avaliar e medir as suas forças, operando através de cálculos que, diante das circunstâncias políticas, indicassem como assegurar posições, avançar nas suas estratégias, ganhando ou perdendo com as fraturas internas ou com as dos adversários.

O governo da UP, nesta conjuntura, prossegue a implementação do seu programa econômico através da ação do Executivo, acompanhado das requisições e ações de ocupação de empresas pelos trabalhadores. Os conflitos entre movimento operário e poder judiciário continuam sendo frequentes, porém garantidos pela flexibilidade jurídico-institucional. Acontecem neste momento conflitos na área textil, sem, contudo, tornarem-se

rupturais. O problema mais grave ocorre em relação à expropriação de empresas de pesca. Alí um setor de empregados dessas empresas se opõe à expropriação. Este fato inaugura um problema que mais tarde vai se tornar crônico: as diferenças de ação entre operários e empregados médios quanto à incorporação das empresas à APS. Esta divisão será objeto de interpelação política da oposição como combate à estratégia governista.

Um outro problema que emerge também nessa conjuntura, mas sem a expressão que teve mais tarde, é o tema do desabastecimento. E nesse momento que a UP apresenta como proposta a organização das Juntas de Abastecimento e Preços (JAPs), uma forma de organização popular vinculada ao governo e voltada para a mobilização frente ao tema do abastecimento.

2.4. A OFENSIVA OPOSICIONISTA E A APROVAÇÃO DO PROJETO SOBRE AS AREAS DA ECONOMIA

A partir de setembro de 1971, após um curto período de distensão nos conflitos políticos entre governo e oposição que marcaram as duas conjunturas enteriores, emerge uma fortíssima ofensiva oposicionista comandada pela direita que, ao generalizar e dramatizar conflitos localizados, afetou tanto o clima político geral quanto a política que a DC vinha colocando em prática. Do último trimestre de 1971 até o início de 1972 a situação de polarização ideológica se agudisa, ganhando as ruas e um caráter de massas, atingindo profundamente a condução política do governo.

Respondendo às suas bases sociais, diretamente afetadas pelas reformas implementadas pelo governo da UP e procurando se desvencilhar da direção imposta à oposição pela DC, o Partido Nacional desencadeia um processo de lutas políticas e sociais que objetivava estabelecer um clima de rejeição e oposição frontal ao governo.

A ofensiva da direita atinge setores da sociedade até então passivos diante do quadro político geral e outros que já se encontravam bastante envolvidos. Mais do que as questões especificas e setoriais importava à direita fazer emergir um clima generalizado de contestação. Dentre os conflitos mais significativos que ocorreram nesta conjuntura ressaltam-se, pela virulência dos oponentes, os incidentes no interior da Universidade do Chile em Santiago. Eles se deram devido às propostas de reestruturação da Universidade e tiveram como foco as Escola de Direito e Engenharia. Em outubro iniciam-se as ocupações de prédios pela oposição procurando assegurar a implementação da reforma. A partir daí a Universidade é tomada pelos grupos de adversários políticos que passam a gerir os seus órgãos administrativos. A literal divisão entre grupos adversários acabou por gerar uma situação em que colegiados paralelos, uns negando legitimidade a outros, ocupavam os cargos diretivos na Universidade. Estava claro que tais conflitos no interior da Universidade não se pautavam mais, como na década de 60, por questões especificamente acadêmicas. Eram, na verdade, conflitos de origem e natureza política que alí se expressavam dividindo drasticamente estudantes e professores em torno das

questões gerais da política nacional. Ocorrem dentro da Universidade verdadeiros combates de grupos antagônicos buscando se assenhorar dos espaços administrativos através da ação direta.

Mobilizações e confrontos da mesma natureza, envolvendo apoiadores do governo e da oposição, ocorrem também em virtude da compra de ações do grupo monopolizador papelero por parte do governo(15). O móvel político da oposição neste caso era a ameaça de supressão da liberdade de expressão. Como já vinha ocorrendo em outros setores em que se ampliava a APS, as divisões entre operários e empregados e outros profissionais tendeu a se agudizar a cada empresa que se expropriava. A direita, movimentando-se, a partir deste momento através de uma estratégia de generalização dos conflitos, encontrou um terreno fértil para poder passar a uma situação de mobilização de massas contra o governo.

Nesta conjuntura, o auge da ofensiva de massas da oposição ocorre com a manifestação de 1o de dezembro de 1972, um protesto massivo de mulheres contra o desabastecimento. O ato ficou conhecido como a passeata das "panelas vazias". Conduzido pela direita, o ato se desdobrou em enfrentamentos entre governistas e oposicionistas, gerando uma situação de aberta confrontação civil. Os incidentes de rua prolongaram-se artificialemnte por uma semana, com barricadas nas ruas, incendios de veículos particulares e públicos, ataques às sedes dos partidos da UP e a personalidades da esquerda. A estratégia da direita era clara: transformar conflitos parciais em questões

politicas nacionais e levar a oposição a ações de massa contestadoras à política do governo.

E importante observar que todos estes incidentes foram precedidos e ocorrem ao mesmo tempo em que se processavam conversações entre a UP e a DC. Ainda no mês de setembro, a UP, levantando publicamente o tema da sedição contra o regime democrático e o governo instituido, procura restabelecer conversações com a DC no intuito de garantir a sua governabilidade diante da até então ofensiva ideológica da direita.

Essas conversações, das quais tomou parte o presidente Allende, levaram a que se firmasse um pacto entre o governo e a DC no qual o governo se comprometia a enviar ao Congresso um projeto de lei sobre a APS. No entanto, em outubro, alegando morosidade por parte do governo, a DC envia ao Congresso um projeto de Reforma Constitucional retirando as prerrogativas legais do Executivo que haviam permitido a implementação das reformas e que asseguravam a legalidade dos processos utilizados para a configuração da APS(16). Todas as expropriações no projeto da DC deveriam ter sanção legal, caso a caso. Esta atitude da DC obrigou o governo a enviar um projeto alternativo garantindo as prerrogativas presidenciais quanto à expropriação de grandes empresas(consideradas fundamentais para a economia do país) e assegurando a situação de pequenos e médios proprietários(17). E este precisamente o momento em que se inicia a ofensiva de massas da direita.

São importantes aqui algumas observações sobre as relações entre a DC e a direita neste momento. No entendimento da DC, o comportamento radicalizado da direita só estimulava os setores extremistas da UP. Para a DC o enfretamento ao governo deveria se dar como um conflito politico e ser travado no plano institucional. Ao contrário da direita, a DC não advogava a queda do governo e sim a sua institucionalização. A sua oposição, para além de outras dimensões, se prendia ao fato de que a via administrativa e extre-parlamentar da UP também jogava no sentido da ruptura da institucinalidade.

Foi precisamente em virtude deste último aspecto e também em relação ao tema de desabastecimento, visto como um problema nacional e que atingia suas bases sociais, que a DC radicaliza suas ações contra o governo, diante da desenvoltura demonstrada pela direita que se desdobraram nas mobilizações de massa de dezembro de 1971. Além do mencionado projeto sobre as áreas da economia, a DC lidera no Congresso também um processo de acusação contra o ministro do interior de Allende, J. Tohá(18). A DC acusou o ministro de Allende com o objetivo de atingir todo o governo. E o primeiro momento em que a DC contesta frontalmente o governo da UP no Parlamento.

Ambas iniciativas políticas se vêm exitosas no início de 1972. Essas vitórias parlamentares e uma solução negociada para os conflitos na Universidade do Chile demonstram à DC a correção do caminho escolhido em oposição ao governo da UP. A DC procura se afirmar no cenário politico como um ator que se pautava pela defensa das instituições, uma oposição política

legal que se distinguia em procedimentos e ações da estratégia da direita.

Nesta conjuntura também se processam eleições complementares em meados de dezembro para senador em O'Higgins e Colchagua e para deputado em Linhares. Em ambas a esquerda foi derrotada, apresentando-se, também em ambas, a DC unida ao PN. Em Linhares a temática eleitoral da esquerda foi marcadamente rupturista em relação ao programa da UP, com uma forte presença do MIR, aliado à setores da UP. Diante das derrotas eleitorais e do confronto político no Parlamento, o governo altera o seu ministério, chamando para ele representantes do PIR.

Procurando recuperar a iniciativa política Allende contra-ataca e envia ao Congresso o projeto de lei que define as 91 empresas a serem incorporadas à APS(19). Este era um sinal claro que pairava o veto presidencial sobre o projeto de Reforma Constitucional da DC aprovado no Congresso. Para a UP importava aprofundar o processo de expropriações para depois poder negociar com mais força, ainda que correndo o risco de processos de polarização e radicalização de massas.

Este comportamento da UP faz com que se reproduza o conflito institucional sobre as áreas da economia, conflito que, aliás, vai marcar todo o restante do período. Para a DC a resolução do conflito também se mostrava difícil: ou, de fato, conseguia institucinalizar as ações governamentais e isolar a direita, batendo também o governo, ou teria que enfrentar mais tarde uma negociação com a UP, e mantê-la, como forma de afirmar sua estratégia até o fim, em condições cada vez mais difíceis

para diferenciar a sua estratégia daquela da direita. O que estava em jogo para a DC era a sua capacidade de se manter como força de centro e, ao mesmo tempo, reformadora. E preciso que se enfatize aqui que a estratégia da DC em pautar-se pelo conflito institucional só conseguiu ser mantida em virtude da direção do partido estar nas mãos dos seus setores centristas.

O ano de 1971, portanto, se fecha com o governo da Unidade Popular vivendo uma ofensiva bastante forte da direita e da DC, embora os sintomas de violência presentes no último mês não tenham se tranformado em uma tendência irrefreável. No interior da UP todos estes acontecimentos tiveram uma repercusão bastante grande fazendo emergir com mais força suas divisões internas. Tais divisões permaneceram encobertas enquanto a UP mantinha a iniciativa política. No entanto, ao se iniciar 1972 era claro o desacerto entre as forças políticas no interior da coalizão e entre algumas delas e o governo. A via chilena ao socialismo expressa por Allende não parecia encontrar respaldo nas manifestações públicas do prórpio PS e do MAPU e em alguns círculos intelectuais da esquerda. Mesmo em torno da questão da APS as divergências se mostravam cada vez mais acentuadas. Frequentemente apareciam agudas críticas quanto ao controle do governo frente ao processo de ação espontânea das massas. O pano de fundo desta críticas era a questão da passagem do governo popular para o poder popular.

No início de fevereiro de 1972, o presidente Allende convoca os partidos e técnicos do governo para uma discussão sobre a situação económica do país. Esta reunião

realizou-se em Arrayán, uma localidade de Santiago. Ela é considerada o primeiro balanço auto-critico do governo da UP. No essencial, o resultado da reunião não alterou a estratégia da UP, mas revelou as imensas dificuldades das suas lideranças em formular adequadamente uma estratégia de reversão do quadro desfavorável ao governo(20).

2.5. AS NEGOCIAÇÕES UP-DC E OS SINTOMAS DE GENERALIZAÇÃO DA CRISE POLITICA

Embora o projeto referente às áreas da economia apresentado pela DC ao Congresso tivesse sido aprovado em fevereiro de 1972, um entendimento entre UP e DC se fazia, entretanto, necessário. A aprovação do projeto da DC significava do ponto de vista jurídico uma reforma constitucional e como todos os projetos desta natureza, a sua aprovação deveria ser por dois terços das duas casas legislativas e não por maioria como havia se processado. Assim, de março a junho estabelecem-se conversações entre o governo e a Democracia Cristã com vistas ao estabelecimento de um consenso mínimo, tanto político como jurídico, a respeito do tema mais crucial para o programa da UP que era a configuração da APS.

Além dos impasses que surgiram em virtude de concepções diferentes entre as duas forças políticas, essas negociações ocorrem numa situação bastante difícil devido ao prosseguimento dos sintomas de desestabilização e de crise que já

existiam e de novos acontecimentos que aparecem nessa conjuntura, fazendo acentuar mais ainda aqueles sintomas.

Do lado de fora dos gabinetes onde as conversações se processavam o clima político revelava que uma situação de enfrentamento entre esquerda e direita era cada vez mais inevitável. A direita, prosseguindo a sua estratégia de derrubada do governo por ações extra-legais, realiza uma manifestação em abril cujo tema preciso era a ilegalidade do governo constituido. Comparada à manifestação das "panelas vazias" de dezembro de 1971, a temática da ilegalidade do governo evidencia uma ofensiva direta e incisiva por parte da direita. E a partir deste momento que a direita lança a palavra de ordem "pela desobediência civil". Começa a aparecer, então, de maneira muito forte nessa conjuntura a ação do grupo extremista "Pátria e Liberdade" propugnando abertamente a defesa de um governo militar e nacionalista como única saída para o país.

O governo da UP atua nesta conjuntura mantendo vigente a sua estratégia intensificando a reforma agrária e a incorporação de mais empresas à APS, ao mesmo tempo em que procura fortalecer a organização das JAPs. Já neste contexto a atividade mobilizadora de massas não parte de um incentivo do governo. Ela emerge de uma consciência espontânea que vê na necessidade de estatização o caminho da libertação popular e o processo de requisições de empresas bem como a sua administração passam a ser vistos como um exercício concreto de poder operário. Para além das áreas monopolistas, este processo de mobilização espontânea extende-se às pequenas e médias

empresas, ultrapassando os limites do programa estabelecido pela UP. Como analisamos nas conjunturas anteriores, conciliar as diretrizes do governo com as mobilizações espontâneas de massas e aquelas estimuladas por setores da UP passa a ser cada vez mais uma operação política bastante difícil.

Todas as medidas do governo e as ações diretas das quais ele não tem controle conformam uma mesma identidade para a política da esquerda, indicando que a UP atuaria correndo todos os riscos da polarização de massas. Ao lado disso, o governo já não consegue encobrir a situação de deterioração da economia cujos sintomas mais visíveis e graves são a retomada da inflação e as dificuldades de abastecimento. Neste momento estouram várias greves em empresas mineradoras já nacionalizadas e em órgãos administrativos, cujas reivindicações eram basicamente econômicas.

Outros episódios demonstram também o clima de deterioração da política da UP frente a setores que ela queria configurar como seus aliados, quer no plano político quer no plano social. O primeiro deles refere-se à sequência de ocupações de terras na província de Nuble dirigidas pelo MIR e uma série de enfrentamentos que ocorrem em Melipilla. Todos estes incidentes, que exigiram uma posição dura do governo e envolveram o poder judiciário, acabam por indispor a organização sindical dos advogados com o governo, favorecendo a temática da ilegalidade defendida pela direita. Mas o incidente mais grave registra-se em Concepción com um confronto direto entre militantes da UP e do MIR e ativistas da direita. Era claro que tais ações eram movidas

com o intuito de evitar qualquer sucesso nas conversações entre UP e DC, para além do nível de espontaneidade que revelavam. Não foram nunca confrontos em que, de fato, estivessem em pauta a vida ou a morte de quem se envolvera neles e sim uma demonstração de forças entre atores antagônicos.

No mês de junho, uma manifestação de protesto do setor varejista, que tencionava o fechamento das portas das suas lojas ao meio dia, tranformou-se numa confrontação entre governo e oposição. O governo autorizou a manifestação mas proibiu a paralização do comércio. Este ato administrativo desencadeou o locaute do comércio, com os fiscais do governo multando os infratores. A oposição de direita alegou que o governo pretendia estatizar o comércio e por isso fortalecia as JAPs. O governo não conseguindo contornar essa situação evidenciava a sua dificuldade em consolidar uma sólida aliança social com as camadas médias. Estes setores, que no início do governo da UP eram antes de tudo espectadores do processo de nacionalização e estatização, já em fins de 1971 e início de 1972, gradativamente, passam a formar com o conjunto do setor privado um único bloco(21)

Ainda assim, num contexto onde se acirravam a polarização ideológica e política, com mobilizações e ações diretas de lado a lado, a DC permanece como uma força política que procura evitar qualquer outra saída que não fosse institucional. As suas bases sociais ainda permanecem sólidas, o que é demonstrado também nas eleições realizadas para a renovação da direção da CUT em que pela primeira vez votam todos os seus

filiados. A DC obtem uma votação expressiva ao lado da esquerda que se mantém como a maior força entre os trabalhadores(22).

Tanto para a UP quanto para a DC a solução do conflito institucional não era uma tarefa fácil naquelas circunstâncias. Do lado da UP o mais difícil era encontrar uma saída para o impasse, obtendo um acordo com a DC, e sustentar a sua unidade orgânica e política já que setores importantes da UP entendiam que se deveria radicalizar as posições e acompanhar o curso da luta política das ruas. Assim, frente às suas bases sociais e políticas, as forças da UP favoráveis a um acordo com a DC - e aí entenda-se, o presidente Allende mais o PC, principalmemnte - mostravam-se incapazes de consegui-lo sem profundos abalos entre as forças que davam sustentação ao governo. De outro lado, a DC, isto é, os seus setores centristas que mantinham uma política de negociação com o governo, vêem na polarização ideológica e política das ruas o sinal de que a política de direita avançava e seria difícil manter as suas bases num acordo defensivo com a UP.

De março a junho estenderam-se as negociações entre UP e DC. Elas foram marcadas por impasses sucessivos e de naturezas diversas para, por fim, fracassarem. Na perspectiva de evitar a votação pelo Congresso Pleno do projeto de reforma constitucional da DC(aprovado no Senado por maioria simples) e buscar um acordo, o presidente impede a sequência de reuniões extraordinárias do Parlamento através do seu fechamento, procurando ganhar tempo. Neste período proseguem as negociações com a DC. Elas avançaram até o seguinte ponto: o governo aceitava

a exigência da DC de condicionar o processo de expropriações à sanção legal e a DC admite a aprovação de uma lista de empresas a serem estatizadas no interior da mesma reforma constitucional. Isto significava um acordo que satisfazia os dois lados na medida em que não impedia a realização do programa da UP e atendia as exigências institucionais da DC. No entanto, em abril um fato repercute fortemente no interior do governo: a saída do PIR. O ministro da justiça e negociador com a DC era um membro deste partido e fora desautorizado pelos líderes dos outros partidos da UP em virtude dos acordos firmados serem considerados lesivos ao programa da UP(23).

Neste momento a postura de Allende foi, de um lado, enérgica e prudente ao enviar ao Parlamento os vetos presidenciais(24) à reforma constitucional e, de outro, frontalmente oposta aos partidos da UP que impugnaram o acordo de abril. A partir de junho Allende intervem nas negociações, procurando tratar diretamente com a direção política da DC. As negociações proseguem devido ao peso ainda importante da ala esquerda da DC. O restante do partido permanece em espectativa quanto aos possíveis acordos. Diversos setores empresariais pressionam abertamente as lideranças da DC jogando no fracasso das negociações. O clima político tornou-se extremamente tenso e polarizado com a UP e a oposição realizando massivos atos políticos onde se explicitava publicamente o confronto entre Executivo e Legislativo. Em 12 de abril, no ato público realizado pela oposição o único orador foi Patrício Alwyn, membro da DC e presidente do Senado. Uma semana depois, Allnde encabeçava uma

mobilização de massas conduzida pela UP. Mesmo assim, nos meses seguintes as negociações prosseguiram e conseguiu-se uma boa solução para o impasse institucional(25).

Sabendo das fortes pressões sobre as lideranças da esquerda da DC, que a esta altura conduziam as negociações, e visando impedir as manobras da direita que jogavam num retrocesso, Allende, retirando alguns dos seus vetos, assinou todos os novos projetos, procedendo conforme o acordado com a direção da DC(26). No entanto, impos-se no Parlamento a política da ala direita da DC. O partido recuou dos acordos firmados e manteve, como o apoio do PN, o seu projeto original. Prevaleceu, portanto, tanto entre a esquerda como na DC uma política extremista de endurecimento das posições, o que impediu qualquer conciliação.

A DC, como ator político, continuou, então, a perseguir o objetivo de institucionalizar a ação do governo quanto ao seu programa de reformas, fazendo com que este aceitasse o predomínio do Parlamento frente ao Executivo e ao Judiciário. Para a DC a aprovação ou o rechaço aos vetos presidenciais à reforma constitucional aprovada no Parlamento deveriam ser por maioria simples e negavam atribuição ao Judiciário para dirimir os conflitos entre Executivo e Legislativo. Assim, para a DC ou o governo se subordinava ao Congresso ou deveria assumir o plebiscito como a única saída para o impasse. Ao governo não restava saída a não ser proseguir a sua política de ampliação da APS e rejeitar todas as exigências da

DC, firmando-se na defesa da institucionalidade e dos poderes conferidos ao Judiciário.

Neste momento evidenciam-se mais uma vez as profundas discrepancias no interior da UP, passando a ser cada vez mais dificil a manutenção da unidade entre forças tão dispares. De fato, um ponto central das negociações, isto é, a proposta de regime de propriedade feita pela DC, uma proposta de ruptura tanto com uma clássica postura liberal quanto com a visão estatizante, na qual se pede que se resguarde a propriedade autogestionária de trabalhadores e empregados, não a incorporando à APS, não consegue encontrar consenso entre os partidos da UP. Nem mesmo a interferência direta do presidente Allende nas negociações assegurou, perante setores significativos da UP, legitimidade aos acordos.

Sob impactos diversos, a conjuntura de meados de 1972 já se mostrava bastante tensa e o fracasso das negociações entre UP e DC só favoreceu a que os setores extremistas de ambos os lados se fortalecessem. A Unidade Popular evidencia-se cada vez mais como um ator político inteiramente dividido, o que se comprovou pela segunda reunião auto-crítica de Lo Curo, em Santiago. Nela é feita uma profunda crítica à direção econômica do governo, cujo resultado foi a composição de um novo gabinete ministerial, com substituição de Pedro Vuskovic por Carlos Matus no ministério da Economia. Neste novo gabinete Orlando Millas, membro do PC, passa a ser o novo ministro da Fazenda. E nela também que se explicita a disjuntiva **consolidar o** avanzar no interior das forças de esquerda(27).

2.6. DIVERGENCIAS NA UP E AVANÇO DA RADICALIZAÇAO

Os meses que se seguem, de julho a setembro, apresentaram como cenário o prolongamento dos conflitos políticos no plano social, conflitos cada vez mais comuns e cada vez mais violentos e, no plano institucional, UP e DC enfrentando-se quanto à legalidade do veto presidencial à reforma constitucional sobre as áreas da economia. No interior da legalidade só restava à UP apelar ao Tribunal Constitucional para a manutenção do veto presidencial.

A DC permanece com a sua estratégia, atacando a UP no Parlamento e rejeitando o caminho da direita de confrontação total com o governo. Até mesmo a formação da CODE (Confederação Democrática) unindo DC e PN com vistas às eleições de março de 1973, indicava ainda a predominância da estratégia da DC(31). No entanto, em eleições que se processam neste momento para a renovação da direção da Federação de Estudantes do Chile (FECH), DC e PN continuam a sair em listas separadas, o que significava uma vitória para a UP. Numa eleição complementar em Coquimbo, enfrentando a DC e o PN separados, a esquerda consegue outra importante vitória, elegendo um deputado do PIR. Ambas vitórias produzem uma sensação de reversão do quadro político desfavorável à UP.

Em meados de julho, todas as forças da UP da província de Concepción mais o MIR, lançam um ataque frontal à política seguida pelo governo central. Dentre as forças da

esquerda mais significativas o único partido a não participar dos acontecimentos conhecidos como a Assembleia do Povo de Concepción foi o PC. O que estes setores da esquerda chilena propuseram nesta reunião foi a dissolução do Congresso Nacional e a sua substituição por uma Assembléia do Povo. À primeira vista tratava-se da reedição, mas, em moldes e métodos inteiramente distintos, do projeto apresentado pela UP em 1971 e que havia sido rejeitado, em que se pretendia a supressão das duas casas legislativas e a sua substituição por uma Camara Única, em eleição simultânea à do presidente da República. No caso da Assembléia de Concepción, o fato novo era a explicitação por parte daquelas forças de esquerda da perspectiva de se intervir na crise política através da instituição de um duplo poder. A ruptura com a política do governo era, então, flagrante, o que implicou o rechaço público do presidente da República e do PC.

Para Allende a crise política pela qual passava o governo deveria ser enfrentada abordando os problemas políticos e econômicos concretos e seguir não apenas o programa da UP como o percurso legal desenhado pelo próprio presidente desde o início do governo. De acordo com uma carta enviada por Allende em julho à direção central do PS, era fundamental à esquerda, no plano estratégico, assegurar a institucinalidade e defender a democracia e, no plano tático, simultaneamente debelar a crise econômica e preparar-se para a luta eleitoral de março de 1973 para conquistar maioria no Parlamento.

As divergências no interior da esquerda são agora mais duras e públicas. Nesta conjuntura os pedidos de

Allende para que não se estimulassem mais ocupações de empresas são abertamente contestados por dirigentes do PS. Além das controvérsias publicas que existiam entre o PC e o MIR, incidentes entre a polícia e moradores da periferia de Santiago que causaram a morte de uma pessoa, opõem duramente os dois partidos(28). Allende, ao mesmo tempo em que determinava a destituição dos principais chefes de polícia envolvidos no episódio, vai ao local do confronto e é enfrentado pelos moradores. Todos estes episódios demonstravam uma clara continuidade, no interior da esquerda, da mesma lógica que esteve presente na Assembléia do Povo de Concepción, em que se apostava na agudização dos conflitos como processo de conquista de um novo poder.

Mais grave ainda era a reversão da situação econômica após a substituição dos ministros da área econômica. Este fato indicava que até mesmo o governo admitia uma profunda crise econômica e um descontentamento geral no seio da sociedade. Mas, mais do que isso, admitia também que essa situação derivava da condução da política econômica que se havia imposto no primeiro ano. De fato, o impacto redistributivo, ampliando a oferta, não fora acompanhado por novos investimentos e pela reçuperação da capacidade ociosa das empresas. Com a emergência da crise isto resultou num decréscimo do salário real, ao mesmo tempo que o gasto público, aumentado com as estatizações, estimulou a inflação. Os problemas com o comércio externo mantiveram-se nos mesmos níveis dos governos anteriores e seriam

cada vez mais agravados pelo bloqueio externo, principalmente dos EUA.

A tentativa do chamado "plano Millas" adotado depois de junha de 1972 era reverter este quadro através de mecanismos prioritariamente econômicos, separando-o da esfera política. Nesta visão, o quadro político deveria encontrar uma solução própria. Esperava-se também que, encontrado o equilibrio político, a estabilidade iria favorecer o desempenho econômico. Mas, a possibilidade de ver estas duas dimensões separadamente se comprovou equivocada.

O governo da UP, ainda nesta conjuntura, enfrentou uma nova manifestação patronal do setor comercial que redundou numa paralização parcial do comércio. A ação coordenada de setores do comércio, a despeito das contradições que demonstravam entre si, envolvendo pequenos comerciantes e donos de grandes lojas comerciais, evidenciava o clima de ameaça que reinava entre os setores médios e também a desenvoltura com que se movia a direita para articular diferentes setores das organizações patronais. A reação do governo a esta paralização foi muito forte e incisiva, implicando a repressão política a dirigentes empresariais. Só se obteve um consenso neste conflito com a intervenção dos presidentes da Camara e do Senado.

De toda forma, as situações de explosão e de violência multiplicavam-se pelo país, opondo partidários e opositores a cada ação governamental, embora muitas delas emergissem a partir de acontecimentos sem nenhuma correlação direta com a política. Tudo isso afetava seriamente o padrão de

convivência política pautado na institucionalização dos conflitos que havia sido uma tônica no desenvolvimento político chileno e que ainda se mantivera na posse e no primeiro ano de governo da Unidade Popular.

No mês de setembro, em virtude das festas nacionais, motivo da parada militar de 19 de setembro, aparce na imprensa o tema da sedição envolvendo os mitilares. Embora em situações de crise política o mês de setembro sempre fora no Chile um momento em que se levantavam essas suspeitas, existiam sintomas evidentes de que uma conspiração para a derrubada do governo estava sendo tramada. No entanto, como veremos, ela ainda não envolvia diretamente os militares. No mês de outubro explodia, então, a crise de maior profundidade que o governo enfrentaria desde a posse.

3. A CRISE DE OUTUBRO DE 1972

A crise de outubro representou a ofensiva mais incisiva e geral da oposição desde o início do governo Allende. Esta ofensiva, embora tenha contado com ativo apoio externo, expressou um grau altíssimo de organização, inovação e mobilização das organizações patronais e da classe média, em contestação aberta e frontal ao governo. Em outubro a direita conseguiu paralizar o país quase que integralmente.

O movimento de outubro, conduzido pelas organizações patronais, iniciou-se a partir de reivindicações parciais de diversos setores empresariais e de classe média, pressionando o governo com a ameaça e depois efetivação de paralizações de âmbito nacional. A simultaneidade das demandas e a forma de ação indicaram a presença da direita em todos estes movimentos e o seu intuito preciso era o de gerar um clima de enfrentamento decisivo das classe proprietárias contra o governo, esperando que o clima geral de instabilidade e violência propiciasse um levantamento militar.

A direita importava colocar as organizações patronais como liderança do movimento, evitando assim uma identificação política mais precisa. Articulando e identificando o movimento como um descontentamento geral frente à política econômica do governo e estimulando ações radicais por parte do empresariado e dos setores médios, a direita procurava atrair também as bases e a cúpula da DC, visando combinar as reivindicações do patronato e da classe média com uma presença também popular. Este último elemento, contudo, não conseguiu se impor em virtude da mobilização desencadeada pelos partidos da UP em defesa do governo.

As paralizações iniciam-se por setor e por região no início do mês para depois ganharem dimensão nacional, ultrapassando o seu caráter corporativo, mas ainda mantendo-se como reivindicações pontuais. Imediatamente o movimento explode em ações de violência fazendo com que o governo reagisse

firmemente através de mediada repressivas, decretando Estado de Emergência em dez províncias.

A oposição também reage realizando um grande ato de massas, onde ainda se evidenciam as discrepâncias entre PN, de um lado, propondo a continuidade das ações diretas contra o governo, e a DC mais o PIR, de outro, apelando para que a oposição tivesse como horizonte as eleições de março de 1973. Em meados de outubro a situação de conflito se generaliza na medida em que a dura reação do governo gera um movimento de solidariedade em outros setores até então não envolvidos diretamente nos conflitos. Entre os estudantes, partidários da UP e opositores enfrentam-se em atos de violência sucessivos e crescentes que duraram quase todo mês de outubro.

A UP, neste momento, além de apoiar decisivamente as atitudes repressivas e legais do governo, empreende uma mobilização de massas de caráter positivo, com vistas a manter o país funcionando e assegurar legitimidade ao governo. O apelo à iniciativa das massas, organização e disciplina na defesa do governo faz com que se ultrapasse temporariamente as divisões no interior da esquerda.

O confronto entre governo e oposição atingiu o ápice na segunda quinzena de outubro com a inclusão da greve dos médicos no movimento geral e a recusa dos presidentes da Camara e do Senado em dialogar com o presidente Allende. Foi o momento de maior endurecimento do conflito que resultou na elaboração pela oposição do famoso **Pliego de Chile**, um documento que visava nortear as negociações com o governo para uma saída

para a crise. Este documento, na verdade, impedia qualquer negociação na medida em que a sua aceitação por parte do governo implicava a sua ilegitimidade. Ele aparece nesta conjuntura do movimento em virtude do cansaço de alguns dos setores que já procuravam uma negociação própria com o governo.

O endurecimento da oposição aparece, assim, num momento em que o seu movimento ameaçava fraturar-se e a Unidade Popular havia conseguido de certa forma manter o funcionamento do país, evitando que a violência de alastrasse ainda mais e assegurando a neutralidade das Forças Armadas no conflito.

Ao final de outubro o conflito diminuiu de intensidade no plano social e se voltou para o plano institucional, onde o PN lançou uma acusação a quatro ministros pedindo a decretação da ilegalidade do governo no Parlamento. No terreno institucional, contudo, o predomínio da DC era incontestável. Ela volta a demonstrar a sua inclinação para a nogociação com o governo, algo que o PN sempre recusara a fazer. A solução do conflito, para a DC, se situava na formação de um novo gabinete ministerial que assegurasse um clima de confiança para a oposição, para que as eleições parlamentares de março de 1973 pudessem se desenrolar dentro da normalidade. A direita, sem o apoio da DC e sem o apoio dos militares, vê a sua tática de confrontação global com o governo sem possibilidades de se prolongar. O seu maior erro neste momento foi supor a existência de um projeto de consenso entre os militares que tornasse

inevitável a sua intervenção diante da aguda crise que a direita provocara.

No entanto, a saída para a crise acabou por envolver diretamente os militares. Estes passaram, a partir daí, a ocupar postos e funções chaves no governo Allende. A visão de neutralidade e constitucionalidade frente as Forças Armadas que existia tanto na UP quanto na DC foi fator decisivo para o reingresso dos militares na cena política como forma de resolver a explosividade da crise de outubro e de continuar a garantir a institucionalidade vigente. No início de novembro, Allende formou um novo gabinete ministerial com a presença dos militares, figuras proeminentes da UP e o presidente da CUT(29). Também no início de novembro, o Comando Geral das organizações patronais decreta o fim da paralização.

A eclosão e superação da crise de outubro revelou algumas coisas importantes. Em primeiro lugar, revelou que a UP não foi capaz de impedir uma escalada ofensiva da direita nem através da mobilização de massas nem através dos mecanismos institucionais. A perda da ofensiva política por parte da UP em conjunturas anteriores desorientou as suas bases e fez acentuar as suas divisões internas. A reação esboçada pela intensa militância em defesa do governo - embora as bases da UP a tivessem vivenciado como uma epopéia revolucionária - era algo que naquele momento não definia o curso seguinte do processo. A análise dos dirigentes da UP sobre a crise de outubro inclinava-se para caracterizar a conjuntura como uma situação de pré-guerra civil. Sendo assim, a questão militar teria que necessariamente

emergir. A incorporação dos militares ao governo foi pensada, assim, como uma necessidade de incorporar um fator de poder ao governo popular e, portanto, como uma tática defensiva, isto é, como uma operação de acumulação de forças. No entanto, ao se debelar a crise, prevalece no interior da UP um outro raciocínio: a incorporação dos militares às responsabilidades de governo só tinha sentido como aval para o aprofundamento do programa. Esta formulação veio no sentido de garantir a unidade interna da aliança na medida em que, com os militares no governo, este poderia manter a sua estratégia de negociação e garantir governabilidade, o que contrariava setores cada vez maiores na UP que postulavam a ruptura do Estado e a revolução aberta.

Em segundo lugar, revelou que a direita errou o seu cálculo quanto ao momento de desencadear a sua "ofensiva final". Para a estratégia da direita o recurso aos militares era absoluto, mas o ritmo que ela imprimiu a fim de desencadear uma crise total não coincidiu com o ritmo alcançado pela crise no interior da corporação militar. Impôs-se ainda neste momento, como um princípio unificador da Forças Armadas, a sua ideologia constitucionalista, ainda que a situação fosse de crise aguda do sistema político. De outro lado, o longo período de afastamento dos militares do centro da cena política e, por conseguinte, dos conflitos políticos, não atribuía a eles um papel decisivo nas crises que o Chile havia vivido por algumas décadas. Prevalecia, contudo, a clássica noção dos militares como o último recurso garantidor da legalidade. Mas isto não os tirava do seu lugar corporativo, alias muito bem atendido no que diz

respeito a aparelhamento e salários, por exemplo, pelo governo da Unidade Popular em comparação com os governos anteriores. No que se refere também à imagem dos militares perante a sociedade, os políticos chilenos de uma forma geral sempre se esforçaram por definir que as contendas políticas eram resolvidas na sua dimensão própria, isto é, no interior da institucionalidade e pela ação dos partidos políticos. O tratamento dispensado aos militares não era, portanto, o de afirmá-los como absolutamente decisivos no plano da direção política da sociedade. Reverter este quadro, quer no interior da corporação militar quer no conjunto da sociedade, era uma obra política que dispensava um tempo e um cálculo que a direita não soube administrar, agindo, àquela altura, de forma prematura(30).

Mas, a crise de outubro revelou também um aspecto importante no que diz respeito ao comportamento da classe média frente ao governo da Unidade Popular. A organização e mobilização que estes setores demonstraram evidenciou o grau de insegurança presente entre eles devido aos processos desencadeados pela implementação das reformas da UP. Além da ameaça frente à propriedade privada em geral, que a campanha publicitária de direita se encarregava de manter cada vez mais viva, a sucessão de ocupações através de ações diretas, inclusive de pequenas e médias empresas, aumentou mais ainda o nível de ameaça aos seus interesses imediatos. A intervenção do governo em diversas dimensões da economia, particularmente no setor terciário, ainda que não afetasse diretamente a propriedade, acabou por politizar as relações entre os comerciantes e o Estado

e dividí-los entre aqueles favoráveis às JAPs e aqueles que se manifestavam contrários a elas. Os problemas relativos ao desabastecimento, somados a outros fatores como a quebra da normalidade cotidiana em virtude das frequentes greves, ocupações e conflitos abertamente violentos, atingiram psicologicamente os setores de classe média, fazendo com que a sensação de ameaça crescesse progressivamente e fosse aproveitada pela direita como um fator de afirmação da sua estratégia. A propaganda de direita procurou fazer crer à classe média que, com suas propostas socializantes, ao governo da UP não era possível um outro caminho diferente da ruptura com a democracia e da implantação do totalitarismo.

Do ponto de vista político e cultural a UP também quebrava a tradicional presença da classe média como o ator central da política chilena, fazendo aumentar a sensação de ameaça. No plano político, o comportamento da UP foi o de contraditar radicalmente o esquema de gradualismo e negociação em que o sistema político até então se estruturava. Isto foi motivado pela necessidade de afirmação do governo da UP como um "governo revolucionário", como um desdobramento do clima geral já aberto no governo anterior de opor alternativas globais para a crise chilena através de procedimentos e inciativas exclusivas dos portadores dessas alternativas. O papel que a classe média no Chile havia desempenhado nas políticas pendulares dos Radicais encontrava cada vez menos espaço e as ações da UP eram no sentido de rejeitar a sua continuidade. No plano cultural, o estilo político da UP, bastante marcado por um discurso obreirista e que

reivindicava a centralidade popular, afrontou o elitismo da classe média. A sua ideologia individualista marcada por uma concepção "natural" das desigualdades sociais, bem como a cultura do mérito pessoal como critério social, que colocava "cada um no seu lugar", isto é, uma fronteira bem demarcada entre povo e classe média, cada vez mais se viam afrontadas pelo estilo político da Unidade Popular.

Ao final de 1972, portanto, sobravam muito poucos recursos operativos para a continuidade da estratégia assumida por Allende no governo. A resolução da crise de outubro não havia significado a resolução dos conflitos políticos centrais do período. Ao contrário, eles refluiram nesta conjuntura para depois voltarem à cena. Os encaminhamentos políticos assumidos pela UP visando aprofundar a implementação do seu programa, como forma de garantir a sua unidade orgânica, manteve presente o clima de polarização. A impossibilidade de acordos com o centro debilitava a estratégia do governo ao mesmo tempo em que debilitava os setores mais permeáveis às propostas da UP no centro político. O acordo político era fundamental para que o centro permanecesse em atividade evitando a sua neutralização. A crise de outubro demonstrou que cada vez mais a DC não teria outro recurso a não ser se incorporar à estrategia da direita, na ilusão de dirigí-la. Intensificar as "ações revolucionárias", neste momento uma palavra de ordem cada vez mais forte em vastos setores da esquerda, indicava a desconsideração total das tensões que continuariam a ser

produzidas por aqueles que queriam impedir a realização da pretendida revolução que tal encaminhamento buscava.

4. DA CRISE DE OUTUBRO AO GOLPE MILITAR

Esta representa a última fase do governo da Unidade Popular. Nela a estratégia de confrontação total com o governo conduzida pela direita consegue se impor na medida em que os resultados eleitorais de março de 1973 revelaram que o caminho legal para a deposição do governo estava bloqueado. Com as eleições de março, a estratégia da DC se mostrou limitada às classes dominantes. O centro político nesta fase perde definitivamente o seu lugar e o processo avança para uma radicalização em virtude também das divergências cada vez mais acentuadas no seio da UP quanto à perspectiva de se manter ainda no interior da legalidade. Nesta fase emergiram tentativas de golpe militar em meados de 1973 e operaram-se mudanças internas na DC, com os setores centristas sendo substituidos na Direção Nacional pela corrente de direita.

4.1. DA SUPERAÇÃO DA CRISE ÀS ELEIÇÕES DE MARÇO DE 1973

A resolução da crise de outubro provocou um declínio acentuado na temperatura política. Os conflitos políticos deixam o plano da confrontação direta para se concentrar na disputa entre os partidos, principalmente a respeito do papel dos militares no governo. Ao mesmo tempo

prossegue o cerco institucional ao governo com ações da Contraloria contra as requisições de empresas ordenadas por ele. Essas ações legais da Contraloria implicavam a suspensão das requisições por via legal até que o governo, mediante audiência e justificando o procedimento de insistência, defendesse a validade jurídica dos procedimentos utilizados para as requisições.

Num primeiro momento, prevaleceu na oposição uma avaliação quanto à presença dos militares no governo que lidava com a noção das garantias legais e constitucionais para o pleito de março de 1973. No entanto, a direita,, procurando ultrapassar esse elemento de consenso no interior da oposição, passou a questionar abertamente o papel estabilizador dos militares. A direita passou a exigir uma postura mais incisiva deles de forma a que se paralizassem e se revertessem as expropriações feitas. Tratava-se de insistir na recusa do papel pacificador assumido pelos militares, procurando impedir qualquer compromisso das Forças Armadas com o governo já que este persistia em manter o seu projeto de socialização da economia. Esta postura mais radical que a direita queria imprimir não foi possivel de ser mantida em virtude da legitimidade das eleições. Assim, mesmo a direita se vê obrigada a fazer das eleições parlamentares um momento em que, vitoriosa por aplastadora maioria, a oposição poderia pedir a deposição do governo. A DC, por sua vez, entende que as eleições poderiam se configurar num plebiscito contra o governo e que uma derrota acachapante da UP poderia fazer com que esta revisse suas posições, facilitando a imposição de uma politica de compromissos com a DC.

A UP enfrentou as eleições de março sob o impacto cada vez mais crescente do desabastecimento e da escassez de produtos provocados pela especulação, o que fazia crescer o mercado negro. Mesmo a ação das JAPs não conseguia fazer frente a essa situação. O governo mobilizou instâncias administrativas criando a Secretaria Nacional de Abastecimento, sob comando de oficiais das Forças Armadas, para o controle de produtos. Anunciou também a sua intenção em criar um esquema de racionamento, o que provocou intensa polêmica na impressa.

Quanto às ações da Contraloria, o presidente Allende já havia previsto que este conflito tenderia a se agudizar e produzir efeitos danosos à participação dos militares no governo. Allende se manifestou favorável a rever algumas das requisições. Esta seria uma medida para evitar o agravamento do quadro de tensões e esperar os resultados das eleições de março. No entanto, os partidos da UP se mostraram inteiramente contrários às intenções de Allende.

As relações de Allende com os setores mais esquerdistas da UP se deterioravam com rapidez. Nestes setores, impunha-se, a partir da Assembléia do Povo de Concepción, a visão de que era necessário estruturar um "polo revolucionário" e abandonar a estratégia de legalidade até então seguida. A oposição à política seguida por Allende passou a ser cada vez mais forte no interior da direção do seu próprio partido. A política seguida por Carlos Altamirano, secretário-geral do PS desde janeiro de 1971, contestava toda a estratégia de Allende ao trabalhar com a idéia da "inevitabilidade do conflito" entre o

proletariado e a burguesia. O caminho chileno era, portanto, segundo Altamirano, "uma marcha irreversível para o socialismo" e era necessário se preparar para o "enfrentamento decisivo"(32).

A intenção de Allende frente a uma oposição cada vez mais frontal à sua estratégia era formar um único partido da esquerda aproveitando a oportunidade das eleições parlamentares de março de 1973. No entanto, esta intenção não conseguiu, a despeito da insistência do presidente(33), se concretizar plenamente. A proposta de um único partido da esquerda, provavelmente o partido da via chilena ao socialismo, foi rejeitada por todos os partidos da esquerda, evidenciando as suas fortes divergências. O Partido Federado da UP que disputou as eleições de março de 1973 foi apenas uma construção artificial e conjuntural.

No entanto, os resultados eleitorais foram surpreendentes para todos os atores políticos. Ao contrário de uma derrota avassaladora do governo como queriam a direita e a DC, as eleições expressaram o mesmo empate entre governo e oposição obtido nas eleições de abril de 1971. A Confederação Democrática obteve 55% contra 44% da UP. O plebiscito acalentado pela DC, esperando um drecréscimo eleitoral da esquerda, que fizesse com que a UP fosse forçada a negociar em bases desfavoráveis, não se efetivou.

A manutenção do empate no pleito de março debilitou profundamente os intentos dos democratas-cristãos. O crescimento da DC frente ao PN, por outro lado, não foi suficientemente grande de forma a mantê-la como a força dirigente

do bloco opositor para poder continuar impondo a sua tática de oposição, centrada numa dupla face: questionamento do totalitarismo da esquerda e da sedição da direita.

Assim, sem poder continuar desempenhando o papel de centro, já que se via prisioneira da lógica de blocos que a situava ao lado da direita e sem poder afirmar a sua clássica postura alternativista porque o sistema político se desagregava na polarização ideológica, a DC vê a tática que utilizou desde o início do governo se esvair numa conjuntura de difícil recuperação. De outro lado, perigosamente, a conjuntura também foi evidenciando a permanência e o recrudecimento da violência política. Em um contexto eleitoral tão polarizado como o de março de 1973 era até mesmo palusível a eclosão de violências entre os blocos políticos que se enfrentavam. No entanto, o que emerge de maneira muito forte nesta conjuntura é a violência terrorista através de assaltos, incendios, sabotagens e atentados à bomba. Os grupos de extrema direita indicavam que se preparavam para as condições posteriores ao pleito de março, qualquer que fosse o seu resultado.

4.2. DAS ELEIÇÕES À TENTATIVA DE GOLPE MILITAR DE 29 DE JUNHO

Nesta conjuntura a posição defensiva do governo da UP já é flagrante. O governo se move eclusivamente para evitar a resolução dos conflitos pela via da guerra civil. De fato, havia já nestes meses um dispositivo insurrecional em curso com o intuito de derrubar o governo. A UP faz neste momento

diversos apelos públicos sobre a ameaça de golpe militar e do fascismo. Novamente o presidente Allende propôs aos partidos da UP a necessidade de um referendum e novamente a proposta foi rejeitada. O caminho da negociação parecia ter se encerrado. Mas, ao mesmo tempo que emergem neste momento tentativas de golpe militar, surgem também novas formas de organização popular. O processo de radicalização criou a ilusão de que era possível, pela mobilização de massas a partir de organizações populares, enfrentar com sucesso os dispositivos golpistas.

O primeiro conflito de graves proporções que explode nesta conjuntura refere-se ao projeto de reforma educacional proposto pela UP. Este projeto já havia sido encaminhado e aceito pelos setores e organizações educacionais em dezembro de 1971. No entanto, o clima político geral tornou possível à direita contestar radicalmente o projeto alegando o seu carater totalitário em virtude do predomínio ideológico da doutrina marxista-leninista.

O projeto de reforma educacional da UP, no fundo, pretendia um aprimoramento técnico nesta área bem como a sua democratização. Ele enfatizava o ensino politécnico e a adoção de um sistema único de ensino, o que implicava igualdade de oportunidades e a superação do elitismo do ensino universitário já que se poderia chegar à Universidade a partir do campo de trabalho. Mas o seu tom altamente ideológico facilitou as investidas da direita mobilizando contra o projeto não apenas os setores estudantis como os militares e principalmente a Igreja. Os confrontos entre os partidários da UP e da direita em

torno do projeto foram violentos e prosseguiram até a retirada do projeto por parte do governo. Tal atitude, contudo, gerou um profundo mal estar nos setores mais radicalizados da UP, que acusavam o governo de cumplicidade e alertavam para um retrocesso político. Para a direita foi um momento de afirmação da sua ofensiva ideológica conseguindo que se postasse publicamente ao seu lado setores das Forças Armadas e da Igreja.

Os conflitos no plano institucional a respeito do projeto de reforma constitucional sobre as áreas da economia atingiu, nesta conjuntura, um ponto terminal. O governo, prosseguindo na implementação de seu programa, encaminhou ao Congresso um decreto de insistência para expropriar 55 industrias e incorporá-las à APS. Este decreto era motivado pelo questionamento da legalidade de tais expropriações por parte da Contraloria. Ao lado deste problema, o Congresso se vê novamente envolvido na discussão dos vetos presidenciais ao projeto da DC. Era preciso decidir sobre o impasse institucional a respeito desta matéria. O Congresso havia rejeitado os vetos presidenciais por maioria e não por dois terços o que permitiu a publicação da Reforma Constitucional que havia sido aprovada, acrescida dos vetos do presidente. A promulgação parcial da reforma foi contestada pela Contraloria e por isso voltava a ser discutida no Congresso. Para a oposição conduzida pela DC, ou se promulgava a reforma na sua integralidade ou devia ser realizado um plebiscito para decidir a questão. Em maio, o Congresso rechaçou definitivamente os vetos presidenciais e o problema passou para a esfera do Tribunal Constitucional. Este, por sua vez, declarou-se

incompetente alegando tratar-se de uma reforma na Constituição. Esta postura, mais política do que jurídica do Tribunal, implicou uma derrota política para o governo. A partir deste quadro não existia mais um árbitro institucional para o conflito: o governo recusava o plebiscito e mantinha-se na tese da aprovação parcial, isto é, fazendo valer os vetos presidenciais; a oposição parlamentar também não tinha mais caminhos a percorrer. O conflito político transbordou, assim, todos os espaços institucionais. Neste plano, portanto, o confronto jurídico entre Executivo e Contraloría apenas prossegue como um embate estéril de perspectivas de consenso. A contestação à legalidade do governo passou a ser o único tema da oposição.

A crise de outubro havia provocado a emergência de novas formas de organização popular que ganharam maior relevância nesta conjuntura. Eram os Cordões Industriais - organismos de base vinculados ao setor produtivo e que também operavàm numa determinada base territorial - e os Comandos Comunais - aglutinadores de todas as organizações de base a nível territorial. Independentemente da controvérsia sobre estas formas de organização no interior da esquerda, controvérsias que visavam dar a elas um papel específico na constituição do poder popular, estas novas formas de organização, de fato, possibilitaram uma melhor coordenação de atividades e maior mobilização, motivadas que foram pelas novas necessidades políticas que apareceram em virtude da imperiosa defesa do governo. Ao mesmo tempo, eram formas que permitiam um grau maior de unidade na base popular já

que as divergências entre as cúpulas da UP tendiam a se acirrar cada vez mais.

No entanto, elas representaram o alto grau de tensão existente entre os dois polos que se afirmavam na UP: o governo e o "polo revolucionário"(34). Nesta fase, diversas mobilizações populares localizadas dirigidas pelo polo revolucionário, inclusive com a tomada do poder local, levaram a que estas novas organizações se postassem contra o poder central. Isto, contudo, não inviabilizou o caráter autônomo destas novas formas de organização. Elas constituiram-se, de fato, em fator de sustentação, ainda que por pouco tempo, do governo conduzido por Allende. Mas, no fundo, elas acabaram expressando a dificuldade na condução do movimento popular pelos partidos políticos da esquerda, dificuldade esta acentuada na medida em que estes partidos passaram a exercer funções de poder no aparelho de Estado. A emergência destas novas formas de organização numa situação defensiva como a que se encontrava o governo da UP não pôde fazer com que se pudesse explorar o potencial democratizador que alí se expressava. O assédio dos setores radicalizados, com o seu discurso ideológico inclinado a ler o período como pré-revolucionário, criou mais uma imagem heróica destas formas de organização do que afirmou o seu sentido real. Naquele momento já se havia perdido a pespectiva inicial de uma descentralização do poder político - uma proposta original no programa da UP. De outro lado, a questão da socialização da política era um tema inteiramente concentrado na dimensão do aparelho de Estado, conectado à temática da gestão centralizada da economia(35).

O clima de polarização e radicalização políticas atinge profundamente a esfera dos partidos políticos. Nesta conjuntura processam-se algumas mudanças importantes no interior de alguns deles como resultado direto dos impasses que se viviam. No campo da UP há a fratura no interior do MAPU. Ela foi, em certa medida, uma tentativa fracassada de obter um realinhamento geral dos blocos políticos em franca polarização. O setor que se desprende do MAPU, formando o MAPU-Obrero/Campesino (MAPU-OC), se encaminhou mais para uma política próxima dos comunistas enquanto o que permaneceu como MAPU se inclinava mais para a política de polo revolucionário.

Mas, a mudança mais significativa foi a derrota interna dos setores centristas da DC. Em maio, a direção partidária passou para as mãos da sua ala direita. A postura de neutralidade pretendida pela DC estava inteiramente derrotada, embora o seu discurso se mantivesse na linha de defesa do regime constitucional.

A situação política avançava, assim, para um clima de deterioração da legitimidade do governo que alguns setores da UP pareciam não querer levar em conta. Em relação às suas próprias bases sociais, o sinal mais visível desta deterioração foi a prolongada greve na mina de cobre **El Teniente**. Além do desgaste político para o governo, uma greve prolongada neste setor tinha repercussões econômicas diretas. Mas, a ocorrência de uma paralização onde o PS tinha fortes bases políticas e em contestação direta ao governo, era um sinal inequívoco de que a direita havia conseguido ampliar aos suas

bases políticas para além daquelas que possuia quando da crise de outubro. O que ficou demonstrado pela surpreendente solidariedade angariada por este movimento entre os setores da juventude católica de ultra-direita, o que indicava que, mesmo minoritários, alguns setores operários aderiam à estratégia de confrontação total com o governo.

Além de todos os conflitos e violências que marcaram a conjuntura, o fato mais evidente de deterioração do ambiente político foi a tentativa de golpe militar de 29 de junho, o Tancazo, onde se evidenciou uma conecção bastante estreita entre lideranças da extrema-direita e setores militares. Naquela dia, uma unidade blindada de Santiago ataca o Ministério da Defesa e cerca o Palácio do Governo. A resposta a esta tentativa de golpe é dada pelo Comandante Chefe do Exército, mobilizando as forças disponíveis e isolando os rebeldes. Não houve, assim, violência direta contra o governo, já que se conseguiu abortar o movimento. No entanto, nas ações mais diretas dos revoltosos, principalmente quando atacaram o Ministério da Defesa, foram mortas 22 pessoas, a maioria civis(36).

Nesse contexto, os Cordões Industriais jogam um papel decisivo de mobilização para a defesa do governo. Em seguida, muito mais em virtude do clima emocional e psicológico, eles foram utizados para que se empreendesse uma ofensiva de novas ocupações de industriais e para à organização económica de emergência. Mas, a despeito de todo esforço, ficou claro naquele momento que a UP estava despreparada para a sua defesa militar, caso o levante tivesse tido uma gravidade maior. Os Conselhos e

Comandos revelaram ser úteis como reserva política e moral para a esquerda, porém a sua eficácia militar estava inteiramente condicionada a uma divisão nas Forças Armadas, com os comandos principais se postando ao lado do governo. Evitar a guerra civil - e isto ficava cada vez mais claro em virtude do que se processava nesta conjuntura - não era algo que se conseguiria apenas com mobilizações de massas. Como enfatizava o General Prats, a possibilidade real de se evitar a guerra civil residia no comportamento das Forças Armadas. Caso elas se mantivessem agindo em torno de fórmulas de consenso nas quais elas também participassem, a guerra civil poderia ser evitada.

A disputa pelos militares, como vimos, foi aberta com a crise de outubro. A UP imagina levar vantagem neste momento porque a sua relação com os militares era institucional, passando diretamente pela hierarquia. Contudo, o acirramento do clima político dificultava cada vez mais a manutenção das relações neste plano. As fraturas no comando militar se evidenciam a cada momento. No entanto, a posição da UP em estabelecer um compromisso com as Forças Armadas após outubro se viu comprometida em virtude das mudanças operadas no governo após as eleições de março de 1973. A leitura de que os resultados eleitorais favoreciam a UP, indicando que se deveria avançar mais ainda e também a suspeita de que acordos com militares seriam até mais danosos do que acordos com a DC, fez com que os setores mais radicalizados da UP exigissem o afastamento dos militares do governo. Com essa atitude, de 27 de março, a UP selou a sua sorte frente à polarização que recrudecia. Allende reestruturou o seu

minitério afastando os militares. Mesmo numa reestruturação posterior, de 5 de julho de 1973, os militares permaneceram ausentes do ministério, para voltarem num gabinete de vida curtíssima a 9 de agosto. A situação neste momento, como veremos, já era insustentável.

Após o Tancazo, a oposição no Congresso rejeita o pedido do governo de decretação de Estado de Sítio para poder combater legalmente o dispositivo golpista no âmbito civil. Estava evidente que nenhuma atitude do governo era vista sem desconfiança. Até os mais ardorosos defensores das instituições, como os líderes históricos da DC, falavam na necessidade de substituição do governo para se garantir a democracia. Substituir o governo naquele momento era apenas uma linguagem mais cândida para se defender o golpe militar(37). A política, neste contexto, passava a ceder terreno para a guerra e nele a figura do adversário político é substituida pela figura do inimigo.

4.3. DO FRACASSO DA TENTATIVA DE GOLPE DE JUNHO À DERRUBADA DO GOVERNO

Na última conjuntura do governo da Unidade Popular a supremacia da estratégia de confrontação total conduzida pela direita demonstra-se total. Não havia outra lógica política no governo a não ser a desesperada tentativa de sobreviver.

Allende ainda fez uma última tentativa de reestruturação ministerial, trazendo novamente os militares para

funções diretas de governo, através de um gabinete de emergência que dura pouquíssimo tempo. Ao contrário de outubro de 1972, a presença militar no governo fez acentuar mais ainda a crise no interior das Forças Armadas. A intenção do governo da UP ao reincorporar os militares não era mais a de estabelecer uma política de consenso que os envolvesse. Os militares eram chamados agora para defender o governo contra uma sedição aberta. Na medida em que as Forças Armadas tinham que optar por um dos dois lados em luta, o papel dos militares extrapolava a tradicional postura institucional para se postar a favor de um dos blocos em conflito. A posição de árbitros em última instância estava cancelada. A correlação de forças no interior do aparelho militar, contudo, já era favorável a uma solução extra-constitucional. E, na leitura da corrente que prevaleceu no alto comando, aos militares importava, então, salvar a nação e não um governo que, de acordo com essa visão, já havia deixado de ser legal.

O ambiente para que os militares assumissem esta postura era mais do que favorável: fracasso das tentativas de participação nos gabinetes ministeriais, contestação geral à hierarquia, com ataques e manifestações contrárias ao Comandante Chefe do Exército, o General Prats, denúncias de infiltração na Marinha, violentos confrontos envolvendo o exército quando da desocupação de algumas fábricas, a mando judicial. Pode-se dizer que, em meados de agosto, em virtude de todos estes acontecimentos e de uma reação conjunta dos comandos militares das três armas, já se esboçava uma dualidade de poderes(38).

O General Prats, que no gabinete de emergência ocupava o ministério da Defesa, contestado pela direita através de ações diretas de confronto - Prats foi enfrentado na rua por manifestantes direitistas - ,pela DC, alegando falta de representatividade nas Forças Armadas, e pelos setores extremistas da esquerda principalmente em razão da aplicação discriminada da Lei de Controle de Armas e das invasões militares às fábricas ocupadas, vê a sua legitimidade, que em junho havia debelado o Tancazo, se deteriorar integralmente. Prats, sem nenhuma alternativa para se manter procurando um consenso para debelar a crise, renunciou em 27 de agosto.

A estratégia de confrontação total da direita assumiu aqui o seu climax. Tratava-se de completar o quadro de deslegitimação do governo para que qualquer legitimidade institucional lhe fosse retirada como fator de sustentação. Do ponto de vista político, a direita prosseguiu os ataques ao governo centrando fogo no tema da fraude nas eleições de março, algo que, sem dúvida não teria qualquer consequência em relação aos resultados gerais do pleito(39). Estes ataques visavam atingir o último pilar da legitimidade do regime político que sustentava o governo frente a sociedade.

De outro lado, a violência terrorista nesta conjuntura foi sem precedentes: no mês de julho foram realizados 140 atentados, inclusive com o assassinato de um membro do governo. Uma nova onda de greves foi desencadeada pela direita, envolvendo estudantes e novamente os transportadores. Ao contrário dos movimentos anteriores, o motivo das greves, nesta

altura, era explícito: a renúncia do presidente da República e a intervenção imediata das Forças Armadas.

As últimas conversações entre DC e UP realizaram-se neste contexto. O questionamento dessas negociações entre os militantes de base dos Cordões e dos Comandos, que nesta fase se mobilizam ardentemente, foi intenso. Já não havia mais por parte dos partidos da UP a possibilidade de conectar direção política a partir do governo e militância de base.

As condições de negociação neste momento em que o governo da UP se via literalmente cercado eram praticamente insustentáveis. O MIR fazia ataques durissimos ao governo e à DC. Neste momento a avaliação do MIR era, de fato, correta: a DC visava a derrocada do governo através de um pacto e por isso radicalizava as exigências, transformando em ficção qualquer atitude negociadora. As exigências da DC inviabilizavam, de fato, qualquer consenso: o governo deveria reconhecer que atuara fora da legalidade e formar um gabinete de garantias, sem representantes dos partidos marxistas. Descabida, esta era, no entanto, a única possibilidade que a DC via para não ser totalmente capturada pela direita. Para o governo, um acordo desse gênero era inteiramente inviável na medida em que atingia frontalmente o seu caráter, com consequências diretas e gravíssimas para a coalizão e para as suas bases de apoio.

Assim, as últimas negociações entre o governo e a DC, para além do ambiente político absolutamente incontrolável para qualquer uma das partes, estavam inteiramente condenadas ao fracasso. A 22 de agosto, o Parlamento declarou a

ilegalidade do governo. Este, sem mais nenhuma interlocução com as Forças Armadas e sustentado por um significativo mas impotente apoio de massas, só contava com a sua própria legitimidade, isto é, era um governo constitucionalmente eleito. Mas isto já não bastava. A demanda por autoridade, espalhada pela sociedade e projetada nos atores políticos, conseguiu ser captada e operada pela direita. O colapso da democracia chilena traduziu-se nas palavras do General de Brigada Alfredo Canales Márquez, pouco antes do Golpe: a solução para o Chile era um governo autoritário, forte e impessoal, a ser realizado por aquela força que constituia a reserva moral da nação(40). A "profecia" da inevitabilidade da confrontação se confirmou a 11 de setembro de 1973 por meio de um golpe militar que encerrou o governo da Unidade Popular.

NOTAS - Capítulo IV

(1)Cf. Garretón M. A. y Moulian, T., **La Unidad Popular y el** conflito político en Chile, Santiago, Ediciones Minga, 1983. A estruturação das conjunturas políticas no governo da Unidade Popular aparece na segunda parte deste trabalho, págs. 39 a 130. Recorremos aqui não apenas à estruturação das conjunturas políticas como também aos principais argumentos que os autores utilizaram para demarcá-las. Existe também uma literatura largamente descritiva dos acontecimentos do período que será aqui tomada como um referencial para a precisão de dados e informações a respeito dos fatos que serão apresentados. Para um contato mais direto com esta literatura indicamos Labrousse, Alain, **A Experiência Chilena: reformismo ou revolução?**, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1978; Touraine, Alain, **Vita e Morte del Cile Popolare**, Torino, Einaudi, 1974; Davis, Nathaniel, **Os dois últimos anos de Salvador Allende**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1990.

(2)O Movimento Nacionalista Pátria e Liberdade se forma em 10 de setembro, dirigido pelo advogado Pablo Rodríguez Grez. Além de permanecer em atividade através de mobilizações violentas de confrontação com o governo e com os partidos da UP e de atentados terrotistas, o Pátria e Liberdade esteve diretamente envolvido na tentativa de golpe que mais tarde se efetiva com o Tancazo, em 29 de junho de 1973.

(3)Os pontos centrais do documento da DC eram: 1) manutenção e preservação dos elementos fundamentais da institucionalidade política e de garantias constitucionais sobre a liberdade de associação, de imprensa e de opinião; 2) manutenção do sistema de três poderes e de equilibrio de atribuições entre eles; 3) manutenção do caráter profissional das Forças Armadas e compromisso de impedir a criação de organizações armadas paralelas; 4) liberdade de educação em todos os níveis e discussão democrática das reformas educacionais; autonomia académica e financeira das Universidades; liberdade sindical e para as organizações comunitárias; reconhecimento do direito de petição e de greve. Cf. Garretón, M.A.y Moulian, T., **op. cit.**, págs. 43-44.

(4)No dia 20 de setembro Jorge Alessandri pedia, pela imprensa, para que não se votasse nele no Congresso Pleno e declarava publicamente que Allende era um político de convicções democráticas. Cf. Garretón, M.A. y Moulian, T.,**op. cit.**.

(5)Como já descrevemos no capítulo anterior, entre 1957 e 1958 centro e esquerda conseguiram afirmar uma aliança em torno de reformas políticas e eleitorais através do Bloco de Saneamento Democrático. Na conjuntura que estamos analisando a aliança entre

DC e UP implicou o fortalecimento das normas legais e uma melhor definição do papel das Forças Armadas no ordenamento institucional, bem como o compromisso da UP em permanecer no interior dos marcos da constitucionalidade. No entanto, durante o período propriamente dito de governo da UP, a despeito das tentativas feitas, não se configurou nehuma outra aliança entre centro e esquerda. Cf. Gazmuri, Jaime, **El sistema de partidos** políticos en Chile en la década del sesenta, Santiago, FLACSO, d.t. nO 53, 1988.

(6)O Executivo apresentou o projeto de nacionalização do cobre em 19 de janeiro de 1971. Sua tramitação no Congresso demorou seis meses. Em relação às expropriações de empresas(inciciou-se o processo de implantação da APS com a expropriação da fábrica de tecidos Bellavista Tomé) a UP aplicou uma legislação de 1932, os decretos-leis número 520, considerados pela DC uma legislação ultrapassada.

(7)Esta expressão é utilizada por Garretón e Moulian no trabalho já citado.

(8)Nesta cifra se se acrescenta a votação obtida pela União Socialista Popular(USP) que não participava da UP, a votação da esquerda vai a 50,86%.

(9)Em relação à eleição presidencial representou um crescimento para a esquerda de cerca de 14%. Frente aos resultados eleitorais das eleições municipais de 1967 ou das parlamentares de 1969 em que a esquerda obteve mais ou menos o mesmo percentual, o crescimento é próximo a 20%.

(10)O Partido Socialista obtem nas eleições de abril de 1971 22,89%. Em 1969 o PS havia obtido 12,23%, o que significava um crescimento de 10,66%. O Partido Comunista obtem 17,36%, um crescimento de 1,45% frente aos resultados eleitorais de 1969. O Partido Radical declina para 8,18%. A soma dos votos do PR e da Democracia Radical alcança 12,09%, inferior à votação dos Radicais em 1969 que havia sido de 13,03%.

(11)A Democracia Cristã obtem nas eleições de abril de 1971 26,21% dos votos, declinando cerca de 6% frente as eleições de 1969(parlamentares) e 10% frente as eleições de 1967(municipais). A DC mantém praticamente a mesma votação que obteve nas eleições presidenciais de 1970. O Partido Nacional obtem em abril de 1971 18,53%, estando perto dos 20% obtidos em 1969 e declinando fortemente frente aos números apresentados na eleição presidencial(34%). Há que se considerar para as eleições de abril de 1971 um crescimento de 5% do eleitorado em relação às eleições

municipais de 1967 e de 13,58% em relação à eleição presidencial. Cf. Garretón M.A.y Moulian, T., **op. cit.**, págs. 61 e 62. Ver também Gazmuri, J., **op. cit.**.

(12)Embora não estejamos aqui tratando do período da Unidade Popular através de uma periodização clássica, ano a ano, são importantes alguns dados que esclarecemm o desempenho econômico e social do governo no ano de 1971. Do ponto de vista do crescimento, o produto interno bruto atingiu a marca histórica de 7,7%(o crescimento anual em média era de 4%). Quanto à redistribuição da renda, a participação dos assalariados cresceu de 52,8% em 1970 para 61,7% em 1971. A taxa de desemprego reduziu-se, com a grande Santiago registrando em 1971 apenas 3,8%. O ritmo inflacionário também diminuiu com 1971 registrando uma inflação de 22%, menor que os 34,9% de 1970. O dado negativo do desempenho econômico ficou para a defasagem entre aumento de consumo e aumento no ritmo de produção. O aumento do déficit fiscal também foi um dado negativo. Cresceu também o déficit na balança de pagamentos no setor externo. Em relação à extensão da APS, o ano de 1971 revela também bons resultados. Em três áreas estratégicas da economia(reforma agrária, riquezas minerais e bancos) as metas foram cumpridas integral ou, em poucos casos, parcialmente. Tudo o que o programa da UP indicava explicitamente para os setores-chave da economia foi implementado no ano de 1971. Em relação às expropriações na área privada, produtiva cu comercial, não havia uma explicitação ou uma lista de empresas a serem estatizadas no programa da UP. Somente mais tarde(1972) que Allende apresenta uma lista de empresas privadas a serem estatizadas. Cf. Bitar, S., **Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende**, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980, págs.92 a 98.

(13)A esquerda, que tinha como candidato a reitor o jurista Eduardo Novoa Monreal, perdeu as eleições para reitor mas manteve-se forte nos órgãos colegiados, renovados nesta mesma eleição.

(14)Para muitos analistas da época uma das garantias de estabilidade do governo da UP era a manutenção do esquema de tripartição de forças que lhe havia permitido a vitória e a posse. Mas a imagem de que a sustentação do governo se dava pelo ímpeto das mudanças que colocava em prática, o que lhe faria ter cada vez mais apoio de massas, jogou no sentido de que se acreditasse que quanto mais as forças de centro se dividissem frente ao processo desencadeado pela UP, mais apoio teria o governo com a parcela mais à esquerda do centro se incorporando ao governo. Jogou-se, assim, na lógica dos blocos, o que favorecia a imagem de que o processo se encaminhava para uma decisão final, obviamente, favorável à UP.

(15)A Papelera, como dizem os chilenos, era a maior empresa produtora de papel controlada pelo grupo Matte-Alessandri, um grande grupo monopolista com raízes na política chilena e fortes ligações com a direita, especificamente com o jornal **El Mercurio** e o Partido Nacional.

(16)O projeto da DC foi encaminhado por dois senadores deste partido em 14 de outubro de 1971 e ficou conhecido como o projeto Hamilton-Fuentealba. No fundamental, o projeto dispunha que "a lei determinará os meios e os bens de produção que poderão ser incorporados à área social da economia, das quais será dono exclusivo o Estado, como representante da Comunidade Nacional, e os que formarão a área mista, que pertencerão, em conjunto, ao Estado e particulares. Os demais integram a área privada, de domínio de particulares...". Em 27 de outubro de 1971, os senadores Hamilton e Fuentealba acrescentam no projeto original o seguinte: "A lei determinará quais empresas, bens ou meios de produção, distribuição e crédito pertencerão à área estatal, social, mista ou privada da economia". A novidade estava no fato de se acrescentar a noção de área social como distinta da área estatal. Os mesmos senadores assim discriminavam o que se entendia por área social: "...entende-se por área social aquela em que o uso e usofruto de empresas, bens ou meios indicados pertençam aos trabalhadores, os quais terão a administração e se farão donos dos seus lucros, sem prejuízo do pagamento de juros ou renda do capital...".Trechos citados in Martner, Gonzalo, **El gobierno del Presidente Salvador Allende(1970-1973): una evaluación**, Ediciones LAR, Concepción, Chile, 1988, págs. 166 e 167. E importante observar duas coisas: 1) a DC propõe esta modificação sobre a área social, pensando em empresas auto-gestionadas por trabalhadores, ainda que relativizando no tempo a sua propriedade, com os olhos voltados para as eleições da CUT que se realizaram um pouco depois; 2) no projeto em questão, ainda que se observassem condições ótimas, a própria dinâmica parlamentar indicava que só seriam possíveis a nacionalização de oito empresas por ano, um número bastante reduzido perto do que almejava a UP.

(17)O projeto do Presidente Salvador Allende foi enviado ao Congresso em 20 de outubro de 1971. Em relação ao projeto da DC o que, de fundamental, havia como discordância era o cerceamento das atribuições do Executivo. Com a modificação introduzida no texto original(ver nota 19) a definição de empresas da área social controladas por trabalhadores e sem a presença do Estado causou um impacto profundo no interior da UP. Os setores mais estatista divergiram quanto a aceitação desta proposta. No entanto, a questão fundamental que norteou os vetos à reforma aprovada no Parlamento permaneceu sendo as atribuições do Executivo.

(18)A acusação ao ministro do interior de Allende, José Tohá, feita em janeiro de 1972, prendia-se à sua neligência em apurar a existência dos grupos armados ilegais, desrespeito ao direito constitucional de reunião, infração quanto aos dispositivos constitucionais e legais em relação aos meios de comunicação, detenções arbitrárias e outros procedimentos considerados ilegais. Cf. Martner, G.,op. cit., págs. 165-166.

(19)Das 91 empresas a serem nacionalizadas e estatizadas de acordo com o projeto de lei apresentado pelo presidente em novembro 52 formariam parte da APS e 39 da área mista. Das 52 primeiras, 20 já estavam sob controle do Estado e das 39 segundas, 10 já faziam parte da área mista. Cf. Bitar, Sergio, op. cit., pág. 138, nota 47.

(20)Sergio Bitar observa a propósito da reunião de Arrayán a dificuldade que o próprio projeto da UP contemplava, isto é, "efetuar transformações profundas, mantendo uma conjuntura favorável". De fato, a situação do governo no início de 1972 já se revelava bastante difícil, apresentando diversos problemas, como a questão da escassez, da inflação e do mercado negro que se acentuavam gradativamente, enquanto permanecia a intenção do governo e da UP em não retroceder na redistribuição de renda, em manter condições favoráveis para progredir na implantação da APS e em não provocar efeitos negativos entre os pequenos e médios empresários. Todos estes temas formavam a pauta da reunião de Arrayán. Segundo Bitar, não se chegou a uma política bem definida para encaminhar o enfrentamento aos problemas postos em pauta. O resultado foi mais uma combinação de intenções quanto a todos estes temas, prossegindo por inércia a política econômica definida pelo ministro da Economia, Pedro Voskovic. Assim, quanto aos desajustes entre oferta e demanda e quanto à intensidade de ampliação da APS prevaleceu a política de controles de preços e remunerações por parte do Executivo e uma mais acentuada transferência de rendas das grandes empresas para o setor social. Uma vez mais, de acordo com Bitar, revelava-se entre as lideranças políticas da UP "uma fraca compreensão dos fenômenos econômicos" e "uma escassa clareza com respeito à interação entre economia e política numa etapa de mudanças aceleradas". Bitar atesta também que não havia clareza quanto a que esquema alternativo adotar naquelas circunstâncias. Por isso acaba prevalecendo a conciliação entre direcionamentos diferentes, o que jogou no sentido da manutenção da política que vinha sendo seguida. Cf. Bitar, S.,op. cit., págs.148-153.

(21)Ver sobre isso Garcéz, Joan E., **Allende y la experiencia chilena**, Ariel, Barcelona, 1976, págs.229-230.

(22)Os resultados da eleição para a renovação da direção da CUT, de acordo com os dados oficiais, foram os seguintes: **Partido**

Comunista 30,90%, Partido Socialista 26,46%, Democracia Cristã 26,35%, **MAPU** 4,60%, **Partido Radical**, 3,78%, **MIR** 1,80%, **USP**, 0.96%, **PIR** 0,63%, **IC** 0,59%, **API**, 0,28%, **PSD** 0,28%, **PCR** 0,12%, Independentes 0,57%, Nulos 1,62%, Brancos 0,92%. Total: 559.756 votos. Cf. Arriagada, Genaro H., **De la via chilena a la via insurreccional**, Ed. Pacífico, Santiago, Chile, 1974, pág. 223, nota 346.

(23)A saída do PIR do governo se deu em 6 de abril de 1972.

(24) Allende manda os seus vetos para o Parlamento em 11 de abril. No fundamental, os vetos do presidente afirmavam: 1) rechaço à disposição referente à sanção legal para transferir uma empresa de uma área para outra da economia; havia disposições legais da presidencia para isso; 2) Recusa da entrega da administração das empresas diretamente aos trabalhadores, mas permitindo não apenas a participação na gestão destas mesmas empresas e também a participação nos lucros conforme o caso, em se tratando de empresas estatizadas, e em qualquer área da economia, segundo determinação legal; 3) ampliação das atividades econômicas reseervadas ao Estado(telefones, bancos e cimento); 4) rechaço às limitações quanto à aplicação dos decretos-lei número 520; 5) rechaço à anulação das expropriações posteriores a 14 de outubro de 1971(data em que entrou em tramitação o projeto de reforma constitucional da DC); 6) exigência das faculdades do presidente para nacionalização das 91 empresas anunciadas e da forma para se proceder as indenizações correspondentes. Cf. Martner, G., op. cit., pág. 170.

(25)Nos acordos configurados em junho de 1972 o número de empresas a serem incorporadas à APS foi reduzido a 80. A DC admitia, de outro lado, uma lista de empresas a serem requeridas, enquanto a UP cedeu sobre a exigência legal para tais requisições. O problema da estatização da Papelera foi outro ponto em que o governo cedeu. Em relação aos bancos o acordo se fez com base na propriedade estatal e na administração mista integrada por membros do Estado, dos trabalhadores e um gerente designado também pelo Estado. Em alguns bancos o número de representates de trabalhadores seria de sete e do Estado de três. Em relação às empresas auto-gestionadas que a DC propunha chegou-se ao seguinte: a propriedade seria social, mas não estaria sob controle da CORFO(esta controlaria as empresas exclusivamente estatais). Uma nova Corporação, de representação paritária entre Estado e trabalhadores, dirigiria a área de empresas auto-gestionadas. O governo também cedeu quanto a parte das 80 empresas que deveriam ser de empresas auto-gestionadas. Quanto à participação nos lucros das empresas estatais - uma proposta da DC - acordou-se que fossem distribuidos em forma de serviços de bem-estar e consumo coletivo, o restante iria para um fundo comum para todas as empresas de trabalhadores. O governo também aceitou que fossem definidas mais rigorosamente as requisições das

empresas e que enviaria um projeto de lei dando garantias aos pequenos e médios proprietários. Cf. Bitar, S., **op. cit.**, págs. 168-172. Ver também Gazmuri, J., **op. cit.**.

(26)Cf. Bitar, Sergio, **op. cit.**, pág. 171.

(27)Sergio Bitar afirma que as posições divergentes ficaram bastante nítidas nesta reunião. A crítica do PC à condução da política econômica foi dura e o partido pedia que se alterasse rapidamente a política do governo nesta área. Formaram-se em Lo Curo duas opções de condução geral para o governo. A opção 1 foi assumidada pelo presidente da República, pelo PC e pelo PR, a opção 2 era defeendida pelo PS, principalmente. O quadro abaixo resume as divergências:

Opção 1	Opção 2
Consolidar a área social e avançar conforme a lista tornada pública pelo governo; esforçar-se para corrigir as falhas de direção nas empresas da área social; procurar acordo com a DC no Parlamento.	Avançar com rapidez para conservar e aumentar o apoio popular; ampliar a área de propriedade social e incrementar os mecanismos de controle administrativo; mais intervenção do Estado para resolver os desequilibrios económicos(inflação, desabastecimento,etc.)
Esforço para aumentar a produção das empresas da área social, do cobre e da agricultura;poupança máxima de divisas externas.	O mesmo, porém com menos enfase na produção; o problema era saber se as medidas provocariam maior ou menor mobilização entre os trabalhadores.
Reajuste financeiro, cambial e de preços, com enfase nos produtos e serviços das empresas da área social para diminuir os deficits; controle estrito das remunerações.	Enfase nos controles administrativos e na organização de base para enfrentar o desabastecimento e a elevação de preços; menor importância nos mecanismos de mercado; extração de recursos líquidos dos grupos de altas rendas
Maior discilina trabalhista e preservação da hierarquia; gradual participação dos trabalhadores.	Mais énfase na participação; confiança total na iniciativas dos trabalhadores.

Esta é uma síntese do quadro apresentado por Sergio Bitar, **op. cit.**, pág. 165.

(28)Estes incidentes ocorrem no **Campamento Lo Hermita** em Santiago e o MIR desfecha um virulento ataque ao governo. O PS contesta a ação do ministro da justiça que era membro do partido. O PC responde atacando o MIR pelas suas posições extremistas. Cf. Garretón, M. A. y Moulian, T., **op. cit.**, pág. 93.

(29)Na composição do gabinete de 2 de novembro de 1972, o Comandante-Chefe do Exército, General Carlos Prats passou a ser o ministro do Interior, o Contra-Almirante Ismael Huerta, ministro de Obras públicas e o General da Brigada Aérea Claudio Sepúlveda, ministro da Habitação.

(30)Esta espécie de desconsideração dos militares pelos políticos foi, em grande parte, um dos fatores da reação tão violenta dos militares frente aos políticos após o golpe de Estado de 1973. Assim, quanto a direita conseguiu o seu intento, ela não conseguiu controlar politicamente os militares. A ruptura com as instituições que organizavam o espaço da política foi total.

(31)A CODE é formada em julho de 1972 em virtude de uma modificação na legislação eleitoral que permitia a formação de pactos entre agremiações políticas. Formaram-se, então, o Partido Federado da Unidade Popular e a Confederação Democrática na medida em que unia duas Federações(a DC e o PIR formavam uma e o PN formava outra). Forma-se a CODE em virtude da DC recusar fazer parte de uma mesma federação com o PN.

(32)Cf. Walker, Ignacio, **Del populismo al leninismo y la "inevitabilidad del conflito": el Partido Socialista de Chile(1933-1973)**, CIEPLAN, Santiago, Chile, d.t. no 91, dezembro de 1986, pp. 81-84.

(33)O partido federado da UP forma-se em meados de 1972. Os partidos da esquerda chilena não o assumem de forma orgânica e só vêm nele um partido instrumental. Depois das eleições de março, Allende continua a insistir no fortalecimento do partido da UP, como uma forma intermediária entre o que era a coalizão e a forma do partido único. O que Allende buscava era uma única direção política para a ação do governo e das massas populares. Em maio realizou-se o Congresso de Partido da UP cujo resultado foi a rejeição por parte dos partidos da esquerda agrupados na UP de todas as propostas do presidente. Cf. Garcés, Joan E., **Allende y la experiencia chilena**, Ariel, Barcelona, Espanha, 1976, pp.344-351.

(34)Situamos aqui do lado do governo, o Comitê Político da UP, comandado pelo presidente Allende e o PC, principalmente. O

chamado polo revolucionário se afirmava, dentro do governo, no PS e no MAPU, e fora dele, no MIR.

(35)Sobre isso ver as interessantes observações de Rojas, Alejandro, La Transformación del Estado: la experiência de la **Unidad Popular**, Ediciones Documentas, Santiago, Chile, 1987, pp. 122-131.

(36)O Tancazo foi uma manifestação isolada no interior da corporação militar, conduzida principalmente por comandantes que haviam sido punidos por suas atividades expressamente sediciosas, rompendo com a hierarquia. O apoio que o movimento teve no interior da corporação foi bastante reduzido. O movimento apresentou cenas até mesmo. cômicas, com tanques se movimentando pela cidade, obedecendo aos sinais de transito, chegando um deles a parar para o abastecimento. O movimento durou apenas uma manhã e foi debelado pela enérgica ação do General Prats que, percorrendo o local onde os combates se processaram, caminhando de peito aberto com uma metralhadora nas mãos, conseguiu a rendição de todos os rebeldes. O Tancazo foi um movimento que revelavou o grau de debilitamento do governo e a iniciativa clara dos setores de extrema direita em conduzir a situação para a intervenção direta das Forças Armadas na crise política. Diversos representantes do movimento Pátria e Liberdade estavam diretamente envolvidos nesta tentativa de golpe. Com o fracasso do movimento eles se asilam da Embaixada equatoriana. Cf. Davis, Nathaniel, op. cit., págs 197 a 202.

(37)Nathaniel Davis descreve assim a posição dos democratas cristãos conduzidos por Eduardo Frei naqule momento: " Nos dias que antecederam ao Golpe, tornou-se claro que Frei e seus colegas de Partido já haviam concluído que a única saída para a crise que o Chile atravessava era uma ação militar. O próprio Partido declarou isso, publicamente, após o Golpe"; **op. cit.** pág. 173.

(38)Cf. Garretón, M. A. y Moulian, T., **op. cit.**, pág. 128.

(39)Ver sobre isso os comentários de Nathaniel Davis, **op. cit.**, pp. 162-173.

(40)Cf. Garretón, M. A. y Moulian, T., **op. cit.**.

Capítulo V - A UNIDADE POPULAR E A VIA CHILENA AO SOCIALISMO

A experiência chilena como processo e tentativa de construção do socialismo nos marcos da institucionalidade a partir da posse de Salvador Allende na presidência da República e a via chilena ao socialismo como o projeto que genericamente acabou identificado com aquele processo histórico tiveram na Unidade Popular o seu principal ator político. O processo da experiência chilena e o projeto da via chilena ao socialismo, como dissemos no início deste trabalho, não podem ser vistos como objetos idênticos. O processo, como descrevemos e analisamos no capítulo anterior, tomando como eixo a dimensão da luta política, revelou que a Unidade Popular não conseguiu se constituir num ator político capaz de conduzir a bom termo o governo que encabeçava, evitando a sua derrubada. O fracasso da experiência chilena foi, desta forma, o fracasso da esquerda chilena como ator governante e isso se prende enfetivamente à agudez dos conflitos que marcaram o processo bem como às divergências no seio da esquerda chilena, particularmente às divergências entre cada um dos principais componentes da Unidade Popular quanto à leitura do projeto que ela expressava como o seu discurso político, isto é, a tentativa de construir o socialismo através da democracia. O projeto da via chilena ao socialismo nem sempre foi compreendido no interior da Unidade Popular como uma via democrática ao socialismo. Assim, a identificação entre via democrática e via chilena ao socialismo

não se configurou numa linha política clara e hegemônica nem no interior do governo nem entre os partidos que o apoiavam. Isto ocorreu tanto pela cultura política que informava os partidos da esquerda chilena e pelo entendimento bastante diverso da situação chilena que marcou todas as suas ações políticas no período, quanto pelo caráter anunciador e, por conseguinte, inconcluso, do próprio projeto da via chilena como uma via democrática ao socialismo.

Desta forma, a ação governante da Unidade Popular nem sempre expressou consensualmente um projeto claro de conduzir a construção do socialismo no Chile pela via democrática. Esta avaliação cancela, portanto, as interpretações conclusivas da experiência chilena como uma aplicação prática da via democrática ao socialismo. Esta apenas permaneceu como o elemento mais inovador que se anunciava no projeto da via chilena ao socialismo e no comportamento político do presidente Salvador Allende ao tentar, a partir do governo, conduzir o processo naquela direção. No entanto, esse elemento projetual, mais intencional do que elemento dirigente de uma grande política, gradativamente perdeu poder de atração e eficácia diluindo-se na imperiosa necessidade de manter unida a coalizão de esquerda como forma de sustentação política do governo, impedindo um seu delineamento mais claro e objetivo. Assim, do ponto de vista da prática, a via chilena ao socialismo acabou por restringir-se a um conjunto de operações de tática política frente à economia e ao aparelho de Estado conformadas no desenho da chamada via

político-institucional formulada na época principalmente por Joan Garcés, assessor político de Allende(1).

Tanto o projeto da via chilena ao socialismo quanto a prática política da esquerda no governo da Unidade Popular não aparecem, contudo, desligados e separados da sua cultura política. Passa a ser importante, assim, ressaltarmos alguns elementos teóricos consensuais que atuaram como dirigentes na experiência chilena e que influiram decisivamente nas ações do conjunto da esquerda. Havia um conjunto de elementos consensuais no interior da Unidade Popular e fora dela que indicam ao mesmo tempo alguns dos seus fundamentos teóricos, assentados muito mais numa visão já cristalizada da cultura política do socialismo do que em elementos fundadores de uma via nova e original para a construção socialista, o que indica tanto as dificuldades quanto as limitações teóricas da esquerda para consubstanciar a via chilena em uma via democrática ao socialismo.

Desta forma, embora tenhamos enfatizado aqui as profundas divergências que marcavam os setores da esquerda dentro e fora do governo da Unidade Popular é importante demarcar, ainda que sinteticamente, alguns dos pontos que se afirmavam como consensuais quanto à visão do socialismo e da transição para ele(2).

Ao se proporem a construção do socialismo no Chile, as forças políticas da Unidade Popular viam nele uma necessidade histórica e uma etapa inevitável da evolução da sociedade, além de acreditarem que as condições objetivas da sociedade chilena já indicassem a necessidade da sua adoção. Em

segundo lugar, o socialismo era visto como uma construção histórica da classe operária em luta antagônica contra a burguesia, o que implicava, como solução deste antagonismo, a conquista pela classe operária do poder de Estado para transformar o seu caráter de classe. Tornando-se classe dominante, a classe operária procederia à socialização dos meios de produção que, ao lado do poder operário, criariam as condições para a extinção tanto do Estado como da sociedade de classes.

Este processo, contudo, no plano histórico-concreto comportava necessariamente uma etapa de transição. Esta etapa marcaria a intervenção direta do Estado na economia para que fossem processadas transformações necessárias destinadas à socialização dos meios de produção. E efetivamente em torno das questões que envolviam esta etapa de transição, como o seu grau de intensidade, o seu tempo, etc., que residiam as principais divergências dentro da Unidade Popular. Contudo, era consensual que esta etapa de transição teria como tarefa fundamental a conversão do Estado Burguês em "Estado Popular". A fórmula também consensual de conquista deste Estado passava pelo fortalecimento das organizações de base dos trabalhadores e requeria a intervenção direta e politica das suas organizações de vanguarda. Os mecanismos legais da institucionalidade, dentre eles os atribuidos ao poder executivo, eram também entendidos como válidos e importantes na realização das nacionalizações e expropriações contidas no programa de governo da Unidade Popular. Mas, o consensual na aplicação desta legalidade passava pela idéia de que a realização das transformações econômicas

fortaleceriam o poder social dos setores majoritários da sociedade, o que permitiria gerar mais tarde um novo ordenamento jurídico. Portanto, era consensual o privilégio da dimensão econômica como aquela que iria possibilitar e facilitar, em virtude das transformações que alterariam as relações de poder no interior da sociedade, a transformação institucional e política do Estado.

De uma forma geral, então, a visão da construção do socialismo proposta pela Unidade Popular não se apresentava como integralmente nova frente à teoria socialista(3). Assim, o que se entendia como teoria socialista se constituia muito mais em fator de legitimação ideológica da proposta defendida pela Unidade Popular do que um conjunto de referências para uma construção teórica inovadora. Na prática da Unidade Popular observa-se - e os pontos apresentados acima revelam isso de forma cabal - que o recurso à teoria constituiu-se o eixo pelo qual se afirmaram ideologicamente as ações do governo como também o terreno em que as divergências projetuais se acirravam.

As afirmações constantemente reiteradas de que o Chile apresentava uma realidade histórica particular para a construção do socialismo foram, com exceção do presidente Allende, tomadas mais como uma retórica do que como um imperativo para a elaboração de uma nova teoria da transição socialista. A esquerda enfrentou o chamado ineditismo do processo, para recusá-lo ou endossá-lo, tomando como referência as "leis gerais da revolução" afirmadas pelo caráter científico da teoria que

sustentava o marxismo. Muito do debate que se desenrolou na esquerda frequente e permanentemente reportou-se à cientificidade da teoria marxista para apontar, conforme a procedência do discurso, os "desvios" de "esquerda" ou de "direita" das proposições práticas que se sugeriam ou que eram implementadas. No debate, a particularidade do caso chileno jogou, em geral, no sentido de se apontar mais os "desvios de esquerda". Ainda que discrepante em relação aos discursos dos partidos, a posição de Allende nunca foi "acusada" como um "desvio de direita" na medida em que o debate se concentrava no âmbito ideológico, terreno no qual a teoria era constantemente referida. Allende, de toda forma, manteve perante toda a esquerda a imagem de revolucionário, ainda que esta tivesse contestado o seu reformismo mais em função da alegação de que no discurso allendista a teoria estava ausente do que em função da sua ideologia.

Os pontos consensuais que afirmavam a unidade da coalizão, centrados numa visão de teoria como emanação ideológica e por isso científica, e supostamente capaz de dar conta do processo dirigido pela Unidade Popular, revelaram-se de difícil manejo para a esquerda frente ao seu objetivo: a construção do socialismo. Pensando o período como de transição ou pré-transição - o que, do ponto de vista da discussão que fazemos aqui, não importa tanto -, a questão chave era como abordar a construção do socialismo como um processo político(4). De fato, a despeito de toda dificuldade que a esquerda revelou para formular e tornar hegemônica no seu interior uma via de transição bem como

a natureza do socialismo que queria implantar, a Unidade Popular postou-se como um ator politico que afirmava querer manter a democracia politica vigente no país(5). Para além de todas as divergências no interior da Unidade Popular, a partir do momento em que ela foi alçada ao governo, o seu maior desafio - de toda forma, assumido por toda a esquerda que se encontrava aglutinada nela - foi o de institucionalizar a via politica ao socialismo.

Coloca-se aqui, então, o problema da relação entre democracia e socialismo na prática politica e governativa da Unidade Popular e também nas formulações e construções projetuais da via chilena ao socialismo. Este, portanto, não era um problema artificial mas, como vimos, era mais uma questão colocada pela particularidade chilena do que pelos elementos teóricos consensuais que a Unidade Popular esposava como suas referências para construção do socialismo.

No que se reporta diretamente ao tema do socialismo, o problema que se apresentou à Unidade Popular era de que forma abordá-lo politicamente, já que ela o concebia estritamente como um projeto de reorganização econômica da sociedade. Socialismo, socialização, eram temas enfrentados quer teórica quer programaticamente como questões eminentemente econômicas. O fortalecimento das organizações populares e a sua presença no seio do Estado, para, em processo, alterar o seu carater, era o único elemento politico definido e que permaneceu como referência por todo o governo da Unidade Popular.

No que se refere à democracia, excetuando-se esta última abordagem referida à participação popular, a

dificuldade em definir expressamente as relações da Unidade Popular com a questão era ainda maior. A democracia foi para a esquerda um espaço vital para o seu desenvolvimento, no entanto, numa abordagem que revelava os limites da teoria do socialismo frente ao Estado, ela a vê como um invólucro paradigmático do capitalismo(6). Transplantando-se esta visão do plano teórico para o território propriamente chileno, a esquerda sempre se mostrou inclinada a ler a história do país a partir de uma ótica bastante particular centrada na história das lutas operárias. O tema da ordem política era visto, a despeito da sua participação nela, principalmente a partir dos anos 30, como um tema das classes dominantes. Estas, por sua vez, faziam da ordem política uma imagem também abstrata, um retrato das suas percepções da sociedade e do mundo. Assim, valorizar positivamente a democracia chilena - na leitura da esquerda "a ordem da classe dominante" - era o mesmo que afirmar o ponto de vista ou a ideologia da classe antagônica(7).

Quando a Unidade Popular chegou ao governo em 1970, as ambiguidades da esquerda sobre a relação entre democracia e socialismo tornaram-se transparentes, complicando a definição do papel da coalizão de esquerda. Como uma força política que postulava a transformação social fora do aparelho de Estado, a esquerda havia demonstrado ser capaz de construir e valorizar um discurso sobre o Estado fundado na perspectiva dos governados. De uma abordagem mais genérica, esse discurso ex parte populi centrava-se em temáticas como a liberdade e o direito à não-opressão dos governados, não importando a

necessidade de ordem e unidade do Estado e, numa visão estratégica, apostando até mesmo na sua fratura. Esse discurso, somado aos elementos ideológicos vocalizados pela esquerda, pôde garantir a ela a sua legitimidade revolucionária. Indo ao governo, a Unidade Popular esteve confrontada com a necessidade de formular um outro tipo de discurso, um discurso **ex parte principis**, justificador do seu direito de comandar e ser obedecido, garantidor, portanto, da unidade do poder. O desafio posto à Unidade Popular como ator político era, portanto, construir um discurso feito a partir do Estado, dar-lhe e assegurar-lhe legitimidade política para a sociedade como um todo(8). O tema da democracia, a partir desse momento, não poderia mais ser referido apenas a atores exteriores às questões da ordem política e institucional.

Assim, tornar-se governo e continuar perseguindo a construção socialista como uma ruptura revolucionária foi o que definiu a ação e todas as contradições vividas pela Unidade Popular. O projeto da via chilena ao socialismo foi abordado pelos setores da esquerda a partir deste contexto. O presidente Allende foi o ator político que mais buscou a conexão entre os dois discursos acima descritos e é por essa razão que a sua linha política, tática e estrategicamente, se diferenciou dos dois principais partidos da Unidade Popular, o PC e o PS. Para ambos os partidos, a necessidade de superação do Estado Burguês no processo revolucionário chileno se concluiria obrigatoriamente no estabelecimento da ditadura do proletariado.

Resolvido, então, previamente a questão do poder político em favor dos trabalhadores, implatar-se-ia o socialismo.

Para o PC, contudo, em virtude da sua estratégia de revolução por etapas, o período de transição deveria se processar de forma a que a institucionalidade do Estado democrático vigente permanecesse intocável. A fase de libertação nacional da revolução chilena, uma etapa prévia à instauração do socialismo - para os comunistas o desenho da via chilena ao socialismo era esse - deveria se processar sem alteração substancial da institucionalidade vigente. Os comunistas pautavam-se pela defesa categórica da particularidade do processo, mas alinhavam esta particularidade no esquema marxista-leninista das leis gerais da revolução. Isto supunha certamente que, ultrapassada a etapa da libertação nacional, a temática da instauração da ditadura do proletariado estaria colocada. No entanto, procurando atuar no processo revolucionário chileno de forma bastante pragmática e flexivel, os comunistas empreendiam uma defesa do Estado de Direito, separando-o da dimensão econômica. Assim, a supressão da classe burguesa era tratada como um processo econômico e não político-institucional. Esta operação, marcadamente economicista mas frequentemente referida à práxis leninista, deixava em aberto se as conquistas democráticas seriam consideradas como estratégicas ou táticas, isto é, se seriam tratadas como referenciais para a sociedade socialista que se queria construir ou se seriam válidas apenas no processo de transição que precederia a conquista total do poder. Precisamente a particularidade chilena exigia uma definição por

parte dos comunistas se o seu projeto socialista afirmava em definitivo os valores da democracia política ou se, conforme a correlação de forças, seriam adotados por eles o mesmo caminho que havia marcado experiências anteriores de implantação histórica do socialismo. Por defender tão categoricamente o Estado de Direito, os comunistas estavam obrigados a responder esta questão. Não o fazendo, a própria noção do periodo de transição permanecia ambigua e obscura.

Para o PS, a questão da resolução do poder político se colocava no interior do próprio processo de transição. Os socialistas rejeitavam a noção de revolução por etapas e, portanto, a idéia de que o governo Allende configurava uma pré-transição socialista. A questão do poder político os socialistas a enfrentavam propondo um "Estado Paralelo" cuja função seria destruir o Estado representativo existente. A função primordial do governo Allende seria esta: possibilitar a origem da ditadura do proletariado(9). Os socialistas pensavam, então, em um processo político ininterrupto de confrontação global, sendo a questão da ruptura com o ordenamento jurídico-institucional um problema a ser considerado taticamente, isto é, considerando a acumulação de forças sociais, políticas e militares. Para os socialistas estava claro que todo processo revolucionário - e o periodo Allende não se diferenciaria disso - colocava inevitavelmente a questão do confronto decisivo de classes. Não havia, portanto, para os socialistas uma via chilena ao socialismo, como um processo marcado pela particularidade ou uma formulação que alterava os elementos que caraterizavam os

processos revolucionários conduzidos para a implantação do socialismo. A particularidade chilena confirmaria mais uma vez as leis universais da revolução.

Idênticas quanto às referências teóricas e quanto ao horizonte do processo revolucionário chileno, mas diversas quanto ao comportamento político frente às circunstâncias que se apresentaram à Unidade Popular, as posições do PC e do PS definiram em muito o curso dos acontecimentos. O PC, enfrentando todos os riscos para manter a governabilidade, mostrou-se permanentemente inclinado à defesa de Allende. Foi o partido da Unidade Popular que trabalhou mais em conjunto com a presidência da República. Allende, por sua vez, embora legitimado na tradição dos socialistas, encontrou no PC um fator de sustentação que não conseguiu obter no seu próprio partido. A contestação à estratégia seguida por Allende no governo por parte da direção política dos socialistas foi permanente e aberta. Desde o Congresso do Partido Socialista de La Serena, de janeiro de 1971, o Comitê Central do PS contava com uma maioria esmagadora de dirigentes partidários das teses insurrecionalistas(10).

Entre as posições partidárias do PC e PS principalmente, a estratégia defendida e seguida por Allende ganha uma autonomia. O discurso presidencial se afirmou como uma estratégia própria e acabou identificado com o próprio projeto da via chilena ao socialismo(11). Allende compartilhava, certamente, os mesmos pontos que apresentamos como concensuais no interior da Unidade Popular. Em relação ao período de transição, Allende era

taxativo na defesa de uma transição de caráter socialista e nisso ele estava bastante próximo do seu partido. No seu entendimento, o Chile dispunha de instituições sociais e políticas necessárias para "materializar a transição do atraso e da dependência, para o desenvolvimento e a autonomia, pela "**via socialista**"(12). Mas, a ênfase dada também às instituições sociais e políticas e à sua manutenção aproximavam Allende da política defendida pelos comunistas. Assim, a autonomia da estratégia allendista se definia encontrando pontos de convergência entre o PC e o PS, transformando a sua liderança em elemento de equilibrio e afirmação do eixo comunista-socialista. Allende havia sido, de fato, um dos políticos da esquerda chilena que mais trabalhara no sentido de compor este eixo a partir dos anos 50.

No entanto, a estratégia allendita rejeitava tanto a noção de revolução por etapas quanto a idéia de um "Estado Paralelo". A transição, na visão de Allende, era pela via socialista (e, por suposto, ao socialismo) e se colocava no interior da legalidade existente. O distintivo, então, era que Allende defendia que esta transição deveria se fazer pelo aprofundamento e concretização do conteúdo democrático e formal do Estado Burguês, sustentada pela mobilização de massas e pelos institutos legais do Estado vigente. Em processo, o aprofundamento e a concretização do conteúdo democrático e formal do Estado encaminharia para uma situação de ruptura, tranformando-se o Estado vigente em Estado antagônico à manutenção e reprodução do capitalismo no Chile. Portanto, na visão de Allende, a resolução do problema do poder não se

colocava como uma questão prévia à construção socialista, mas como uma questão de simultaneidade no interior da via socialista. Poder político dos trabalhadores e criação socialista são abordados, por Allende, como processos construtivos e não destrutivos, como processos de desarticulação da dominação capitalista(13).

Não há a menor dúvida, a nosso ver, que esta estratégia postulada por Allende esteve presente na ação governativa da Unidade Popular. Em pugna constante com as visões acima descritas do PC e do PS, procurando todos os pontos de convergência possíveis, ela, contudo, não conseguiu se afirmar como concepção dirigente e definir, precisamente neste sentido, a Unidade Popular como o ator político da via chilena ao socialismo no período em que ela foi governo. Fraturada, a Unidade Popular, não executou nem desenvolveu a via chilena ao socialismo e, por conseguinte, o que nela se anunciava como uma via democrática ao socialismo. No entanto, é preciso ressaltar que, no governo, a Unidade Popular e tão pouco o presidente Allende adotaram ou praticaram um política tendendente a jogar o processo político no terreno da insurreição, com a virtual quebra do aparelho de Estado. Esta tendência, como vimos, embora presente em setores da Unidade Popular, aparecia como exterior à política que foi conduzida pelo governo.

Mas é importante ressaltar que, como vimos, além dos elementos distintivos entre Allende e os principais partidos da UP há também nuances aproximativos que não podem ser deixados de lado. Não fosse assim, não haveria a menor

possibilidade de convivência e reciprocidade entre Allende e os principais partidos de esquerda. No entanto, os elementos distintivos da estratégia allendista na conformação da via chilena ao socialismo frente às linhas do PC e do PS eram profundos e se configuraram decisivos.

No que se refere aos elementos de teoria o que se pode observar é que, ao contrário do PC e do PS que enfatizam suas filiações à práxis leninista, Allende se reportava em seus discursos mais à Marx e a Engels, procurando afirmar que o Chile abria a possibilidade de um segundo caminho de trânsito ao socialismo. Esta ênfase distinta, do ponto de vista da teoria, não era irrelevante. Em primeiro lugar, visava, por parte de Allende, uma abordagem da teoria da revolução de forma a resguardar a legitimidade do projeto da via chilena como uma via revolucionária, sem, no entanto, submeter o projeto à determinações teóricas formuladas em contextos históricos distintos ao chileno. Legitimidade não significava, portanto, determinação e a teoria na estratégia allendista era, ao mesmo tempo, um terreno de valores universais e um lugar a ser ocupado pela originalidade do processo revolucionário chileno. O processo chileno supunha, então, uma ação também revolucionária do ponto de vista teórico. Allende sempre procurou enfatizar que o processo chileno não contava com uma teoria prévia, sendo também uma sua necessidade a criação teórica. Na sua visão, a via chilena demandava uma nova construção teórica e ao mesmo tempo a realização desta teoria frente às situações conjunturais que o processo chileno apresentava(14). Esta era, portanto, uma visão

de teoria basicamente distinta daquela que fundamentava tanto o PC como o PS. Para estes partidos a noção de processo revolucionário já se encontrava prédeterminada na teoria por esta apresentar-se como uma representação cientifica incontestável, demandando apenas sua aplicação na prática concreta. O caráter científico da teoria respondia, assim, a todas situações conjunturais dos processos revolucionários. Para Allende, as situações conjunturais de um processo tão original como o chileno não tinham resposta na teoria socialista de forma a determiná-lo, já que ela não havia sido formulada para responder àquelas situações. De fato, os apelos de Allende para que se buscassem soluções concretas a partir dos problemas concretos que se apresentavam à esquerda no governo contrastavam com a vocalização abstrata e por vezes mitológica que marcaram as ações de setores significativos da esquerda(15).

Em segundo lugar, e este aspecto nos parece da maior importância, enquanto os alinhamentos teóricos e políticos do PC e do PS aparecem de forma bastante nítida, a estratégia allendista, à primeira vista, não aparece referida ou mesmo alinhada a formulações teóricas de outra procedência que não aquelas expostas acima(Marx e Engels) ou aquelas que brotaram da própria trajetória do socialismo chileno(16).

Avaliações da trajetória política de Allende, que procuram afirmar que as limitações e debilidades da sua estratégia encontravam-se precisamente ou na ausência de teoria ou na sua histórica postura mais prática do que teórica, operam, a nosso ver, uma fratura entre teoria e política difícil de ser

aceita. A afirmação da teoria em detrimento da política por outros atores não levou a um desenvolvimento mais fecundo da via proposta pela Unidade Popular. E certo que Allende, mesmo como um homem de partido que fora, não ocupou um lugar destacado como teórico e quando assume a presidência a sua definição como ator político é o seu traço essencial.

Podemos buscar a ausência de desenvolvimento ulterior da via chilena ao socialismo expressa por Allende muito mais nas vicissitudes do governo da Unidade Popular e também nas próprias limitações apresentadas por alguns intelectuais bastante ligados a Allende ou que o influenciaram teoricamente nos anos da presidência. Estes intelectuais, de certa forma, procuraram alicerçar a estratégia allendista a partir de uma leitura dos clássicos do marxismo, de um lado, e da formulação de uma via especificamente tática para o processo chileno, de outro. Referimo-nos aqui precisamente aos trabalhos de Joan Garcés para esta última dimensão e às mais inovadoras contribuições, para a época, vindas do "socialismo de esquerda" europeu que tiveram influência direta no processo chileno. Dentre as referências do "socialismo de esquerda" europeu, posto em permanente debate entre as estratégias revolucionárias e reformistas da época, o trabalho do teórico socialista italiano Lelio Basso parece ter sido o de maior influência para Allende(17). Não se quer dizer aqui, entretanto, que Allende seguia todas estas formulações, independentemente da sua própria visão do processo político chileno. O que queremos é marcar uma referência que, em geral, não é relevada na estratégia e na política allendista. As

dificuldades para que todas estas formulações teóricas e táticas se afirmassem como hegemônicas no conjunto da esquerda chilena foram as mesmas dificuldades enfrentadas politicamente por Allende.

Joan Garcés(18), como assessor político de Allende teve grande influência, como dissemos, do ponto de vista da análise das conjunturas políticas e da formulação daquilo que ele denominava uma "tática revolucionária" para a conquista do socialismo. Garcés definia a tática revolucionária mais adequada para o Chile como "via político-institucional". Ela se mostrava coerente com o desenvolvimento político chileno e com a idéia de revolução como conquista do aparelho de Estado. Para Garcés era preciso sustentar a forma política da vontade geral que caracterizava o ordenamento constitucional e através desse processo preencher-lhe o conteúdo com os valores de uma nova classe social.

Tratava-se, portanto, de acordo com Garcés, de configurar, mediante a intervenção dos atores políticos vinculados aos trabalhadores, um conteúdo proletário e popular às avançadas instituições da democracia política vigente no Chile. Mas era de fundamental importância, para Garcés - e vimos isso no segundo capítulo - , dar sustentação ao governo da Unidade Popular, através da iniciativa política constante, o que deveria culminar na conquista da hegemonia no interior de todo o aparelho estatal. Importava fundamentalmente à esquerda, então, saber trabalhar com os recursos operativos que lhe fornecia o Estado para também trabalhar favoravelmente as situações políticas com

vistas a um fim bastante determinado: manter funcionando o governo para que ele ganhe cada vez mais força política e legitimidade social e através dele promover as mudanças constitucionais que levariam à institucionalidade da transição socialista.

Pode-se dizer que, em Garcés, a revolução está concentrada numa vitória tática(19). A sua "via político-institucional" se não se encontra integralmente fundada na ortodoxia marxista-leninista, guarda dela esse elemento forte de intervenção tática, ativa e ruptural. Nela o tempo político da tática não pode sofrer reveses de qualquer natureza, sob o risco de emergir na cena o tempo da estratégia, onde, segundo Garcés, forçosamente a "via político-institucional" cede lugar para a "via insurrecional". O tempo da tática aprisiona, assim, o tempo da estratégia. O seu elemento de previsão era apenas defensivo e por isso centrava-se fortemente na análise conjuntural(20). Por essa razão a "via chilena" de Garcés nunca se configurou num "programa". Ela foi uma espécie de realização operacional da via chilena expressa por Allende.

Mas, dissemos acima que, além das influências de Garcés, Allende apresenta também elementos bastante fortes de proximidade com as problemáticas do "socialismo de esquerda" europeu da sua época. Quais são, então, a nosso ver, os elementos de reflexão teórica acerca dos processos revolucionários, que aparecem nesta corrente intelectual do "socialismo de esquerda" europeu, que se mostram com vigor na estratégia allendista? Em primeiro lugar, a rejeição da noção de que qualquer processo

revolucionário se define pela conquista violenta do poder. Lelio Basso afirmava, em texto apresentado e discutido no Chile em 1971(21), que a manutenção desta concepção no interior do movimento operário contraditava o desenvolvimento histórico posterior ao momento em que ela foi originalmente formulada, isto é, basicamente os séculos XVIII e XIX.

Haveria, para Basso, a necessidade de pensar, dialeticamente, e seguindo metodologicamente Marx, o processo revolucionário como parte inseparável do desenvolvimento capitalista. O processo revolucionário, portanto, não se iniciava com a tomada do poder e sim, culminaria com ela, após instalar no seio da velha sociedade os elementos sociais, econômicos e culturais da nova sociedade. Esta presente aí a noção da criação do homem novo para uma nova sociedade, tão marcante nos anos 60.

Basso enfatiza que, para Marx, a revolução era entendida como um longo processo, diferenciando-se, assim, da noção de insurreição e do ato da tomada do poder. Esta concepção de revolução estava assentada na idéia marxiana da contradição fundamental existente na sociedade capitalista entre "o carater social das forças produtivas e as relações de produção baseadas no lucro privado"(22). Para Marx, enfatizava Basso, é esta contradição que dá vida ao processo da revolução, cujo agente revolucionário não é o proletariado tomado isoladamente, mas "o conjunto das forças produtivas, ou seja, a classe operária, em primeiro lugar, mas em conecção com o desenvolvimento dos instrumentos de produção, da ciência, das formas organizativas, etc."(23).

A noção de revolução, então, é formulada a partir do próprio desenvolvimento histórico suscitado pelo capitalismo. O carater social da produção capitalista, de acordo com Basso, gera uma tendência socializadora que lhe é inerente. A ação revolucionária do movimento operário é aquela que penetra e interfere neste processo de socialização, dominando gradativamente as leis de desenvolvimento do capitalismo, introduzindo os elementos da nova sociedade e preparando a crise revolucionária que irá explodir as relações capitalistas de produção. O conflito derivado da ação revolucionária da classe operária implicou, na história da sociedade capitalista, a aceitação de reformas por parte das classes dominantes, o que acentuou mais ainda o carater social e coletivo na dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas. Dertre as reformas mais significativas, Basso cita a legislação social, a universalização do sufrágio e a crescente intervenção do Estado na economia, com as nacionalizações e as diversas formas de planificação.

Há, então, em toda dinâmica de reformas suscitada pelo desenvolvimento da forças produtivas um aspecto favorável ao movimento operário para a sua perspectiva de revolução. Se o movimento operário rejeita as reformas - e este é o segundo aspecto significativo que queremos chamar atenção -, estará rejeitando uma tendência do desenvolvimento das forças produtivas favorável a ele, deixando que a lógica interna do sistema retire todo caráter revolucionário do seu movimento, ganhando um novo equilibrio e reabsorvendo o desenvolvimento das forças produtivas para o velho ordenamento. Mas, se, ao

contrário, o movimento operário tiver uma visão clara das possibilidades objetivas e intervir conscientemente, orientando, a cada momento, o processo "em direção a uma lógica antagônica de socialização, então, esta última se converterá, pouco a pouco, no eixo de cristalização de um novo sistema e recolherá em torno de si todos os elementos da futura sociedade que se constituirão num todo coerente e capaz de superar a lógica do antigo sistema"(24).

A revolução seria, então, o que Basso, citando frequentemente passagens de Marx, chama de um "conflito dialético" entre duas "lógicas antagônicas": a lógica do sistema e a lógica socializante. A revolução é, portanto, um processo em curso instaurado pela dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas e depende da intervenção ativa do movimento operário para fazer com que a sua lógica prevaleça. O "núcleo profundo", de acordo com Basso, "do processo revolucionário não é a preparação da insurreição, da tomada violenta do poder, que não pode ser pensada em si, desligada do processo de transformações da sociedade e dos homens"(25). A questão da tomada do poder deve ser vista, do ponto de vista político, ou como "resultado final deste choque de lógicas antagônicas" ou em decorrência do conflito que emerge continuamente deste antagonismo gerando situações de crise política "suscetíveis de se concluirem com a tomada do poder por parte do proletariado"(26). Mas, nenhuma das duas circunstâncias aparecerão, de acôrdo com Basso, se não se preparar ativamente as condições para isso através da preconstituição dos elementos da sociedade futura, organicamente articulados pela lógica antagônica ao sistema.

O que articula e regula todo a estratégia revolucionária concebida desta forma são as raizes históricas particulares de cada país, que conformam o seu patrimônio cultural. E este o terceiro aspecto fundamental que queremos chamar atenção. A necessidade de transformação radical do ordenamento jurídico, político e social para a transição ao socialismo exige, segundo Basso, que não se perca de vista os elementos culturais de uma formação social. E nesse sentido que a lógica antagonista ao capitalismo tem que trabalhar necessaria e simultaneamente com as noções de continuidade e ruptura, isto é, o seu antagonismo não significa imposição de rupturas, mais ainda se estas estiverem desligadas do caráter cultural afirmado nas instituições politicas de cada país. Basso não pensa, portanto, que uma transição socialista pode ser feita através de "vazios históricos"(27).

O elemento ruptural nesta estratégia aparece, no entanto, na condução política que implementa reformas. Se tais reformas são pensadas e implementadas de forma desligada da lógica antagonista - a lógica socialista - o processo redunda em reformismo ou no compromisso social-democrata entre capitalismo e classe operária. A intervenção consciente supõe, então, a subordinação dos elementos táticos e parciais das reformas a uma visão de totalidade que deve criar ou reforçar no interior da sociedade capitalista "uma lógica integradora e coordenadora de todas as tendências e de **todos os elementos socialistas**, lógica que pode, inclusive, em um certo momento, **operar automaticamente**"(28).

Concentra-se neste ponto a definição da ação e do comportamento que deve ter a direção política no processo de transição socialista, contrastando com uma definição que supõe a existência ou a criação de um poder emanado e, em geral mantido, pela força das armas. A adoção de um caminho pacífico não é, portanto, uma escolha política abstrata. Ela diz respeito às possibilidades maiores ou menores de afirmação da lógica antagônica no curso da revolução. Mas, caminho pacífico não significa passividade, tornando-se decisivo a afirmação permanente, por parte da direção política e das bases sociais, da vontade socialista na condução do processo de transição que, por sua vez, não pode deixar de recorrer e afirmar (a) o desenvolvimento das forças produtivas, superando os obstáculos postos pelas relações de produção,(b) as demandas por bem-estar das classes trabalhadoras e uma maior intervenção do Estado, e (c) novas orientações culturais, novas formas de participação, o que implica, em todas as dimensões sociais, a busca de um equilibrio entre centralização e autonomia. Convergir para a meta socialista todas as forças que brotam no interior da sociedade capitalista, utilizando-se dos instrumentos legais para isso, é, portanto, a grande tarefa da direção política.

Repousa também nesta grande tarefa da direção política o problema de fundo que marcou a experência chilena. Problema que, ao nosso ver, nem as reflexões de Basso nem a estratégia levada à prática por Allende conseguiram equacionar: como relacionar a ativação de massas que a estratégia supunha e a estrutura política do regime liberal-democrático existente no

Chile assentada em partidos e num Parlamento forte? As reflexões de Basso e a estratégia allendista supunham uma "transferência de poderes" na sociedade chilena. A afirmação e a prevalência da lógica antagônica admitia a criação de novos organismos de poder popular e o maior problema não era a sua criação, mas o seu sentido e a sua função no interior da institucionalidade. A confrontação com o Parlamento existente, ao não se definir muito claramente este aspecto, mostrou-se inevitável, assim como o envolvimento do Executivo neste confronto.

A ênfase toda da argumentação de Basso no que se refere à dimensão política, "salvando" a estratégia do reformismo e colocando-a no campo da revolução, era a utilização da legalidade como instrumento para afirmar a lógica antagônica no interior da sociedade - a institucinalidade colocada a serviço dos trabalhadores e do socialismo, como diria Allende - e a mobilização de massas conduzida pelo movimento operário, única garantia para a continuidade e êxito do processo de transição ao socialismo(29). Está presente aqui uma tendência intermediária entre o avançar e o consolidar como duas linhas que, como vimos, se antepuseram no interior da Unidade Popular. "Avançar continuamente", diz Basso, "para que não caia a pressão popular, mas, ao mesmo tempo, reforçar e consolidar cada conquista"(30).

E caminhando, portanto, que se faz a revolução: movimento **versus** passividade. O movimento, dirigido e fundado nas classes populares, com sensibilidade para suas demandas, teria capacidade de alterar profundamente a correlação de forças no espectro político ao ponto de as maiorias

parlamentares perderem "todo o significado". Assim, a utilização da legalidade era colocada em termos claros por Basso: "...uma permanente colaboração entre o Executivo, que promove as reformas, e a massa popular que as respalda", submetendo "a resistência parlamentar a uma dupla pressão"(31).

Não eram integralmente distintas as formulações de Allende, a despeito da sua ardorosa defesa da democracia política e de todas as instituições políticas chilenas. A duplicidade e ambiguidade de Allende para se situar como ator político no governo e na Unidade Popular foram sempre a tónica da sua política. A procura de um caminho democrático ao socialismo era uma busca incerta e tateante, mas uma coisa encontrava-se bastante definida: elc seria, certamente, um caminho trilhado pela crescente e ativa participação política de massas.

Entre ativação de massas e preservação da ordem democrática residiu, efetivamente, o enigma da transição democrática ao socialismo proposto na via chilena. Sem conseguir uma nova formulação da noção de tempo político no processo de construção do socialismo, o que implicava também uma nova noção de ruptura, a via chilena apenas conseguiu se anunciar como uma via democrática. Mas, ela, precisamente por ter enfrentado uma situação limite, foi o ponto mais avançado que a cultura política da esquerda, não apenas latino-americana, conseguiu atingir a respeito do que se concebia, àquela altura, como uma via democrática ao socialismo. Por isso, o seu valor como experiência histórica é incalculável.

NOTAS - Capítulo V

(1)Joan Garcés é cientista político catalão e no período da Unidade Popular foi assessor político da Presidência da República. Seus trabalhos sobre a América Latina e sobre o Chile em particular dadam de 1969, mas só seriam publicados em 1972. Trata-se do seu trabalho corresponde à tese de doutoramento defendida na França, mais especificamente na Sorbone, em Paris, sob o título **Desarrollo político y desarrollo econômico - los casos de Chile y Colombia**, Tecnos, Madrid, Espanha, 1972. No entanto, seus ensaios sobre a conjuntura política chilena, produzidos ao final dos anos 60 e início dos anos 70, a maior parte deles versando sobre o processo político chileno que levou Salvador Allende à Presidência da República foram reunidos em **Chile: El caminho político hacia el socialismo**, Ariel, 1972 e em **El Estado y los problemas tácticos en el gobierno Allende**, Siglo XXI, 1973. Muitos dos ensaios reunidos nesses dois livros foram anteriormente publicados no Chile em revistas especializadas, outros apareceram no exterior e ainda outros eram inéditos. Garcés também aparece em algumas coletâneas publicadas em países europeus e nos EUA, basicamente com o mesmo material que publicava no Chile. E organizador também de uma coletânea de discursos de Allende, **Nuestro Camino al Socialismo - la via chilena**, editado pela Papiro, B. Aires, 1971. Seu principal trabalho após a queda de Allende, em 1973, é **Allende y la experiencia chilena**, Ariel, Barcelona, Espanha, 1976. Especificamente sobre as formulações da "via político-institucional", discorreremos mais à frente neste mesmo capítulo, mas pode-se ler nossos comentários a respeito do seu destino no processo, a partir de depoimento do próprio Garcés, no segundo capítulo deste trabalho.

(2)Os elementos consensuais existentes na Unidade Popular que apresentamos aqui encontram-se sistematizados em Rojas, A., **op. cit.**, págs. 39 a 41; os grifos são nossos.

(3)Seguindo o trabalho de Cristian Cox, **La teoria en la ideologia** política de la Unidade Popular, a referência à teoria socialista no Chile se prendia ao conjunto das formulações intelectuais e políticas que conformam o "pensamento marxista", a partir de Marx e Engels, passando pelas formulações e práticas da social-democracia do século XIX, pela experiência bolchevique e pela III Internacional, até a emergência de experiências intelectuais e políticas mais diversas como o projeto iuguslavo, a experiência maoista, guevarista e castrista e as contribuições da chamada "nova esquerda" dos anos 60 (Sartre, Marcuse, etc.). Evidentemente quando se fala de um referencial tão vasto como esse é possível observar algumas ênfases e lacunas. Em relação à social-democracia e ao bolchevismo a enfase recai sobre Kautsky e Rosa Luxemburgo, por um lado, e a Lenin e Trotsky, por outro. O austro-marxismo não é uma referência citada. Isso, de certa forma, refuta o argumento utilizado por Gonzalo Martner que apresentamos no segundo capítulo deste trabalho, a próposito da estreita filiação do projeto da via chilena ao socialismo. De

outro lado, a grande ausência é a referência a Antonio Gramsci e ao marxismo italiano. A referência a Gramsci e Togliatti, de fato, só aparece muito rapidamente em alguns textos de Garcés, sem, no entanto, ocupar um lugar relevante. Cf. Cox, Cristian, **op. cit.** in **Ideologia y procesos sociales en la sociedad chilena (1970-1973)**, Flacso, Santiago, Chile, vol. 1, págs. 167-170.

(4)Cf. Lechner, N., **Epilogo** in Lechner, N.(org.), **Estado y Politica en America Latina**, Siglo XXI, México, 1981, pág. 308.

(5)Cf. Rojas, A., **op. cit.**, pág. 76.

(6)Cf. Lechner, N., **op. cit.**, pág.308.

(7)Cf. Schilling, Marcelo, **Hacia una critica de la interpretación histórica de izquierda en Chile** in Temas Socialistas, número 2, Vector, Santiago, Chile, 1983, pp.25-43.

(8)As referências a esses dois tipos de discursos essenciais para a prática política são extraidas de Bobbio, Norberto, **O futuro da democracia**, Paz e Terra, Rio de Janeiro/São Paulo, 1986. Nos textos já citados de Joan Garcés neste trabalho aparece insistentemente a necessidade de combinar "legitimidade revolucionária" com "legitimidade institucional".

(9)Cf. Schilling, M., op. cit.. Ver também Rojas, A., **op. cit.**.

(10)No Congresso de La Serena, Carlos Altamirano é eleito novo secretário geral do partido. O Comitê Central era formado de 47 membros, sendo que 28 deles(60%) representavam correntes "militaristas" articulados pelos ELENOS(Exército de Libertação Nacional). Somados aos trotskistas e altamiristas formavam 37 membros(79%) favoráveis às teses insurreçionalistas. Somente 8 membros do Comitê Central(17%) descartavam a via insurrecional, identificando-se com a estratégia allendista. Cf. Walker, I.,**op. cit.**, pág. 81.

(11)A autonomia da estratégia allendista frente aos principais partidos da UP(PC e PS) e a sua identificação com a formulação ou como querem alguns analistas, o conceito **via chilena ao socialismo** nos parece correto, ainda que observemos que o PC também enfatizava a especificidade do processo chileno sob esta denominação. Não nos parece correta a qualificação da estratégia adotada por Allende nos termos de uma "via allendista ao socialismo", como fazem Jorge Arrate e Ignacio Walker. Esta expressão sequer existia na época como classificadora do projeto da via chilena defendido por Allende. Entendemos, no entanto, que a autonomia do discurso allendista, e, portanto, o projeto da via chilena ao socialismo, não se configura de forma absoluta frente à cultura política da esquerda chilena. As distinções necessárias frente às estratégias do PC e do PS são decisivas para se compreender os elementos novos que a via chilena anunciava no interior da esquerda. Mas como estamos buscando demonstrar, ela não conseguiu afirmar uma linha hegemônica na UP e nem

integralmente uma via democrática ao socialismo. A definição da "via allendista" como uma via democrática toma muito mais como referência os elementos de comportamento político e de horizonte estratégico quanto à modalidade de socialismo(um socialismo democrático) do que os elementos políticos de transição ao socialismo para afirmação de uma ordem democrática.

(12)Cf. Allende, Salvador, **Discursos**, Havana, Cuba, 1975(grifo nosso).

(13)Cf. Schilling, M., **op. cit.**.

(14)Cox define a realização da teoria como um processo onde "ela é produzida e empregada num movimento que vai do abstrato ao concreto sem perder o aspecto fenomênico das coisas e descobrindo ao mesmo tempo sua essência; captando a contradição mas também a totalidade"..."significa, em suma, que entre teoria e leitura conjuntural não há uma brecha mas tão somente uma diferença de níveis de abstração entre os quais há relações de mutua determinação permanente". Cf. Cox, C.,**op. cit.**, págs. 200-201.

(15)Um exemplo da mitologia presente no processo chileno foi o episódio da Assembléia do Povo de Concepción. Ela foi realizada, significativamente, em 26 de julho de 1972, data do aniversário do Movimento 26 de julho no processo da revolução cubana.

(16)Quanto a Marx e Engles, as referências mais explícitas de Allende reportam-se a estes último, particularmente no resgate dos textos de Engels na **Critica ao Programa de Erfurt**, publicado em 1891. Neste texto Engels desenvolve a idéia - admitida mais tarde por Lenin em **O Estado e a Revolução** - de que "em países onde a representação popular concentra em si todo o poder, onde de acordo com a Constituição se pode fazer o que se deseja, desde o momento em que se tenha atrás de si a maioria da Nação", podia-se conceber uma "evolução pacífica" para o socialismo. Allende afirmaria no seu discurso de 5 de novembro de 1970: "Este é o caso do Chile...Aqui se cumpre, por fim, a previsão de Engels". Quanto às formulações teóricas produzidas pelo socialismo chileno, as referencias mais diretas de Allende eram as idéias de Eugenio González elaboradas entre 1947 e 1957. Ver sobre isso o terceiro capítulo deste trabalho.

(17)O texto de Lelio Basso, **La utilización de la legalidad en la fase de transición al socialismo** num seminário organizado pelo CESO/CEREN, em 1971, no Chile, causou profunda impressão em Allende. Jorge Arrate descreve este fato ao falar sobre o momento em que ele tomou contato com o texto: "Allende facilitou-me o acesso ao texto através de uma fotocópia para que pudesse ler durante uma viagem em que acompanhava o presidente, fazendo notar o interesse que para ele tinha o conteúdo do trabalho de Basso". Cf. Arrate, J., **op. cit.**, pág. 66, nota 8. O texto de Lelio Basso foi publicado no Chile in CESO/CEREN, **Transición al socialismo y Experiencia Chilena**, Santiago, Chile, 1972, pp.15-73. Na mesma linha de Basso e obedecendo as mesmas diretrizes e preocupações

da época pode-se indicar os trabalhos de André Gorz, especialmente, **Reforma e Revolução**, Edições 70, 1975; o texto original é de 1969. Definimos aqui estes trabalhos como uma corrente intelectual do "socialismo de esquerda" na medida em que não se tratava propriamente de uma corrente política autônoma e que, de outro lado, questionava tanto o socialismo soviético quanto os limites da prática social-democrata na Europa ocidental. Embora os trabalhos de Joan Garcés tematizassem as dimensões mais operativas da política, do ponto de vista mais teórico eles compartilham também muitos elementos desta corrente que chamamos aqui de "socialismo de esquerda" europeu.

(18)Ver nota 1. Os fragmentos citados aqui reportam-se fundamentalmente aos textos escritos por Garcés durante o período.

(19)Percebe-se nestas formulações de Garcés com muita nitidez o que Gramsci chamou de um amesquinhamento ou banalização da **dupla perspectiva** na ação política e na vida estatal, no qual estratégia e tática não são mais que "formas de 'imediatismo' que se sucedem no tempo com maior ou menor 'proximidade'"(Ver Gramsci, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, pág. 41). Não que uma vitória eleitoral de forças partidárias do socialismo devesse ser concebida como um tempo que se impõe, distanciando ou aproximando o tempo da construção do socialismo. O imediatismo na ação política pode estar presente numa ou noutra visão. **Contrario sensu**, quanto mais imperiosas forem as necessidades de defesa de um governo de tal natureza, mais deverá fazer parte do cenário político a perspectiva estratégica, isto é, o socialismo, não como uma operação de conquista total do poder, mas como uma perspectiva de construção de uma **vontade coletiva**, de um "de um princípio dirigente" que possa soldar e solidificar a vontade geral mafifestada e formalizada nas instituições representativas. A vontade geral pode ser abordada politicamente através de operações táticas enquanto a vontade coletiva não pode ser reduzida a esse tipo de abordagem já que ela não está circunscrita apenas à "sociedade política", mas aponta para o Estado integral e para a sociedade regulada do qual falava Gramsci.

(20)A hipertrofia do tempo da tática no projeto de Garcés frente ao tempo da estratégia impossibilita um nexo mais livre entre eles, não em função de um tempo concebido como operacional, mas como superação dialética, onde estratégia e tática conformem uma relação tensionada que exercite a primeira como forma complexa e superior, "distante", em certo sentido, da segunda. Foi o mesmo Gramsci que advertiu que a previsão defensiva não é outra coisa que uma manifestação passiva que se expressa ativamente. Sobre isso Gramsci, A., op. cit., pág. 41.

(21)Ver nota 17.

(22)Cf. Basso, L., **op. cit.** pág.25.

(23)Idem, Ibidem.

(24)Idem, Ibidem, pág. 29.

(25)Idem, Ibidem, págs. 29 e 30.

(26)Idem, Ibidem, pág. 31.

(27)Idem, Ibidem, pág. 46.

(28)Idem, Ibidem, pág. 49.

(29)"A história", segundo Basso,"nos ensina que em momentos de grandes transformações sociais, quando se incendeiam no coração das massas as maiores esperanças e frente aos olhos das classes exploradas começa a delinear-se o fim do seu secular calvário, a ação, a luta, a paixão revolucionária, descobrem e põem em movimentos energias até então latentes ou produzem diretamente outras novas, levantam-se vagas desde o fundo de todos os estratos da sociedade, criam situações novas nas quais os tradicionais termos em que se pautavam as divisões políticas perdem significado e se quebra a resistência à marcha vitoriosa da revolução. Um clima popular desta natureza representa uma força histórica de tal envergadura que pode muito bem não ter a necessidade das armas para abater o poder constituido, a menos que se encontre com a resistência armada". Basso, L., **op. cit.**, pág. 69.

(30)Idem, Ibidem, pág. 70.

(31)Idem, Ibidem, pág. 68.

BIBLIOGRAFIA

ALLENDE, Salvador, **Nuestro Camino al Socialismo - la via chilena**, B. Aires, Ed. Papiro, 1971.

_____. **Discursos**, La Habana, Editorial de Ciências Sociales, Cuba, 1975.

ALTAMIRANO,Carlos, **Dialética de uma derrota**, São Paulo, Brasiliense, 1979.

ARRATE, Jorge, **La fuerza democratica de la idea socialista**, Barcelona / Santiago, Ediciones Documentas/ Ediciones del Ornitorrinco, 1985.

ARRIAGADA H.,Genaro, **De la via chilena a la via insurreccional**, Santiago, Editorial Pacífico, 1974.

_____.(org.),**Democracia Cristiana y Partido Comunista**, Santiago, Editorial Aconcagua, 1986.

AYLWIN, Mariana e outros, **Chile en el siglo XX**, Santiago, Ed. Emisión Ltda., 1986.

BARON, Atílio A., **Movilizacion politica y crisis politica en Chile, 1920-1970**, in Flacso/Unesco, **Teoria, metodologia y** política del desarrollo de America Latina, B. Aires/ Santiago, Flacso Ediciones, 1972.

BASSO, Lelio, **La utilización de la legalidad en la fase de transición al socialismo** in CESO/CEREN, **Transición al socialismo y Experiencia Chilena**, Santiago, 1972, pp.15-73.

BENAVIDES, Leopoldo, **Antecedentes Historicos del periodo 1970-1973. El proceso de democratización en Chile** in Ideologia e **Procesos Sociales en la sociedad chilena - 1970/1973**, Santiago, FLACSO, abril, 1977.

BERGQUIST, Charles, **Los trabajadores en la historia latinoamericana - Estudios Comparativos de Chile, Argentina, Venezuela y Colombia**, Bogotá, SigloXXI, 1988.

BERLINGUER, E, e outros, **I Comunisti Italiani e il Cile**, Roma, Editori Riuniti, 1973.

BITAR, Sergio, **Transição, Socialismo, Democracia : Chile com Allende**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

BOBBIO, Norberto, **O Futuro da democracia - uma defesa das regras do jogo**, São Paulo, Paz e Terra, 1986.

CACERES, Carlos Francisco, **La economia do Chile durante el período de gobierno de la Unidad Popular** in Estampas de Chile, vários autores, MAdrid, Ediciones Speiro, S/D.

CARLOS, Newton e outros, **Chile com Allende: para onde vai ?**, Rio de Janeiro, Ed. Gernasa, 1970.

CASTILHO, Rene, **Primeira analise critica**, in Dirigentes do PCC, **Os mil dias da Revoluçãо Chilena**, Lisboa, Ed. Avante, 1979.

COX, Cristián, **La teoria en la ideologia politica de la Unidad Popular**, in **Ideologia y procesos sociales en la sociedad chilena - 1970/1973**, vol. 01, Santiago, FLACSO, abril, 1977.

DAIRE T.,Alonso, **La politica del Partido Comunista desde la post-guerra a la Unidad Popular** in Varas, A.(comp.), **El Partido Comunista en Chile**, Santiago, Cesoc-Flacso, 1988.

DAVIS, Nathaniel, **Os dois** últimos anos de Salvador Allende, Rio de Janeiro, Civilizaçãо Brasileira, 1990.

ENRIQUEZ, Miguel, **Socialismo ou fascismo, alternativa para o Chile** in Socialismo no Chile?, Coimbra, Ediçãо do Autor, 1972.

_____. **Ocupar, Expropriar, [illegible]ncar**, entrevista a **Politique Hebbo** in **O Dilema Chileno**, Coimbra, Ediçãо do Autor, 1972.

FALETTO, Enzo, **Algunas caracteristicas de la base social del partido socialista e del partido comunista. 1958-1973**, Santiago, FLACSO, D.T. no 97, setembro de 1980.

_____. **Clases, crisis política y el problema del socialismo en Chile** in Zenteno, Raúl B.(coord.), **Clases sociales y crisis política en América Latina**(Seminário de Oaxaca), México, Siglo XXI, 1977.

FLACSO\CHILE, **Bibliografia del processo chileno (1970-1973)**, Santiago, FLACSO, mimio., 1978.

FURCI, Carmelo, **The Chilean Communist Party and the Road to socialism**, London, Zed Books, 1984.

GARCES, Joan, **Desarrollo politico** y desarrollo econômico - **los casos de Chile y Colombia**, Madrid, Tecnos, 1972.

_____. **Chile: El caminho político hacia el socialismo**, Barcelona, Ariel, 1972

_____. **El Estado y los problemas tácticos en el gobierno Allende**, B. Aires, Siglo XXI, 1973.

_____. **Allende y la experiencia chilena**, Barcelona, Ariel, 1976.

_____. **Via insurreccional y via política, duas tácticas**, Santiago, Revista de la Universdad Técnica del Estado, números 13 e 14, Taller Grafico de la UTE, mayo-junio, 1973.

_____. **Chile 1971: a revolutionary government within a Welfare State** in Medhurst, K.(ed.) **Allende's Chile**, London, Hart-Davis, MacGibbon Ltd, 1972.

GARCIA, Pio(org.), **Las fuerzas armadas y el golpe de estado en Chile**, México, Siglo XXI, 1974.

GARRETON, M.A., **El proceso politico chileno**, Santiago, FLACSO, 1983.

_____. **Continuidad y ruptura y vacio teórico ideológico. Dos hipótesis sobre el proceso politico chileno - 1970/1973** in **Revista Mexicana de Sociologia**, vol. XXXIX, no 04, out/dez, 1977.

GARRETON, Manuel y MOULIAN, Tomas, **La Unidad Popular y el conflito politico en Chile**, Santiago, Ed. Minga, 1983.

_____. **Procesos y bloques politicos en la crisis chilena(1970-1973)** in **Revista Mexicana de Sociologia**, Ano XLI/vol.XLI/no01, pp. 159-204, enero-marzo, 1979.

_____. **Las fases del periodo** in **Bibliografia del processo chileno(1970-1973)**, vol.01, Seccion III, Santiago, FLACSO, 1978.

GAZMURI, Jaime, **El sistema de partidos politicos en Chile en la década del sesenta**, Santiago, FLACSO, d.t., no 53, junio 1988.

GOMA, Oscar M.,**Chile y su industrialización: pasado, crisis y opciones**, Santiago, CIEPLAN (Corporación de Investigaciones Económicas para Latinoamérica), 1988.

GOMEZ, Maria Soledad, **Factores Nacionales Internacionales de la politica interna del Partido Comunista de Chile(1922-1952)** in Varas, Augusto(comp.) **El Partido Comunista en Chile**, Santiago, Cesoc-Flacso, 1988.

GORZ, André, **Reforma e Revolução**, Lisboa, Edições 70, 1975.

GRAMSCI, A.,Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

JOBET, Julio César, **História del Partido Socialista de Chile**, Santiago, Ediciones Documentas, 2a ed., abril de 1987.

JOXE, Alain, **La Fuerzas Armadas en el sistema politico chileno**, Santiago, Ed. Universitaria, 1970.

LABROUSSE, Alain, **A Experiência Chilena: reformismo ou revolução?**, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

LAVRETSKI, J., **Salvador Allende**, Moscou, Editorial Progresso, tradução espanhola de 1978.

LECHNER, Norbert, **La democracia en Chile**, B. Aires, Ediciones Signos, 1970.

_____. **De la revolución a la democracia** in **Opciones**, Santiago, maio-agosto, 1985.

_____.(org.), **Estado y Politica en America Latina**, México, Siglo XXI, 1981.

MAREK, Franz, **Teorias da revolução e fases de transição** in Hobsbawm, Eric J.(org.) História do Marxismo, RJ/SP, Paz e Terra, vol. XI, 1989.

MARINI, Ruy Mauro, **El reformismo y la contrarrevolución**, Mexico, Era Série Popular, 1976.

MARTNER, Gonzalo, **El gobierno del presidente Salvador Allende, 1970-1973: una evaluación**,Santiago, PEDNA/LAR, 1988.

MARTINEZ, Javier y Tinoni, Eugenio, **Las clases sociales en Chile; cambio y estratificación, 1970-1980**, Santiago, SUR, 1985.

MOULIAN, Tomás, **Democracia e socialismo en Chile**, Santiago, FLACSO, 1983.

_____. **La crisis de la izquierda** in **Comunicação & Politica**, Rio de Janeiro, Paz e Terra/Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, vol.02, n.1-2, pp.23-36, março-junho/1984.

_____. **La Unidad Popular: fiesta, drama y derrota** in Gazmuri, Jaime(ed.), **Chile en el umbral de los noventa(15 años que condicionan el futuro)**, Santiago, Planeta/Espejo de Chile, pp. 27-41, 1988.

_____. **Violencia, gradualismo y reformas en el desarrollo politico chileno** in Aldunate,A., Flisfisch, A. y Moulian, T., **Estudios sobre el sistema de partidos en Chile**, Santiago, FLACSO, 1985.

_____. **Tensiones y crisis politica: analisis de la década del sesenta** in Aldunate, A., Flisfisch, A., Moulian, T., **Estudios sobre el sistema de partidos en Chile**, Santiago, FLACSO, 1985.

MOULIAN, T. y DUJISIN, Isabel T., **Discusiones entre honorables - las candidaturas presidenciales de la derecha(1938-1946)**, Santiago, FLACSO, s/f.

PINTO, Anibal, **Chile, un caso desesarrollo frustado**, Santiago, Ed. Universitaria, 1958.

_____. **Desarrollo economico y relaciones sociales,** in **Chile Hoy**, B. Aires, Siglo XXI, 1970.

PIZARRO, Crisostomo, **La Huelga Obrera en Chile - 1890-1970**, Santiago, SUR, 1986.

RIZ, Liliana de, **Sociedad y politica en Chile: de Portales a Pinochet**, México, UNAM, 1979.

ROJAS, Alejandro, **La Transformación del Estado: la experiência de la Unidad Popular**, Santiago, Ediciones Documentas, 1987.

ROSSANDA, Rossana, **Chili, an I** in **Les Temps Modernes**, Paris no 306, januarie, 1972.

_____. **La izquierda europea y la experiência chilena** in Magri,L. e outros, **Movimento Obrero y accion politica**, México, Era Série Popular, 1975.

SADER, Eder, **Chile: Vida, Paixão e Morte da Democracia** in **Um rumor de botas**, São Paulo, Polis, 1982.

SANTA MARIA, G. I., **La politica en Chile desde 1810 a la caida de Allende**, in **Estampas de Chile**, varios autores, Madrid, Ediciones Speiro, s/f.

SANTOS, Theotonio dos, e outros, **Problemas da Transição para o Socialismo**, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.

SANTOS, Wanderley Guilherme, **Autoritarismo e Após: convergências e divergências entre Brasil e Chile** in **Dados - revista de Ciências Sociais** do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro(IUPERJ), vol. 25, no02, pp.151-163, 1982.

SARTORI, Giovanni, **Partidos e sistemas partidários**, Rio de Janeiro, Zahar/UNB, 1982.

SCHILLING, Marcelo, **Hacia una critica de la interpretación histórica de izquierda en Chile** in **Temas Socialistas**, número 2, Santiago, Vector, pp.25-43, 1983.

SMIRNOW, Gabriel, **La revolución desarmada (Chile 1970-1973)**, México, Era Série Popular, 1977.

SPRIANO, Paolo, **Marxismo e historicismo em Togliatti** in Hobsbawm, Eric J.(org.), **História do marxismo**, RJ/SP, Paz e Terra, vol. X, 1987.

TIRONI, Eugenio, **La Torre de Babel - ensaios de critica e renovación politica**, Santiago, SUR, 1984.

_____. **El liberalismo real**, Santiago, SUR, 1986.

_____. **Para una sociologia de la decadencia** in **Proposiciones**, Santiago, SUR, ano 06, vol. 12, out-dec, 1986

TOGLIATTI, Palmiro, **Escritos politicos**, México, Ediciones Era, 1971.

TOURAINE, Alain, **Vita e Morte del Cile Popolare**, Torino, Einaudi, 1974.

TRIVELLI,Hugo y TRIVELLI, Pablo, **El crescimento economico chileno** in Zahler, Roberto, et.alli, **Chile: Treinta y Cinco Anos de descontinuidad economica - 1940/1975**, Santiago, Instituto Chileno de Estudios Humanisticos, 1978.

URZUA, German V., **La democracia practica - los gobiernos radicales**, Santiago, CIEDES, 1987.

VALENZUELA, Arturo, **The Breakdown of Democratic Regimes - Chile**, Baltimore/London, The Johns Hopkins University Press, 1978.

VARAS, Augusto(comp.),**El Partido Comunista en Chile - estudio multidisciplinario**, Santiago, CESOC/FLACSO, 1988.

VIAL, Gonzalo, **Algunas condiciones para una democracia estable en Chile**, in **Democracia en Chile**, vários autores, Santiago, CIEPLAN, 1886.

_____. **Comentarios**, in **El futuro democrático de Chile**, vários autores, Santiago, CED/Ed. Aconcagua, 1985.

VITALE, Luis, **Interpretación Marxista de la História de Chile - de la semicolonia inglesa a semicolonia norteamericana(1891-1970)**, Barcelona, Editorial Fontamara, 1980.

WALKER, Ignácio, **Del populismo al leninismo y la "inevitabilidad del conflito": el Partido Socialista de Chile (1933-1973)**, Santiago, CIEPLAN, no91, diciembre, 1986.

YOCELEVZKY, Ricardo A., **La Democracia Cristiana chilena: trayetoria de un proyecto** in **Revista Mexicana de Sociologia**, ano XLVIII/no 2, abril-junio de 1985.

SBD/FFLCH/USP
SEÇÃO DE Historia
AQUISIÇÃO D - SPG
VALOR
NCz$ 1.000,+
DATA 29/11/90
TOMBO